

Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG

Simpósios Temáticos 6 a 10

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2015

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da
UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe : Ana Carolina Vimieiro Gomes

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóbrega (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Igor Barbosa Cardoso
Márcio Mota Pereira
Maria Visconti Sales
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira
Valdeci da Silva Cunha

Diagramação

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Valdeci da Silva Cunha

Capa

Valdeci da Silva Cunha

Site/Banco de Dados

Cássio Bruno de Araújo
Valdeci da Silva Cunha

ST 6: Patrimônios culturais: olhares diversos

Denis Pereira Tavares

Doutorando (UFMG) /denistavares85@yahoo.com.br

Gabriella Diniz Mansur

Graduada (Centro Universitário da Faculdade Estácio de Sá)
/ gabimansur@yahoo.com.br

Adebal de Andrade Júnior

Doutorando (UFRJ) /adebaldeandrade@gmail.com

Sara Glória Aredes Moreira

Mestre (PUC/MG) /saraaredes@gmail.com

Sumário

ST 6: Patrimônios culturais: olhares diversos

Evolução histórica do conceito de política para preservação do patrimônio nacional e as políticas públicas para arquivos

Camila Cristina da Silva; Ivana Denise Parrela

317

História, memória e patrimônio – um olhar sobre os espaços cemitérios oitocentistas

Marcelina das Graças de Almeida

329

Educação Patrimonial em Arquivos Municipais

Arthur Oliveira Freitas

338

Digitalizar é preservar? Reflexões e apontamentos sobre as relações entre o processo de digitalização, a materialidade dos acervos e o acesso virtual

Aline Rabello Ferreira

344

Proteção do conjunto urbano de Santa Tereza: novas perspectivas

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

351

Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar

Izadora Pereira Acypreste

363

Cidade e as memórias: o enquadramento de uma narrativa patrimonial

Ana Carolina Pereira

375

Novos desafios: patrimônio imaterial, cidadania e o papel do historiador

Juliene Tardeli

385

Educação Patrimonial como Prática para o Ensino de História

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

392

Coleções pessoais e a materialização das histórias individuais

Alessandro Ferreira Costa

398

ST 7: História e Inquisição: história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade

Blasfêmias e proposições heréticas: a boca maldita dos padres presos pela inquisição de Lisboa

Diogo Tomaz Pereira

405

O degrado inquisitorial no Império Português: entre o controle social e o purgatório

Thaís Tanure

416

Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro

Igor Tadeu Camilo Rocha

427

“Tratos desonestos” na confissão. O crime de solicitação em Minas Gerais (1720-1810)

Sabrina Alves da Silva

435

Censura inquisitorial e análise de fenômenos celestes em Portugal (1744-1745)

Rhulio Rodd Neves de Aguiar

445

ST 8: Arte e sociedade - novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico

Matriz Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG: História, Arte e Iconografia

Fernanda dos Santos Silva; Julia Alinda Isenschmid

452

Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII

Carolina Vaz de Carvalho; André Onofre Limírio Chaves

464

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Para além do estilo, uma cosmovisão: por uma revisão da cultura barroca a partir das práticas devocionais

Vanessa Cerqueira Teixeira

475

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos; Mariana Rabêlo de Farias

486

O homem e o mundo: paisagens contemporâneas

Michel Mingote Ferreira de Ázara

495

A programação iconográfica da Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

506

O cotidiano de trabalho mecânico e aprendizagem na Vila de Sabará (1750-1800)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

512

A cultura do barroco como arte da persuasão e o triunfalismo da Igreja Católica: estudo de caso entre Serro e Diamantina

Delson Aguinaldo de Araujo Junior

521

A talha do Estilo Nacional em Minas Gerais: trânsito de artistas e oficinas em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII

Alex Fernandes Bohrer

532

ST 9: História das Ideias e Ideologias

O mundo natural em suas relações com o mundo social – política e cultura na Inglaterra seiscentista

Tiago Oliveira Tardin

540

O Conde de Ericeira e a linguagens políticas da restauração portuguesa

Luciano Cesar da Costa

548

Um Iluminismo periférico? História das Ideias e a Ilustração em Portugal

Igor Tadeu Camilo Rocha

556

ST 10: Imagens como fontes: Usos e leituras

Tempos de censura: O papel das representações visuais na leitura da ditadura militar no Brasil e na Argentina

Josiane de Paula Nunes

565

Imagens representando falos nas cenas rupestres no parque nacional serra da capivara, São Raimundo Nonato – PI/Brasil

Michel Justamand

577

Elos com o nosso passado: índios representados em propagandas comerciais e consolidação de uma comunidade imaginada (1937-1945)

Marina Helena Meira Carvalho

591

Evolução histórica do conceito de política para preservação do patrimônio nacional e as políticas públicas para arquivos

Camila Cristina da Silva

Mestranda em Artes

PPG-Artes (EBA-UFMG)

Bolsista (CAPES)

milacristinasilva@gmail.com

Ivana Denise Parrella

Doutora em História

DTGI (ECI-UFMG)

ivanaparrella@ufmg.br

RESUMO: Pretende-se discutir a evolução do conceito de patrimônio nacional, com enfoque em sua importância para a preservação de acervos documentais e para o estabelecimento de políticas públicas para arquivos. A análise inicia-se com a construção do conceito de patrimônio e memória nacional no século XIX, considerando-se como marco a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e do *Arquivo Nacional*. A partir disso, discute-se a transformação desse conceito, da própria ideia do que será preservado e de como isso será feito, notadamente através da criação do *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Finalmente, chega-se no final do século XX e início do XXI, para refletir sobre a aplicação da *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro de 1991 – que cria o *Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)* e busca estabelecer uma política nacional de arquivos – e da *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011 – que regula o Acesso à Informação. Debater-se-á ainda a (in)existência de políticas públicas efetivas para a gestão e preservação de documentos arquivísticos enquanto patrimônio nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Patrimônio Cultural; Patrimônio Documental; Gestão de documentos.

O Século XIX e a construção de uma memória nacional

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

No século XIX e início do século XX, a ideia de patrimônio encontrava-se diretamente vinculada ao nacionalismo e à construção das histórias das nações emergentes. Tudo relacionado a essas nações era digno de ser preservado como legado para as futuras gerações. Assim sendo, o conceito de patrimônio

pressupunha uma consciência de historização e de ruptura com o passado. Embora a pretensão fosse de preservar a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado de perda.¹

Nesse contexto, a imprensa torna-se um importante agente de mudanças e são criados órgãos com a função de salvaguardar a História Nacional. Entre eles se encontram o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* e o *Arquivo Público do Império*, hoje, *Arquivo Nacional (AN)*.

O *IHGB* foi criado em 1838, partindo-se da proposta de membros da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e inspirado no *Instituto Histórico de Paris*, fundado em 1834. Intencionava escrever a História do Brasil, procurando fazê-lo de forma pedagógica e bem explicativa, seguindo a normalização tradicional e utilizando como métodos essenciais à pesquisa e os documentos, que deveriam “ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros”.²

Percebe-se que a preocupação com a produção e preservação de documentos nesse período dava-se por um pequeno grupo das elites econômica e intelectual já que entre os membros do Instituto coexistiam políticos, proprietários de terras, literatos e pesquisadores de destaque. Este grupo, por ser assim formado, salvaguardaria e produziria – de acordo com seus interesses – uma história nacional com a qual a população se identificasse, a fim de se criar a identidade nacional e o patriotismo, para que, dessa maneira, fosse reduzidas as possibilidades de revoltas.

A salvaguarda de documentos e a história produzida a partir desses, dedicava-se a recriar o passado, solidificar mitos de fundação, ordenar os fatos buscando

¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas da preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 43.

² IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 05-06.

homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Pensar a construção da História do Brasil e da ideia de nação era um projeto articulado a um objetivo mais complexo, de corporificar o país ainda “carente de delimitações não só territoriais.”.³ Unificar a nação era, além de tudo, construir falas e discursos que deveriam ser únicos, apesar de marcados pelos interesses de um grupo em específico. Por meio dessas ações, o *IHGB* demarcaria seu espaço e ganharia respeito em todo o território brasileiro com o objetivo de funcionar como uma espécie de modelo para os institutos regionais que se pretendia criar.

No mesmo ano de criação do *IHGB*, foi fundado o *Arquivo Público do Império*, estabelecendo-se provisoriamente na *Secretaria de Estado dos Negócios do Império* e tendo como principal função guardar os documentos públicos em três seções: Administrativa (poderes Executivo e Moderador), Legislativa e Histórica. Em sua fundação possuía como objetivo, funcionar enquanto órgão responsável pela guarda e proteção da documentação do governo. Nasceu fiel, primeiramente, à administração e, em segundo plano, à História. De acordo com Célia Costa, é “inexpressiva presença dessa instituição [mesmo] na estrutura administrativa do Estado brasileiro ao longo de sua trajetória”.⁴ O Arquivo, criado logo no bojo de um projeto político nacional logo após a Independência, visava fortalecer as estruturas do Estado e contribuir para a consolidação do regime monárquico. Costa destaca que, para dar conta de tais funções instrumentais em relação ao novo Estado, era preciso amealhar também os documentos referentes ao passado colonial, dispersos pelas províncias para escrita da história da nação. Missão que não seria cumprida no século XIX, como mostram as pesquisas da autora.

Ao delinear quais seriam os distintivos da ação do Arquivo e do *IHGB*, Costa⁵ mostra que, ao Arquivo cabia guardar os documentos probatórios do Estado, mesmo que não fizesse isso com a totalidade dos acervos, para legitimar suas ações políticas e administrativas. Já o *IHGB* seria o responsável pela construção da história nacional a partir do testemunho dos documentos públicos. O que criava dois modos de utilização da memória nacional. Nessa divisão de tarefas, o Arquivo limitou-se a recolher documentos

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989, p. 04.

⁴ COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 218.

⁵ _____. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 227-230.

legislativos e administrativos referentes às rotinas do Estado Imperial. As documentações referentes às decisões políticas e jurídicas, consideradas mais importantes por seus produtores, acabaram em arquivos como o do Itamaraty ou chegaram aos arquivos do próprio IHGB privatizados em coleções doadas por antigos dirigentes. Além disso, o Arquivo perpetuava uma política de sigilo dos documentos, como segredo do Estado e documentos do rei, algo próprio das monarquias do Antigo Regime.

O Século XX e os discursos de salvaguarda dos documentos

No entanto, na avaliação do AN, a instituição assumiu, a partir de 1911, um caráter de “lugar da memória”, salvaguardando a memória nacional. Jaime Antunes, em seu texto *Por uma Política Nacional de Arquivos*, explicita que, desde a *Constituição Republicana de 1891*, os estados e seus municípios adquiriram autonomia administrativa em relação ao Governo Federal, porém não foi abandonado o centralismo do federalismo.

A centralização político-administrativa, a preocupação com a formação de uma identidade nacional/regional e a pouca importância dada aos arquivos como instrumento de apoio a decisões administrativas, fez com que os acervos das instituições de guarda e preservação de documentos arquivísticos adquirissem um caráter misto, não só no que diz respeito à formação de seu acervo (como coleções temáticas, além de fundos documentais) como quanto à proveniência de seu acervo.⁶

Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, subverte-se a preocupação com a mera aquisição/recolhimento e a organização dos documentos nos arquivos apenas para servir à administração e uma história feita por eleitos, com livre acesso as salas dos diretores das instituições, onde as pesquisas geralmente eram feitas; adotou-se uma interação com o público, preocupações com o estabelecimento de uma política de acesso, a construção de uma memória social e coletiva, sem perder a ideia de uma memória individual.

Por outra parte, a partir dos anos 1960, assiste-se a um crescimento das preocupações com a gestão dos documentos e a chamada “revolução documental”, para usarmos um termo de Glénisson (1977). Tem-se a produção desordenada de acervos, sem uma preocupação sistemática com as razões de sua produção, ou ainda, com as

⁶SILVA, Jaime Antunes da. Por uma Política Nacional de Arquivos. Captado em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/por uma politica nacional de arquivos.pdf>. Acesso em: 03 maio 2015.

responsabilidades por sua guarda futura. Para os historiadores ocorre uma revolução, simultaneamente, quantitativa e qualitativa com o deslocamento das preocupações históricas de objetos de estudo como os grandes homens, os acontecimentos, a história política, militar ou diplomática, para todos os homens e seus registros. Para dar conta da vida dos homens comuns as pesquisas históricas se voltam para as grandes seriaçãoes que dão conta de nascimentos, casamentos e mortes. O que permite a escrita de uma história descontínua, não linear⁷. Dessa maneira, “patrimônio” passa a ser definido, prioritariamente, como uma memória do futuro, sendo universalizado: considerar-se que o que é produzido hoje deve ser preservado para as próximas gerações.

No Brasil, tal política pública de salvaguarda de bens culturais concentrou-se no tombamento de bens edificados e mais representativos da ação da Igreja e do Estado. O que tem início com o *Decreto-lei nº 25/1937*⁸, que instituía um Serviço ligado ao Ministério de Educação e Saúde com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional realizada pelo *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Estabelece, em seu art. 1º, como patrimônio histórico e artístico nacional o

conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (grifo nosso).

A preservação dos bens contemplados pelo *SPHAN* entre as décadas de 1930 e 1940 concentravam-se especificamente em nos estados da região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo), Nordeste (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas). Nas regiões Sul e Centro-Oeste, o foco deu-se nos estados do Rio Grande do Sul e Goiás. Essas regiões eram as localidades com maior densidade populacional do Brasil nesse período e concentravam o maior número de bens preservados para lembrar o passado colonial.

A proteção e salvaguarda do patrimônio arquivístico nesse período foi instituído principalmente por interesse dos historiadores e artistas brasileiros em preservar o que consideravam como elementos importantes para a reconstituição da história da nação.

⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 531-532.

⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 25/1937. Captado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de0025.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

Nas ações de salvaguarda de documentos arquivísticos, que não eram nem sequer citados diretamente na legislação que cria o SPHAN, a argumentação seguiu ancorada nas mesmas justificativas de risco de perda eminente⁹. Além disso, a recuperação de alguns acervos coloniais e sua disponibilização em imóveis tombados dava uso aos edifícios a partir de 1950. Um bom exemplo seria a *Casa Setecentista de Mariana (MG)*. Instituição vinculada ao IPHAN, que hoje abriga um acervo de aproximadamente 50 mil documentos que abrangem os períodos Colonial, Imperial e Republicano, de 1709 a 1956. São cerca de 350 metros lineares de documentos textuais, pertencentes aos Cartórios de 1º e 2º Ofício. Além de documentos de outros fundos como da *Arquidiocese de Mariana* e da Câmara Municipal da primeira cidade mineira. Os documentos foram recolhidos pelo órgão de patrimônio em 1948. A princípio o acervo ficava nas dependências da Câmara Municipal e, a partir de 1960, ganha o espaço do nobre casarão situado ao lado da igreja matriz¹⁰. A Casa possui além do espaço do arquivo, uma sala destinada a exposições de caráter didático e sala de multimeios, para a promoção de sessões de vídeos, cursos, palestras, debates e outros eventos.

Final do século XX e início do século XXI: tratamento arquivístico e a tentativa de criação de políticas de arquivos

Ainda que tenha auxiliado na proteção dos documentos arquivísticos, a concepção apregoada pelo SPHAN e as dela derivadas, foram efetivas apenas para a proteção desses documentos, sem que fosse realizado um planejamento a longo prazo e a gestão documental, de forma a possibilitar condições que propiciassem o tratamento adequado desses acervos salvaguardados. Ou seja, não foram estabelecidas políticas públicas que criassem subsídios para que esses arquivos passassem por todo um processo de gestão arquivística para serem disponibilizados ao acesso dos indivíduos neles interessados.

Reconhece-se como política pública arquivística

o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico,

⁹ GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

¹⁰ MOREIRA, Alexandra et al. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. *Ci. Inf.*, Dez 2007, vol.36, no.3, p.90.

cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.¹¹

Nas décadas de 1970 e 1980, percebe-se um movimento no sentido de ampliar a noção de patrimônio e a ação pública relativa à sua preservação. Amplia-se o interesse em preservar a história de um bairro, de uma empresa etc. São criados, com esse intuito, associações de bairros, ações de resgate e de construção de memórias institucionais. Esse processo, ainda assim, é voltado especialmente aos patrimônios artísticos e arquitetônicos.

A ausência de uma política nacional de arquivos ocorre até 1991, quando é aprovada a *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Estabelecendo como dever do Poder Público a gestão documental e a proteção a documentos de arquivo, vendo-os como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (art. 1). Delega a administração da documentação pública às instituições federais, estaduais e municipais (art. 17) e ao *AN*, a responsabilidade pela implementação de uma política nacional de arquivos, bem como pela gestão dos documentos do Poder Executivo Federal (art. 18). Configura como crime, a destruição de documentos de valor secundário (art. 25) e cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como órgão do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (art. 26)¹².

Após sua prorrogação há formalmente uma política de arquivos estabelecida segundo a legislação vigente no Brasil. Entretanto, ela é pouco efetiva, devido à autonomia dos estados e municípios; e à autonomia dos poderes legislativo, judiciário e executivo. Assim, sendo, o *AN*, ainda que exista uma Política Nacional de Arquivos e um Sistema Nacional de Arquivos, encontra-se impossibilitado de controlar totalmente todo o processo de gestão de documentos arquivísticos do Brasil. O país, por sua vez, possui dimensões continentais, o que dificulta ainda mais a implementação efetiva das medidas necessárias. O mesmo problema ocorre com os arquivos estaduais, como o *Arquivo Público Mineiro (APM)*, que deve lidar com a gestão de documentos de um estado com dimensões de um país.

¹¹ JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006, p. 10.

¹² BRASIL. Lei nº 8.159/1991. Captado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

Além das dimensões territoriais, existem outros agravantes para o tratamento desses documentos. A diversidade arquivística existente no país e em cada estado e município é um deles. Cada peculiaridade de instituições e administração de estado para estado deve ser estudada sistematicamente. Há uma necessidade, antes de qualquer tratamento ser despendido, de conhecer a realidade do universo: o *AN*, se tratar-se de uma documentação federal nos estados brasileiros e o *APM*, se a documentação for estadual e se localizar nos municípios, para se criar políticas arquivísticas específicas ou adequar as existentes a cada realidade.

Outro importante ponto é que, é impossível recolher, como era previsto na criação do *AN* e do *APM*, respectivamente, documentos do Brasil e do Estado de Minas Gerais em sua totalidade. Isso porque, devido à dimensão territorial do país e do estado, não existe uma política de gestão de documentos eficiente e eficaz. Assim existem massas documentais acumuladas em vários órgãos de suas repartições. Devido à adoção da *Lei 12.527*¹³ e a possibilidade de abertura de processos judiciais em decorrência da negativa de algum tipo de informação – que não se enquadra em nenhum aspecto de sigilo mencionado nessa lei –, esses órgãos estão iniciando seus processos de gestão de documentos¹⁴,

¹³ Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 2º do art. 216 da Constituição Federal, dispondo que o direito à informação deve ser assegurado ao cidadão em conformidade com os princípios básicos da administração pública e de acordo com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública. Sendo dever do Estado garantir esse direito, da forma mais objetivo e ágil possível, de forma transparente, clara e de fácil compreensão. (Art. 3 e 5).

¹⁴ Entende-se por gestão de documentos todo o processo de produção, tramitação, uso, avaliação nos arquivos correntes e intermediários, para posterior eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente. O arquivo corrente armazena documentos que ainda cumprem as finalidades que motivaram a sua criação durante seu uso funcional, administrativo, jurídico e sua tramitação legal (CRUZ, 2007, p. 17). Arquivos intermediários contêm documentos que já cumpriram seu prazo jurídico-administrativo, mas ainda são eventualmente utilizados pelo produtor “por razões administrativas, legais ou financeiras, mas não têm que ser utilizados para assegurar as atividades cotidianas de uma administração”. Devem aguardar seu prazo legal para que seja processada sua destinação final: eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 115). A destinação final desenvolve-se a partir da classificação e avaliação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição. A partir da análise dos documentos, de seus prazos de guarda e da legislação que os rege – formalizados na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos –, eles são encaminhados à eliminação ou recolhidos à guarda permanente. Os documentos eliminados o são porque já cumpriram todas as finalidades para as quais foram criados e não adquiriram valor secundário, informativo. Os documentos que são encaminhados à guarda permanente já cumpriram suas finalidades de criação, porém foram preservados em virtude de seu valor probatório e informativo para o Estado, a história, a cultura e os cidadãos. (SCHELLENBERG, 2004, p. 131). As referências citadas nesta nota são: CRUZ, Emilia Barroso. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998; e SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos*

buscando orientações nos arquivos citados, estudando sua produção documental, elaborando seus planos de classificação e tabelas de temporalidade. Dessa forma, se essa documentação fosse recolhida – como o foi até a década de 1990 – sem ser gerida, é impossível que a estrutura física nos dois arquivos comporte sua proporção. Além disso, agregam-se a esses fatores a falta de mão de obra em termos quantitativos – são disponibilizados poucos profissionais para atender à demanda – e qualitativos – os profissionais disponibilizados para esses órgãos normalmente não capacitados, por serem selecionados via concursos públicos para cargos de nível médio ou superior, sem formação para as áreas de Arquivologia, História e demais formações vinculadas aos documentos produzidos e recebidos pelas instituições.

Outro fator relevante para o tratamento devido dos acervos é o baixo investimento do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais em seus arquivos públicos. Os governos tentam a visualizar que pautas de outros órgãos são mais importantes do que a preservação de sua memória administrativa, que é de interesse do cidadão e da nação.

Os arquivos públicos normalmente tentam contornar esses problemas com a contratação de estagiários das áreas de Arquivologia, História, Conservação e Restauração etc. através de bolsas concedidas por parcerias entre as universidades, as agências de pesquisa – FAPEMIG¹⁵ e CNPq¹⁶ – e a iniciativa privada – através de renúncia fiscal como o FUNDIF¹⁷ e as Leis de Incentivo à Cultura¹⁸. Essa mão de obra, ainda que ajude na resolução de alguns problemas a curto prazo, não é uma solução ideal a longo prazo, já que

modernos: princípios e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹⁵ FAPEMIG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Agência de “fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais. É uma fundação do Governo Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.” (Informações disponíveis no site da Fundação: <http://www.fapemig.br/institucional/apresentacao/>)

¹⁶ CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. “Agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.” (Informação disponível no site: <http://cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=0BFA7BA84ECFDBB29F41DC0AE832F97B>)

¹⁷ FUNDIF: Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos. Através do CEDIF – Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos – anualmente arrecada indenizações decorrentes de condenações por danos causados a bens protegidos pelos direitos difusos e multas em descumprimento dessas condenações, que são revertidas, através da publicação de editais de financiamento de projetos de recuperação desses bens, promoção de eventos educativos, científicos e na elaboração de materiais informativos referentes à natureza da infração ou do dano causado. (Art. 1, Lei nº 19.489, de 13/01/2011).

¹⁸ Leis de incentivo à cultura instituem políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura ou Lei Rouanet. Essa política possibilita que empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem parte de seu imposto de renda em ações culturais e, em troca, recebam incentivos fiscais. (Informações disponíveis no site: http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_lei_rouanet.pdf).

os contratos dos estagiários têm duração de no máximo dois anos; o valor de suas bolsas e a carga horária de trabalho normalmente não são atrativos; o número de vagas ofertadas em outras instituições – incluso privadas – com possibilidade de contratação posterior, ao menos para os futuros profissionais de Arquivologia é elevado.

Esses fatores são muitas vezes aliados às outras dificuldades encontradas nos ambientes de trabalho: falta de verba e material para efetuar um trabalho de qualidade; dificuldade de diálogos com setores superiores para cumprimentos de metas e atendimento das necessidades dos órgãos no prazo adequado; algumas atividades que não deveriam ser exercidas pelo estagiário, mas por um profissional formado, pois esse é que tem responsabilidade devida para assumir quaisquer problemas delas derivadas. Combinados os fatores e as dificuldades encontradas, o estagiário sente-se motivado a buscar e aceitar novas possibilidades e permanece por pouco tempo na instituição; as atividades desenvolvidas por esse, se estagnam ou o órgão tem muita dificuldade em continuá-las e conciliá-las com outros serviços por ele prestados.

Considerações finais

Como pontuado, é necessário que sejam elaboradas políticas públicas para a gestão e tratamento dos arquivos públicos, considerando que cada arquivo possui sua especificidade e que, portanto, não é possível tecer uma política generalista, que não atenda às suas principais demandas. É imprescindível considerar as necessidades dos usuários do arquivo porque sua finalidade, principalmente do arquivo permanente, é dar acesso aos documentos. Todas as políticas públicas que visam à gestão de documentos arquivísticos devem considerar, portanto, esse aspecto para que sejam eficazes.

Concomitante a isso, é necessário que os governos procurem entender a importância da preservação dos documentos por eles gerados e recebidos, como memória administrativa, mas também para a tomada de decisões. Isso porque

Como esfera informativa, o Estado moderno se converte em uma as maiores e mais importantes fontes de informação, além de exigir uma grande quantidade dessas para sua ação. Seu complexo funcionamento se relaciona diretamente com sua ação produtora, receptora, ordenadora e difusora das informações. O objetivo do Estado seria, em última

instância, o cidadão com suas variadas demandas, incluso as de natureza informacional.¹⁹

Ainda que tenha sido aprovada uma Lei de Acesso à Informação, sabe-se que a prática de gestão documental ainda não é efetiva em todas as esferas da administração pública brasileira e que arquivistas – e demais profissionais qualificados que lidam com a gestão e preservação de documentos – são escassos em seus órgãos e setores. Quando existentes, enfrentam dificuldades relacionadas principalmente à cultural institucional, à falta de mão-de-obra qualificada e à quantidade de documentos acumulados ao longo de décadas pelas administrações anteriores – e, muitas vezes, recolhidos de forma errônea ao arquivo permanente.

Ao longo dos últimos vinte anos, diversos diagnósticos produzidos pelos arquivos públicos vêm denunciando a progressiva corrosão da situação arquivística, desde os acervos acumulados aos documentos em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana relacionada a este quadro. Uma das expectativas quando da elaboração destes diagnósticos era a de produzir, de um lado, formas preliminares de acesso a estoques documentais dispersos e, de outro, fornecer indicadores para políticas públicas que permitissem a superação do quadro denunciado.²⁰

Sobre essa visão, Côrtes²¹ afirma que o próprio posicionamento dos arquivos públicos brasileiros dentro da administração governamental, “indica a forma pela qual o poder público vem tratando a informação por ele produzida e acumulada no decorrer de suas atividades: com descaso e negligência.”

Compreendendo essa importância, espera-se que os governos invistam na melhoria de seus arquivos públicos: disponibilizando-lhes verbas que custeiem a aquisição de materiais e a construção e manutenção do prédio dedicado à área de reserva técnica; viabilizando concursos públicos para profissionais adequados a trabalhar com o acervo

¹⁹ JARDIM. *Políticas y sistemas de archivos*. México: Secretaría General Iberoamericana, Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010, p. 39.

²⁰ Informação fornecida pelo prof. José Maria Jardim em texto prévio ao debate na Mesa Redonda Nacional de Arquivos, realizada de 13 a 15 de julho de 1999 pelo Arquivo Nacional disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

²¹ CÔRTEZ. Persechini Armond. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia, p. 81.

neles existentes; estimulando a permanência desses profissionais com salários dignos, bons benefícios e condições adequadas de trabalho.

História, memória e patrimônio – um olhar sobre os espaços cemitérios oitocentistas

Marcelina das Graças de Almeida

Doutorado em História

Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, PPGD

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – Estácio BH

Resumo

O artigo tem como objetivo apontar e analisar as características inerentes aos espaços fúnebres que se configuraram nos cemitérios oitocentistas. Estes, pertencendo ao seu tempo, refletem a mentalidade e o imaginário no qual estão inseridos. As obras e imagens, neles incorporadas, revelam-se como um acervo significativo para a compreensão da sociedade e das relações que se estabelecem entre os homens. Nascidos na confluência de uma série de fatores que perpassam pela reordenação social, política e mental; a urbanização, a absorção e aplicação dos discursos médicos e higienistas; a consolidação da burguesia como classe dirigente, a supremacia do individualismo e a adoção de novas condutas em relação aos mortos e à morte; os espaços de enterramento transfiguram-se em lugares de especial significado para o entendimento dos sentimentos e do imaginário. Pretende-se apontar alguns aspectos que propiciam a reflexão sobre os significados incorporados pelas necrópoles oitocentistas. Para percorrer este caminho serão destacados: os epítáfios, os elementos decorativos que ornamentam os túmulos – fotografias, estatuária, adereços, dentre outros e a utilização destes lugares como marcos da memória dos grandes, a construção de mitos e imagens que distinguem os poderosos dos outros mortais. Será apontado, igualmente, o potencial dos cemitérios como local de trabalho e espaço para manifestação do talento artístico de artistas e artesãos. O propósito é destacar a relevância destes espaços como lugares da construção da memória, destacando-se, contudo, o acervo neles guardados, indicando a necessidade de se compreender sua dimensão patrimonial e a urgência no estabelecimento de ações públicas ou privadas no sentido de protegê-los e torná-los locais devidamente apropriados pelas sociedades nas quais se inserem.

Palavras-chave: Cemitérios; oitocentos; acervo, patrimônio; educação.

CEMITÉRIOS - compreensão e definição.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Sarcófagos, sepulcros e estátuas tumulares enriqueceram a arte dos povos, em variadas épocas. Desde os primórdios da humanidade podemos identificar lugares específicos para o culto aos mortos. Na Antigüidade, particularmente, a civilização egípcia para a qual a morte ocupava um lugar de destaque no imaginário e no convívio social, é possível apontar exemplares da arte funerária nos possibilitando refletir acerca da importância deste tipo de manifestação artística para os homens e para a sociedade da qual faz parte.

Este fato revela a importância que, ao longo da História, a morte, os mortos e os lugares reservados a eles, adquiriram em cada cultura e em cada época. De acordo com Maria Amélia Salgado Loureiro o respeito pelos mortos coincide com os primórdios da existência humana e, em seu ponto de vista:

[...] antes de conceber e adorar a um Ente Supremo, ele [o homem] adorou os mortos. Foi talvez, à vista da morte que o homem teve pela primeira vez, a idéia do sobrenatural. A morte foi o primeiro mistério e colocou-o no caminho de outros mistérios. Elevou-lhe o pensamento do visível ao invisível, do humano ao divino, do efêmero ao eterno²².

Este dado é corroborado através do clássico estudo de Lewis Mumford sobre as cidades ao longo da História. O estudioso afirma:

No desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes, encontramos a expressão de necessidades animais semelhantes à que se verificam em outras espécies sociais; contudo, até os indícios urbanos mais primitivos revelam mais do que isso. Pouco depois de ter descoberto a trilha do homem mais antigo dos acampamentos e dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não têm correspondente animal; em particular, uma ceremoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado-com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor. O respeito daquele homem antigo pelos mortos, em si mesmo uma expressão de fascínio pelas suas poderosas imagens de fantasia em vigília e de sonho noturno, teve talvez um papel maior ainda que as necessidades de ordem mais prática, ao fazer com que procurasse um local fixo de encontro e afinal um ponto contínuo de fixação. Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim

²² LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977. p.12

de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. Embora o ajuntamento de alimentos e a caça não encorajem a ocupação permanente de um sítio único, pelo menos os mortos reclamam esse privilégio. Há muito tempo atrás, os judeus reclamavam, como patrimônio seu, a terra onde estavam localizadas as sepulturas de seus antepassados, e essa bem fundamentada pretensão parece ser primordial. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim²³.

Dentro desta perspectiva os espaços funerários tornaram-se mais ou menos sofisticados, uma vez que acompanharam o desenvolvimento cultural dos grupos e as sociedades que veneravam e cuidam de seus mortos.

De acordo com Loureiro a origem semântica da palavra cemitério é o grego (*KOUMETÈRION*, de *KIOMÃO*, *eu durmo* e do latim *COEMETERIUM*). O cemitério nomeava, inicialmente, o lugar onde se dormia quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos, mas sob a influência das idéias cristãs o termo adquire nos primeiros séculos de nossa era, o sentido de campo de descanso após a morte. Era o lugar onde se aguardava a ressurreição, o soar das trombetas do Juízo Final. Ainda de acordo com as análises da pesquisadora:

A palavra cemitério aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por inumação, por enterramento direto no solo. É, pois, por abuso, por extensão de sentido, que é empregada para designar os hipogeuos egípcios, os ajuntamentos de sepulturas cavadas na rocha, como na Assíria, na Fenícia e na Índia, os túmulos gregos e outros, os columbários romanos [...] os cemitérios propriamente ditos, só aparecem em plena Idade Média, quando se enterravam os mortos de categoria dentro das Igrejas e os pobres nos adros, tudo nos limites paroquiais²⁴.

Estes eram cemitérios eclesiásticos e obedeciam a uma série de normas e regulamentos religiosos e que fizeram parte do imaginário cultural europeu e brasileiro até meados do século XIX, apresentando algumas variações temporais de acordo com o momento histórico vivido e a realidade social de cada lugar.

²³ MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1965. 1ºvolume. p.15-16.

²⁴ LOUREIRO. *Origem Histórica dos Cemitérios* p.28

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

No final do século XVIII e com mais força e sedimentação teórica, um fenômeno curioso, aconteceu em várias partes do mundo ocidental, por medidas sanitárias, higiênicas, embasadas em discursos médicos e higienistas, os sepultamentos foram deslocados para os cemitérios secularizados, extra-urbe.

Na realidade não se tratava de um comportamento inusitado, pois outras culturas, especialmente as orientais, já possuíam o hábito de inumação a “céu aberto”. Entretanto, na cultura ocidental esta mudança de comportamento afetou diretamente os povos de predominância católica, inaugurando uma nova modalidade de sepultamento e culto aos mortos a partir da difusão dos cemitérios secularizados ou cemitérios laicos.

Há uma série de razões que são apresentadas para justificar este deslocamento, algumas já foram citados e se referem ao aspecto da higiene e da salubridade, mas há outros fatores a serem considerados, tais como: a urbanização e industrialização aceleradas, ascensão da burguesia e, consequentemente, o triunfo da ideologia capitalista e individualista determinando alterações nos comportamentos. Neste sentido pode-se dizer que os cemitérios secularizados são produto de determinações científicas, mas possuem raízes nas questões políticas, econômicas e sociais que se impunham no transcorrer do século XIX culminando nas primeiras décadas do século XX.

Os cemitérios secularizados deste período se caracterizam pela diversidade decorativa na construção de mausoléus, expressando através da individualização e destaque das famílias e classes importantes no interior das sociedades e, de modo singular, na produção de uma linguagem alegórica que proporciona ricos debates sobre os significados, interpretações feitas acerca da morte, do ser humano e seu lugar de identidade e permanência na memória dos vivos.

Os cemitérios oitocentistas guardam em seu acervo um patrimônio que permite a compreensão da estrutura social, dos debates e arranjos políticos, da economia local, enfim, transformam-se em um resumo simbólico do tecido social no qual estão inscritos. Há vários exemplares de espaços cemiteriais carregados com estas características, entretanto, nos interessa de modo particular o primeiro cemitério, oficial, da capital mineira²⁵.

O Cemitério do Nossa Senhor do Bonfim

²⁵ São alguns dos cemitérios que estão circunscritos neste período: Pére Lachaise, Paris (1804); Cemitério Staglieno, Genova (1835); Recoleta, Buenos Aires (1822); Chacarita, Buenos Aires (1871); Consolação, São Paulo (1858) e São João Batista, Rio de Janeiro, (1851).

Belo Horizonte nascida na virada do século dezenove apresentou-se como uma proposta nova em relação a tudo aquilo que havia sido o Arraial do Belo Horizonte, local escolhido dentre outros e sobre o qual foi erguida a nova capital. Esta proposta perpassou pela composição estilístico-arquitetônico das ruas e prédios, bem como o perfil de seus moradores que além de serem novos e modernos, como a cidade, deveriam possuir novos hábitos e comportamentos naquilo que se relacionava ao convívio social. E neste convívio inclui-se a morte.

Concebida dentro do ideário republicano a rejeição a valores tradicionais de feição colonial. Neste sentido o hábito de sepultar os mortos nos adros dos templos foi cabalmente proibidos e novos espaços foram a eles destinados. As medidas tomadas pela comissão construtora da nova capital em relação à desativação dos sepultamentos eclesiásticos foram determinações importantes para a efetivação do projeto que culminou na construção da capital. Em relatório redigido em 1894, um membro da Comissão, afirmava que:

Na frente [Matriz] fica-lhe um cemitério, fechando um pequeno adro, de 10 metros em quadro, cuja terra empapassada de óleo humano e entremeada de ossos, está accusando a excessiva quantidade de cadáveres, que tem recebido, em desmarcada proporção com sua capacidade. Ahi a abertura de uma cova tórnara-se um espetáculo à desoccupados curiosos para triste contemplação de quatro ou cinco ossadas juntas, ao que poz logo termo a Comissão construindo um cemitério provisório em lugar afastado, pouco depois de sua instalação²⁶

Vale acrescentar que esta decisão já havia sido determinada através da Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, mas não havia se concretizado efetivamente até então. As normas da Comissão Construtora possuíam significados simbólicos especiais: era a civilização dos costumes.

O Cemitério de Nossa Senhor do Bonfim nasceu a partir deste projeto. Nele pode-se antever a mentalidade moderna /burguesa que norteou os princípios fundadores da capital, através da avaliação de sua arquitetura, dos artistas-artesões que nele trabalharam e

²⁶ LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: *Comissão Constructora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Publicação periódica, descriptiva e estatística feita com autorização do Governo do Estado sob direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C. 1895. V. I p. 13.

especialmente da arte tumular que nos permite enxergar signos e símbolos que revelam a contradição de uma sociedade que, nascida sob a promessa da democracia, tenta igualar os mortos, convidando - os a ocupar o mesmo espaço, mas opera a desigualdade a partir do instante que estimula a propriedade privada, via sepulturas de família, bem como a ostentação e demonstração de força e poder que se expressam na arte e arquitetura tumulares.

As determinações da comissão em relação à configuração da cidade são questões significativas para se entender a concepção urbana almejada. Para aqueles que a haviam projetado existia um objetivo claro de tudo controlar e isto se percebe no depoimento de Arthur Azevedo, jornalista que, em visita à capital no início do século XX, se espantou com a ausência de elementos, lugares, objetos e até seres humanos que pudessem prestar um depoimento do passado. Ele afirmou, ao passear pelas ruas da cidade no ano de 1901, que nela faltava a “vetustez”: “[...] era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via: as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar ali pessoas velhas”.²⁷ O projeto construtivo da capital mineira pressupunha a renovação, a instauração daquilo que se considerava moderno. Para isto era importante a definição na planta da cidade dos lugares adequados a cada equipamento urbano.

E neste sentido que o cemitério municipal foi concebido ocupando um terreno com área aproximada de 170.036 (cento e setenta mil e trinta e seis) metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante 650 (seiscentos e cinqüenta) metros do perímetro urbano. O local era alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira o que facilitaria a construção. A localização estratégica do cemitério na planta da cidade fornece os subsídios para compreendermos as atitudes mentais da época: deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e absorção dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual era engendrada.²⁸

²⁷ AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. *Revista do Arquivo Públco Mineiro*. Belo Horizonte, Ano XXXIII, 1982;p.179 -211

²⁸ Embora tenha sido inaugurado no final do século XIX, 1897, a regulamentação do cemitério público foi processada através do Decreto nº 1368, datado de 05 de março de 1900, com a aprovação do então Presidente do Estado, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão. Dividido em 06 capítulos o decreto determina as condições de uso, dimensões, características das sepulturas, enterramentos, transporte de cadáveres, administração do espaço, dos valores a serem cobrados, dentre outras orientações. *Decreto nº 1368 de 05 de março de 1900. Regulamento do Cemitério Públco Prefeitura da Cidade de Minas*. Cidade de Minas: Imprensa

A convivência entre mortos e vivos já não podia ser tolerada, daí a equilibrada distância a ser mantida, especialmente fora do perímetro urbano, na zona determinada como suburbana na planta da capital, em local de fácil acesso, mas que não maculasse a ordem através da qual a cidade se organizava.

Estas cuidadosas mudanças na topografia da morte têm suas referenciais na Europa que, conforme aponta Philippe Ariès²⁹, vinha se delineando desde o final do século XVIII, quando o cemitério aparece nas preocupações expressas dos médicos e higienistas. Urgia vencer a insalubridade característica aos mesmos através de sua remoção para fora das urbes. Dentro da necrópole a individualização das sepulturas foi um passo decisivo para as alterações em relação à tradição e o culto aos mortos traduzidos nas visitas que passam a serem feitas à cidade dos mortos, bem como a utilização de monumentos e emblemas que demarcam a presença dos mortos e sua memória. E será em consonância com estes valores e novos atributos imputados à morte que o cemitério é incorporado ao cenário da cidade. Os cantos e recantos da cidade relatam uma cidade nova a ser descoberta.

É possível destacar histórias diversas analisando o acervo que se abriga no espaço funerário. O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim muito pode revelar acerca da vida social, cultural e política da capital. Erguido fora do perímetro urbano o cemitério absorve em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade abarc, também, suas características estilísticas e arquitetônicas. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851-1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.

O século XIX irá trazer os cemitérios à topografia das cidades, inaugurando novas atitudes e comportamentos do homem perante a morte. De acordo com Ariès:

[...] o cemitério reproduz, na sua topografia, a sociedade global, como um mapa reproduz em relevo ou uma paisagem. Todos estão reunidos no mesmo recinto, mas cada um no seu lugar, a família real, os eclesiásticos, em seguida duas ou três categorias de distinção conforme o

Official do Estado de Minas, 1900.10 páginas.

²⁹ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Vol. II.p.518-609

nascimento, ilustração e praticamente a riqueza, já que os lugares estão à venda, e enfim os pobres. A primeira finalidade do cemitério é representar um resumo simbólico da sociedade³⁰.

E este resumo simbólico da sociedade que pode ser encontrado no Cemitério de Nossa Senhora do Bonfim. Como parte do projeto republicano-positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida o cemitério representou sob certos aspectos rupturas significativas em uma sociedade tradicionalmente calcada na religião.

Até a década de 40 o cemitério foi o único da capital, deste modo, todos eram nele sepultados. Por mais de um século de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou.

Entretanto torna-se um equipamento de destaque no cenário urbano, através da arquitetura que o diferencia do entorno e especialmente pela história nele contida. E assim, parece importante reconhecer que, desde sua inauguração até os dias de hoje, artistas - artesãos passaram por ali e deixaram seu registro, sendo a grande maioria atuante, também, na cidade dos vivos.

Desde os tempos mais remotos o homem registra sua vida através das imagens. Imagem como força simbólica reveladora e representativa das expectativas, desejos contidos e projeções que o homem tem diante da vida. A arte, portanto, é um elemento presente no cotidiano humano. Através da produção artística, da exploração das imagens criadas pelos homens é possível compreender aspectos variados da sociedade que as produz. Este é um exemplo que pode ser buscado se analisarmos a arte funerária.

E mais significativas se tornam as interpretações que podem ser feitas tomando como ponto de partida e observação o espaço cemiterial. Em uma cidade concebida para representar o novo, onde o moderno estava acima do passado, velho e ultrapassado. Onde tudo foi esquematizado e sintonizado com o mundo civilizado, os espaços, os comportamentos, os lugares deveriam ser planejados e corresponder a este esquema. O cemitério fazia parte deste plano e tal qual a cidade escapou ao controle. A análise das imagens que nele se cristalizam discursa acerca desta concepção e das transformações que foram se processando.

³⁰ _____. *O Homem Diante da Morte*. p.547

E a interpretação e apropriação deste discurso através da compreensão deste espaço como lugar de memória, guardião de um patrimônio cultural material e imaterial, tem sido o mote para a incorporação deste espaço nas políticas de educação patrimonial. Desde o segundo semestre de 2012, em uma parceria entre a Escola de Design, Universidade do Estado de Minas Gerais e a Fundação de Parques Municipais, tem transformado o espaço cemiterial em um local de aprendizado, discussão, lazer e aprendizado. A proposta consiste em realização de visitas guiadas, aos fins de semana, e ofertadas, gratuitamente à população em sua generalidade. A proposta central, para além do lazer e do turismo, é sensibilizar experiências, proporcionar a compreensão da cidade e da sua história e ao mesmo tempo, consolidar significado e pertencimento em relação ao espaço cemiterial.

Pretende-se assim, consolidar a ideia de que a escola formal não é o único local onde se pode concretizar a experiência do aprendizado, ou seja, os espaços não-formais podem ser lugares importantes para se concretizar a troca simbólica de saberes e, consequentemente se construir conhecimento³¹.

O cemitério, deste modo, tem sido um espaço significativo para inserção da prática da educação patrimonial, pois, além de convidar a sociedade belorizontina para a fruição, o deleite e apreciação estética, naquilo que se refere às obras de arte que ornamentam os túmulos; estimulam a reflexão contínua sobre as transformações das relações no tocante ao culto aos mortos, os discursos concordantes e dissonantes, bem como a construção da trama social, política e religiosa que define os hábitos e códigos culturais da população da capital mineira.

Pode-se, assim, considerar que os cemitérios oitocentistas, e de modo específico, o Cemitério do Nossa Senhor do Bonfim, situado em Belo Horizonte, são bens culturais, tradutores de uma história, guardiões da memória e portadores de um patrimônio que merece o cuidado dos poderes público e a apropriação e fruição da sociedade em geral.

³¹ Sobre educação patrimonial consultar: FLORÊNCIO, Sônia Rapim e outros. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN/CEDUC, 2014. 64 p.

Educação Patrimonial em Arquivos Municipais

Arthur Oliveira Freitas
Graduado em História- UFMG
Graduando em Arquivologia - UFMG
arthurnegro@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute as ações de Educação Patrimonial em Arquivos Municipais. Como marco teórico adotamos a proposta da educação libertadora de Paulo Freire e, a de Adriana Koyama do conhecimento a partir do assombro. A metodologia proposta por Ivo Mattozzi, os “arquivos simulados”, nos é entendida como a melhor escolha para se trabalhar nos Arquivos Municipais. Locais ideais para as atividades por sua relação de proximidade com o ambiente dos estudantes.

Palavras Chave: Educação patrimonial; Arquivos municipais; Arquivos simulados.

Introdução

Este artigo pretende discutir as ações de Educação Patrimonial em Arquivos Municipais, tendo como marco teórico a proposta da educação libertadora de Paulo Freire (1979), que valoriza o pensamento crítico construído num ambiente dialético onde educador e educando constroem o conhecimento juntos e de maneira crítica, possibilitando, assim, a modificação da realidade, e, a perspectiva apresentada por Adriana Koyama (2013) do florescimento do conhecimento a partir do assombro, por meio das contradições e ambiguidades dos discursos. Entendemos que um caminho importante a ser seguido por essas instituições é a utilização dos “arquivos simulados”, como trabalhado por Ivo Mattozzi (2009). Acreditamos que a consolidação dos Arquivos, enquanto instituições indispensáveis à cidadania e ao usufruto dos bens culturais, está ligada às ações educativas/patrimoniais realizadas nas suas dependências, por funcionários e/ou parceiros, e principalmente nas escolas.

O texto é dividido de maneira à primeiro debater as proximidades dos Arquivos e da História, em seguida, discorre sobre as ações patrimoniais realizadas nas instituições arquivísticas e, por último, apresentamos de maneira mais concreta a ideia dos “arquivos simulados”.

Arquivos e História

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os Arquivos ainda buscam um maior reconhecimento da sua importância no Brasil, um dos empecilhos é a “dificuldade de entendimento das autoridades e da população em geral do real papel que deve ter um arquivo público”³², os investimentos, que ainda são tímidos nas atividades educativas, podem representar um caminho de consolidação no imaginário social do seu valor. Somente com uma ação educativa consistente, regular e bem planejada, as instituições arquivísticas, que já dispõem de um grande número de visitas, atingiriam uma maior possibilidade de diálogo com as escolas e seus alunos, o que ampliaria o reconhecimento de seu lugar na sociedade.

Como explicitado no Documento Final da ANPUH- 2012:

os arquivos realizam difusão cultural por meio da elaboração dos instrumentos de pesquisa, da confecção de produtos culturais e realização de atividades educativas a partir do seu patrimônio documental, bem como por meio do diagnóstico das demandas dos usuários, com vistas a aprimorar suas ações de difusão.³³

A participação dos historiadores, quando o produto de difusão cultural envolve a análise e narrativa histórica, é indispensável. Esta parceria vai além das atividades educativas, pois, os pesquisadores da área de História são consulentes frequentes dos Arquivos, e estão diretamente vinculados ao trabalho destas instituições sendo muitas vezes seus diretores e técnicos.

A disciplina História é estudada no Brasil, segundo Vilma de Lurdes Barbosa, diretamente influenciada pelas: tradições e concepções europeias, expressamente francesas [...] como é o caso da cronologia esquemática e linear, baseada no quadripartite - História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea - ou da própria História do Brasil, também constituída dentro dos marcos da história europeia.³⁴

Em termos de metodologia de ensino, a memorização foi, por muito tempo, a principal forma de adquirir-se conhecimento, com ênfase nos grandes homens, nos grandes acontecimentos, o estudo era voltado para se ter um domínio de datas, nomes de heróis e eventos. As mudanças ocorridas no decorrer do século XX, na academia, não conseguiram uma reverberação suficiente nas salas de aula das escolas a ponto de mudar esse quadro.

³² PARRELA, Ivana. Arquivistas e o fomento às pesquisas: Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros. In: Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.124-133 jan./abr., 2013, p.124.

³³ ALVES, Clarissa; SILVA, Haire Kleber da. O Perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos, São Paulo, 2012, Documento Final do Encontro, ANPUH 2012.

³⁴ BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História local: redescobrindo sentidos. *Sæculum–Revista de História*, v. 15, 2006, p.57.

Muito desse distanciamento entre o debate nas universidades e o dia a dia do ensino escolar, se dá pela falta de recursos didáticos ao alcance dos professores de ensino fundamental e médio. É recorrente o fato do único recurso disponível para os docentes montarem suas aulas, ser o livro didático que, por determinação das escolas, ou por impossibilidade do professor, não tem complementos ou contraposições apresentadas ao longo do aprendizado. O discurso explicitado nestes materiais é, muitas vezes, excludente, e faz com que os alunos não se reconheçam como atores de “uma história personalista, que enfatiza determinadas datas, personalidades e fatos isolados e patrióticos”³⁵.

Por serem responsáveis pela guarda dos documentos oficiais, os Arquivos, muitas vezes, se enquadram em um discurso histórico que exalta os vencedores. Com isso, as suas atividades educativas/patrimoniais, são pensadas de maneira a reforçar este discurso, evocando uma história que segue seu caminho “natural”, retirando as divergências e os conflitos existentes.

Educação Patrimonial em Arquivos

A Educação Patrimonial foi apresentada em 1999, pelo Museu Imperial, como “um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido.”³⁶ partindo desta compreensão, os arquivos, vem buscando, através dos documentos provenientes do seu acervo, construir as suas ações educativas.

Os Arquivos Municipais são tradicionalmente visitados por escolares, devido à “proximidade de seus acervos sobre as cidades com os temas estudados pelos alunos dos primeiros ciclos da Educação, como a história do bairro, origem ou história do município.”³⁷ O que advém da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que recomendam que as histórias das cidades e dos bairros devam ser o objeto de estudo nos dois primeiros ciclos. A localidade, segundo Luís Alberto Marques Alves, “pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor do aluno, que o

³⁵ BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História local: redescobrindo sentidos, p.58.

³⁶ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. et alli. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999, p.6. Grifo e destaque dos autores.

³⁷ PARRELA, Ivana. Ações educativas em arquivos municipais de Minas Gerais: Uma análise das atividades apresentadas pela internet, 2014, p.2.

enraíza no seu espaço, que o forma criticamente e que o aproxima do saber histórico.”³⁸, sendo assim, o trabalho conjunto entre escolas e arquivos é um importante fator para o desenvolvimento de uma consciência crítica e patrimonial nos alunos, logo nos seus primeiros anos como estudantes.

Ressaltamos que, como dito por Adriana Koyama, os Arquivos não devem ser apenas extensões do ensino curricular. Caso os programas educativos se preocupem apenas em desenvolver as habilidades e competências estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares, perdem a possibilidade de criar abordagens mais amplas e de trabalhar o conhecimento histórico e arquivístico dos visitantes. Outra preocupação é a proximidade dos discursos dos Arquivos e da História Oficial, construída de forma a apagar as inconsistências e os conflitos, em uma narrativa apaziguadora, que apresenta, de acordo com Paulo Freire, um futuro determinado, imutável. É importante, que os documentos escolhidos proporcionem um pensamento próprio, um raciocínio individual ou coletivo, que seja desenvolvido pelos alunos sem ser previamente determinado ou guiado.

Também é relevante que se faça uma conexão entre a História Local e a História Geral. Para Bellotto, “encontrar estas ressonâncias dos acontecimentos nacionais e internacionais, comprovadas nos documentos regionais, é sempre possível e extremamente útil à compreensão da história pelos alunos.”³⁹, estas aproximações, permitem aos estudantes vislumbrarem a possibilidade de interagirem e serem parte da história.

Um exemplo interessante, nessa perspectiva, seria analisar como as colônias de estrangeiros no Brasil foram diretamente atingidas pelos conflitos na Segunda Guerra Mundial. Obrigados a esconder as bandeiras de seu país, mudar nomes e cores de seus clubes, os italianos em Belo Horizonte, trocaram o nome da Societá Sportiva Palestro Itália, para Palestro Mineiro e Ypiranga, até consolidar-se como Cruzeiro Esporte Clube, em referência ao Cruzeiro do Sul, e substituir o verde, branco e vermelho, pelo azul e branco. Este caso pode servir como um ponto de partida para o entendimento dos alunos com relação às conexões entre a História Local, e a Geral, uma Guerra que envolveu diversos países do mundo e que foi determinante para mudanças na cidade em que moram. E, a partir daí, pode-se trabalhar como o Estado Brasileiro interferiu diretamente na vida

³⁸ALVES, Luís Alberto Marques. *A história local como estratégia para o ensino da história*. Porto: Universidade do Porto, 2006.

³⁹ BELLOTTO, H. L. Política de ação cultural educativa nos arquivos municipais. In: Registro, Ano I, nº 1, 2002, P.22.

cotidiana de milhares de cidadãos, as perseguições que estrangeiros sofreram e os conflitos provenientes destes eventos.

Arquivos Simulados

A proposta de Ivo Mattozzi, de constituição de “*arquivos simulados*” pode ser compreendida como uma forma de permitir um trabalho de construção de conhecimento nos moldes apresentados por Paulo Freire e de confrontar os alunos com o assombro defendido por Koyama. Para isso, Mattozzi diz que, “a pesquisa didática deve continuamente estar relacionada a problemas reais”⁴⁰ e “os critérios da seleção e da apresentação dependem do uso didático.”⁴¹, sempre em um trabalho conjunto entre escola e arquivo. Além de proporcionar uma construção pedagógica que aproxime a História Local e a História Geral, através de documentos que demonstrem como a localidade é influenciada por eventos gerais, ou como, movimentos que começaram em suas cidades propiciaram mudanças no estado, no país, ou até mesmo no mundo.

Em seu artigo *Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas*, Ivo Mattozzi, percorre algumas das ações educativas realizadas nestas instituições. O primeiro problema percebido é a distância entre os Arquivos e a Escola. O segundo é a incapacidade de “produzir uma atitude de profissionalismo que inclua o hábito das fontes, a didática da pesquisa histórica, os arquivos entre os instrumentos normais do ensinamento da história.”⁴². Por causa deste distanciamento, os professores não tem contato com materiais adequados para criar trabalhos voltados para a Educação Patrimonial, assim, a construção de um projeto focado na realidade da sua sala de aula é comprometida. É necessário um diálogo com os arquivos, para a concepção de um programa conjunto de educação, uma vez que, muito professores sequer tem conhecimento sobre a existência ou o modo de operação de uma instituição arquivística.

A partir do trabalho conjunto, arquivista e professor, com os “*arquivos simulados*”, podem criar um programa de ensino capaz de responder às demandas de suas funções, com isso proporcionar uma experiência de pesquisa histórica e da realidade arquivística.

⁴⁰ MATTOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica: Para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. *História Revista*, v. 14, n. 1, p. 321-336, 2009.p.324.

⁴¹ _____. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.326.

⁴² MATTOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.322.

Consolidando no imaginário dos alunos a importância do patrimônio, do historiador e do arquivista. A conexão entre alunos e professor é determinante para um trabalho bem executado, segundo Alves:

desempenhará um papel central o professor que for capaz de se integrar no espaço/comunidade educativa que leciona e que for capaz de trazer para a sala de aula os recursos que saíndo da identidade dos seus alunos sejam capazes de os mobilizar para colaborarem na sua procura e que os transformem em cidadãos activos e intervenientes na preservação da sua identidade patrimonial (ALVES, Luís Alberto Marques, 2006, p.71)

Podemos acrescentar que, também ao arquivista, no âmbito da Educação Patrimonial, é cara esta postura, sem um contato mais próximo dos docentes e alunos, os trabalhos realizados nas instituições arquivísticas perdem a chance de uma aplicação mais efetiva.

Os “*arquivos simulados*” devem ser uma versão menos complexa do arquivo real, sem perder de vista o original. De acordo com o desenvolvimento dos trabalhos e do aperfeiçoamento das turmas, as pesquisas podem adquirir uma maior complexidade. Segundo Ivo Mattozzi, “O arquivo simulado deveria ter uma estrutura voltada aos estudantes, para compreensão das funções, estruturas e potencialidade de um arquivo real.”⁴³, sem se esquecer do desenvolvimento de pesquisas históricas naquela instituição, graças ao trabalho dos arquivistas.

A aproximação entre escola e arquivo, é importantíssima para o desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial consistentes, capazes de desenvolver a educação libertadora defendida por Freire e o assombro citado por Koyama. Os Arquivos Municipais, seguindo a afirmação de Mattozzi, “as histórias locais são os ambientes nos quais os *arquivos simulados* poderiam mostrar a sua utilidade”⁴⁴, são ideais para se desenvolver este trabalho. Um diálogo mais próximo, tendo como fim a construção de um plano de trabalho envolvendo escola, alunos, professores, arquivistas e arquivo, nos parece um caminho importante para uma Educação Patrimonial realmente capaz de emancipar os estudantes e auxiliá-los no desenvolvimento do pensamento crítico e do conhecimento histórico e arquivístico.

⁴³ _____. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.327.

⁴⁴ MATTOZZI. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.331.

Digitalizar é preservar? Reflexões e apontamentos sobre as relações entre o processo de digitalização, a materialidade dos acervos e o acesso virtual

Aline Rabello Ferreira

Especialista em História da Cultura e da Arte

UFMG

aline.ferreiraset@gmail.com

RESUMO

A partir de dois questionamentos iniciais: “por que preservar?” E “por que digitalizar para preservar?” pretende-se, nesta comunicação, desenvolver algumas reflexões acerca do processo de digitalização de documentos visto como ferramenta para preservação e acesso a acervos de consulta restrita. Com o advento de novas tecnologias, a cada dia expande-se o número de acervos digitalizados, e, com ele, o aumento inconteste das possibilidades de pesquisa entregues ao pesquisador, muitas vezes de maneira gratuita e à distância. Todavia, os profissionais que atuam nas instituições de salvaguarda – incluindo os historiadores – não devem perder de vista dois pontos essenciais que circundam esse processo: a conservação da materialidade dos documentos e um planejamento para arcar também com os custos advindos da digitalização. Para torná-la mais concreta, a discussão será amparada por breves excertos de relatos de experiência da autora no processo de digitalização de dois acervos distintos: A Coleção Linhares – acervo pertencente às Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG; e o acervo documental do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, em Diamantina. A apresentação está fundamentada também em manuais e diretrizes nacionais e internacionais para digitalização de documentos, além de outras leituras e pesquisas. Ao final, destacar-se-á a importância de se considerar em primeiro plano as especificidades materiais e contextuais de cada acervo ao se optar pela digitalização. Porque digitalizar é preservar, mas é, ao mesmo tempo, criar um novo acervo que, por sua vez, precisará também ser preservado.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Digitalização; conservação; Gestão documental.

INTRODUÇÃO

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

O objetivo desse texto é lançar algumas reflexões sobre as relações entre a materialidade dos acervos que preservamos, a digitalização desses acervos e as possibilidades de acesso. Devo dizer, antes de mais, que essa breve discussão tem como foco os acervos de papel, entretanto as discussões se ampliam também, em muitos aspectos, para outras tipologias de acervo.

Então, começemos pelo princípio: O que é preservar? Preservar é atuar sobre um acervo, seja por meios diretos ou indiretos de intervenção, garantindo sua integridade (na medida do possível), salvaguarda a longo-prazo (para os mais utópicos, “para sempre”) e o acesso permanente ao seu conteúdo⁴⁵. Só para esclarecer, os meios diretos são intervenções que executamos diretamente sobre o objeto de preservação – conservação curativa e restauração – e os indiretos são as intervenções que fazemos no entorno do objeto – conservação preventiva (forma de acondicionamento do objeto, luz, temperatura, umidade relativa).⁴⁶

E, afinal, por que preservamos? Essa é uma questão muito complexa, que engloba várias discussões e linhas de pensamento relativas ao conceito de memória, que não cabe discutir aqui. Mas, sabemos que os documentos (e incluo aqui a noção mais ampla de documento, que abrange o nosso patrimônio material e imaterial, objetos particulares e acervos públicos) são memória, são o que restou, o registro de um tempo que já não é o nosso mas que, através dos objetos, nos cabe ler, analisar, interpretar..⁴⁷

E o que é digitalizar? Digitalizar é transferir as informações que estão em um suporte físico para um virtual, ou, utilizando termos técnicos, é transformar uma informação analógica em informação digital, codificada por valores numéricos fixos (números binários) e guardada, finalmente, em uma mídia. E quando falamos de mídia, do que se trata? Uma mídia pode ser qualquer suporte que armazene essa informação digital. Pode ser um HD, um pendrive, CD ou qualquer outro suporte. Diferente dos acervos materiais analógicos, a mídia é o repositório de um acervo que não podemos ver “a olho nu”. Para a informação armazenada ser acessada, devemos conectar a mídia a um leitor que decodifique seus registros e reprecente a sequência de bits (abreviação para *binary digits*) em

⁴⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES. Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. *Boletim Eletrônico*. Rio de Janeiro, ABRACOR, nº 1, jun. 2010.

⁴⁶ FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. *Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008. 24p. (Tópicos em Conservação Preventiva 2)

⁴⁷ MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporánea de La Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003, p. 205.

imagens. E é aí que se inicia toda a problemática da digitalização como ferramenta de preservação de acervos.⁴⁸

ACESSO VIRTUAL

Primeiramente devemos considerar todos os enormes benefícios para um acervo e para os pesquisadores ao se optar pela digitalização de um acervo. Sabemos que a crescente facilidade de acesso aos acervos digitais, com destaque para o acesso à distância e a gratuidade, é um incentivo considerável à pesquisa em fontes primárias por pesquisadores de todo mundo, que não precisam mais estar presentes fisicamente nas bibliotecas e arquivos para ler um documento, basta estarem conectados à internet. Há ainda outras vantagens, como a aplicação de ferramentas de busca textual (OCR) nos arquivos digitais, pelas quais podemos pesquisar assuntos por palavras-chave, e também a grande facilidade de mobilidade de leitura, por ser possível pesquisar simultaneamente entre partes de um mesmo texto, ou entre documentos diferentes. Quem já pesquisou em arquivos históricos e bibliotecas de acervos especiais sabe da preocupação que há ou, pelo menos, que deveria existir por parte dos funcionários com relação à preservação dos acervos. Em geral, as regras de acesso pretendem colaborar para a preservação dos documentos a logo prazo, mas são, ao mesmo tempo, um fator prejudicial ao acesso dos pesquisadores aos documentos, pelo fato de que esse acesso indireto, mediado pelo funcionário, acaba por restringir e direcionar a busca. Poder acessar virtualmente os documentos que se quer consultar é então uma grande facilidade para os pesquisadores. Conjuntamente, por serem menos manipulados, os documentos em formato analógico ficam menos tempo expostos aos riscos causados pelo manuseio e outros agentes de deterioração.

Mas, apesar de todos os benefícios sucintamente descritos, há também algumas dificuldades de leitura e prejuízos de informação registrados nas imagens geradas pelo processo de digitalização: por exemplo, quando uma fotografia é digitalizada, a gradação de cores original é dividida em pontos com valores determinados – mais limitados do que a variação de tonalidade vista pelos nossos olhos; e é esse padrão de pontos que foi gravado que é remontado na tela do computador a cada vez que a foto é acessada. Por isso sempre há alguma perda de informação quando um material é digitalizado. Diferentes formatos de registro guardam níveis de informação diferentes. Os formatos mais indicados para

⁴⁸ SMITH, Abby. Digitization is not Preservation – at least not yet. In: KRESH, Diane (org.). *The Whole Digital Library Handbook*. Chicago, EUA: American Library Association, 2007. p.342-345.

preservação digital que alcançam maior qualidade de imagem são os formatos RAW, como o TIF, por exemplo – importante lembrar que os formatos que guardam mais informação, ocupam mais espaço na memória do computador. Também pode acontecer do acesso aos arquivos ser impossibilitado devido ao mau funcionamento ou pane dos equipamentos de leitura ou das mídias de guarda das informações digitais. Além disso, não podemos nos esquecer dos custos: digitalizar um arquivo não é apenas colocar o documento em um scanner e apertar um botão. O processo se inicia muito antes e finaliza muito depois desse ato, se é que se pode mesmo falar em fim do processo. Selecionei dois acervos digitais de periódicos disponíveis online para dirigir essa discussão.

O primeiro se refere à Coleção Linhares. Esta é uma coleção de periódicos publicados em Belo Horizonte de 1895 até 1956, ano da morte do colecionador Joaquim Nabuco Linhares. Em 1976 o acervo foi vendido à UFMG pela família. Essa coleção faz parte atualmente do acervo das Coleções Especiais da UFMG e está devidamente acondicionada no quarto andar da Biblioteca Universitária. O projeto de microfilmagem e digitalização dos documentos⁴⁹ foi desenvolvido em duas etapas: a primeira, realizada em 2005 digitalizou apenas parte dos jornais.⁵⁰ A continuação do projeto aconteceu apenas em 2010, quando foram feitas a microfilmagem e digitalização do restante dos jornais e das revistas, que ainda não haviam sido processadas. Essa segunda parte do acervo ainda não está disponível online mas é possível pesquisar o acervo digital – e, se necessário, o original – no setor de Coleções Especiais. A digitalização do acervo foi feita a partir do microfilme e, nesse processo, as cores dos documentos foram restringidas a preto e branco, diminuindo a qualidade e quantidade de informação repassada aos pesquisadores em relação ao acervo analógico.

Outra experiência que gostaria de relatar foi a realizada pelo Projeto Memória do Pão de Santo Antônio, recentemente patrocinado pelo Programa Petrobras Cultural. A Associação do Pão de Santo Antônio é uma entidade benficiante de Diamantina que, como forma de arrecadar dinheiro para se manter, passou a publicar, desde 1906, um jornal voltado para a comunidade diamantinense. Esse jornal foi impresso em tipografia até 1990! Com o apoio da UFMG o acervo foi totalmente digitalizado entre o fim de 2013 e os primeiros meses de 2014 no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. O

⁴⁹ SANTOS, Vilma et al. A Coleção Linhares em meio digital. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol.27, nº46, p.735-750, jul/dez 2011.

⁵⁰ O resultado dessa primeira fase está disponível no site <<http://linhares.eci.ufmg.br/>>

acervo foi inicialmente gravado em dois HDs de igual teor e, recentemente, em acordo com a Biblioteca Universitária, o acervo está, gradualmente sendo disponibilizado na internet através do Pergamum.⁵¹

Avaliando os dois projetos é possível perceber as diferenças na gerência, tipo de financiamento, nas escolhas pelos processos de reformatação, formatos de guarda e procedimentos para o acesso aos arquivos digitais. Assim, é possível perceber que não há um padrão, uma regra, um manual fechado e específico que dite a melhor forma de digitalizar um acervo. Como é destacado na própria apresentação do texto do CONARQ⁵² (CONSELHO, 2010), recomendações não são regras, são apenas apontamentos para auxiliar decisões acerca de possibilidades e processos, afinal, como cada acervo é único, exige respostas específicas às suas necessidades. Ou seja, todas as decisões que devem ser tomadas para assegurar um bom projeto de digitalização (assim como qualquer projeto que vise a preservação de um acervo) devem considerar, antes de qualquer outro fator a própria materialidade do acervo.

MATERIALIDADE

Sendo assim, ao se avaliar uma obra ou acervo para definir se a digitalização é o melhor meio de salvaguardá-lo, deve-se levar em conta o estado de conservação das peças, o risco de novas degradações; quais níveis de informação devem ser mantidos nos arquivos digitais. Além de não se perder de vista que o acervo material precisa continuar sendo mantido sob as melhores condições de armazenamento possíveis. Afinal, a digitalização de um acervo não elimina, de forma alguma, a necessidade de conservação da materialidade dos acervos analógicos.

Muitas vezes nos referimos ao papel como o suporte da informação escrita. Mas a letra, escrita ou impressa, será toda a informação contida em um documento? Abre-se um campo novo, ainda pouco explorado nos acervos brasileiros, das possibilidades de pesquisa que envolvem a materialidade dos documentos, pois estes registram em sua estrutura física suas técnicas de fabricação, materiais utilizados – que refletem muitas vezes os materiais

⁵¹ Ver: Site de buscas do Catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php>

⁵² CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. 28p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomendaes_para_digitalizacao.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

disponíveis nas cidades e rotas comerciais, hábitos de leitura, marcas de poder/posse. Em geral, as informações não textuais muitas vezes não são levadas em conta nos processos de digitalização. Além disso, pesquisas à constituição física e química do suporte, tão importantes para o desenvolvimento de pesquisas científicas – por aprimorar técnicas e materiais para a restauração de acervos – não podem ser feitas no material digital. Também há o valor atribuído ao acervo material que certamente não acompanha o acervo copiado⁵³.

Ademais, a digitalização de um acervo cria, necessariamente dois novos acervos: o acervo digital, que de tempos em tempos precisará ser reformatado para se manter atualizado e em uso; e o acervo material composto pelas mídias, que guardam essas informações, sejam pequenos HDs ou mesmo os grandes servidores das instituições. É importante lembrar que, por mais que tenhamos nos tornado a cada dia mais conectados aos registros digitais, as mídias de armazenamento e os próprios arquivos digitais ainda não são 100% seguros. Podem se corromper, se desatualizar, perder os softwares de leitura e se tornarem inacessíveis “de uma hora para outra”. A atualização veloz das tecnologias obrigam (ou pelo menos deveriam obrigar) as instituições de guarda a atualizar suas mídias e reformatar seus arquivos na mesma velocidade. E, por isso, o papel ainda é a forma mais segura de se manter um arquivo que não se quer perder – principalmente a longo prazo.

Devemos salientar também que, assim como o acervo material (o papel, a fotografia, o objeto, a obra de arte), o acervo que resultou do processo de digitalização deverá passar por constante e cuidadosa manutenção, para que permaneça acessível ao público pelo maior tempo possível. Afinal, a preservação de nenhum acervo se justifica se ele não puder ser acessado.

Levanto aqui essas breves reflexões e apontamentos porque nós, historiadores (assim como outros profissionais - museólogos, bibliotecários, arquivistas, conservadores-restauradores, artistas), como possíveis gestores de instituições de salvaguarda e/ou proponentes de projetos de preservação de acervos e coleções devemos estar conscientes e atualizados sobre essas questões ao propor a digitalização de um acervo como uma forma de ampliar as possibilidades de sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵³ ZERVOS, Spiros. Intrinsic Data Obfuscation as the Result of Book and Paper Conservation Interventions. In: *Proceedings of the International Conference on Integrated Information*. 2011. Disponível em: <http://users.teiath.gr/szervos/_objects/docs/zervos_kos_Intrinsic_Data_Obfuscation.pdf>. Acesso em 16 jun. 2015.

Por isso devemos sempre levar em consideração: as especificidades do acervo (qualidade dos suportes, estado de conservação, local de guarda), a justificativa para a digitalização (Por que digitalizar esse acervo específico?), onde será guardada a versão digitalizada dos documentos e também os originais, as políticas de acesso ao original e ao material digitalizado e como outras informações acerca dos documentos serão veiculadas.

A criação de um acervo digital é sim uma ferramenta de preservação que deve ser utilizada sempre que for possível e necessário, mas com cautela e responsabilidade, para que o trabalho não se torne também, com o passar do tempo, mais um acervo em processo de deterioração.

Esses pontos podem parecer simples de início, mas não o são, principalmente porque esses acervos devem ser mantidos sob constante manutenção, para que se prolonguem para além de nossa vida finita. Por mais que já existam algumas parcas leis que regem a preservação de arquivos no Brasil, são principalmente a valorização da memória, a consciência patrimonial dos dirigentes de cada setor ou instituição de guarda que garantirão a passagem dos acervos preservados hoje às gerações futuras.

Proteção do conjunto urbano de Santa Tereza: novas perspectivas

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira
Mestranda – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
UFMG
ana.beatriz@rba.srv.br

Resumo: Refletir sobre o conceito de patrimônio - da consagração de monumentos históricos ao entendimento da cidade como patrimônio ambiental – é analisar sua amplitude e desdobramentos para identidade e memória de uma “comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.” (CHOAY, 2006, p.18). A conexão entre pessoas e lugares dentro das dimensões material, social e imaginativa é apontada por Hayden (1995), que afirma que a memória é naturalmente orientada pelo lugar ou, pelo menos, sustentada por ele. Sendo assim, a identidade está intimamente ligada à memória, tanto pessoal quanto coletiva ou social. As paisagens urbanas guardam essas memórias sociais, emoldurando a vida cotidiana. Renovações e requalificações urbanas agredem a paisagem de tal forma que as memórias coletivas se desvanessem.

Em Santa Tereza, tradicional bairro de Belo Horizonte, a relação entre espaço e memória acaba por construir uma identidade coletiva, concentrando ações e símbolos, valores e história. Como construção social, o patrimônio é parte do processo de construção e manutenção da identidade e caráter local, assim como catalizador do desenvolvimento sustentável.

A proteção de Santa Tereza é autêntica na medida em que propõe-se preservar seu caráter urbanístico como meio de resguardar o peculiar modo de vida e práticas cotidianas bem diferentes às da vida contemporânea metropolitana.

Palavras-chave: Santa Tereza; patrimônio urbano; proteção; conservação; reabilitação.

AMPLIANDO O CONCEITO

Françoise Choay, afirma que é possível situar o surgimento do monumento histórico entre os séculos XIV e XV, pelas posturas de reflexão e contemplação dos humanistas e artistas em relação aos monumentos da Antiguidade. A proteção desses monumentos se deve, sobretudo, às ações jurídicas e técnicas que visavam salvaguardar o patrimônio durante a Revolução Francesa. A autora cita a criação “de uma comissão dita

‘dos Monumentos’’ (CHOAY, 2006)⁵⁴ em 1790, que se encarrega de tombar e inventariar todos os bens relevantes para o Estado naquele momento. Contudo, é apenas durante a Revolução Industrial que o monumento passa a ser definitivamente consagrado, principalmente pelo seu valor histórico e nacional.

A Revolução Industrial, de acordo com Choay (2006), é “uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual se começa a modernidade.” (CHOAY, 2006)⁵⁵. Segundo Benévolo (2012), os monumentos são como “modelos dos quais são tirados estilos a usar para as novas construções, e são mantidos na cidade moderna como num museu ao ar livre, do mesmo modo que os quadros e as estátuas que se conservam nos verdadeiros museus.” (BENÉVOLO, 2012, p. 581)⁵⁶

A rapidez com que as cidades se alteraram, conforme Benévolo (2012), levaram somente algumas décadas, fazendo com que o tecido urbano fosse reconfigurado inúmeras vezes para atender as demandas dessa nova estrutura. De fato, as consequências desastrosas para as cidades, não apenas a insalubridade provocada pela poluição extrema, mas, também, pelo crescimento exponencial da população, repercutem nos mais diversos meios.

Em meados do século XIX, os centros urbanos se encontram definitivamente degradados e caóticos. As administrações públicas estabelecem então padrões para organização e melhoria dos centros urbanos, como limites, afastamentos e usos. Consequentemente, grandes porções das cidades são demolidas e reconstruídas para seguir os modelos preconizados.

A Reforma urbana de [Paris](#) promovida por [Haussmann](#)⁵⁷ entre 1852 e 1870 concentrou esforços em nome de melhorias na circulação e na higienização da capital da [França](#). Para tal fim, demoliu inúmeras vias pequenas e estreitas do período medieval, e criou imensos

⁵⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006, p. 99.

⁵⁵ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006, p. 127.

⁵⁶ BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

⁵⁷ Também conhecido como Barão Haussman, foi [prefeito](#) do antigo departamento do Sena entre [1853](#) e [1870](#), foi responsável pela [reforma urbana de Paris](#), determinada por [Napoleão III](#).

boulevards assim como jardins e parques. “Destriu, [...] em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris.” (CHOAY, 2006)⁵⁸

As questões relativas à densidade, higiene e circulação iriam também ser pauta do *IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)* realizado em *Atenas* em *1933*. Sob a égide da ideologia do Movimento Modernista, discutiu-se a condição crítica em que se encontravam as cidades. Dessa maneira, o urbanismo pautado nas funções habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular fundamentariam a solução para que as cidades pudessem desenvolver-se de maneira coordenada. Tais disposições iriam atingir diretamente o patrimônio edificado - “Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado.” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 25-26)⁵⁹

Dessa maneira, o Movimento Modernista justificava a predileção por determinados estilos de época em detrimento de outros. No Brasil, a busca por uma identidade nacional se vale das mesmas prerrogativas para reconhecer o barroco “como uma síntese cultural própria.” (CASTRIOTA, 2000)⁶⁰. Segundo Castriota o Movimento Modernista brasileiro identifica na arquitetura colonial traços comuns à arquitetura moderna: “simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais.” (CASTRIOTA, 2009)⁶¹

Em 1936, foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a missão principal de preparar uma lei federal para regulamentar a preservação do patrimônio nacional. Em 1937, foi aprovado, então, o Decreto-Lei nº 2, ainda hoje em vigor, baseados nos preceitos contidos na Carta de Atenas. (LIRA; CABRAL, 2012)⁶²

O tombamento de Ouro Preto em 1938, e de cinco outras cidades coloniais mineiras evidencia a orientação pelos valores estéticos, desconsiderando o histórico, cultural, social e econômico. Sob essa perspectiva, a preservação do patrimônio se dá apenas na sua dimensão física, como bem museificado, alheio às dinâmicas da cidade viva.

⁵⁸ CHOAY, *op. cit.*, p. 175.

⁵⁹ IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁶⁰ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 138.

⁶¹ CASTRIOTA, *op. cit.*, p. 139.

⁶² LIRA, Flaviana; CABRAL, Renata. Estrutura Nacional de conservação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012, p. 71.

Atualmente, o *IPHAN* – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – adota o conceito de patrimônio cultural, ampliação da denominação de patrimônio histórico e artístico vigente em 1937.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, DECRETO-LEI nº 25, de 30 de novembro de 1937)⁶³

Segundo o órgão, a Constituição de 1988 expande o conceito incluindo a dimensão imaterial e relativizando a questão da excepcionalidade “dos bens passíveis de reconhecimento.” (IEPHA, 2015)⁶⁴. Essa nova perspectiva propicia a inclusão não apenas edificações de valores estéticos e históricos, mas também áreas de relevância social, econômica e cultural. A este respeito, Castriota (2009)⁶⁵ afirma que a cidade é um artefato humano sendo que sua conservação deve, sobretudo, promover o bem-estar de moradores e usuários.

VALORIZANDO O URBANO

Como aponta Françoise Choay (2006)⁶⁶, após a Revolução Industrial o conceito de patrimônio se amplia geograficamente, tipologicamente e cronologicamente; abarcando exemplares em locais senão a Europa e não apenas igrejas medievais e palácios neoclássicos. Entretanto, é apenas na segunda metade do século XX que bairros e cidades históricas se convertem em objetos de reflexão. Sob essa perspectiva, a noção de conservação de conjuntos urbanos como meio de ancorar processos de memória coletiva, é imprescindível.

Pela análise de algumas cartas patrimoniais⁶⁷ é possível perceber como o conceito de patrimônio se amplia e se desdobra. Segundo Carsalade (2014)⁶⁸, a Declaração de

⁶³ IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁶⁴ IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁶⁵ CASTRIOTA, *op. cit.*

⁶⁶ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

⁶⁷ São documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. São políticas de preservação do Patrimônio Nacional desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores patrimoniais quanto seus aspectos socioculturais.

Amsterdã em 1975, já designava os conjuntos urbanos como patrimônio e de importância essencial para desenvolvimento socioeconômico. Seguida pela Recomendação de Nairóbi em 1979, os conjuntos urbanos são considerados evidência de diversas produções culturais, sociais e religiosas, cuja salvaguarda e integração ao meio urbano contemporâneo não pode ser omitido pelos planejamentos territoriais.

A Carta de Washington - síntese da Assembleia Geral do *ICOMOS*⁶⁹ em 1987 - ratifica os manifestos anteriores, declarando a salvaguarda das cidades ou bairros históricos como pressuposto primordial para ordenar os planos de desenvolvimento urbano. O documento também aponta para a participação dos habitantes no processo de construção desses planos.

Em 2011, a Conferência Geral da *UNESCO*⁷⁰ aprovou nova recomendação sobre a paisagem histórica urbana⁷¹. O instrumento complementa e reafirma que as abordagens de conservação já instituídas devem incluir “políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdadas.” (UNESCO, 2011)⁷². A recomendação sugere que o patrimônio urbano – tangível e intangível - é vital para a coesão social. Neste sentido Dolores Hayden (1995)⁷³ destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada ou pelo menos sustentada pelo lugar.

VISLUMBRANDO NOVAS PERSPECTIVAS

⁶⁸ CARSALADE, Flávio de Lemos. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁶⁹ Em inglês, International Council on Monuments and Sites – é uma organização não governamental de ação global que se dedica a promover a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

⁷⁰ Em inglês, United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

⁷¹ Em inglês, Historic Urban Landscape. Em português é traduzido como Paisagem Urbana Histórica.

⁷² UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Disponível em: < http://portal.unesco.org/en/ev.php?URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html > Acesso em: 24 de abril de 2015.

⁷³ HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

O bairro de Santa Tereza está localizado numa antiga área fora dos limites da Avenida do Contorno em Belo Horizonte. Parte da sétima seção suburbana, local onde um grupo de operários, grande parte deles constituído por imigrantes, se instalou em 1898. Em 1910 foi construído o Hospital do Isolado, para tratamento de doenças infectocontagiosas, e, em 1914, a antiga hospedaria de imigrantes foi ocupada pela 59ª Cia. de Caçadores do Exército.

No início do século XX o bairro ainda não oferecia infraestrutura favorável à sua ocupação; entre 1923 e 1924, a concessão de lotes buscou atrair moradores para a região que sofria com constante falta de água e transporte coletivo precário. Isolado geograficamente e menosprezado socialmente, “cristalizou-se”; conservaram-se praticamente inalteradas tanto suas características urbanas, arquitetônicas e seu modo de viver. Paradoxalmente, as causas que o mantiveram alheio à cidade o tornaram singular e autêntico.

Formado em sua grande maioria por casas, muitas delas do início do século XX, a paisagem típica do bairro é reforçada pelo ritmo de vida nada convencional para uma metrópole.

Carinhosamente chamado Santê, quase uma referência ao seu pulsar de ‘mineiridade’, que corta a ‘compridez’ das palavras, é um bairro que ultrapassa fronteiras por meio de seus moradores, suas praças e manifestações [...] Santa Tereza é um desses lugares que despertam sentimentos, de rememorar histórias de um passado nem tão distante de Belo Horizonte, da imigração italiana e dos antigos hospitais da ‘cidade jardim’. É um desses lugares onde perduram algumas tradições e onde aflora cultura em amplitude, como a boemia dos bares e restaurantes, como o Bolão, A Parada do Cardoso e Bar do Seu Orlando, entre tantos outros; e os encontros marcantes ‘marcados’ de fazer arte, como o Clube da Esquina, Skank e Sepultura. (SANTA TEREZA TEM, 2015)⁷⁴

A conservação do tecido urbano contribui para a formação de sentimento de pertencimento. Sob essa perspectiva, Kevin Lynch afirma que a imagem ambiental proporciona não apenas referências dentro do contexto urbano como também segurança emocional.

⁷⁴ SANTA TEREZA TEM. Disponível em: <<http://www.santaterezatem.com.br/bairro-santa-terez/>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. (LYNCH, 2011)⁷⁵

Levando-se em consideração a complexa dinâmica das cidades e a constante reestruturação do tecido urbano, apesar de paradoxal, a coexistência entre o tecido histórico e novos desenvolvimentos podem ser perfeitamente compatíveis, como aponta Bandarin (2012). Segundo o autor, a política de conservação desses espaços deve ser determinada pela dinâmica da cidade como um todo, garantindo seus aspectos físicos e seus valores. Bandarin acrescenta que as políticas definidas devem proteger a integridade do tecido urbano assim como da paisagem urbana, e definidas pelas partes interessadas, de maneira sustentável.

Por outro lado, a pressão do mercado imobiliário provoca a alteração das dinâmicas da composição do local consequentemente promovendo a gentrificação⁷⁶ e extinção de práticas sociais locais. As mudanças no padrão de ocupação de Santa Tereza, em meados da década de 1980, ocorreram com a construção de pequenos edifícios residenciais. Além disso, “[...] a construção, em 1992, do viaduto que passa sobre a Avenida dos Andradas, ligando Santa Tereza a Santa Efigênia e a construção da estação de metrô, inaugurada no ano seguinte” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)⁷⁷, o bairro tornou-se altamente atrativo ao mercado imobiliário.

Assim, sob a ameaça de tornar-se uma zona de adensamento preferencial (ZAP) pelo novo plano diretor de Belo Horizonte em 1995, os moradores do bairro se mobilizaram em defesa “de sua ambição peculiar.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012)⁷⁸

⁷⁵ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.4.

⁷⁶ Segundo Limeira e Monteiro (2012) o termo *gentrificação* foi pioneiramente definido pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964, que, ao observar as transformações urbanas ocorridas em Londres na década de 1960, o processo de reabilitação de áreas degradadas para a valorização de imóveis e a consequente substituição das classes sociais. (LIMEIRA; MONTEIRO, 2012, p. 264)

⁷⁷ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 6.

⁷⁸ CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu.

Em 1996, Santa Tereza se configura como *ADE* – Área de Diretriz Especial – definida pela Lei 7166/96, que restringe coeficientes de aproveitamento do solo, altura de edificações, taxas de permeabilidade, entre outras limitações. A *ADE* foi criada como contraposta ao pedido feito pelo Movimento Salve Santa Tereza⁷⁹, que se mobilizou contra o adensamento que se instalava no bairro nos meados da década de 1980.

Vimos reivindicar instrumentos legais que possam garantir, de imediato, a preservação das características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza. Acreditamos que a transformação do bairro em *ADE* seja o melhor caminho para garantir o assentamento do uso atual. Uma *ADE* com políticas específicas visando a preservação paisagística, cultural e histórica, respeitando a vocação local, as limitações do sistema viário e a infra-estrutura de serviços. (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 1996a *apud* CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012)⁸⁰

Contudo, a regulamentação da *ADE* não atendeu todas as demandas reivindicadas pelo movimento Salve Santa Tereza. Neste sentido, a solicitação de proteção do Conjunto Urbano respalda-se na ratificação de que a *ADE* não inibe o processo de verticalização e o adensamento populacional da área, consequentemente não protegendo a ambiência e os bens culturais do bairro.

Assim, a Diretoria de Patrimônio Cultural elaborou um estudo “com o intuito de fornecer subsídios para que o *CDPC*⁸¹ sobre a proteção do Conjunto Urbano Bairro de Santa Tereza e dos bens culturais identificados no seu perímetro.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)⁸²

Contrariamente à pressão mercadológica vigente, é “possível à permanência de modelos alternativos ao da cidade que cresce segundo a lógica da destruição de tecidos urbanos antigos, estruturados e vivos.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2011). Dessa forma a proteção do conjunto urbano de Santa Tereza se firma como instrumento complementar à *ADE*,

(Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 109.

⁷⁹ Movimento criado em 1996 em defesa da *ADE* de Santa Tereza.

⁸⁰ CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean; SOARES, Caroline Pereira. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 297.

⁸¹ *CDPC* – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

⁸² FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

impedindo o “processo de verticalização e adensamento populacional da área” (MOVIMENTO SALVE TEREZA, 2013 *apud* FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)⁸³

A solicitação de proteção do Conjunto Urbano originou-se, desde a década de 1990, como uma demanda da sociedade com o intuito de consolidar o bairro como “área de patrimônio cultural da cidade.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)⁸⁴. Dessa forma, mais do que o reconhecimento do valor histórico, cultural e urbanístico do bairro, seus aspectos simbólicos foram adotados como referenciais para a aprovação de proteção do conjunto urbano de Santa Tereza.

Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santo Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos. Nesse sentido, considerando como pressuposto a singularidade de uma arquitetura que se constitui pela reinterpretação simplificada dos estilos, o primeiro critério adotado para a proposição dos tombamentos foi a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza, marcado pelo caráter residencial unifamiliar e por relações de proximidade e vizinhança. A ambiência residencial é elemento participante desse modo de vida na medida em que seu componente físico – o quadro construído - constitui o lugar onde se efetivam os laços de sociabilidade que dão identidade àquele território. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)⁸⁵

A participação dos moradores assim como intenção de proteção dos bens edificados como modo se conservar a ambiência do bairro, diferencia os aspectos qualitativos do instrumento. Em contraposição às práticas usuais de tombar para preservar a materialidade, entende-se que a dimensão física neste caso é inseparável das práticas sociais, ou seja, o tangível e intangível são correlatos. Em 1986, Carlos Nelson F. dos Santos em seu artigo “Preservar não é tombar; renovar não é pôr tudo abaixo” já indicava

⁸³ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

⁸⁴ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

⁸⁵ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 90.

que a criação instrumentos como a preservação ambiental que considera a interação entre os espaços e as atividades econômicas e sociais locais.

Um bom caminho seria o uso do estatuto da *preservação ambiental*. [...] Usando a preservação ambiental, teriam de levar em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de pensar no que se deseja para o futuro. Teriam, portanto, de observar com cuidado como é a vida onde querem intervir e entrar no seu fluxo. Isto significa enorme contato com moradores e usuários, esclarecendo-os, levando-os a descobrir e cultivar os valores do lugar, permitindo que participem das decisões. (SANTOS, 1984, p.63)⁸⁶

É relevante mencionar a criação, em 2013 no Rio de Janeiro, do Sítio Cultural da Rua da Carioca, que protegeu estabelecimentos comerciais centenários ameaçadas de despejo sob a categoria de atividades econômicas notáveis. Através desse instrumento, os imóveis em que bares e lojas funcionam foram desapropriados e tombados pela prefeitura do Rio de Janeiro garantindo sua permanência pela preservação de referências culturais e valorização dos modos de viver tradicionais. Em janeiro de 2015 a *Prefeitura do Rio*, por meio do *Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)*, relacionou mais treze estabelecimentos comerciais para compor a categoria de atividade econômica tradicional e notável, de bens imateriais da cidade, incluindo o comércio tradicional da região Central e de Copacabana.

Dessa maneira, alia-se a proteção da dimensão física pelo tombamento de edificações à políticas de patrimônio que incentivem o desenvolvimento econômico e social. Pontual (2012), aponta a conservação integrada como modelo que relaciona “os fundamentos do planejamento estratégico⁸⁷ à teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio [...].” (PONTUAL, 2012)⁸⁸. Segundo a autora, a conservação integrada tem o objetivo de preservar as características originais do patrimônio, levando-se em conta suas questões econômicas e sociais. Castriota (2010) também indica a

⁸⁶ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Preservar não é tombar; renovar não é pôr tudo abaixo*. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BwTS4THx9n2hQmpabF9EbTdWT0U/edit?pli=1>>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

⁸⁷ Segundo Pontual (2012) o planejamento estratégico aplicado à dimensão urbana permite ações conjuntas do poder público, do setor privado e da sociedade em prol das potencialidades das cidades.

⁸⁸ PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012, p. 94.

conservação integrada como “a integração entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano” (CASTRIOTA, 2010)⁸⁹

É interessante ilustrar o tombamento em 1996 dos bairros dos Jardins, em São Paulo. Como corolário “de um movimento social iniciado a partir de alteração de zoneamento, que criara corredores de serviços, e do risco da construção de um shopping center” (PRATA, 2010)⁹⁰, o bairro foi o primeiro a ser tombado. Juliana Mendes Prata (2010) entende que, apesar das limitações do instrumento, o tombamento foi uma medida indispensável para assegurar as peculiaridades dos Jardins.

Prata (2010) indica que houve evolução com relação aos instrumentos de gestão urbana, contudo os instrumentos de proteção e preservação ainda se apoiam, basicamente, no tombamento. Conforme a autora, “é urgente promover a ampliação das formas de acautelamento. A discussão patrimonial hoje ainda é muito marcada pelo tombamento, como se preservação e tombamento sinônimos fossem.” (PRATA, 2010)⁹¹

Em Santa Tereza, as limitações impostas pela lei (*ADE*) foram consolidadas pela proteção do conjunto urbano constituindo maneira de garantir a permanência das práticas sociais e econômicas tradicionais do bairro. De qualquer maneira, é necessário levar-se em conta que o ambiente urbano é extremamente dinâmico – mesmo em Santa Tereza – sendo necessário, portanto, a implantação de planejamento e gestão urbana pautados no desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bosi (1994)⁹², a morfologia da cidade está conectada à vida da comunidade e à *praxis* coletiva; práticas sociais, culturais e econômicas singulares estão intrinsecamente

⁸⁹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 58.

⁹⁰ PRATA, Juliana Mendes. Práticas de preservação na cidade de São Paulo: estudos de tombamentos de bairros. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 301.

⁹¹ PRATA, Juliana Mendes. Práticas de preservação na cidade de São Paulo: estudos de tombamentos de bairros. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 308.

⁹² BOSI, Ecléa. *Sociedade e memória: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

conectadas a certos espaços. Da mesma forma, Brandão (2012) argumenta sobre a criação de identidade gerada pela relação entre uma sociedade em determinado território; “o que, a princípio, era simples expressão geográfica se converte em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimento, tradições e uma história sua.” (BRANDÃO, 2012)⁹³

A proteção do conjunto urbano de Santa Tereza, tem como objetivo salvaguardar seus elementos tangíveis e intangíveis que imprimem singularidade ao local de práticas e processos de intercâmbio sóciocultural. Os instrumentos utilizados – a Lei 7166/96, que regulamenta a *ADE* e a proteção do conjunto urbano – garantem, pelo menos a princípio, a salvaguarda da ambiência frente às especificidades históricas, sociais, culturais e simbólicas do bairro.

Analizando-se o dossiê de proteção do conjunto urbano do bairro, percebem-se avanços, no que concerne a preservação da dimensão material em função das práticas sociais e a inclusão da comunidade como agente colaborador no processo de construção do documento. Contudo, os instrumentos devem ser aliados ao planejamento e planos de gestão urbanos que valorizem e promovam o patrimônio em todas as suas dimensões.

⁹³ BRANDÃO, Pedro Ivo Martins. Territorialidade e sociabilidade no espaço urbano. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 89.

Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar

Izadora Pereira Acypreste

Mestranda em Antropologia Social

Universidade Federal de Goiás - UFG

iza_acypreste@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho pretende discutir a relação entre patrimônio/tradição alimentar. Pretendemos discutir, a partir de algumas experiências de caso, de que forma o processo de patrimonialização de alimentos e saberes relacionados a alimentação podem estar ligadas a fenômenos mais complexos, como a preservação da sociobiodiversidade e/ou um possível solução para os problemas ecológicos e garantia da segurança alimentar.

Palavras-Chave: Patrimônio; alimentação; Sociobiodiversidade; Segurança Alimentar

Introdução

Este trabalho, de caráter ensaístico, é fruto das discussões e leituras feitas ao longo da disciplina Antropologia da Alimentação e Patrimônio, oferecida no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. As discussões em sala de aula me levaram a refletir sobre os processos de patrimonialização dos alimentos "tradicionais" e das práticas alimentares e sua possível contribuição para a preservação da sociobiodiversidade, a solução para alguns problemas ecológicos, e também, a garantia da segurança alimentar. Para chegar ao ponto que nos interessa passaremos antes por algumas discussões que atravessam o debate. Estas são: o debate sobre a alimentação na antropologia, a patrimonialização dos alimentos e das práticas alimentares, a biodiversidade e segurança alimentar, para, enfim, explicar como esses temas convergem nesse trabalho.

Antropologia, Alimentação e Patrimônio

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Por sua importância fundamental na reprodução biológica e, mais do que isso, por sua importância para a reprodução social, a alimentação tem interessado a diferentes ciências. Cada uma delas vai estudar o que considera importante segundo os seus interesses. A antropologia tem estudado a cultura alimentar, entendendo esta como um conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas que são herdadas e estão associadas a alimentação, e que também são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou grupo social⁹⁴. Para Mintz⁹⁵, alimentação também está relacionada a identidade. Isso explica o interesse dos antropólogos pelos diferentes tipos de comportamentos em relação a comida. Segundo Contreras & Gracia-Arnaíz⁹⁶ o campo de estudos da antropologia da alimentação é muito amplo e diversificado, e através desses estudos é possível, inclusive, estabelecer uma rota teórica, desde os estudos evolucionistas até os recentes enfoques pós-estruturalistas.

Não apresentaremos como todas os enfoques teóricos na antropologia tem pensado a alimentação, o que nos interessa saber é que todas elas, de uma forma ou de outra, contribuíram ou continuam contribuindo, para se ter uma visão mais ampla acerca da alimentação. Essa visão é extremamente útil no debate sobre a patrimonialização, seus avanços e impasses.

Grande parte dos estudos antropológicos sobre cozinha e alimentação estão relacionados a construção das identidades, sejam elas locais ou nacionais. Na perspectiva do debate sobre a alimentação a construção da “identidade” tem sido vista como complexa. Isso porque os pesquisadores têm trabalhado a questão das interferências que as cozinhas sofreram, sofrem ou sofrerão ao longo de sua existência, e que para pensar a autenticidade de uma cozinha é preciso levar isso em consideração. Assim, como a práticas alimentares estão em constante transformação, a “identidade” também se transforma.

Montanari⁹⁷ tem retratado que o sistema alimentar tanto contém como transporta a cultura de quem a pratica. Além disso, o sistema alimentar também é depositário das “tradições” e “identidade” de um grupo, tornando-se assim um extraordinário veículo de auto-representação e de troca cultural. O autor também percebe que “toda cultura, toda

⁹⁴ CONTRERAS, Jesus & GRACIA-ARNÁIZ, Mabel. *Alimentación y Cultura: perspectivas antropológicas*. Barcelona: Ariel, 2005.

⁹⁵ MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.16, Nº47. pp. 31-41, Outubro. 2001.

⁹⁶ CONTRERAS e GRACIA-ARNÁIZ. *Alimentación y Cultura*.

⁹⁷ MONTANARI, Massimo. *Comida Como Cultura*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

tradição e toda identidade é produto da história, dinâmico e instável, gerado por complexos fenômenos de troca, de cruzamento, de contaminação".⁹⁸

Quando pensamos cozinha e identidade, questionamos: o que faz uma cozinha estar tão relacionada com a identidade do grupo que a pratica? Alguns autores também têm problematizado a inclusão de alimentos estrangeiros na dieta de um determinado grupo, o que nos levam a questionar se a inclusão de alimentos estrangeiros na ou dieta de um grupo faz com que essa comida seja menos autêntica. Apresentamos abaixo a complexidade nos processos que envolvem o reconhecimento das cozinhas como patrimônio.

Richard Wilk⁹⁹ realizou um estudo sobre o papel das preferências alimentares na história de Belize e como ela está diretamente relacionada com a criação de uma identidade belizense. Quando Belize estava sob controle do governo britânico, havia uma hierarquia muito clara em termos de acesso aos alimentos. Porque eles não podiam pagar as importações caras, a classe mais baixa só teve acesso a comida local, como lagosta e vegetais de raiz. Portanto, a comida local era indesejável para a classe superior, que preferiu importações de outros países para a maior parte de sua dieta. As coisas começaram a mudar quando, depois da independência de Belize, foi servido a Rainha Elizabeth, em visita a sua antiga colônia, o *Rat Real*. O animal que ficou conhecido como *Rat Real* é um mamífero selvagem da floresta tropical do país, um roedor chamado Gibnut ou paca. Este evento marcou o reconhecimento simbólico da independência de Belize, após o evento seguiu-se uma série de políticas para o reconhecimento de uma cozinha nacional.

Em outro trabalho, Charles Lindhom¹⁰⁰ faz um estudo comparativo das cozinhas italiana, indiana, belizense e francesa. Para este autor o desenvolvimento e a valorização da cozinha autêntica está cheia de paradoxos e ambiguidades. Isto porque o surgimento e reconhecimento de uma cozinha nacional pode estar relacionada aos mais variados impulsos, como o de resistência, orgulho, empreendedorismo, poder, dinheiro e imaginação. Entretanto todos esses impulsos estão diretamente relacionados com o sentimento de nacionalismo.

⁹⁸ _____ . Comida Como Cultura, p. 189.

⁹⁹ WILK, Richard. "Real Belizean Food": Building Local Identity in the Transnational Caribbean. In: *American Anthropologist*, New Series, vol. 101, número 2, pp. 244-255, jun, 1999.

¹⁰⁰ LINDHOM, Charles. Culture and Authenticity. Oxford: Blackwell, 2008.

A partir desse ponto, já instrumentalizados através das discussões que perpassam a problemática “Cozinha e Identidade”, podemos partir para a discussão que consideramos aqui tão importante quanto as que tem sido feitas sobre o tema da alimentação. O exercício proposto é o de pensar a identidade alimentar com relação a produção dos próprios alimentos. O próprio Lindhom¹⁰¹, quando discute autenticidade aborda uma questão muito importante. O autor percebe que o gradual impulso do capitalismo e do trabalho assalariado contribui para a desassociação da identidade com o tipo de ocupação e conhecimento de uma pessoa sobre seu próprio trabalho, pois o modelo de produção industrial não permitia ao indivíduo possuir um conhecimento completo sobre a produção de determinada mercadoria, apenas parte dela. Assim o modelo de produção vigente era constituído por uma massa de trabalhadores que não podiam demonstrar o seu verdadeiro eu.

O que pretendemos chamar a atenção aqui é sobre a existência de grupos que ainda possuem esse corpo de conhecimento sobre todo o processo produtivo de determinado produto, ainda que eles estejam dentro de um sistema em o modo de produção industrial exista e seja predominante. Não estamos falando de uma nação inteira, como fazem os autores discutidos, mas pequenos grupos dispersos pelo território, mas que constituem a nação. Falamos aqui de grupos que chamamos de “tradicionalis”, que vivem da captura de animais e frutos, fazendo uso de saberes que são passados através de gerações.

Contreras e Gracia-Arnaíz¹⁰² citando Freeman apresentam as grandes características que dão lugar a existência de uma cozinha. Estas são: uma paisagem determinada, que é a disponibilidade de determinados artigos alimentares que constituem a base da dieta; uma tecnologia usada para produzir e preparar os alimentos, assim como um sistema social e econômico que sustente essa produção e permita a sua continuidade; a ideologia e o conjunto de crenças ligadas a alimentação; e por fim, a adequação e a adaptabilidade para perdurar.

É com base nessa concepção, da existência de uma cozinha “tradicional” ligadas a construção de uma “identidade”, que surgem os debates a respeito das cozinhas, alimentos e práticas alimentares serem reconhecidas como patrimônio. Contreras¹⁰³, por exemplo,

¹⁰¹ _____. Culture and Authenticity.

¹⁰² CONTRERAS e GRACIA-ARNÁIZ. Alimentación y Cultura.

¹⁰³ CONTRERAS, Jesus. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

pensa a patrimonialização como um fenômeno que busca a preservação da tradição dentro do contexto da globalização. Segundo este autor, a globalização é um fenômeno novo e são variadas as teorias sobre ela. Mas o autor entende globalização como

(Um amplo processo de transformações sociais, incluindo o crescimento do comércio, dos investimentos, viagens, redes de informática, no qual numerosas forças, entrecruzadas entre si, fazem com que as fronteiras de todo tipo e de todos os níveis sejam mais permanentes.)¹⁰⁴

Essa facilidade com que todos os tipos de informações chegam de um lugar ao outro resulta em um processo progressivo de homogeneização e perda da diversidade. Dessa forma, se a homogeneização é uma manifestação do presente, as particularidades das culturas ficam no passado tornando-se assim tradição e/ou patrimônio. A partir da reflexão do autor, patrimônio é algo que se quer conservar. Contreras¹⁰⁵ continua sua discussão, dizendo que esse processo de globalização supôs o desaparecimento de muitas manifestações e produções de caráter local. Este é um processo em que, enquanto algumas culturas desaparecem, outras se expandem e se generalizam. A cultura generalizada atualmente é o modo de vida urbano, "que é mais industrial e assalariada do que agrícola e de subsistência, mais laica do que religiosa, concentrada nos núcleos urbanos cada vez maiores",¹⁰⁶ reduzindo assim, as tradições religiosas como as festas de santo e outras manifestações da vida coletiva.

Apesar de utilizarmos a interpretação de Contreras¹⁰⁷, é importante ressaltar que existem interpretações diferentes que preenchem as lacunas deixadas por ele, principalmente no que se refere a crença em uma suposta homogeneização e "destruição" das culturas e tradições, causadas pela globalização. Autores como Cwierka & Walraven¹⁰⁸ e Nutzenadel & Trentmann¹⁰⁹ apresentam abordagens diferentes da globalização. Estes autores entendem a globalização como um fenômeno antigo e mais complexo do que o

Maria e GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Antropologia e Nutrição*: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

¹⁰⁴ _____. Patrimônio e Globalização, p. 129.

¹⁰⁵ _____. Patrimônio e Globalização.

¹⁰⁶ _____. Patrimônio e Globalização, p. 130.

¹⁰⁷ CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

¹⁰⁸ CWIERTKA, Katarzyna & WALRAVEN, Boudewijn. *Asian Food: The Local and the global*. Honolulu: Editorial Matter, 2001.

¹⁰⁹ NUTZENADEL, Alexander & TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization*. Oxford: Berg, 2008.

apresentado por Contreras¹¹⁰. A principal diferença entre os conceitos é no que se refere a forma como as informações de uma “cultura global” são inseridas dentro de uma outra “cultura local” e o momento em que esse processo se iniciou. No caso das práticas alimentares que são inseridas em outras culturas, elas não homogeneízam as culturas alimentares, mas sim se adaptam em cada lugar específico, e isso caracteriza, como acredita Cwierka & Walraven¹¹¹, um processo também de resistência, porque cada cultura filtra as informações que chegam de acordo com seu próprio processo de significação. Quanto às trocas de informações entre lugares, países e continentes, acredita-se que elas são tão antigas quanto a própria humanidade. Assim, o que podemos considerar em comum entre estas interpretações do fenômeno da globalização é que, sem dúvida, hoje, devido a tecnologia avançada, as informações chegam muito mais rápido, assim como a abrangência do público que tem acesso a essas informações.

(In the circumstances of today's trans-national interconnectedness, the local cannot escape the global implications, nor can the global manage without its local articulation. As a result, not only do global brands spread worldwide diminishing the diversity of local cuisines, but also new hybrid cuisines are created and new identities embraced through the acceptance and rejection of new commodities and new forms of consumption.)¹¹²

Diante de tais discussões sobre globalização e tradição devemos nos deter um momento na reflexão sobre o que exatamente é essa "tradição" que tanto queremos preservar, visto que, desde sempre, e mais forte hoje por causa das novas invenções tecnológicas, é difícil falar de algo totalmente tradicional, pois as informações são constantemente trocadas e todas as culturas são constantemente influenciadas por outras.

Contreras define patrimônio como a

(relação que fornece sentido à vida coletiva, alimentando o sentimento de pertencer a um grupo com identidade própria. Converter o que é próprio em patrimônio significa perpetuar a transmissão de uma particularidade ou de uma especificidade considerada própria e portanto identificada, isto é, permite que um coletivo determinado possa

¹¹⁰ CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

¹¹¹ CWIERTKA e WALRAVEN. Asian Food.

¹¹² _____. Asian Food, p. 2.

continuar vivo – de um lado, idêntico a si próprio e, de outro, distinto dos demais.)¹¹³

Alguns autores, como Espeix¹¹⁴, discutem alimentação e patrimônio observando a relação entre patrimônio e turismo, chamando atenção para ficarmos atentos a forma como o mercado se apropria do “tradicional”. Contreras¹¹⁵, inclusive, nos provoca a pensar na forma como o “tradicional” é incorporado e estereotipado pelo mercado e como os consumidores acessam os produtos de uma maneira totalmente descontextualizada. Sendo assim, devemos refletir sobre até que ponto a patrimonialização serve para preservar certos alimentos, saberes e monumentos. E se, de alguma forma, a intenção dos processos de patrimonialização forem apenas documentar esses saberes, alimentos e monumentos, devemos questionar se isso seria o suficiente.

Chegar nesse ponto da reflexão sobre patrimônio instaura uma crise sobre a importância política da patrimonialização dos alimentos, saberes e cozinhas. Reduzir as práticas e conhecimentos, transformados em patrimônios, a meros incentivos ao turismo seria apenas um decalque. Pensar a política na patrimonialização também nos leva a crer que a discussão a respeito das culturas, se o que ocorrem são trocas culturais (e por isso naturais) ou globalização (que destrói as tradições), parece pouco profícuo. A questão que, cremos, deve ser levantada é: de que forma a patrimonialização pode ter um papel político importante? Foi a partir dessa reflexão, partindo de exemplos etnográficos de autores os de Moncusí e Santamarina¹¹⁶, Katz¹¹⁷ e Bitter e Bitar¹¹⁸, que passei a perceber a contribuição da patrimonialização para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar.

“Populações Tradicionais”, Biodiversidade e Segurança Alimentar

¹¹³ CONTRERAS. Patrimônio e Globalização, p. 130.

¹¹⁴ ESPEITX, Elena. Patrimonio alimentario y turismo: una relación singular. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 2, nº 2, pp. 193-213, 2004.

¹¹⁵ CONTRERAS. Patrimônio e Globalização

¹¹⁶ MONCUSÍ, Albert & SANTAMARINA, Beatriz. Bueno para comer, bueno para patrimonializar. La propuesta de la cocina mexicana como patrimonio inmaterial de la humanidad. In: ALVAREZ, Marcelo & MEDINA, Xavier (Eds.) *Indentidades en el Plato. El Patrimonio cultural alimentario entre Europa y América*. Barcelona: Icaria, 2008.

¹¹⁷ KATZ, Esther. Alimentação indígena na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, volume 3, número 1, pp 25-41, jan/jun, 2009.

¹¹⁸ BITTER, Daniel & BITTAR, Nina Pinheiro. Comida, trabalho, e patrimônio: notas sobre o ofício das baianas de Acarajé e Tacacazeiras. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 18, número 38, pp 213-236, jul/dez, 2012.

Depois de passearmos pelas teorias e etnografias sobre patrimônio e alimentação, chega a hora de buscar algumas definições, ou indefinições, sobre o que chamamos aqui de “populações tradicionais”. Falar sobre o processo de construção do conceito de “populações tradicionais” pode ser um pouco complicado quando tentamos pensar onde e quando o termo foi criado. Entre a bibliografia disponível é possível encontrar essa definição ligada a processos diversos. Tão impossível quanto falar de toda a bibliografia disponível é falar somente de uma. Sendo assim, foram selecionados alguns autores com base na sua relevância sobre o assunto e a influência que tiveram na minha compreensão sobre o que seriam as chamadas “populações tradicionais”.

É importante explicar que, no contexto em que o conceito de “populações tradicionais” foi pensado, estava em pauta também uma grande discussão em torno das questões ecológicas, de forma que hoje, na antropologia, biodiversidade e “populações tradicionais” estão completamente interligadas. Isto porque, geralmente, a biodiversidade (que significa a variabilidade de organismos vivos) é entendida como produto da própria natureza, sem a intervenção humana, mas na antropologia a biodiversidade é entendida não só como um produto da natureza, mas também como produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das populações rurais que possuem práticas “tradicionais” de manejo dos recursos naturais. Então a biodiversidade também é construída a partir da agência de populações humanas. As espécies vegetais e animais são objeto de conhecimento, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades “tradicionais”.¹¹⁹

Existem uma série de definições sobre o conceito de “populações tradicionais”, entretanto não nos dedicaremos a essas definições, pois acreditamos que as características relacionadas a essas populações podem variar em cada caso. O que nos interessa aqui é essa relação entre essas pessoas e a biodiversidade.

Em um estudo realizado com os Kayapó no Estado do Pará, Posey¹²⁰ percebe que a intrusão de grandes fazendas, garimpeiros e posseiro no território está levando cultura Kayapó, relacionada ao saberes e experiências ecológicas, ao desaparecimento. Por causa

¹¹⁹ DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

¹²⁰ POSEY, Darrel A. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, D. (Ed.), *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1 (Etnobiologia), pp. 173-188. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986.

dos projetos de desenvolvimento envolvendo altas tecnologias, como as monoculturas com máquinas modernas e utilização de pesticidas e fertilizantes que acabam destruindo as riquezas sociais e biológicas, Posey¹²¹ realiza um estudo sobre o tipo de agricultura realizada pelos Kayapó. Neste estudo, o autor descobre entre os indígenas um tipo de “agricultura nômade” em que, por entre as trilhas em que os indígenas faziam suas expedições existem “zonas de cultivo”. “As margens das trilhas são plantadas com numerosas variedade de inhames, batata-doce, marantéceas, cupá, (*Cissus sp.*) zingiberáceas, aráceas e outras plantas tuberosas não identificadas”¹²².

O exemplo da pesquisa de Posey¹²³ é interessante para explicar dois processos que são: a destruição do ambiente pelos projetos de “desenvolvimento” e, por outro lado, a preservação do ambiente através do tipo de manejo realizado pelas “populações tradicionais”.

Outro debate que tem se intensificado atualmente é sobre as sementes crioulas (ou nativas), e diversas ONGs e instituições como a Embrapa tem investido na criação de bancos de sementes, com o intuito de preservá-las, e também na implementação da agroecologia, que possui esse nome, mas é algo próximo do que Posey¹²⁴ descreve como a agricultura Kayapó, no sentido de que é oposta ao modelo de monocultura.

Segundo Trindade¹²⁵

(Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc.)¹²⁶

A autora supracitada também explica que a alta tecnologia permitiu que as sementes pudessem sofrer modificações induzidas em laboratório para que houvesse menos perdas e

¹²¹ _____. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

¹²² POSEY. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó), p. 177.

¹²³ _____. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

¹²⁴ _____. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

¹²⁵ TRINDADE, Catarina C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: UEA, 2006, p 1-15.

¹²⁶ _____. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais, p. 4.

contaminações por pragas. Essas sementes são as conhecidas sementes geneticamente modificadas ou, transgênicas. O problema discutido hoje é com relação aos riscos à saúde e a soberania alimentar que essa semente apresenta, não só pela sua modificação, mas também porque, para produzi-la, é necessário o uso de agrotóxicos que são altamente ofensivos a saúde humana. Essa semente, que também é híbrida, por serem criadas em laboratório, estão sendo patenteadas pelas empresas de biotecnologia, apresentando um sério risco à soberania alimentar, pois poucas empresas serão donas dos alimentos. Por causa do seu rendimento, vários pequenos agricultores aderiram as sementes transgênicas, no entanto, hoje se veem em uma situação difícil, pois perderam suas sementes e precisam sempre comprar as sementes híbridas, só que, para comprar as sementes é preciso comprar o pacote inteiro, semente e agrotóxico.

Com essa discussão chegamos a um ponto que também pretendemos enfatizar: a relação entre a “modernização dos alimentos” e segurança/soberania alimentar.

Como os temas se convergem

As questões colocadas até agora nos remete a um ponto interessante no trabalho do Contreras¹²⁷, quando ele aponta que a patrimonialização está dentro de um contexto maior de globalização. Isso porque, essa necessidade de uma cozinha tradicional, um alimento tradicional, pressupõe uma produção mais artesanal, mesmo que seja um produto agrícola, essa produção terá que ser mais artesanal também. Essa necessidade do tradicional se junta a questão ambiental. Isto porque a produção artesanal está ligado a manutenção da sociobiodiversidade. Nas palavras do próprio autor:

(Além disso, as preocupações atuais de conservação da biodiversidade podem encontrar nessas produções vetores de manutenção in situ de organismos vivos ligados a uma forma de originalidade. Assim mesmo, essa produção mantém relações com a gestão do território, com o microdesenvolvimento local das zonas desfavorecidas ou com a gestão da paisagem.)¹²⁸

Algumas pesquisas relacionadas a esse tipo de discussão, de patrimônio, manutenção da biodiversidade e segurança/soberania alimentar, foram muito inspiradoras.

¹²⁷ CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

¹²⁸ _____. Patrimônio e Globalização, p. 129.

Um exemplo é o estudo de Katz¹²⁹, sobre a comida indígena na América latina. O autor apresenta a experiência dos Mexicanos e dos grupos tradicionais do Rio Negro, em que ambos tentaram patrimonializar sua culinária e tiveram sucesso. Em 2009, ano do artigo de Katz¹³⁰, a culinária mexicana ainda estava em vias de patrimonialização, sendo reconhecida somente em 2010 pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). A campanha, *Salvemos a cozinha Mexicana que é uma das melhores do mundo!*, levou seis anos para ser atendida pela Unesco e foi a primeira do mundo a receber o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade. A cozinha do México é basicamente de produtos derivados do milho, que é um produto original do México, onde existe uma extensa variedade de tipos. E esta variedade já estava quase se perdendo, devido a ameaça dos transgênicos.

Outro exemplo trazido pelo mesmo autor, no Rio Negro, é a patrimonialização, pelo Iphan, do sistema agrícola tradicional ancorado no cultivo da mandioca brava. Lembrando que a mandioca brava é uma espécie nativa que se encaixa na definição de Trindade¹³¹ de semente crioula. Assim, podemos pensar que as sementes crioulas são patrimônio, no sentido em que essas sementes correm o risco de se perderem. O alimento livre de transgênicos deveria estar na agenda política do país como política relacionada a manutenção da biodiversidade, soberania e segurança alimentar.

Vimos que as patrimonializações dos produtos parte do objetivo de preservar aquilo que acreditamos estar se perdendo, diante da rapidez e alcance em que acessamos outras informações, mas que, ao mesmo tempo, esse instrumento vem sendo usado muitas vezes, não para proteger, mas para ser comercializado, com o objetivo de incentivar o turismo. Por isso, optamos por uma abordagem mais política, no sentido de pensar o patrimônio como mecanismo de acesso a direitos. O direito a salvaguarda de conhecimentos, práticas e itens alimentares.

Bitter & Bitar¹³², por exemplo, apresentam como as Baianas do Acarajé e Tacacazeiras começaram a ter mais facilidade em conseguir a licença do ponto de venda

¹²⁹ KATZ. Alimentação indígena na América Latina.

¹³⁰ _____ . Alimentação indígena na América Latina.

¹³¹ TRINDADE. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais.

¹³² BITTER e BITTAR. Comida, trabalho, e patrimônio.

junto a prefeitura depois que elas e seus saberes foram reconhecidas como patrimônio cultural.

Assim, entendemos que essa conquista das comunidades do Rio Negro, por exemplo, é muito importante para pensar que o Iphan pode ser um grande parceiro no que se refere a manutenção da biodiversidade e garantia da segurança e soberania alimentar. Acreditamos que instituições como a Unesco (no caso do México), o IPHAN (no caso do Rio Negro) e outras poderiam ser importantes parceiras para garantir a salvaguarda desses bens que são fundamentais para nossa vida, os alimentos, e consequentemente, a preservação das culturas e práticas relacionadas a produção, preparo e consumo desses alimentos.

Cidade e as memórias: o enquadramento de uma narrativa patrimonial

Ana Carolina Pereira

Aluna do Programa de Mestrado
Universidade Federal de Viçosa - UFV
ana.pereira2@ufv.br

Resumo: Pretende-se relatar a experiência de uma oficina realizada no município de Urucânia, durante o ano de 2009, intitulada “Cidade e Memória”. Tal atividade teve como objetivo atender ao critério exigido pela Deliberação Normativa do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) no tocante à Educação Patrimonial. Como o envolvimento e o interesse dos participantes em investigar, como também em debater as memórias acerca da cidade, foi intenso o trabalho não ficou circunscrito ao cumprimento das exigências da instituição mineira de proteção dos bens culturais. Tal ação teve como desdobramento a produção de um vídeo no qual os inscritos mostraram a trajetória dos processos patrimoniais em Urucânia. O presente relato tenta, assim, perceber de que maneira a partir dessa oficina, como também do produto dela resultante, houve a aproximação entre as narrativas, a visão dos participantes e as memórias instituídas acerca da cidade e de seus patrimônios.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Cidade; Memória.

“[...] Uma cidade pode ser o nome dum país, dum cais, um porto, um barco de andorinhas e gaivotas ancoradas na areia. E pode ser um arco-íris à janela, um manjerico de sol, um beijo de magnólias ao crepúsculo, um balão aceso numa noite de junho. Uma cidade pode ser um coração, um punho.”

(Albano Martins. Uma cidade. In: Castália e Outros Poemas)

Uma cidade não é apenas composta de um espaço socialmente construído, é o resultado de componentes materiais, de manifestações culturais e de sociabilidade estabelecidos no passado, como também daqueles que são formados no presente, pois ela é constantemente transformada com intuito de responder às necessidades e aos desejos hodiernos e futuros de seus moradores. Ela possui o significado que seus habitantes lhe Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

atribui ao longo do tempo, a partir das interpretações dos elementos que a constitui, ou seja, como ressaltou Albano de Martins, no poema “Uma cidade”, ela pode ser entendida com valor político-econômico, afetivo e geográfico ampliado sendo percebida como país ou como um lugar no qual se estabelece vivências transitórias, passageiras, como aquelas encetadas em um cais.

Os elementos que compõem uma cidade e as relações que as pessoas estabelecem com ela permitem compreender sua trajetória, as mudanças ocorridas, os porquês dessas alterações e como as pessoas e os grupos sociais se organizavam, logo os componentes que formam o espaço urbano também informam qual era a concepção de futuro que as gerações passadas possuíam. Assim, cada item constitutivo de uma cidade pode fornecer informações referentes a sua dinâmica, porém é necessário saber como explorá-los. Por meio de ações educacionais voltadas para o patrimônio¹³³ é possível trabalhar as transformações, as memórias, os bens culturais, a sociabilidade, os valores, os afetos ou os embates citadinos, pois como o poeta Albano Martins escreveu “uma cidade pode ser um coração, um punho”.

A cidade é “[...] um livro de pedra, uma espécie de biblioteca que se abre à leitura e interpretação”¹³⁴, mas ela permite que se faça novas inscrições e novos registros de expressões culturais em sua paisagem¹³⁵, pois as pessoas os recriam a todo momento. Por ser um “acervo” das produções humanas ao longo do tempo, a *urbe* se configura em um objeto de ações educacionais, o que a torna capaz de ser estudada a partir da “leitura” e da “escrita” de símbolos, signos culturais. A cidade, portanto, é uma construção e uma idealização humana que permite possíveis interpretações, pois nela se percebe a polissemia de memórias e imaginários atuais, como também do passado:

¹³³ Patrimônio ou Patrimônio Cultural é entendido neste trabalho como “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [como também de qualquer outro agrupamento social]”. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Belo Horizonte: Líder, 2008. Art. 216. p.125.

¹³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Literatura e Cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 34 / 2012. p. 406.

¹³⁵ Para este artigo a paisagem é resultado da interação dialética natureza com o homem, relação esta que gera a uma dimensão cultural, pois modifica diversas esferas da sociedade, como a visão de mundo, os valores simbólicos, etc. Assim, toda paisagem é cultural, segundo a Carta de Bagé (2007) ela “[...] é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.” IPHAN. *Carta de Bagé: Carta da Paisagem Cultural*. Captado em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=895> Acesso em: 20 de abril de 2015.

[...] o espaço urbano se torna um lugar de inteligibilidade, de construção de narrativas que cumprem funções de situar os indivíduos no tempo e no espaço e de dar sentido às suas vidas. Dos traços que marcam a cidade, a multiplicidade se revela, abrigando diversas cidades, como um caleidoscópio ou palimpsesto: a cidade que foi um dia, por meio de ruínas, monumentos, bens patrimoniais, narrativas; a cidade que será um dia, feita de projetos e ficções científicas, a cidade do presente, em *dévalage* entre a cidade real e a cidade representada.¹³⁶

O trabalho pedagógico com os elementos que compõem a cidade auxilia na decodificação, no entendimento da maneira pela qual os processos socioculturais são formados em sua paisagem cultural, como também ajudam na compreensão os usos que indivíduos fazem dos espaços citadinos. Engendrando, por consequência, o (re)conhecimento da importância dos bens culturais na formação dos laços com o local onde eles estabelecem relações sociais. As narrativas estabelecidas para perpetuar a visão acerca da cidade às gerações subsequentes criam o sentimento de pertencimento, de reconhecimento, de ambência¹³⁷ com os bens culturais citadinos, ou seja, geram a identidade com o lugar.

A identidade vem sofrendo transformações e se fragmentando devido às mudanças estruturais da sociedade, assim ela deixou de ser una e nacional para se tornar múltipla ou local.¹³⁸ Neste cenário, de pulverização dos vínculos que se referem à nação, o patrimônio tem sido utilizado como forma de reforçar a necessidade de pertencer a um agrupamento social e reestabelecer o sentimento de unidade cultural de um conjunto de pessoas e de memória comum, coletiva. Esta, para Halbwachs, gera e estimula a pertença, como também permite perceber as singularidades de um grupo frente a outros.¹³⁹

A memória coletiva se incorpora à narrativa que versa a respeito de identidade por ser um elemento que além que fazer parte da constituição identitária também a sistematizaria, pois “memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas”.¹⁴⁰ O

¹³⁶ _____. *História, Literatura e Cidades*. p. 397.

¹³⁷ Ambiência é um conceito empregado para se referir ao reconhecimento das relações entre os indivíduos e os diferentes componentes de um dado local, de uma paisagem cultural.

¹³⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 12.

¹³⁹ Para Halbwachs a memória coletiva seria produzida de maneira espontânea, ou seja, automaticamente pela sociedade, e não e forma intencional. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 2003. p. 25-52.

¹⁴⁰ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 10.

estabelecimento de uma memória, e consequentemente de uma identidade, é realizado por meio de negociações, pois se forma a partir das disputas travadas para se fixar um quadro e os pontos de referências para manter a unidade interna dos grupos e/ou da nação. O trabalho de manter a coesão por meio da escolha de uma memória é denominado por Pollak de “enquadramento”¹⁴¹, este processo é intencional, uniformizador e opressor, necessitando, por isso, ser justificado, uma vez que caso a violência usada no ato de enquadrar seja percebida a credibilidade social e a coerência discursiva podem ser contestadas.

Durante o processo de justificativa e de legitimação da versão oficial (que para Pollak é a memória nacional) busca-se “a referência ao passado [que] serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis”.¹⁴² Estas são geradas a partir das reinterpretações dos elementos que atestavam as memórias anteriores, ou seja, dos componentes produzidos no passado tentando, assim controlar os discursos futuros porque não se “pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, uma vez que o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”.¹⁴³ Engendar narrativas que tentam autenticar uma memória, portanto, requer:

[...] uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade.¹⁴⁴

¹⁴¹ A expressão “memória enquadrada” foi utilizada por Pollak a partir da concepção formulada por Henri Rosso, que a utilizou para se referir à memória coletiva de forma mais específica. Para Pollak o trabalho de enquadramento também é realizado por meio da captação das emoções, assim a televisão e os documentários são mecanismos que enquadram explorando tal sentimento. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 03.

¹⁴² _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 07.

¹⁴³ POLLAK. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 08.

¹⁴⁴ _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 08-09.

Alargando a concepção de Pollak acerca do patrimônio este é produzido, fruído e recriado por personagens comuns, em momentos cotidianos, ele é percebido não somente “nas pedras”, mas nos elementos imateriais como os saberes, os modos de fazer e as celebrações. E o patrimônio cultural de uma cidade ou de um Estado é formado por meio das interações que se processam entre seus habitantes e destes com o espaço onde possuem relações de sociabilidade, ele, desse modo, é historicamente constituído como a identidade e a memória.

Assim, ao abordar a cidade para perceber as memórias, as identidades e os patrimônios nela contidos - de forma visível ou não - é imprescindível, que se enfoque os embates, as negociações, as escolhas e os contextos que esses três processos sofreram para que as pessoas não os tomem como elementos naturais, ou seja, para evitar que sejam interpretados a partir de valores que se julga emanar deles mesmos. Tendo como base tal perspectiva a oficina “Cidade e Memória” foi elaborada para promover o aprendizado a partir do patrimônio, construindo, portanto, junto com jovens e com adultos do município de Urucânia o entendimento acerca da formação dos processos socioculturais dessa cidade.

No ano de 2009 devido à necessidade da referida localidade em realizar uma atividade de Educação Patrimonial - para captar recursos provenientes do repasse realizado pelo governo de Minas Gerais a partir da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para preservação e salvaguarda patrimonial - a Administração Pública local contatou uma consultoria. Esta iria executar todo o trabalho do “ICMS – Critério Patrimônio Cultural”¹⁴⁵, por causa do volume documental que teria que redigir a contratada delegou a atividade educacional a dois profissionais da área da cultura, que trabalhavam de forma autônoma, para elaborar uma oficina e desenvolver as ações formuladas. Estas foram estabelecidas para jovens que faziam parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), conforme informado pela prefeitura de Urucânia. Pensou-se em uma atividade para cada dia de oficina:

¹⁴⁵ Por força de lei os estados devem repassar parte do que arrecadam como o ICMS aos municípios, Minas Gerais por meio da Lei 12.040 de 1995, substituída pela Lei 18030 de 2009, definiu os critérios gerais que os municípios devem cumprir para pleitear o recebimento de recursos provenientes desse imposto. Desde então a Lei mineira permite ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) elaborar parâmetros específicos por meio das Deliberações Normativas, portanto estas norteiam o trabalho dos municípios que possuem a pretensão de pleitear recursos originários do recolhimento pelo estado do ICMS – Critério Patrimônio Cultural. O IEPHA-MG a partir da Deliberação Normativa 01/2005 solicitou aos municípios a realização de projeto de Educação Patrimonial e o desenvolvimento das atividades nele previstas.

- Discutir Patrimônio Cultural, Memória e História;
- Reflexão acerca dos patrimônios da Cidade;
- Discussão a partir da ideia de que cada indivíduo contribui para engendrar bens culturais locais.

Ao chegar à localidade percebeu-se que o público era muito diversificado, pois havia pessoas entre quinze e quarenta e oito anos que, por conseguinte, possuíam variados graus de escolaridade. Foi, desta maneira, necessário adequar rapidamente as estratégias traçadas para utilização dos materiais elaborados, como havia três professoras inscritas propomos a elas que ao invés de atuarem como participantes da oficina se tornassem mediadoras no processo de aprendizagem. Elas aceitaram prontamente e sugeriram que se dividisse os alunos em grupos, recomendação que facilitou a realização das discussões e a elaboração do produto ao término das atividades.

Após apresentar os propósitos da oficina e a razão pela qual ela estava acontecendo, fez-se a seguinte pergunta à turma: “como se poderia averiguar o que é importante para uma pessoa?”. A partir das respostas construídas pelos grupos debatemos se os mesmos critérios poderiam ser aplicados para investigar o que é importante em uma cidade. A princípio houve opiniões divergentes, mas todos se esforçaram para justificar os posicionamentos escolhidos e convencer os demais participantes que suas opiniões eram as mais adequadas. Quando se pediu para exemplificar o que julgavam importante em Urucânia a maioria dos inscritos concluíram que os valores históricos, artísticos, afetivos e sociais são elementos que permitem classificar um artefato ou uma manifestação cultural como importantes para uma cidade, portanto, os fundamentos são semelhantes, mas não os mesmos utilizados para se estabelecer o que é valoroso para um indivíduo. A partir das repostas elaboradas pelos inscritos percebeu-se que boa parte deles possuía noções (mesmo que intuitivamente) acerca do que era patrimônio.

No segundo dia foi discutido como as “pistas” e os “vestígios” gravados na cidade ajudam a conhecer as narrativas construídas ao longo do tempo acerca do espaço urbano. Foi ressaltado que os vestígios influenciam na produção da memória individual e da coletiva, exemplificou-se ao demonstrar que fatos ocorridos coletivamente foram registrados (intencionalmente ou não) em documentos pessoais, como fotografias de família e diários. E que vivências pessoais deixam pistas em diversas produções voltadas

para o coletivo, como construções arquitetônicas, livros, objetos, jornais, revistas, entre outros.

A partir da noção de produção documental trabalhou-se as maneiras como a memória do Padre Antônio Ribeiro foi construída, década após década, com a intenção de ressaltar sua atuação como pároco da cidade e seu caráter de santidade. Nessa atividade foi possível perceber que vários aspectos da identidade das pessoas residentes em Urucânia foram engendrados tendo como base a memória acerca da crença dos milagres realizados pelo citado sacerdote na localidade e na região da Zona da Mata mineira. E que esmo aqueles que negam tal possibilidade, de alguma forma, possuem contato com as reminiscências que dizem respeito ao vigário, pois elas se mostram presentes não só na cultura da cidade, mas também no âmbito econômico devido às romarias e ao comércio religioso ligado às peregrinações.

A partir do exemplo do padre os participantes concluíram que a história é feita principalmente por pessoas comuns e que ela não explica tudo que aconteceu no passado, mas tenta analisar e esclarecer “os mecanismos que impulsionam o desenvolvimento dos povos e informa sobre as ideias que tais povos têm sobre seu desenvolvimento histórico. Permite, portanto, registrar a variedade de artefatos que imaginaram para armazenar reter e difundir a memória do passado”.¹⁴⁶ Como forma de apreenderem a ideia de que para se construir uma narrativa histórica é preciso pesquisar os fatos por meio das pistas que chegaram até a atualidade, uma atividade lúdica, semelhante a uma investigação policial, foi lhes apresentada. Durante esta ação discutiu-se importância de se conhecer as manipulações (conscientes ou não) que as fontes documentais podem sofrer, entre elas a fotografia, os documentos escritos e a memória. Como esta é uma construção que as pessoas realizam no presente a partir dos vestígios do passado pode ser falseada por causa do esquecimento, das reinterpretações devido às vivências, de traumas e/ou do trabalho de enquadramento.

Acreditando-se que seria no último dia decidiu-se reforçar a importância da investigação dos elementos não escritos para se conhecer algo do passado. Trabalhou-se com manifestações culturais e elementos arquitetônicos da cidade e a partir deles os participantes discutiram acerca da importância das festas religiosas para o município, como

¹⁴⁶ MAYET, Enrique Florescano. *Função social da História*. Captado em: <http://cpdoc.fgv.br/noticias/eventos/09112011> Acesso em: 25 de junho de 2015.

também a relevância do Museu do Padre Antônio como equipamento de preservação da memória história local. Assim, uma pequena atividade de pesquisa foi realizada e os alunos levantaram dados interessantes, como o envolvimento da população na constituição do acervo do museu. Segundo as informações recolhidas pelos alunos, no ano de 2002 algumas peças foram incorporadas a reserva técnica da instituição devido à iniciativa dos moradores que organizaram uma gincana cujo objetivo era arrecadar objetos pertencentes ao Padre Antônio e que estavam sob a guarda das famílias de Urucânia. Tal ação permitiu finalizar as discussões da primeira parte da oficina “Cidade e Memória”, pois a partir dela ressaltou-se a importância da participação da comunidade na conservação, na preservação e na salvaguarda dos bens patrimoniais.

Como forma de melhor conhecer o aprendizado que os participantes haviam adquirido por meio da oficina pediu-se para cada grupo redigir uma frase que sintetizasse o que tinham aprendido durante as discussões e as atividades realizadas. E as proposições apresentadas foram:

- Patrimônio é tudo aquilo que consideramos importante para compreender e construir a história do passado, do presente e a que se fará no futuro;
- A história e as cidades são feitas principalmente por pessoas comuns;
- Por meio dos vestígios que as “pessoas do passado” deixaram pode-se conhecer o que ocorreu em outras épocas e essas “pistas” são também consideradas patrimônio;
- A memória é um mecanismo que o cérebro utiliza para recordar algo do passado.

As conclusões que os grupos elaboraram demonstram que a apreensão acerca dos temas cidade, memória e patrimônio foi satisfatória e que houve um bom envolvimento durante a oficina, tanto que escolheram outro módulo para ser desenvolvido pelo PETI¹⁴⁷. Para esta etapa foram pensadas atividades mais práticas e que explorassem a visão que os municíipes possuíam de Urucânia. Formulou-se algumas ações que pudessem retratar o

¹⁴⁷ Os participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) podiam escolher quais atividades queriam cursar dentre algumas opções a eles apresentadas, como na ficha de avaliação vários alunos pediram a continuação um novo módulo foi contratado.

patrimônio local utilizando as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC's), por meio de eleição a maioria decidiu produzir um vídeo.

Foram quatro dias de oficinas, em dois realizou-se a capacitação para que os inscritos aprendessem a manusear câmeras digitais, formulassem roteiros de entrevistas, conhecessem como se faz edição de vídeos usando um computador doméstico e estudassem qual a melhor opção que tinham, na época, para divulgar o material que produziriam. Nos demais dias entrevistou-se moradores, registrou-se por meio de fotografias os bens culturais locais, montou-se uma sessão de exibição do vídeo e os inscritos prepararam um perfil em uma rede social, hoje extinta, para postarem o trabalho após o lançamento oficial.

O ponto central do vídeo foi demonstrar que os valores culturais de uma localidade são produzidos por seus habitantes, portanto ao reconhecer o “valor” do patrimônio admite-se a importância de cada morador. Os integrantes da oficina por meio de filmadoras e câmeras digitais “enquadraram” os bens culturais locais construindo, portanto, uma narrativa própria acerca da identidade, da memória e do patrimônio local. Narrativa esta que possibilitou constatar que houve a internalização dos aprendizados, pois “internalizar”¹⁴⁸ é um processo cognitivo que implica reter um conhecimento, relacionando-o com outros ou com os anteriormente construídos apropriando-se, portanto, de todos eles para mediar as relações com o mundo que cercam os alunos, ampliando, assim, a aquisição de signos culturais, instigando-os a ressaltá-los.

Conhecer os processos de formação da herança cultural de maneira ativa permite, portanto, que os indivíduos tenham a percepção de que eles são agentes históricos capazes de criar, modificar, preservar elementos culturais citadinos, pois são construtores, coautores, fruidores e gestores do patrimônio contido no seu meio social. Por esta razão as iniciativas de voltadas para o patrimônio deveriam ser processos educativos dinâmicos, interativos, que buscam a “[...] construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais [...]”¹⁴⁹. A oficina

¹⁴⁸ VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Visor Distribuciones: Madrid, 1995.

¹⁴⁹ FLORÊNCIO, Sônia Rabim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014. p. 19.

“Cidade e Memória” foi estruturada dentro dessa perspectiva, pois a intenção foi que os indivíduos de forma colaborativa entendessem o processo de formação das narrativas acerca da memória, da identidade e do patrimônio citadino e delas se apropriassem para elaborar uma visão crítica e própria.

Novos desafios: patrimônio imaterial, cidadania e o papel do historiador.

Juliene Tardeli

Mestre em História Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

juliene.tardeli@gmail.com

Resumo: A partir da década de 1980 novos conceitos emergiram no campo do patrimônio. No Brasil, este processo foi marcado pelo período de redemocratização, tendo como destaque a elaboração da constituição de 1988. A constituição representou grande avanço na área de proteção ao patrimônio, visto que os artigos 215 e 216 distendiam a noção de patrimônio. Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela abertura política e pelo surgimento de novos desafios. A partir deste momento a questão central não era mais a relação entre cultura e desenvolvimento, ou coesão nacional e sim como a cultura poderia garantir a cidadania. O presente artigo visa refletir sobre como as ações de patrimonialização vêm se configurar como uma garantia de direitos culturais e humanos em geral. Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam à coesão nacional através da formação de uma identidade comum. Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando desde o decreto 3.551 de 2000. Neste sentido, este trabalho aborda a temática da

atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio como maneira de revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostra assim, quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Dado isto, o presente se põe como esforço de problematização das novas perspectivas sobre a proteção de patrimônio no Brasil, sua relação com a cidadania e o papel crítico em que os historiadores devem desempenhar.

Palavras-Chave: Patrimônio imaterial; cidadania; historiador.

Introdução

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Após a Segunda Guerra Mundial, passou-se a existir um processo de alargamento da noção de patrimônio. A partir deste fenômeno, os bens patrimoniais passaram a serem visualizados também nas práticas culturais. Essa noção, porém, não se baseava em modelos europeus. Grande parte das mudanças no pensar sobre o papel do patrimônio nas políticas culturais diz respeito à abertura para ações empreendidas em países do considerado “terceiro mundo” e de países da Ásia.

Márcia Sant’Anna afirma que no mundo ocidental, a experiência com o patrimônio intangível teve como gatilho os acontecimentos pós-guerra, sendo esta um processo lento de transformações e influenciada pelas práticas orientais e terceiro mundistas:

No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural [...] De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam.¹⁵⁰

No ocidente, a questão se inseriu com a participação da UNESCO em diversos países, principalmente, a partir de 1972, quando ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, onde “países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.”¹⁵¹

A resposta às questões levantadas em 72 foram obtidas somente em 1989 mediante ao documento aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, que recomendava que aos países membros da instituição a identificação, salvaguarda e difusão da cultura tradicional e popular através de registros e inventários.

Patrimônio e sua face Imaterial

No Brasil, a constituição de 1988 trouxe redimensionamentos para as práticas patrimoniais, tendo sido a culminância da efervescência cultural e política dos anos anteriores, que redefiniu as relações entre Estado e sociedade. A nova Carta mostra os primeiros sinais para o estabelecimento de uma política voltada para o patrimônio imaterial em seus artigos 215 e 216.

¹⁵⁰ SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p52.

¹⁵¹ _____. *A face imaterial do patrimônio cultural*; p. 53.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁵²

Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Maria Cecília Londres Fonseca¹⁵³ afirma que este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. Dentre tais direitos, estão a memória e à fruição cultural.

A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam à coesão nacional através da formação de uma identidade comum.

¹⁵² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 03/06/2014.

¹⁵³ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: para uma concepção ampla de patrimônio. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Os anos de 1980 foram marcados pelos debates em torno da memória e do patrimônio mais especificamente sobre os deslocamentos conceituais de um e de outro em perspectiva com os anseios de novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, repertoriado.¹⁵⁴

Ao considerarem os modos de fazer, representações culturais e a dinâmica cotidiana da cultura popular, os estudos recentes sobre patrimônio pretendem a valorização do patrimônio vivo e participativo e não o congelamento de dados culturais. Mas, como levar esta proposta a cabo? Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

O processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se reformulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação.¹⁵⁵

Esse patrimônio cultural imaterial: práticas, representações, conhecimentos e técnicas, ligados ao ambiente em que vivem comunidades e grupos passou a ser reconhecido sob diferente perspectiva à que se tinha em relação ao patrimônio material, ressaltando-se a transmissão e continuidade. As novas articulações no campo do patrimônio, assim como o aumento da participação da sociedade civil, promovida pelo contexto de oposição aos autoritarismos do regime militar proporcionou no Brasil a possibilidade de maior integração entre cidadãos e Estado, no que diz respeito à promoção das memórias locais.

Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando a partir do decreto 3.551 de 2000. A partir do entendimento da noção de imaterialidade da cultura, passa-se a prever a importância da salvaguarda não somente de bens materiais que estariam suscetíveis a se perderem com o tempo, mas também à salvaguarda e fomento das condições que permitem a existência práticas sociais e culturais, em nível simbólico.

¹⁵⁴ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. *Antíteses*. DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n14p45, p. 52.

¹⁵⁵ FONSECA. *Para além de pedra e cal.*, p. 77.

O Instituto do Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000, não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este. [...] O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se por “preservá-los”.¹⁵⁶

Cabe então, considerar que o patrimônio imaterial é indissociável do ambiente na qual se manifesta, ficando explícito assim, que as práticas culturais só são eleitas como patrimônio por terem como preceitos o papel social que manifestam e o reconhecimento que recebem. “Isso significa um reconhecimento que, muitas vezes, é extremamente importante para os agentes envolvidos em disputas simbólicas”.¹⁵⁷.

Novos Desafios

Após 4 anos do Decreto 3.551 foi lançado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visava estreitar a participação da sociedade civil na eleição dos patrimônios imateriais, através da ideia de reconhecimento e de salvaguarda.

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional, também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que quererem guardar e definir como próprio e identitário.¹⁵⁸.

Apesar das discussões e disputas de poder no campo do patrimônio tornaram-se mais abrangentes e descentralizadas, Canclini¹⁵⁹ afirma que se deve atentar, entretanto, para a possível desigualdade na participação de determinados grupos em suas políticas culturais. Neste sentido, ele trabalha com o conceito de *capital cultural*, para mostrar como certos “tipos de patrimônio” podem ser valorizados em detrimento de outros; e por isso se faz necessário que a cada vez se possa refletir sobre como tem se aplicado às ações de

¹⁵⁶ SANT'ANNA. *A face imaterial do patrimônio cultural*: p. 55.

¹⁵⁷ OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: considerações Iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.82.

¹⁵⁸ ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; CONTIGO, Rebeca; SOIHET, Raquel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira, 2007, p. 356.

¹⁵⁹ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

patrimonialização, se estas estão envolvidas em dicotomias entre alta e baixa cultura, qual a representatividade destas e qual o real envolvimento do grupo que é abarcado por estas.¹⁶⁰.

De acordo com Martha Abreu, a atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio se faz necessário neste sentido crítico e tem aumentado, devido a institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil desde 4 de agosto de 2000: “Com o decreto 3.551, os profissionais de história, especialmente da história cultural, receberam uma extraordinária oportunidade para voltar a discutir a idéia e a política de patrimônio cultural e histórico no Brasil”.¹⁶¹.

Dado a este novo campo de abrangência, o historiador vê-se desafiado a refletir sobre o este processo de “boom da memória”, sendo colocado a ele o papel de crítico de ações de patrimonialização que se te empreendido.

Com freqüência, o termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor de referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade. O ato de patrimonializar refere-se, assim, à ação de identificar os valores culturais de um dado bem, de os reconhecer socialmente e assim constituir patrimônio.¹⁶²

Dentre as análises que historiadores e pesquisadores da cultura podem elaborar sobre o papel do patrimônio imaterial no Brasil, estão a própria noção de patrimônio como um bem em sua intangibilidade; suas definições e relação com a sociedade civil através dos tempos. Desta maneira, “a recente discussão sobre o patrimônio imaterial no Brasil é mais uma oportunidade para acompanhamos e participarmos de disputas políticas mais amplas em termos culturais; de culturas políticas e políticas da cultura, hoje e no passado”¹⁶³.

Considerações Finais: Reflexões sobre o papel do historiador

O papel do historiador compreende revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostrar quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Assim como entender o estabelecimento das práticas políticas, faz-se necessário ainda a contextualização e problematização sobre a participação da sociedade

¹⁶⁰ Cf. BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

¹⁶¹ ABREU. *Memória e Patrimônio*, p.356.

¹⁶² NOGUEIRA. *O campo do patrimônio cultural e a história*, p. 53.

¹⁶³ ABREU, *Memória e Patrimônio*, p. 358.

civil nos processos de registros, para que se dê voz e se perceba quais são os grupos que se põe como “possuidores” do bem a ser patrimonializado¹⁶⁴.

Acredita-se, portanto, que uma maneira de se produzir essa historização do patrimônio seria aliar a metodologia da história oral, sob a lente da história local, pois ao ouvir as diferentes testemunhas e produtoras do discurso de memória em nível micro se terá melhor entendimento das redes e tramas¹⁶⁵ que existem nos processos de valorização da memória através da proteção do patrimônio.

Ao produzir estudos sobre as manifestações culturais e aqueles que as manifestam, o historiador produz uma narrativa sobre o passado e, consequentemente, dá ao grupo abordado a possibilidade de se contar sua história. A partir de então, o historiador, dando voz a novos sujeitos, está, de certa forma, fabricando patrimônios.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Ao considerar a definição de Mário Chagas de patrimônio como posse de um bem, ver-se-á que ele, seja material ou imaterial, será sempre permeado por forças simbólicas e disputas de poder. Cf. CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: *Em Questão*. Porto Alegre. V. 13, n° 2. p. 204-224, jul-dez 2007.

¹⁶⁵ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas* – Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007.

¹⁶⁶ CHUVA, Márcia, 2012 apud NOGUEIRA, *O campo do patrimônio cultural e a história.*, p. 48.

Educação Patrimonial como Prática para o Ensino de História

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti

Mestrando

História social

Pontifícia Universidade Católica São Paulo

RESUMO

O ensino de História na Educação Básica em nossa realidade atual não pode se basear apenas em livros. Os conteúdos apresentados pelos manuais didáticos não consideram a realidade local e a diversidade cultural brasileira. Desta forma, esse trabalho pretende debater a importância da Educação Patrimonial, como forma de transmissão e apropriação de conhecimento e enriquecimento, tanto do indivíduo como de sua comunidade. Por meio do contato direto com os objetos e manifestações, o aluno passa a fazer uma leitura do mundo, e passam a se apropriar dos conteúdos propostos pela História, como área de estudo, produzindo e adquirindo conhecimento, pois os objetos e o processo histórico passam a ter significado. O aluno passa a se perceber como um agente do processo histórico em que está inserido. Uma maneira de assegurar que o ambiente escolar seja um espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, um processo de ensino e aprendizagem em História mais atrativa e significativa para os alunos através da ligação entre essa área do conhecimento e a Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Educação; Educação Patrimonial; História.

Com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, por meio da Lei Federal número 9394/96, os professores tiveram que repensar suas práticas pedagógicas¹⁶⁷.

Aos professores do século XXI, diferente das gerações anteriores, não podem mais repetir um programa já pré-estabelecido, reproduzir um currículo oficial para todas as escolas do país, sem se preocupar com uma realidade de cada lugar. Os professores desses novos tempos devem selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para suas comunidades.

Desta forma, cada planejamento de ensino é particular, uma reflexão e prática que deve articular especificidades de um grupo de educandos aos objetivos traçados pelo

¹⁶⁷ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: MEC, 1997.

professor. E essa prática pode se utilizar de algumas metodologias. José Carlos Libâneo diz que “em resumo, podemos dizer que os métodos de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico”¹⁶⁸.

As metodologias de ensino são esquemas de ações que propõem a sequência de determinadas etapas na execução de uma determinada tarefa. Utilizar uma metodologia para o planejamento e execução de uma atividade pedagógica não pode ser entendido como a anulação da criatividade do professor. Antes, significa traduzir para o campo prático uma sequência lógica de ações previamente pensada e testada. Desta forma, a Didática também tem seus métodos para atingir seus objetivos, como qualquer outra ciência.

Como metodologia para o ensino de História pode-se discutir a Educação Patrimonial como possibilidade para esse fim, voltada a uma proposta de ensino com ênfase nos aspectos que privilegia a história local. A Educação Patrimonial pode ser como propõe Paulo Freire, um instrumento-chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o outro.

Sobre Educação Patrimonial podemos citar, como uma das primeiras ações no Brasil, o I Seminário de Educação Patrimonial no Brasil, que ocorreu em 1983. Um evento realizado no Museu Imperial, em Petrópolis RJ, inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra denominado *Heritage Education*, do qual se desenvolveu uma metodologia para o trabalho educacional em museus e monumentos históricos, a qual pode ser encontrada no “Guia Básico de Educação Patrimonial”.¹⁶⁹

Segundo Horta, a Educação Patrimonial é:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a

¹⁶⁸ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990, p.152.

¹⁶⁹ HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*. 3. ed. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 2006.

geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.¹⁷⁰

O ensino de História baseado simplesmente no livro didático serve para contribuir com o empobrecimento, limitação dessa área do conhecimento e restrição do conhecimento. Os conteúdos apresentados pelos manuais didáticos não levando em consideração as particularidades regionais e as especificidades locais. Bittencourt adverte que o livro didático é:

(...) um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.¹⁷¹

A Educação Patrimonial surge como uma alternativa ao uso do livro didático, no qual nos permite aprofundar questões da prática do ensino de história nas salas de aula da Educação Básica.

A Educação Patrimonial objetiva despertar o senso crítico e a tomada de consciência para a importância da valorização do patrimônio cultural pela sociedade, como também possibilita contribuir para a construção de uma identidade e da cidadania. Ao trabalhar com os bens culturais tangíveis aos educandos possibilita a ampliação das noções de valorização, resgate e preservação dos patrimônios histórico/culturais locais, de toda comunidade envolvida.¹⁷² Conforme Machado; Haigert; Possel é “por meio da valorização e promoção da cultura local e regional”¹⁷³ que a história se torna mais próxima da realidade dos alunos e nesse contexto o professor deve fazer a ligação entre o saber escolar e o saber da comunidade. Dessa forma é fundamental que os professores se utilizem da realidade dos alunos ao trabalharem os conhecimentos de História. E em consequência tornar o ensino

¹⁷⁰ _____. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 6.

¹⁷¹ BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. (org.) 11. ed., 1^a reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008, p 72. – (Repensando o Ensino).

¹⁷² MACHADO, A. S; HAIGERT, C. G; POSSEL, V. R. Cultura material, Educação Patrimonial e ensino de História: uma parceria possível. In: SOARES, André Luis Ramos (org.) et al. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 48.

¹⁷³ _____. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*, 2003, p.52.

dinâmico e mais interessante, na busca por novas possibilidades pedagógicas de construção de conhecimentos e de transformação das condições de vida dos alunos.

Os manuais didáticos que padronizam uma transmissão de saberes e pressupõe a cultura como homogeneia, em um processo de aprendizagem que reserva aos alunos apenas a função de memorizar informações. O aluno não se torna sujeito no processo ensino e aprendizagem e a escola reforça a ideia que Freire¹⁷⁴ denominou de Educação Bancária, ou seja, a de depositar conteúdos, não tornando a aprendizagem significativa. Nesse modelo educacional o papel do educador se restringe ao de um narrador, e o papel dos educandos consiste em memorizar o que está sendo narrado e reproduzir, repetir. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.”¹⁷⁵ Nessa situação, o conhecimento deixa de ser um processo de busca, indagações e questionamentos.

Daí a importância da Educação Patrimonial que se mostra como uma possibilidade para a mudança dessa prática, ao fazer o aluno se perceber como sujeito histórico, em um processo coletivo de constante construção. E ela pode se desenvolver no ambiente formal de ensino ou informal, e também se adequar a qualquer patrimônio cultural, “qualquer evidência material ou manifestação da cultura”¹⁷⁶.

E ao oferecer ao aluno o acesso a métodos, técnicas e práticas concretas que contribuam para estabelecer relação significativa entre os conceitos abordados e a realidade tendo em vista a complexidade de assimilação por meio do abstrato, o professor que estimula o contato com objetos concretos na construção do conhecimento permite uma melhor compreensão do tema pelos alunos, que passam a construir conhecimento em lugar de memorizá-lo, sendo “incentivados na sala de aula a serem sujeitos da História, portanto efetivos cidadãos”¹⁷⁷

Ainda conforme Machado:

Despertar a curiosidade dos educandos e fazer com que eles procurem novas informações é incentivar que formulem e identifiquem, em conjunto com os educadores, novos conhecimentos e também que

¹⁷⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹⁷⁵ _____. *Pedagogia do Oprimido*, p. 33.

¹⁷⁶ HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 06.

¹⁷⁷ MACHADO, Alexander da Silva. A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos (org.) et al. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 87

tomem contato com os patrimônios de suas localidades, no intuito de fundamentar uma identidade cultural¹⁷⁸.

A participação dos alunos como agentes ativos no processo de construção do conhecimento resulta na valorização de sua herança cultural que ocorre com a ação do estudo dos objetos pertencentes ao cotidiano das comunidades, no qual os indivíduos passam a se apropriar de seu patrimônio cultural, produzindo e adquirindo conhecimento, pois os objetos passam a ter significado. Segundo Machado, além de despertar a curiosidade dos educandos, a Educação Patrimonial também deve “fazer com que observem um objeto concreto da cultura material e, a partir dele, recolham informações para construir um conhecimento elaborado”¹⁷⁹.

Um simples objeto do cotidiano, uma paisagem, uma cidade, uma manifestação festiva ou religiosa, contém um complexo sistema de relações que devemos interpretar a fim de ampliar nossa capacidade de compreensão do mundo¹⁸⁰. O objeto real é fonte de informação sobre o contexto histórico em que foi produzido e utilizado.

Tornar o ambiente de ensino mais propício ao questionamento, reflexão, descobertas, a troca de experiências e construção de conhecimento, são elementos essenciais para a aplicação dos currículos para o ensino de História, devendo se aproveitar dos diversos aspectos e significados presentes nos objetos culturais por meio da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial deve provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva¹⁸¹.

A Educação Patrimonial se torna uma importante ação na construção de uma identidade cultural na medida em que promovem o diálogo entre professores, alunos e toda a comunidade por meio de uma ação da coletividade. Acreditando que na troca de experiências se constrói aprendizado almejamos que essas reflexões possam de algum modo, contribuir para o exercício de uma prática pedagógica efetivamente construtora de

¹⁷⁸ _____. *A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial*, p. 89.

¹⁷⁹ _____. *A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial*, p. 88.

¹⁸⁰ HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p09.

¹⁸¹ HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 08

saberes em um processo continuo de criação cultural. É viável propor um processo de ensino e aprendizagem em História mais atrativa e significativa para os alunos através da ligação entre essa área do conhecimento e a Educação Patrimonial. Na busca de novas formas de se ensinar e aprender História que todos os indivíduos passam a serem sujeitos ativos no processo de construção histórica e que, partindo de suas vivencias e experiências cotidianas possam ampliar as descobertas da sala de aula abrangendo a comunidade local e, assim, construir, valorizar e preservar a memória coletiva.

Coleções pessoais e a materialização das histórias individuais

Alessandro Ferreira Costa

Doutor em Ciência da Informação

Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação / UFMG

alessandrocosta@eci.ufmg.br

Resumo: Os objetos recolhidos por um indivíduo em seu percurso de vida revelam muito mais que o valor intrínseco à sua natureza material: acabam por demonstrar, também, o valor simbólico atribuído pelo colecionador a cada um daqueles itens colecionados, como um “texto” que narra histórias passíveis de leitura e interpretação. Àquele que se coloca diante desse acervo, enquanto recurso de informação e subsídio à pesquisa, cabe o desafio de se manter o mais fiel possível à linguagem original estabelecida por seu titular de forma a possibilitar uma compreensão mais pormenorizada daquele indivíduo, do seu tempo e da própria cultura. Neste contexto, a presente comunicação tem por objetivo tornar público os resultados parciais da pesquisa acadêmica “A coleção pelo olhar do colecionador: o que dizem os acervos pessoais”, que busca compreender as vertentes emocional e pragmática envolvidas no processo de formação de coleções, como requisito básico para uma aproximação e apropriação mais eficaz do observador-leitor de uma dada coleção pessoal, otimizando assim, a percepção do que efetivamente representa aquele acervo enquanto registro histórico.

Palavras-chave: Colecionismo; acervos pessoais; memória; história.

INTRODUÇÃO

No decorrer do seu percurso de vida, seja em resposta às necessidades impostas pelo cotidiano, seja em virtude dos desejos que habitam a sua mente, o indivíduo humano acaba por se munir dos mais diversos tipos de objetos¹⁸² que passam a compor e delinear o seu espaço físico e emocional. Porém, o nível e o tipo de aproximação estabelecida entre aquela pessoa e a sua coleção de objetos só pode ser mensurada a partir da análise das especificidades inerentes a este singular relacionamento. Qualquer observação externa que não contemple o “olhar” daquele indivíduo está fadada ao erro, isso é certo.

¹⁸² Ao temo *objeto* atribuímos, aqui, o sentido de *documento* expresso por Bellotto (2004): “Segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana”. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.35.

Esta breve comunicação tem por objetivo tecer algumas considerações sobre o conceito de *coleção formal* e de *coleção funcional* - bem como suas características básicas - e a importância destas enquanto fonte de informação privilegiada a uma compreensão mais fidedigna possível do indivíduo que sistematicamente reuniu todo aquele complexo acervo material, baseando-nos, aqui, no que cita Vera Grecco:

A necessidade de colecionar é contemporânea da coleção de objetos utilitários que acompanhava o homem primitivo em seus deslocamentos. Com o tempo, foi estendida aos objetos de uso religioso e, aos poucos, aos evocativos, **pois as ações humanas não são aleatórias, têm significado, são regulamentadas, repetidas, aperfeiçoadas e revestidas de simbolismo que pode ser transferido a elementos palpáveis.** [Grifo nosso]¹⁸³

COLEÇÕES

[...] as práticas individuais de colecionar, que exercitam a discriminação dos objetos dispostos no mundo para o desenvolvimento da inteligência, transmutam-se pela comunicação entre os indivíduos - como exercício de ordenação comum dos objetos dispostos no mundo - para o desenvolvimento da razão e do discurso, como práticas sociais civilizatórias. (LOPES, 2010, p.380-381)¹⁸⁴

Segundo Francisco Marshall¹⁸⁵, o núcleo semântico e significativo do termo *colecionismo* está na “relação entre por em ordem - raciocinar - (*logein*) e discursar (*legein*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar” um universo temático qualquer, material ou imaterial. Por sua vez, Sérgio Crusco¹⁸⁶ define que colecionar é tão e simplesmente o ato de contar histórias. Neste contexto, o desafio a ser vencido por aqueles que anseiam a “leitura” dessa narrativa é a compreensão da estrutura simbólica, associada e decorrente do colecionador, impressa nos processos de seleção, organização e exposição dos seus objetos: ele é o meio e a razão de ser de tudo o que se encontra reunido.

¹⁸³ GRECCO, Vera Regina Luz. Colecionismo: o desejo de guardar. *Jornal do MARGS*, Porto Alegre, n.83, junho de 2003.

¹⁸⁴ LOPES, José Rogério. Colecionismo e os ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos de vida. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.34, p.377-404, jul./dez.2010. p.380-381.

¹⁸⁵ MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n.20, p.13-23, jan./jun.2005, p.15.

¹⁸⁶ CRUSCO, Sérgio. Colecionar é contar histórias. *Revista Continuum Itaú Cultural*, São Paulo, n.29, p.12-15, jan./fev.2011.

Para que essa tarefa possa ser iniciada, porém, é necessária a compreensão e a distinção entre dois perfis de coleções: as *formais* e as *funcionais*¹⁸⁷. Por coleção formal compreendemos a reunião sistemática de objetos os mais diversos, atrelados a um ou mais interesses do indivíduo Colecionador, tendo por fundamento primeiro a relação afetiva estabelecida entre eles. Aqui, os objetos são desnudados de sua função original (razão pela qual foram criados) e adquirem um novo valor, agora carregado pela subjetividade do sujeito que os reuniu. Por coleção funcional compreendemos a reunião objetiva de objetos os mais diversos, associados a uma ou mais necessidades do indivíduo colecionador, tendo por fundamento primeiro a relação prática estabelecida entre eles, com pouco ou nenhum envolvimento emocional. Referimo-nos, neste caso, a tudo aquilo que se mostra essencial para a execução dos nossos afazeres e obrigações.

Registradas essas considerações, podemos então afirmar que para compreendermos um sujeito, por meio daquilo que compõem o seu acervo pessoal e em sua complexidade, é mister o acesso a tudo aquilo que, seja por seu valor simbólico-emocional, seja por sua aplicação prática, traduz e materializa o indivíduo em um tempo e espaço definidos. Para Oliveira, Siegmann e Coelho¹⁸⁸, “em princípio, temos a tendência de entender as coleções como meros conjuntos de objetos da mesma natureza. Certamente, esses foram ali reunidos por manterem alguma relação entre si” e é essa relação que constrói a teia de significados que atribui sentido não só a uma coleção, mas também, àquele que a gerou.

Contrariando essa linha de raciocínio, durante os relatos colhidos para a realização da pesquisa acadêmica “A coleção pelo olhar do colecionador: o que dizem os acervos pessoais”¹⁸⁹, objeto desta comunicação, foi-nos possível perceber que parte significativa dos Colecionadores¹⁹⁰ entrevistados, ainda que devidamente amparados por toda a experiência adquirida, seja no campo teórico, seja na instância prática, acredita que desconsiderando a sua coleção formal não há nada de relevante nos demais objetos reunidos que possa lhes conferir o mesmo nível de dedicação e zelo quanto aos procedimentos de guarda (salvo aqueles que apresentam notória importância jurídica, fiscal ou no uso de suas atribuições

¹⁸⁷ Terminologia inicialmente adotada nas atividades de ensino e incorporada, posteriormente, no repertório conceitual dos trabalhos de pesquisa do autor.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Andréia Machado; SIEGMANN, Christiane; COELHO, Débora. As coleções como duração: o colecionador coleciona o quê? *Episteme*. Porto Alegre, n.20, p.111-119, jan./jun.2005. p.112.

¹⁸⁹ Pesquisa vinculada ao Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais - ECI/UFMG (2013-2015).

¹⁹⁰ Habituamos a grafar Colecionador com a primeira letra maiúscula quando a este se reporta uma coleção formal.

profissionais). Mesmo diante da argumentação sobre outras possibilidades de leituras inerentes ao valor representativo de suas coleções funcionais, os mesmos mantiveram-se hesitantes. Como bem o cita Soraia Nogueira (2004), a partir do momento em que um objeto é selecionado, possuído e ordenado por um sujeito, passa ele então a se constituir como um “espelho da sua personalidade, seu cotidiano, seu meio social, como uma espécie de biografia material, ‘amadurecendo’ ao longo dos anos”¹⁹¹. Ainda que a restrita aproximação emocional não confira às coleções funcionais o mesmo status das coleções formais, sob o ponto de vista biográfico, são ambas facetas de um mesmo indivíduo.

Outro aspecto também observado nessa pesquisa é a discutível relevância que atribuímos à manutenção da nossa própria história. Façamo-nos dois questionamentos: 1. os objetos que reunimos no decorrer do tempo, e que hoje se encontram devidamente guardados, representam aquilo que há de mais relevante enquanto expressão máxima da nossa existência?; e 2. conferimos mais importância à história do outro ou à nossa? Não pretendemos, neste momento, dedicar-nos à exposição de resultados mais detalhados oriundos das entrevistas, uma vez que ainda estão sendo analisados, contudo, é possível sim registrar que a quase totalidade dos entrevistados apresentou dois comportamentos básicos mediante a essas questões: primeiro, a negativa quanto à capacidade dos objetos hoje reunidos expressarem, de forma competente e convincente, as suas histórias de vida. Neste contexto, propomos ao leitor um momento de reflexão mediada pelo depoimento de um dos entrevistados: “Pensando bem, agora, sinto falta de muitas coisas que abri mão no passar dos anos. Nossa, se eu tivesse pensado bem, devia ter guardado tantas recordações que me traziam felicidade, mas ‘tava’ sempre pensando ‘pra’ frente que acabei me esquecendo do passado”. Podemos aprender algo com estas palavras?

O segundo comportamento registrado é a recorrência de um discurso que versa sobre a necessidade de ações conscientes e deliberadamente planejadas sobre a guarda de acervos pessoais em vista a posteridade: “Não preciso me preocupar com isso. Só pessoas importantes precisam deste cuidado, não eu”¹⁹². Tomando por referência esta ideia, qual é o critério - ou critérios - que atribui o valor de importância a um sujeito? Não somos todos nós protagonistas de nossas histórias individuais? Segundo Alfredo Bosi (1995), o homem é

¹⁹¹ NOGUEIRA, Soraia Nunes. *A imagem cinematográfica como objeto colecionável: o colecionador na era digital.* 241f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Belo Horizonte, 2004, p.15.

¹⁹² Frase atribuída ao colaborador da pesquisa (entrevistado) Sr. E. R., também citado no parágrafo anterior.

uma criatura que existe no tempo. Por isso “o homem nasce e morre. A matéria da sua vida se faz e desfaz: a medida dessa mutação é chamada tempo de vida. E o que é próprio do tempo? O ato de passar. O existir do homem é um passar”¹⁹³. Para que essa passagem se configure como algo tangível e, por sua vez, legitime a existência do indivíduo, a sua marca deve ser visível, material, e não há fonte de informação mais relevante sobre uma pessoa que tudo aquilo que fora por ela recolhido como subsídio ao seu dia a dia.

O arquivo pessoal como fonte de pesquisa apresenta variantes que convém explicar. Ele pode ser usado como documentação básica, como documentação alternativa, como documentação subsidiária ou como documentação paralela. O mesmo conjunto documental serve de uma forma ou de outra em relação à pesquisa proposta. Isso depende do tema, das hipóteses levantadas, da perspectiva da abordagem e do próprio fio condutor que o documento evidencia ao historiador e não o contrário.¹⁹⁴

CONSIDERAÇÕES

Os estudos de coleções se configuram, na atualidade, como um vasto e fértil campo de estudo que têm contribuído com múltiplas áreas do conhecimento, oferecendo diversas abordagens e interpretações. Esses estudos são importantes porque nos colocam perante a evidência do mundo da cultura material e de seus objetos. Ademais, desvendam as obscuras relações que o sujeito estabelece com os objetos.¹⁹⁵

Decifra-me ou te devoro, avverte ameaçadoramente a Esfinge no clássico da literatura *Édipo Rei*, de Sófocles. Por vezes, parece esta a mensagem que assola a mente dos pesquisadores quando diante do enigma que se constitui a leitura de um acervo de objetos pessoais. Contudo, proporcional ao desafio, o prêmio: dimensionar, de forma apropriada, camadas de subjetividade que constroem um sujeito. Mas quem é ele? Por que debruçar-me sobre sua vida e fazer dele objeto de estudo? Lembremos que o homem não nasce laureado com uma distinção especial: sua relevância é construída sobre ações e o impacto destas nem sempre é sentido no seio da sociedade, mas sim, no contexto mais íntimo daquele indivíduo. Por isso, não é cabível o uso de premissas absolutas que tenham por objetivo qualificar a sua importância, tão pouco, a pertinência do seu acervo. Ele é história,

¹⁹³ BOSI, Alfredo. *Considerações sobre tempo e informação*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (textos), 1995. p.1.

¹⁹⁴ BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p.268.

¹⁹⁵ MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. esp., p.87-104, 1.sem.2009. p.87.

simplesmente. Traz consigo a capacidade de ofertar ao mundo uma singular visão da realidade, presente ou passada.

[...] a análise dos colecionadores [formais] pode nos auxiliar a visualizar mais claramente alguns processos de consumo na sociedade contemporânea, notadamente no que tange às propriedades simbólicas que os bens carregam consigo, e também na compreensão dos processos de apropriação e personalização dos bens quando da sua passagem do domínio da produção para o domínio do consumo.¹⁹⁶

¹⁹⁶ CAVEDON, Neusa Rolita et al. Consumo, colecionismo e identidade dos bibliófilos: uma etnografia em dois sebos de Porto Alegre. *Horizonte Antropológicos*, Porto Alegre, n.28, p.345-371, jul./dez.2007. p.368.

ST 7: História e Inquisição: história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade

Igor Tadeu Camilo Rocha
Doutorando (UFMG)/ igortcr@gmail.com

Natália Ribeiro Martins
Doutoranda (UFMG)/ nribeiro.his@gmail.com

Blasfêmias e proposições heréticas: a boca maldita dos padres presos pela inquisição de Lisboa

Diogo Tomaz Pereira

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

uff.diogo@gmail.com

RESUMO: O catolicismo, nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, assumiu um caráter obrigatório. A situação do clero no Brasil colonial era algo drástico, a começar pela ausência de vocação sacerdotal e a qualificação desses “profissionais”. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia, um ato tão comum que até o clero não conseguia escapar. Apesar do clero não ser imune ao ambiente considerado herege que o circulava, isso não era suficiente para explicar seu desregramento moral, quando deveriam servir de exemplo. O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atiçado ainda mais pelo numero considerável de padres conhecido pelo mau viver. A fala garantia a realidade do pensamento, era assim que a Inquisição enxergava tudo o que era dito pelos blasfemadores e propositores. Compreendiam a fala como uma extensão do pensamento e apresentação de convicções internas.

PALAVRAS-CHAVE: Blasfêmias, inquisição portuguesa, proposições heréticas.

Introdução

Um vicio execrável, desconhecido antigamente a esse grau, implantou-se entre nós: é a blasfêmia pela qual o nome do Senhor é ultrajado da maneira mais odiosa [...]. E essa hedionda blasfêmia reina em todas as condições: mulheres, velhos, jovens, até crianças que mal podem falar, todos a têm nos lábios, o que jamais se vira no tempo de nosso país.¹⁹⁷

Em 2012 quando iniciei a leitura dos processos inquisitoriais – baseando-me no livro *Inquisição: prisioneiros do Brasil* da historiadora Anita Novinsky - especificamente dos crimes de blasfêmia e proposições heréticas no acervo *on-line* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, me depararei com várias camadas sociais detidas pelo Santo Ofício no Brasil colonial. Índios, escravos, lavradores, sapateiros, donas de casa, jovens e, também, haviam

¹⁹⁷ Citado em J. Jansen. *La civilisation de l'Indus Redécouverte d'une grande culture antique*. VIII, p.454. Tübingen, 1568.

os religiosos acusados de declarações infames em relação à fé. E serão estes últimos que darei um enfoque maior.

Em relação à Inquisição portuguesa, durante os anos de sua existência, ela atravessou fases de grande poder, mas também breves ciclos de profunda fragilidade; foi uma autoridade terrível e temida. Estando em constante transformação ela é também expressão da dinâmica da história portuguesa. “O Santo Ofício, acima de tudo, foi um tribunal eclesiástico entre outras instâncias que formavam o sistema de Justiça do Antigo Regime, colocando-o assim, desde a sua fundação no coração do Renascimento português, uma questão de legitimidade e integração num contexto mais vasto”¹⁹⁸. Essa rápida ascensão não se deu somente devido ao apoio da Coroa, mas também, ao peso que o combate à heresia teve na Europa católica, a partir da primeira metade do Quinhentos. Mas, com a exceção de uma aura divina e religiosa que o Tribunal do Santo Ofício se revestia, apesar de toda função “santa” que possa ter alegado, foi uma instituição ligada ao Estado e que respondia aos interesses da Coroa, nobreza e clero¹⁹⁹.

A mensagem na qual a Inquisição buscava transmitir aos fiéis e leigos era uma mensagem de medo e terror, aguilhando-os na obediência e submissão. É o que diz Jean Delumeau em *A História do medo no Ocidente*, essa mensagem de medo e punição é antiga, tão antiga quanto à própria civilização “Os homens de Igreja, aguilhoados por acontecimentos trágicos, estiveram mais do que nunca inclinados a isolá-la nos textos sagrados e a apresenta-la às multidões inquietas com a explicação última que não se pode colocar em dúvida” (DELUMEAU, 2009, p.335).

Quantos aos crimes que busco analisar, as blasfêmias e proposições heréticas eram dois crimes que, ainda que relacionadas à fala, possuíam suas diferenças. As proposições heréticas eram críticas, questionamentos ou indagações feitas contra a Igreja como instituição ou aos seus membros. As blasfêmias eram uma demonstração de grosseria, rusticidade ou ignorância; “uma prática nascida do hábito, da ironia, do humor, da raiva ou da decepção²⁰⁰”. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, a blasfêmia é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos, podendo ser expressa através de

¹⁹⁸ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p.15.

¹⁹⁹ NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 2^a edição São Paulo: Brasiliense, 1983, p.37.

²⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009, p.41.

palavras ou por uma ação. Mas em comum, todas as duas faziam parte do rol de crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício.

A Inquisição chega ao Brasil

A descoberta do Novo Mundo talvez tenha sido o feito mais espantoso da história dos homens, abriam-se as portas de um novo tempo. Em um período que *ouvir* valia bem mais do que se *ver*, os olhos enxergavam primeiro o que se *ouvira dizer*. “Tudo quanto se via era filtrado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido” (SOUZA, 1986, p.21-22). Na Europa, o Inferno e todas suas criaturas tomaram conta da imaginação dos homens modernos. Visto que a Inquisição “trabalhava” para extirpa-lo de vez do continente, Satã se refugiaria para terras distantes, de além-mar. Era necessário, então, que lá ficasse nesse lugar afastado, onde o Inferno e o Paraíso se encontravam (SOUZA, 1986, p.139).

Ao tratarmos dos primeiros colonizadores portugueses com a missão de desbravar ou conquistar o território brasileiro, já ocupado por nativos, a tomada de posse ritual deve, de qualquer modo, repetir a cosmogonia. Do ponto de vista europeu, tudo o que não é “o nosso mundo” não é ainda um “mundo”. É como explica Mircea Eliade em *O Sagrado e o Profano*:

Os “conquistadores” espanhóis e portugueses tomavam posse, em nome de Jesus Cristo, dos territórios que haviam descoberto e conquistado. A ereção da Cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um “novo nascimento”. Porque, pelo Cristo, “passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo (II Coríntios, 5:17). A terra recentemente descoberta era “renovada”, “recriada” pela cruz (ELIADE, 2010, p.34-35).

Sobre a Inquisição moderna, existiram em Portugal seis Tribunais, cada um em uma cidade específica. Para efeitos do exercício do poder inquisitorial, as diferentes regiões do Reino estavam adstritas aos tribunais de Lisboa, de Coimbra e de Évora (os de Tomar, Porto e Lamego tiveram vida efémera)²⁰¹. Apesar da Inquisição portuguesa nunca ter

²⁰¹ O critério para a escolha da fundação destes tribunais, que tinham outros sob a sua jurisdição, seguia aproximadamente os limites das dioceses e procurava abranger as regiões que reuniam um maior número de cristãos-novos e mouros. Depois da constituição destes seis tribunais pelo reino, houve um retrocesso e quatro deles foram extintos, o de Coimbra temporariamente, o de Lamego, Porto e Tomar definitivamente; talvez esta abolição se deva às dificuldades financeiras que a sua manutenção iria acarretar, bem como o de

oficialmente implantado no Brasil um Tribunal, a Colônia portuguesa na América encontrava-se diretamente ligada e subordinada ao de Lisboa, interferindo profundamente na vida colonial. Alguns acusados (dos casos considerados mais graves) eram enviados para serem julgados na capital portuguesa, e dependendo da pena, podiam por lá permanecer pelo resto da vida caso não fossem enviados para as galés ou para o degredo em alguma das colônias.

Em 1591 ocorreu a primeira Visitação do Santo Ofício em terras brasileiras onde agentes inquisitoriais foram enviados para investigar e prender os suspeitos de heresias. Até hoje, especulam-se os motivos que levaram Portugal a ordenar uma visitação à Colônia. Anita Novinsky²⁰² (2009) defende que as visitas ocorreram devido às notícias de prosperidade dos que aqui viviam o que pode ter despertado a cobiça do rei de Portugal. Também levando em consideração que muitos dos senhores de engenho e comerciantes bem sucedidos eram de origem judaica. Sônia Siqueira²⁰³ (1978) vincula o envio da Visitação ao interesse de Portugal e da Igreja em integrar o Brasil ao mundo cristão. Bruno Feitler (2013) atenta para o fato de a primeira visitação, em 1591, estar ligada ao contexto da expansão geral do Santo Ofício pelos domínios atlânticos portugueses e das visitações efetuadas na mesma época no reino.

Na primeira Visitação, foi enviado ao Brasil como agente do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, de aproximadamente trinta e cinco anos. Além de licenciado, Heitor Furtado tinha ainda em seu currículo o título de desembargador real e capelão fidalgo do Rei. Era homem de foro nobre, que passara por dezesseis investigações de limpeza de sangue²⁰⁴ para habilitar-se ao cargo inquisitorial. Em 28 de Julho de 1591 tem inicio a Visitação do Santo Ofício ao Brasil.

[...] não sem grande pompa e ceremonial laudatório ao Santo Ofício e à pessoa de Heitor Furtado, presentes o bispo com seu cabido, os funcionários da Governança e Justiça, vigários, clérigos e membros das confrarias, sem falar do povo que se acotovelou nas ruas da cidade para acompanhar o cortejo

fazer uma verificação burocrática de toda esta rede criada, quando não existia ainda um Regimento bem definido para a sua regulamentação. (FERREIRA, 2012, p.62).

²⁰² NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil: Séculos XVI a XIX*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

²⁰³ SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

²⁰⁴Ao adotar os estatutos de limpeza de sangue no processo de admissão de novos membros em seus quadros, a Inquisição passou a controlar uma das clivagens estruturantes da ordem social do Antigo Regime português, que era a separação da sociedade entre cristãos-velhos e cristãos novos (TORRES, 1994, p. 109)

inquisitorial. Heitor Furtado veio debaixo de um pálio (sobrecéu portátil) de tela de ouro e, estando na Sé, recebeu um sem número de homenagens e discursos de louvor, inclusive de Marçal Beliarte, provincial dos jesuítas.²⁰⁵

Após toda essa apresentação, Heitor Furtado deu início aos trabalhos nas terras tropicais. Publicou o Edital da Fé e Monitório da Inquisição, onde se encontravam a definição e caracterização dos crimes sob jurisdição inquisitorial. Mas, para que o Tribunal funcionasse, era necessária a formulação de regulamentos e de instruções internas, não apenas para o enquadramento e a orientação dos fluxos de comunicação, mas também para a “alimentação” de todo o aparelho. São conhecidos cinco Regimentos em épocas diferentes, onde são redigidas instruções para o melhor funcionamento da Inquisição portuguesa, 1552, 1570, 1613, 1640 e 1774.

Palavras mal soantes.

A blasfêmia, assim como a proposição herética, era mais um dos vários crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos podendo ser manifestada através de palavras ou por uma ação. A blasfêmia rompe, quebra, anula tudo o que é ensinado pela religião. “É um pecado de irreligião, oposto ao louvor que o homem, criatura de Deus, por sua palavra, deve a Deus”²⁰⁶. A origem vem de duas palavras gregas: *blaptein*, que tem o significado de estragar, danificar, perturbar; e *phème*, reputação.

A bíblia também confirma tal gravidade de blasfemar. Relatada por Mateus aos discípulos: “se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem no presente, nem no século futuro”²⁰⁷. O *Guia de Pecadores*, obra do frei Luís de Granada, publicada pela primeira vez em 1570, e que na época, foi mais circulada do que a Bíblia, escreve: “dos pecados mortais, o mais grave é a blasfêmia, muito próximo dos três pecados mais graves do mundo que são a infidelidade, a desesperança e a ira contra Deus, no absoluto e mais grave de todos”²⁰⁸. Diferente da Proposição Herética, a Blasfêmia era uma prática corrente e quotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos

²⁰⁵ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁰⁶ PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2^a ed. Brasília: Unb, 2006, p.204.

²⁰⁷ Mt. 12, 32. A Bíblia Sagrada. (Edição Pastoral, 1990).

²⁰⁸ GRANADA, Luís de. (1570) *Guia de Pecadores*. São Paulo, Ediouro, 2008. (Edição original 1567).

inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrava de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia. Como explica Stuart B. Schwartz em seu livro *Cada uma na sua Lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*:

Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade.²⁰⁹

Já as Proposições Heréticas eram conflitos contra verdades impostas pelos dogmas católicos, eram “declarações que potencialmente indicavam concepções erradas em questões de fé e que eram, portanto, pecaminosas²¹⁰”. Pior do que colocarem a alma do proposito (como chamarei os presos pelo crime de Proposição Herética) em risco, as proposições poderiam influenciar outras pessoas e desencadear escândalos. “A fala garantia a realidade do pensamento²¹¹”, era assim que a Inquisição enxergava tudo o que era dito pelos blasfemadores e propositores.

O catolicismo, nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, assumiu um caráter obrigatório. Viver na América portuguesa sem pertencer à religião Católica era uma tarefa das mais difíceis, o indivíduo deveria no mínimo demonstrar um certo respeito pelo credo romano²¹² Na concepção de Hoornaert, a vida cristã do povo passava por dois caminhos: aquele ligado ao grupo dos organizadores, ou seja, o do clero propriamente dito, e o outro, junto aqueles que viviam o cristianismo concretamente, o povo. A situação do clero no Brasil colonial era algo drástico²¹³, a começar pela ausência de vocação sacerdotal e a qualificação desses “profissionais”.

²⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009.

²¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009, p.38.

²¹¹ Maureen Flynn, "Blasphemy and the play of anger in sixteenth century Spain", in *Past and Present*, n.º 149, Oxford, Oxford University Press, Novembro de 1995, p.32.

²¹² HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro-1550-1800*. 2º edição. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1978. p. 13

²¹³ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.9.

Como afirma José Pedro Paiva (2000), podemos explicar a situação precária do clero brasileiro se olharmos o clero de Portugal. É decorrente, comenta o autor, “da deficiente formação cultural e da ausência de vocação religiosa de boa parte deste corpo²¹⁴”. Tornava-se algo comum encontrarmos cenários de “ausência de observância da regra - os votos de clausura, pobreza e até castidade eram frequentemente quebrados - bem como situações de indisciplina e um nível muito elementar de formação escolar, cultural e até religiosa²¹⁵”.

O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atiçado ainda mais pelo número considerável de padres conhecidos pelo mau viver. “Nas Minas setecentistas foram numerosíssimos, sempre envolvidos em rixas, defloramentos, concubinatos, raptos, jogatina, bebedeiras, desacatos aos fiéis”²¹⁶.

As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*²¹⁷ visando a boa índole de seu quadro clerical possui o livro Terceiro com doze títulos relacionados ao bom comportamento dos clérigos. O título I “*Da obrigação que tem os clérigos de viver virtuosa e exemplarmente*” faz um resumo básico do que se tratam todos os outros onze títulos:

Quanto é mais levantado, e superior o estado dos Clérigos, que são escolhidos para o Divino ministério, e celestial militância, tanto é maior a obrigação que tem de serem Varões espirituais e perfeitos, sendo cada Clérigo que se ordena tão modesto e compondo de tal sorte suas ações, que não só na vida, e costumes, mas também no vestido, gesto, passos, e praticas tudo nele seja grave e religioso, para que suas ações correspondam ao seu nome [...] (Livro III, Título I, fl.175).

Em 1592 na cidade de Salvador, o padre Luiz do Couto foi denunciado por um lavrador de Taparica chamado Heitor de Barros por ter proferido que “não se metesse na cabeça que havia Inferno, porque era somente um medo que assim se punha para não pecarem, mas que não havia inferno”²¹⁸, após o denunciante dizer que tinha medo de dormir com negras e “ir parar no Inferno”. Heitor também denunciou à Inquisição que alguns atrás, o mesmo padre havia dito que “Cristo não sabia que havia de ressuscitar e que

²¹⁴ PAIVA, José Pedro. “Os mentores”: frades e freiras. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. v. II, p.205.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.106.

²¹⁷ As “*Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*” impressa em Lisboa no ano de 1719 foi uma compilação de normas, para servir como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colonial.

²¹⁸ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 2.553, fl.4-5.

teria tido medo da morte”²¹⁹. Perguntado pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça qual o motivo de ter dito tais coisas, respondeu que não se lembrava de nada, pois estava “perturbado por ter ingerido alguns copos de vinho”, um vício que não largava. Aqui temos um exemplo nítido da deficiente formação cultural e da ausência de vocação religiosa abordada por José Pedro Paiva (2000) e também como o Inferno tomou conta da imaginação do povo brasileiro e não apenas do europeu. Com a popularização do Inferno, o batismo deixa de ser um instrumento que conduzia a vida eterna e a entrada no céu, o simples fato de ser cristão não dava mais garantias para gozar de uma vida de alegrias no paraíso. O Inferno aparece como controlador, aparece como um instrumento para controlar aqueles que tinham autonomia de si. Um simbolismo que, segundo Clifford Geertz, atua para estabelecer expressivas, profundas e longas “disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (GEERTZ, 2008, p. 67)²²⁰.

Com o clero de Portugal não era diferente. Em Lisboa no ano de 1661, o padre Pedro Barbosa Henriques, após ser perguntado por um cidadão sobre sua missa, blasfemou dizendo “que Deus no seu lugar, não faria melhor” e também “que sua mãe deveria ser respeitada na terra como Nossa Senhora no céu”²²¹. A primeira blasfêmia incorreu as maiores notas de censura. Foi considerada escandalosa; mal soante; ofensiva. A segunda, indigna dos piedosos ouvidos dos fiéis. O processo foi arquivado e o padre condenado a ficar no cárcere “mais apertado”²²². Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Um humor que não mostrava, necessariamente, uma descrença, mas apenas certa intimidade.

No Rio de Janeiro em 1764 temos, talvez, o crime de proposição herética mais significante do clero no Brasil. O padre Antônio Carlos Monteiro de 33 anos disse, no ano anterior, em uma de suas missas:

²¹⁹ Idem, fl. 6.

²²⁰ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1 ed. 13^a reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

²²¹ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 143, fl.10.

²²² Idem, fl. 43.

Que os céus, sol, lua e estrelas não foram criados por Deus, nem se movem por determinação sua, porque todo o seu movimento procede por obra da natureza; e também diz que não há Deus, e se o há, que não toma providencias, porque se vê morrer um homem casado, ficando ao desamparo muitos filhos por crias, e que deixa viver outros que nenhuma falta faria se morressem; e também que há pobres miseráveis com bom procedimento e ricos com maus, e soberbos, e que se houvesse Deus, ou tivesse providencias, não sucederia assim. E também afirma que Cristo Senhor nosso era puramente homem e que foi o mais ladino que houve naquele tempo, em que andou pelo mundo, porque soube fingir muitas coisas, que o acreditaram a fazer uma lei (Processo 9.697, fl.13).

Ainda havia a denuncia de que há anos estava amancebado com uma mulher e que com ela teria dois filhos. O padre fora enviado para Lisboa e preso nos cárceres secretos da Inquisição. De todos os processos sobre os religiosos que pesquisei, sua sentença foi a mais rigorosa.

E assentou-se que o bem julgado pelos Inquisidores, Ordinários e Deputados em determinarem que lhe seja recebido ao grêmio e união da Santa Madre Igreja com cárcere e habito penitencial a arbítrio, em pena e penitencia de suas culpas vá ao Auto publico da fé e nele ouça sua sentença, e abjure seus heréticos erros em forma, e se declare que incorreu em sentença de excomunhão maior, em confissão de todos os seus bens para quem de Direito pertencerem, e nas mais penas contra semelhantes estabelecidas, e da dita excomunhão será absoluto *in forma Eclésia*; fique suspenso para sempre de suas ordens e inabilitado para obter benefícios eclesiásticos, tenha reclusão arbitaria nos cárceres do Santo Ofício, penitencias espirituais e instrução ordinária. Mandam que assim se cumpra. Lisboa 11 de Setembro de 1764. (Processo 9.697, fl. 155).

Nos cárceres do Santo Ofício, o padre Antônio Carlos Monteiro continuou proferindo suas ideias heréticas e contestatórias. Contestando a virgindade de Nossa Senhora, dizia “que não cabia em juízo claro, que a sua mulher parindo, continuasse virgem”. “Que o Papa não tinha poder mais do que qualquer homem e, caso tivesse havido na terra um Vigário de Cristo, o que não era de crer, seria só São Pedro, porque depois dele os mais eram pecadores”. “Não havia motivo para que homens confessassem a outros homens igualmente pecadores [clérigos], que nenhum poder tinham para absolver”²²³. Oito anos depois, em 1772, o padre continuava preso, mas, pedia através de uma carta que fosse absolvido e solto. Dizia estar sofrendo algumas moléstias e que os médicos aviam pedido

²²³ A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 9.697, fl. 160.

que fizesse exercícios, tomasse banho e respirasse ar puro²²⁴. Pedia também que o mandassem para a cidade do Porto, para poder fazer companhia à sua mãe que estava com mais de 80 anos²²⁵. Seus pedidos foram atendidos.

Conclusão

Os vários casos de blasfêmia e proposições que tenho pesquisado levam-me a concluir que, indiferente do século, a luta contra o pecado e o pecador permaneceu, mas em moldes distintos. Afinal, o blasfemador e o proposito não eram só aqueles que se arriscavam a desencadear a cólera divina: eles representavam também uma ameaça à frágil harmonia social de um mundo que apoiava seus pilares sobre o solo ainda firme da religião. Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Ainda que as sentenças fossem distintas, o julgamento nos séculos XVI, XVII e XVIII baseava-se na mesma ideia, o arrependimento.

Muitos acusados de blasfêmia e proposições heréticas defendiam-se dizendo que foram denunciados por má fé: alegavam que o acusador pretendia tão somente colocá-los em dificuldades perante o Tribunal. É normal que eles assim o tenham feito como forma de astúcia e numa tentativa de sobrevivência frente a um poder que lhes suplantava. É possível que, em muitos casos, isso de fato tenha acontecido, mas, devemos também lembrar que a blasfêmia era uma prática corrente e quotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir os desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrasse de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia, um ato tão comum que até o clero não conseguia escapar. Apesar do clero não ser imune ao ambiente considerado herege que o circulava, isso não

²²⁴ Idem, fl.191.

²²⁵ O padre é preso com 33 anos.

era suficiente para explicar seu desregramento moral, quando deveriam servir de exemplo²²⁶.

É importante que se tome cuidado com as generalizações, posto que não havia apenas clérigos pecadores e nem “anjos na terra”, aqueles que respeitavam e seguiam as regras. Ambos coexistiam. A própria historiografia nacional tendeu a ressaltar essa imagem transgressora da Colônia, como afirma e propõe Ronaldo Vainfas, para “uma rediscussão da natureza dessas fontes e da própria situação colonial”, com o objetivo de nos levar a outras ideias “e quem sabe, a desvendar regras onde aparentemente imperava o caos”²²⁷.

²²⁶ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Raptos, incestuosos e solicitantes: transgressões do clero no Maranhão colonial. *Revista Cantareira: Revista Discente do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 1, n. 1, p.1-24, 2009.

²²⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 60.

O degredo inquisitorial no Império Português: entre o controle social e o purgatório

Thaís Tanure

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

ttanure@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende analisar o degredo inquisitorial como prática punitiva no Império Português, colocando em perspectiva seus dois principais aspectos: o controle social e a penitência. Prática difundida por toda a Europa, presente nas leis do Reino português, o degredo foi incorporado pela Inquisição portuguesa como principal pena para os réus pecadores. Degredar, que vem do verbo degradar, significava também morte civil do desterrado. Distante de todo o seu mundo, o degredado precisava reinventar o mundo ao atravessar seu martírio. Havia uma chance de regeneração através da penitência, como no Purgatório, intermediário entre o inferno e o céu. Presente em todo o Império, o degredo contribuiu para a colonização, povoamento, controle social do Reino, e também possibilitou a circulação de práticas, saberes, pecados e culturas entre sociedades atlânticas.

PALAVRAS-CHAVE: Degredo; degredo inquisitorial; Inquisição portuguesa.

Esse artigo tem por objetivo analisar o degredo como prática punitiva no Portugal Moderno, e mais especificamente a forma como a pena de degredo foi apropriada e utilizada pela Inquisição portuguesa. O desterro como pena foi largamente empregado na punição de criminosos portugueses e também uma das penas que os inquisidores mais se valeram na expiação dos pecadores. O degredo forçou a purgação dos pecados, mas também contribuiu para o povoamento dos recônditos territórios conquistados por

Portugal. Além disso, funcionou como possibilitador de um intercâmbio cultural entre sociedades atlânticas²²⁸ em que práticas, saberes e pecados circularam através do degredo.

O degredo

O banimento, isto é, enviar o condenado para longe de seu local de domicílio, foi apropriada do Direito Romano e aplicada pelos Estados modernos. Alguns autores, como Timothy Coates²²⁹ e Gerald Bender²³⁰ consideram que a pena de degredo apropriada pelos Estados modernos pressupõe o Estado Imperial, uma vez que, utilizando-se dos degredados, a Coroa reforçaria o poder em locais onde ele seria relativamente insuficiente e para os quais não se conseguiria atrair suficiente imigração livre. Aquele que seria indesejável no Reino, poderia ser de grande valia para povoar as Conquistas²³¹.

Timothy Coates elucida que a documentação sobre o degredo como pena começa com a Alta Idade Média e termina em 1954, quando esta pena foi abandonada. Neste trabalho, realizaremos algumas reflexões sobre o exílio penal no Portugal moderno, usando como fontes legislativas as Ordenações Filipinas e o Regimento do Santo Ofício de 1640. Para tanto, nosso recorte espaço-temporal é o Império Português dos séculos XVII e XVIII. O objetivo aqui não é avaliar as permanências e mudanças relativas ao sistema de degredo ao longo de todo o recorte temporal, mas, tão somente, fazer indicações sobre a sua prática nas legislações real e inquisitorial e sobre algumas de suas aparentes contradições no período através de alguns estudos de caso.

O verbo degredar, proveniente de degradar, significava morte civil para o criminoso. O exílio forçava o indivíduo a deixar seu local de residência e partir para um local estranho e hostil, onde ele teria de recriar todas as condições de sobrevivência e relações pessoais. Raphael Bluteau define o verbo degradar como “desterrar: lançar alguém

²²⁸ Sobre as sociedades atlânticas e o intercâmbio cultural entre elas ver BAYLIN, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Harvard University Press, 2005.

²²⁹ COATES, Timothy. *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1775*. Lisboa: Comemoração Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

²³⁰ BENDER, Gerald. *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

²³¹ Optamos por utilizar o termo como ele aparece nas fontes legais. Quando o local do degredo não se encontra especificado, frequentemente consta degredo “Para as conquistas” ou “Para alguma das conquistas de sua Majestade”.

de sua terra". Haveria três tipos de degredo: "A expulsão para terras remotas. A relegação em alguma ilha, e a proibição de alguns lugares particulares"²³².

Ser degredado é ser também rebaixado na graduação social. Sentenciar alguém ao degredo é também degraduá-lo, ou segundo Bluteau, "lançar do grau, lugar ou dignidade que se ocupa. [...] se priva da divina proteção e degradua da dignidade de ter a seu criador por amparo e tutor seu"²³³. Assim, podemos inferir que simbolicamente, para alguns degredados, até mesmo o amparo do criador poderia lhes ser restringido.

Nas Ordenações Filipinas, para a maioria dos crimes é prevista a pena de degredo.²³⁴ Os crimes eram classificados como menores, graves e absolutamente imperdoáveis. Timothy Coates afirma que todos os três tipos eram punidos com a pena de degredo²³⁵. Quando o destino do degredado era um local inóspito do Império Português, como a África ou o Brasil, tratava-se de uma sentença grave. A frequência com que os poderes Imperial e inquisitorial se valiam da pena de degredo em Portugal motivou a advertência de um jurista em 1742:

Que vai degredados de sua pátria é privado de seu pais, parentes, e amigos, e vai passar a vida entre estranhos e desconhecidos, que isto basta, para passar miserável e tristemente. E por esta razão os Juízes devem cuidar muito em não impor esta pena de degredo aos culpados com facilidade.²³⁶

Apesar da gravidade da pena, a Coroa e o Santo Ofício empregaram-na comumente para punir os diversos delitos. Como afirma Francisco Xavier da Silva Telles, um importante cientista português do início do século XX, que publicou uma conferência

²³²BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Bluteau, Raphael. 1638-1734. Disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/002994-03#page/181/mode/1up> consultado em 10 de maio de 2015, p. 40, 75.

²³³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, p. 40.

²³⁴ Gabriela Nepomuceno afirma que o degredo foi a principal pena desse compilação legislativa, que foi apropriado por outros espaços de língua portuguesa, como o Brasil, que teria mantido o degredo como diretiva até a a primeira constituição republicana de 1891. Cf. NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e punição no Antigo Regime português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. Dissertação de mestrado, História, UnB, 2002, apud ALÓ, Clarisse Moreira. *Angola: lugar de castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes. Séc. XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

²³⁵ COATES, Timothy. *Degredados e órfãs...*

²³⁶ FERREIRA, Manoel Lopes. *Pratica Criminal Expedida na Forma da Praxe* Lisboa: Caros Esteves Mariz, 1742, p. 222 e segs. Apud COATES, T. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português.* p. 55

sobre a transportação penal conciliando teses colonialistas com o evolucionismo em voga e o determinismo biológico proveniente de sua carreira de médico: “O degredo é entre nós uma sentença tradicional”²³⁷.

Nas Ordenações Filipinas, o degredo era previsto para a maioria dos crimes.²³⁸ Nos crimes de ordem moral ou religiosa, o desterro está quase sempre presente. A seguir, elencamos alguns exemplos. Para aquele(s) “que arrenegam, ou blasfemam, de Deus, ou dos Santos [...] sendo Fidalgo, seja degradado um ano para África”²³⁹.

Também os feiticeiros, quando não deviam morrer “morte natural”, deveriam ser açoitados publicamente com baraço e pregão e degredados para sempre para o Brasil. Uma sentença gravíssima para os feiticeiros, supersticiosos e mágicos que não

seja alguma pessoa ousada que para adivinhar lance sortes, nem varas para achar tesouro, nem veja em água, Cristal, espelho, espada, ou em outra qualquer cousa luzente, nem em espadua de carneiro [...], nem traga consigo dente, nem baraço de enforcado, nem membro de homem morto, nem faça com uma das ditas cousas, nem com outra posto que aqui não seja nomeada espécie alguma de feitiçaria ou para adivinhar, ou para fazer dano a alguma pessoa,[...] nem para pegar homem, nem mulher para não poderem haver ajuntamento carnal.²⁴⁰

Aqueles que benziam cães ou bichos sem autoridade d’El Rey e não fossem peões eram degredados para África por um ano, ou dois anos para Castro Marim se fossem mulheres. Aqueles que compram moeda falsa ou a despendem, “sabendo que é falsa e em qualquer

²³⁷ TELLES, Francisco Xavier de Silva. *A transportação Penal e a Colonização* (Lisboa: SGL, 1903). *Apud.*

Timothy Coates. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português*. p. 85. Para uma boa análise sobre a historiografia sobre o degredo português ver ALÓ, Clarisse Moreira. *Angola: lugar de castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes. Sé. XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

²³⁸ Para estudos recentes sobre a pena de degredo nas Ordenações Filipinas, ver NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e punição no Antigo Regime português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. Dissertação de mestrado, História, UnB, 2002 e TOMA, Maristema. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas)*. Dissertação de mestrado, História, Unicamp, Campinas, 2002.

²³⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870, versão digitalizada disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/mi.htm>. Consultado em 10 de maio de 2015. p. 1149.

²⁴⁰ _____, *Ordenações Filipinas*, p.1150.

quantidade, será degradado para sempre para o Brasil e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa do Reino.”²⁴¹

A ordem social é estabelecida e afirmada continuamente nas Ordenações através das penas de degredo previstas. Assim, no crime de entrada em Mosteiro, para retirada de freira, ou para dormir com ela, se o homem for peão, deverá morrer por isso. Mas se for de “maior qualidade, pague cem cruzados para o Mosteiro e será degredado para sempre para o Brasil”²⁴². A diferenciação das penas segundo a qualidade dos envolvidos é a regra nas Ordenações. Assim também acontece no caso daquele que dorme por força com qualquer mulher ou trava dela e a leva por sua vontade. Se o enganador for fidalgo “será degradado para África até a nossa mercê, se for peão que morra por isso”²⁴³. Assim, vários outros crimes eram punidos com a pena de degredo, e as penas eram diferenciadas de acordo com a ordem social desigual do Antigo Regime.

O degredo no Regimento do Santo Ofício de 1640

Nos Regimentos do Santo Ofício de 1552 e 1613 não se especifica tipologia e penalidade dos crimes pelos quais se ocupa o Santo Ofício. É o Regimento publicado em 1640 que vai fazê-lo. O Santo Ofício reivindica a jurisdição pelos crimes/pecados de judaísmo ou qualquer outra heresia; confissão que se revoga, cismas, recepção e defesa de hereges; contra os que tendo confessado suas culpas, as revogam; contra os cismáticos; receptadores e defensores dos hereges ou infiéis; comer carne em dias proibidos; blasfêmia; irreverência ou desacato ao Santíssimo Sacramento; bigamia; casamento de clérigos; casamento entre cristão e infiel; solicitação por padre no ato da confissão; impedir o ministério do Santo Ofício; fuga do cárcere; falso testemunho; ou aqueles “que cometem qualquer outro crime; que o Edital da Fé declara, ou que por disposição de Direito, ou concessão da Sé Apostólica, pertence ao Santo Ofício, ou ao diante pertencer. E em todos estes crimes procederão conforme o direito, [...]”²⁴⁴. Geraldo Pieroni, historiador do

²⁴¹ _____. *Ordenações Filipinas*, p.1161.

²⁴² _____. *Ordenações Filipinas*, p. 1165.

²⁴³ _____. *Ordenações Filipinas*, p.1169.

²⁴⁴ *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos reynos de Portugal: ordenado por mandado do Illmo & Revmo. Snor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do 16 Conselho d'Estado de S. Magde*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1640. 243

decreto inquisitorial para a América portuguesa, afirma que a Inquisição foi um Estado dentro do Estado, e que a Igreja e a Monarquia estavam unidas na luta contra os desvios sociais, políticos e religiosos. Por esta razão os regimentos inquisitoriais estavam de acordo com as ordenações reais. Além disso, em diversos trechos do Regimento de 1640, a expressão “segundo a disposição do direito” revelaria a “aproximação estreita desse regimento com as ordenações reais em vigor nessa época. As condenações inquisitoriais moldam-se às leis da jurisdição secular.”²⁴⁵.

Por estes e outros pecados podiam os condenados sofrer excomunhão, irregularidade no caso de clérigo, “de relaxação à Curia Secular, e confiscação de bens, desde o dia em que se cometeu o delito. Além destas penas, há outras menos graves, como é abjuração, decreto, açoutes, reclusão, cárcere, hábito penitencial, condenação pecuniária, e penitências espirituais.”²⁴⁶.

Também no Regimento de 1640, o decreto é pena constante. Ele é prescrito para a maioria dos crimes da jurisdição do Santo Ofício. No caso dos feiticeiros hereges, serão tratados como os hereges convictos e relaxados à justiça secular. Contudo, no caso do feiticeiro confessar e se reconciliar com a fé, sairá em Auto de Fé

com hábito penitencial, e carocha, na mesma forma, e no Auto fará abjuração em forma de seus erros, e terá confiscação de bens, desde o tempo em que com os ditos crimes se apartou da Fé, e será degredado para as galés, e sendo mulher, para a Ilha do Príncipe, S. Tomé ou Angola; e uns e outros terão penas de açoutes [...]²⁴⁷.

A diferenciação social também é imperativa nas leis do Santo Ofício, e “quando a pessoa condenada por este crime for nobre, ou de qualidade, que pareça, que não deve ter pena de açoutes, nem decreto para galés, será degradada para Angola, S. Tomé, ou partes do Brasil [...]”²⁴⁸. No crime de bigamia, considerado como ultraje ao Sacramento do Matrimônio suspeitando-se assim de apartamento da Fé Católica, a pessoa, se condenada,

p. (Cópia autenticada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Série Preta, 671), p. 258

²⁴⁵ PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino*. Brasília: Unb, 2000, p.61. À respeito da união da Igreja com o Estado na empreitada colonial da modernidade, ver BOXER, Charles. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. Editora Companhia das Letras, 2007.

²⁴⁶ *Regimento do Santo Offício...*, p. 342, 343.

²⁴⁷ *Regimento do Santo Offício...*, p. 360.

²⁴⁸ *Regimento do Santo Offício...*, p. 360.

deve sair em Auto de fé, abjurar de leve suspeita na fé, sendo plebeia, deverá ser açoutada pelas ruas públicas e degredadas para as galés. Se a plebeia for mulher, será degredada pelo mesmo tempo para Angola ou partes do Brasil. Mas se o bígamo for nobre, e escusado de pena vil, será degredado de cinco até oito anos para África ou partes do Brasil.

Os religiosos que se casavam eram condenados às galés. Tinham o mesmo destino àqueles que perturbavam o ministério do Santo Ofício, àqueles que faziam irreverência pública do Santíssimo Sacramento do Altar ou das imagens sagradas e os que blasfemavam hereticamente contra o “Mistério da Santíssima Trindade, ou Divindade de Cristo Senhor Nosso, ou sobre ser concebido por Obra do Espírito Santo, ou sobre nos remir, com Sua Sagrada Morte e Paixão, ou falando contra Sua Encarnação, ou contra a Pureza da Virgem Maria Nossa Senhora”²⁴⁹ desde que fosse vil e homem, já que às mulheres nunca se condenava ao trabalho nas galés.

Como as mulheres não podiam ser mandadas às galés reais, por se acreditar serem frágeis e incapazes de trabalho tão árduo, elas frequentemente foram condenadas ao degredo para o Brasil, ou Angola em crimes cujas penas correspondentes para os homens eram as galés. Esse é o caso da prescrição para o delito da mulher herege que confessa na última hora, que deverá ser degredada para Angola, São Tomé ou partes do Brasil. E também daquelas mulheres que depois de confessarem seus crimes, se jactam de não os ter cometido. Para estas, a pena é de “outros tantos anos” para o Brasil, ou para Angola.

A pena de degredo aparece no Regimento de diversas formas, como tentamos demonstrar. Quando não está especificado o lugar do degredo, diz-se “para alguma das Conquistas do Reino”, “para fora do Bispado” no caso de religiosos, ou simplesmente “terá degredo”. Geraldo Pieroni constata que das 26.034 condenações constantes nos processos por ele estudados, foram encontrados 3.886 réus punidos com alguma forma de degredo. Mais precisamente: 1525 acusados foram banidos para o interior de Portugal, ou seja, 39,3%; e 1.186 criminosos foram condenados a degredo para uma das possessões ultramarinas, isto é, 30,5%. Os condenados às galés foram 1.175, ou 30,2%. Entre as terras do além-mar, o Brasil ocupa o primeiro lugar com 49,7%²⁵⁰.

²⁴⁹ *Regimento do Santo Ofício...*, p.357.

²⁵⁰ PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino*.

Alguns apontamentos sobre o degredo e suas aparentes contradições

Não podemos neste trabalho aprofundarmo-nos sobre a mudança na prática do degredo ao longo do período estudado, mas se seguirmos a classificação de Laura de Mello e Souza em *Inferno atlântico*²⁵¹, teremos que as galés teriam sido preferidos locais de degredo no século XVI. Já no século XVII, o Brasil teria se tornado local privilegiado para local de envio de condenados. No século XVIII, os coutos metropolitanos teriam sido eleitos os locais privilegiados de exílio inquisitorial. No século XIX, a Inquisição foi perdendo poder e legitimidade até ser finalmente extinta em 1836. O degredo civil continuou sendo praticado pelo Estado Português e Angola parece ter sido o local privilegiado para o envio de condenados civis com a independência do Brasil em 1822. (ALÓ, 2006).

No Regimento de 1640, em diversos casos não se especifica o local nem o tempo do degredo, deixando margem para uma relativa flexibilidade nas condenações.²⁵² Temos também de atentar para o fato de que nem sempre as penas prescritas pelos regimentos da Inquisição eram aquelas que eram aplicadas. Francisco Bethencourt pontua que as “instruções constituem uma boa introdução aos problemas da cultura das organizações em análise”, mas “por outro lado, a prática antecipava muitas vezes a lei, ou afastava-se dela, sendo por vezes extremamente sutis as alterações de estratégia, que escapam à leitura dos grandes repertórios legislativos.”.²⁵³ Por exemplo, a pena para os crimes de feitiçaria e de sodomia era a relaxação à justiça secular, mas o estudo dos processos inquisitoriais revela que em muitos casos a pena aplicada para esses crimes foi a de degredo, seja para algum local do Reino, para as galés, ou para alguma das possessões da Coroa²⁵⁴.

²⁵¹ SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico. Demonologia colonização: séculos XVI-XVIII*, São Paulo: Companhia das letras; 1993.

²⁵² PIERONI, Excluídos do Reino, e COATES, Timothy, *Degredados e órfãos...* consideram que o sistema de degredo funcionava com relativa flexibilidade, tendo diversos condenados conseguido a alteração de seus locais de exílio penitencial. Sobre o perdão de penas na França da modernidade, ver DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Cia das Letras, 2001

²⁵³ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*/ Francisco Bethencourt. – São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 48

²⁵⁴ Para o estudo da feitiçaria em Portugal ver os estudos de BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. Editora Companhia das Letras, 2004 e PAIVA, José Pedro. Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”, 1600-1774 (Lisboa: Notícias, 1997).

Sobre os sodomitas no Brasil colonial, consultar os clássicos de MOTT, Luiz; *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Papirus Editora, 1988 e Justitia et Misericordia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia. NOVINSKI, Anita; CARNEIRO, Maria Lúiza Tucci. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte. Trabalhos apresentados*, 1992, no 1, p. 704-732. VAINFAS, Ronaldo. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil / Ronaldo Vainfas. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Bluteau define também um sentido metafórico para o termo *desterro*. “O pecado é desterro da razão. Desterro da razão e do Céu são os pecados”²⁵⁵. Despossuídos da razão, apartados da Fé, vagueando à procura de redenção, os pecadores também eram banidos de suas terras. Mas a eles era oferecida uma oportunidade de purificação. Não podemos nos esquecer do importante aspecto penitencial da pena de degredo. Laura de Mello e Souza demonstra brilhantemente o aspecto purificador da travessia marítima associando o degredo ao purgatório como intermediário entre o inferno e o céu. O degredo purgava o reino de suas mazelas, mas também oferecia ao pecador uma oportunidade de purificação através deste “grande rito de passagem”²⁵⁶.

O Santo Ofício acreditava, ou pelo menos parecia acreditar que, uma vez em seus locais de degredo, se emendariam os pecadores. Mas, ao se purgar o Reino, as conquistas se infernalizariam. Assim, parece ser mais importante controlar socialmente a Reino do que as conquistas, o que demonstraria ter o Santo Ofício dois pesos e duas medidas²⁵⁷. E além disso, uma vez infernalizadas as “colônias”, fundiam-se práticas culturais diversas que o degredo teria ajudado a difundir. Como salienta Laura de Mello e Souza,

Outros, já no século XVIII, nascidos no Brasil e tributários de uma tradição mágica e demoníaca que o degredo ajudara a perpetuar – mostrando aqui sua face de transmissor cultural –, eram também processados na Metrópole e degredados para seus coutos ou suas galés [...]. Infernalizar a Colônia significava muitas vezes ter, de volta, a Metrópole infernalizada.²⁵⁸

Se, inicialmente, o degredo é empregado para o controle social do Reino e também para o povoamento dos “domínios de sua majestade”, posteriormente, os indesejáveis das colônias também passariam a integrar as listas dos condenados pela Inquisição, e iriam cumprir suas penas no próprio Reino. Essa seria uma aparente contradição do sistema de degredo praticado pela Inquisição.

²⁵⁵ BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez...* p. 176

²⁵⁶ SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular na colonial*. São Paulo: Cia das letras, 1986. p. 75.

²⁵⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico. Demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII* / Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

²⁵⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico*, p. 101.

Emblemático neste caso é o processo do escravo Domingos Álvares preso no Rio de Janeiro em 1690 pelo crime de feitiçaria, processado em Lisboa e degredado para Castro Marim, no Algarve, cidade que divide a fronteira portuguesa com a Espanha. Uma vez em Castro Marim, Domingos foi novamente preso por curas supersticiosas e condenado à novo degredo, desta vez para a cidade de Bragança.²⁵⁹

Outro caso interessante é o do índio Custódio da Silva²⁶⁰, carpinteiro, morador na “roça do Marajó”, no Pará. O réu foi acusado de bigamia por ter se casado com duas índias e foi enviado para Lisboa para ser processado pelo Santo Ofício em 1745. Maria Leônia Chaves de Resende estuda este processo e afirma que o indígena sequer falava português e para o processo foi necessário um intérprete²⁶¹. À despeito de suas práticas culturais desconhecidas aos olhos dos inquisidores, ele foi condenado por suspeita na fé católica. Instruído nos mistérios da fé, cumpriu as penas e penitências espirituais que lhe foram impostas. Saiu no Auto de fé e de carocha e sambenito foi açoitado pelas ruas de Lisboa até a Igreja de São Domingos onde, na presença do Rei Dom João V, foi sentenciado ao degredo de cinco anos para trabalhar nas galés de sua Majestade. Esse foi o único caso de condenado índio encontrado pela autora em que a pena foi mais rigorosa. Ela concluiu que dos 33 homens e 7 mulheres indígenas sentenciados pelo Santo Ofício, as penas eram brandas porque o Santo Ofício levaria em conta a “ignorância” dos indígenas.²⁶²

Conclusão

Nestes casos, como nos de outros escravos degredados para Portugal, cabe refletirmos se o processo que conjugou o degredo penitencial e o controle social do Reino entrou em contradição considerando que os indesejáveis das conquistas foram povoar a

²⁵⁹ ANTT, Inquisição de Évora, Processo 7759. Emblemático em diversos aspectos, este processo foi estudado por Laura de Mello e Souza, Geraldo Pieroni e Daniela Calainho. Cf. SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1986; PIERONI, Os excluídos do Reino e CALAINHO, Daniela. *Metrópole das mandingas. Religirosidade negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime* / Daniela Buono Calainho. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

²⁶⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 11178.

²⁶¹ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Cartografia gentílica. Os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII). In: *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII)*. FURTADO, Júnia Ferreira e RESENDE, Maria Leônia Chaves de (orgs.) Fino Traço Editora, 2013.

²⁶² RESENDE, Maria Leônia Chaves. Cartografia Gentílica... Ronaldo Vainfas chega a semelhante conclusão sobre a suposta ignorância dos indígenas nos processos dos acusados na Santidade do Jaguaribe. O autor conclui que o caso somente alcançou tamanho interesse e repercussão pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça por ter alcançado o abrigo e a aderência de brancos e fidalgos da Bahia. VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Metrópole. Renato Venâncio fala de um “mundo de ponta-cabeça, inversão total” em relação ao impacto que causaria na população livre de Lisboa a chegada de cativos da América.

Podemos pensar também se no contexto em que a escravidão foi se tornando uma prática recriminável no Reino, processo que culminou no decreto de 1761 do Marquês de Pombal, em que se estabelece o fim da escravidão em Portugal o país ibérico teria assim passado por uma crise de falta de mão-de-obra e se, uma vez mais, os processados pelo Santo Ofício teriam sido aproveitados pelas necessidades da Coroa e os escravos degredados em meados do século XVIII se incluiriam nessa conjuntura. Outra hipótese que podemos levantar é se a América Portuguesa já não se tinha tornado o inferno por excelência no século XVIII, tal como defende Laura de Mello e Souza²⁶³, quando seus párias sociais foram enviados para além-mar.

²⁶³ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização*.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro

Igor Tadeu Camilo Rocha
Doutorando/Bolsista CAPES-PROEX
Universidade Federal de Minas Gerais
igortcr@gmail.com

RESUMO: Trata-se de um trabalho baseado em minha dissertação de mestrado intitulada *Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro: formulações, difusão e representações (1756- 1807)*, defendida em fevereiro de 2015, na UFMG. Neste trabalho, procurou-se investigar as formulações, ideias e representações a respeito da tolerância religiosa sob o Reformismo Ilustrado no mundo luso-brasileiro, tendo como hipótese geral de que as reformas institucionais tocantes à Inquisição, Igreja e cleros regular e secular criaram, ainda que de forma indireta, condições para que uma defesa da tolerância religiosa fosse difundida mais amplamente. A investigação, em um primeiro momento, partiu de uma discussão historiográfica sobre o tema da tolerância religiosa, entre seu “surgimento” no limiar da Idade Moderna até a Ilustração, com o objetivo de pensá-la como tema de reflexão histórica, além de se apresentar possíveis particularidades sobre seu estudo no contexto luso-brasileiro. Concentrando-se entre a segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX, a referida dissertação se centrou na análise da defesa da tolerância religiosa contida nas falas dos libertinos que caíram nas malhas da Inquisição portuguesa, dentro de um contexto de amplas mudanças institucionais em Portugal e suas colônias. Notamos, ao longo da pesquisa, diversos pontos congruentes entre debates iluministas e um substrato cultural pré-existente na mentalidade e religiosidade luso-brasileiras, que de alguma forma dialogaram com o projeto de modernização empreendido no referido contexto após as reformas pombalinas, criticando a centralidade da Igreja na vida social e institucional, além de formulações expressas nas proposições consideradas heréticas que remetiam a uma defesa mais ampla e, muitas vezes, radical, de formas mais livres de viver a religiosidade. Em diversos pontos, ainda, essa defesa da tolerância religiosa assumiu colorações políticas ao se colidir com um projeto de sociedade de Antigo Regime, baseado na unidade entre trono e altar.

PALAVRAS-CHAVE: Tolerância religiosa; Inquisição; Ilustração.

A presente comunicação tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, os resultados obtidos em minha dissertação de mestrado, defendida e aprovada em fevereiro de 2015²⁶⁴. Nesta pesquisa buscou-se investigar a formulação e difusão de ideias e

²⁶⁴ C.f. CAMILO ROCHA, Igor Tadeu. *Libertinos, tolerância religiosa e inquisição sob o reformismo ilustrado luso-brasileiro: formulações, difusão e representações (1756- 1807)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte, 2015.

representações sobre a tolerância e liberdade religiosas expressas nas falas dos denunciados e investigados pela Inquisição portuguesa dentro do período conhecido como o Reformismo Ilustrado, que abrange os reinados de D. José I (1750-1777), D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1816-1822). Procurou-se refletir sobre as ideias em defesa da tolerância religiosa nesse contexto, relacionando-se debates referentes à Ilustração e um substrato cultural preexistente no mundo luso-brasileiro, que muitas vezes tendia a formas mais céticas, críticas e tolerantes em matéria religiosa. Foram analisados 30 documentos inquisitoriais, dentre eles processos, cartas, denúncias, apresentações e sumários referentes ao crime de libertinagem, de alçada inquisitorial, além de partes do Livro de Visitações do Santo Ofício ao Grão-Pará²⁶⁵, além do Regimento do Santo Ofício de Portugal de 1774, publicado por Sônia Siqueira na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, em 1996²⁶⁶.

A hipótese central desta pesquisa é de que as reformas que se deram no período de Reformismo Ilustrado, de caráter secularizante e regalista, impactaram, de forma significativa, a difusão de representações sobre a tolerância religiosa no mundo luso-brasileiro, sem que se confunda tal situação com um incentivo à tolerância por parte das autoridades. Muito pelo contrário, essas reformas visavam proteger a unidade entre trono e altar, entre a Coroa e o catolicismo. Entretanto, a orientação Ilustrada de tais reformas, que incidiu em várias instituições do mundo luso-brasileiro, valorizou determinados aspectos do pensamento, da política e da religião que contribuíram indiretamente para a difusão de formas mais tolerantes no trato com a dissidência religiosa, além de afetar a condição e posição na hierarquia social da Inquisição e cleros regular e secular, o que indiretamente abriu espaços para que houvesse, nos meios heterodoxos, um maior espaço de difusão críticas ao projeto de unidade trono x altar, entre elas a defesa da tolerância religiosa.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos, cujo o primeiro procurou analisar a tolerância religiosa como tema de pesquisa histórica e os subsequentes focaram na análise documental propriamente dita.

[https://www.academia.edu/11550165/Libertinos_Toler%C3%A2ncia_religiosa_e_Inquis%C3%A7%C3%A7%C3%A3o_sob_o_Reformismo_ilustrado_lusobrasileiro_formula%C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%A3o_difus%C3%A3o_e_representa%C3%A7%C3%A3o_B5es_1756-1807](https://www.academia.edu/11550165/Libertinos_Toler%C3%A2ncia_religiosa_e_Inquis%C3%A7%C3%A7%C3%A3o_sob_o_Reformismo_ilustrado_lusobrasileiro_formula%C3%A7%C3%A7%C3%A3o_difus%C3%A3o_e_representa%C3%A7%C3%A3o_B5es_1756-1807)

²⁶⁵ Livro de Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Apresentação: José Amaral da Lapa. 1^a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

²⁶⁶ SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n°. 392, jul./set. 1996.

No primeiro capítulo, intitulado *A Tolerância religiosa como tema de análise histórica*, objetivou-se apresentar a tolerância religiosa como historicamente construída – e não como um dado óbvio –, dialogando com a autora Lynn Hunt²⁶⁷ e sua ideia de “paradoxo da obviedade”, que ela utiliza, ao se referir a uma contradição presente nas mais diversas referências aos direitos humanos, entre a aparente obviedade presente na opinião pública ao se referir ao tema que contrasta com o fato do mesmo sempre ser parte de disputas, embates e jamais ser considerado como um projeto realizado de maneira plena. A tolerância religiosa, tema próximo ao dos direitos humanos, também incorre nesse risco se tomado como um dado óbvio ou como projeto plenamente realizado. Por isso, ao historicizá-lo, enfatizou-se uma opção distinta da, por exemplo, feita por Mario Turchetti²⁶⁸, de delimitar a tolerância religiosa como um conceito. A opção que foi feita privilegia pensar a tolerância religiosa como um terreno de disputas e constantes discussões em torno de liberdades de crença, convivência entre pessoas e grupos que professem credos diferentes uns dos outros, assim como questões que se referem ao papel das autoridades na vida religiosa e mesmo concepções a respeito de possíveis “verdades absolutas”. Como isso, buscou-se, ao longo dessa pesquisa, evitar um raciocínio pautado na noção do que determinada ideia “precisaria” ou “deveria” ter para a considerarmos plenamente como uma defesa da tolerância religiosa. Tal escolha se justifica por dois motivos. O primeiro deles é que uma delimitação conceitual muito rígida pode incorrer em proposições muito prescritivas a respeito da relação entre dois credos distintos em determinado contexto, além de poder incorrer em anacronismos. Essa crítica foi apresentada neste capítulo à obra de Giacomo Martina²⁶⁹, por ele defender que a tolerância religiosa de fato somente se daria ao conciliar o pacifismo no trato com a dissidência religiosa com uma noção de “verdade absoluta” (no caso dele, a católica), ou ainda a crítica que foi feita também neste capítulo ao trabalho de Turchetti quando o autor afirma não haver a defesa da tolerância religiosa na obra de Erasmo de Roterdã, visto que mesmo que o humanista holandês defendesse o fim de perseguições religiosas, ainda conciliava sua

²⁶⁷ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução: Rosaura Eichenber. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

²⁶⁸ Especificamente em dois artigos. C.f. TURCHETTI, Mario. *L'arrière-plan politique de l'édit de Nantes, avec un aperçude l'anonyme De la concorde de l'Estat. Par l'observation des Edicts de Pacification (1599)*. In: Michel Grandjean & Bernard Roussel (éd): *Coexister dans l'intolérance. L'Édit de Nantes (1598)*. Genève: Labor et Fides, 1998; _____. *Une question mal posée: Érasme et la tolérance. L'idée de Sygkatabasis*. Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance. Tome LIII. 1991, n° 2. s/l. pp. 379-395

²⁶⁹ MARTINA, Giacomo. *La Iglesia, de Lutero a nuestros días. Volume II: Epoca del Absolutismo*. Lo tradujo al castellano: Joaquin L. Ortega. Ediciones Cristandad. Madrid, 1974.

concepção pacifista com a defesa de uma verdade absoluta, o que configuraria, segundo Turchetti, somente na defesa do que ele chama de *concordia*. Além disso, esse tipo de análise tem um limite claro, que é circunscrever aos debates a meios letrados, como os tratados de teólogos, filósofos, humanistas, entre outros. Há pouco ou nenhum espaço, nesta forma de analisar, de matrizes de defesa de maior liberdade em matéria de religião distantes dos debates eruditos, por exemplo, já pensando na cultura ibérica, na tradição convívio entre judeus, maometanos e cristãos durante a ocupação islâmica. A esse período, por exemplo, no trabalho de Henry Kamen²⁷⁰, se deve uma tradição de busca por contorno de conflitos religiosos na cultura ibérica que perpassou discussões em diversos âmbitos mesmo em períodos de maior intensidade das perseguições inquisitoriais.

Já trazendo a discussão sobre a tolerância religiosa no contexto das Luzes, buscouse dialogar com modelos teóricos que privilegiem uma geografia mais ampla das Luzes, como os apresentados nas obras de Franco Venturi²⁷¹ e Dorinda Outram²⁷², ao invés de modelos que as centralizem a Ilustração excessivamente na França, de forma a possibilitar que a Ilustração fosse pensada dentro de sua diversidade, como um contexto marcado por discussões que articulem realidades gerais com as locais e mais específicas. Essa perspectiva de Ilustração se faz fundamental para pensarmos a realidade luso-brasileira, muitas vezes colocada à parte do contexto da Ilustração, vista sob termos como “Luzes ecléticas”, como defende Francisco Falcon²⁷³, ou como “luzes esmaecidas”, como aparece nas obras de Lúcia Bastos Pereira Neves²⁷⁴ e outros autores.

A tolerância religiosa aparece de maneiras diversas nos debates das Luzes, seja em ataques contra o fanatismo e a superstição, em críticas às perseguições religiosas empreendidas por agentes como as Inquisições ibéricas, e também por críticas contra uma religiosidade barroca, e também na defesa de formas mais brandas de religiosidade. A historiografia a respeito do referido tema o insere também nos debates em torno das

²⁷⁰ KAMEN, Henri. Toleration and Dissent in Sixteenth-Century Spain: The Alternative Tradition. *Sixteenth Century Journal*, vol. 19, nº. 1. (Spring, 1888). Pp. 3-23.

²⁷¹ VENTURI, Franco. Utopia e Reforma no Iluminismo. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

²⁷² OUTRAM, Dorinda. What is the Enlightenment? In: OUTRAM, Dorinda. The Enlightenment: new approaches to european history. Cambridge University Press. 1995, Pp. 1-13.

²⁷³ FALCON, Francisco Calazans. A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. 2^a edição. São Paulo, Editora Ática, 1993

²⁷⁴ NEVES, Lúcia Bastos Pereira. Revolução: em busca de um conceito no Império Luso-Brasileiro (1789-1822). In: História dos conceitos: diálogos transatlânticos. João Ferez Junior, Marcelo Jasmin (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Ed. Loyola, Iuperj, 2007. Pp. 129-140.

questões decorrentes da chamada “crise no pensamento europeu”, que remete às últimas décadas do século XVII e se articulam, entre outros pontos, com o impacto da ciência moderna no pensamento europeu e discussões em torno de fatos como a revogação do Édito de Nantes, em 1685.

E afim de analisar esses debates no contexto luso-brasileiro, procurou-se entender a relação de complementaridade entre matrizes populares e outras discussões mais letradas sobre o tema, presentes nas falas dos libertinos que caíram nas malhas da Inquisição portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII. A partir daí, foi analisada a documentação inquisitorial referentes aos chamados libertinos, tipologia de delito ressignificada no vocabulário regimental da Inquisição portuguesa na segunda metade do século XVIII, tendo aí uma acepção tripla de monarcômaco, depravado sexual e também de livre pensador. Tratam-se de sentidos que se complementam, e abarcam uma gama variada de comportamentos heterodoxos dentre os quais localizamos defesas mais ou menos radicais da tolerância religiosa. Nisso se ocuparam os capítulos II e III desta dissertação.

No segundo capítulo, cujo título é *Reformismo Ilustrado, Inquisição e tolerância* buscou-se analisar como as reformas que incidiram diretamente no Santo Ofício, ao mesmo tempo, redirecionaram seus alvos mais diretos de perseguição, mas também lado desgastaram alguns dos mecanismos mais caros de reproduzir o medo e reverência aos tribunais inquisitoriais. Assim, indiretamente, se abriu espaços para uma defesa da tolerância religiosa que se dava, nas falas e ações desses libertinos, muitas vezes, em um desafio e resistência mais diretos à autoridade inquisitorial. Esta, algumas vezes, sendo fortemente questionada.

Antes de analisar as referidas reformas da segunda metade do século XVIII, se fez necessária uma contextualização histórica do Santo Ofício, entre a sua fundação e a época conhecida como “Inquisição Barroca”. A fundação das Inquisições articula-se com o pensamento renascentista, com projetos que buscavam uma estabilidade em meio a um contexto de constantes irrupções. Apesar das resistências que ocorreram ao longo de sua história, as Inquisições se firmaram nas sociedades ibéricas na medida em que os ideais de pureza se enraizavam. Em Portugal, esse enraizamento se deve em grande medida à importância dos estatutos de limpeza de sangue, que, durante boa parte dos séculos XVII e XVIII foram fundamentais para o acesso a cargos de destaque social. Delineou-se, assim,

um ideal de pureza de fé que trazia consigo também ideais de pureza social, moral e política.

Mas ao longo da segunda metade do século XVIII foram modificados diversos mecanismos de funcionamento e direcionamento desses tribunais de fé. Dentro desse quadro, muitas proposições em defesa da tolerância religiosa estiveram bastante próximas de ações que mostraram pouco temor à Inquisição e de sua dessacralização como instituição basilar do Antigo regime português. Eliminaram-se dispositivos como o segredo processual e os grandes autos de fé que caracterizaram a chamada Inquisição barroca durante, aproximadamente, os cinquenta anos anteriores à ascensão do Marquês de Pombal como ministro de D. José I. Tratava-se de dois dos mecanismos centrais para a “pedagogia do medo”, analisada por Bartolomé Bennasar, responsáveis por se difundir o terror entre os súditos das monarquias onde havia tribunais do Santo Ofício²⁷⁵. Essas medidas, com efeito, fizeram parte de uma progressiva queda na repressão inquisitorial e, com elas, houve maiores espaços para que florescessem as ideias de tolerância religiosa entre os chamados libertinos. Cumpre ressaltar que o Regimento de 1774²⁷⁶ tem alguns pontos muito próximos de discussões consideradas modernas, à época, sobre o tema da justiça, por exemplo, referentes a questões como a tortura e os delitos de feitiçaria. Abriu-se espaço, dessa forma, para uma crescente dessacralização do Santo Ofício, dentro do contexto de políticas secularizantes que marcaram o Reformismo Ilustrado.

Várias das proposições heterodoxas referentes aos libertinos situaram-se muito próximas de comportamentos que desafiavam o Santo Ofício, envolvendo fugas, depoimentos aparentemente combinados e procedimentos como os de atribuir suas proposições à leitura de livros defesos e a pessoas já condenadas pela Inquisição. Além disso, a defesa da tolerância religiosa em suas falas, não raras vezes, partia de críticas e ataques diretos aos tribunais de fé.

Nas proposições, também fica evidente que não se trata de uma reprodução mecânica ou uma mera tradução e repetição dos argumentos da Ilustração. Nas proposições, normalmente, a defesa da tolerância religiosa articula elementos que remetem

²⁷⁵ BENASSAR, Bartolomé. *L’Inquisition Espagnole: XVe,-XIXe siècle*. Collection Marabout Université. Hachete. Paris, 1979.

²⁷⁶ DA CUNHA, D. João Cosme, cardeal. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal (1774). In: SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n°. 392, jul./set. 1996. Pp: 885-972.

a uma religiosidade já existente no mundo luso-brasileiro, marcada por certa materialidade expressa nas reflexões sobre a existência do Paraíso, sobre o Inferno, Purgatório e Paraíso, sobre o sexo de Maria Santíssima, de Cristo ou dos santos, a respeito da materialidade da alma, além de questionamentos sobre pertinência de alguns dogmas e sacramentos. Ao mesmo tempo em que se notam referências a elementos do referido substrato cultural, percebem-se ainda algumas reflexões presentes em obras de pensadores como Voltaire, Rousseau e D'Holbach. A defesa da tolerância religiosa no Reformismo Ilustrado luso-brasileiro, por parte dos libertinos, teve como característica marcante apropriações as constantes ressignificações e formulações originais, que dialogaram com os debates da Ilustração e que, ao mesmo tempo, também foram tributárias de um substrato religioso e cultural de origens anteriores ao estabelecimento dos tribunais do Santo Ofício em Portugal. Ela se espalhou juntamente com o desgaste de instituições que constituíam os pilares das sociedades de Antigo Regime.

No terceiro capítulo, intitulado *Clero, as Reformas pombalinas e a tolerância religiosa*, seguiu-se uma discussão sobre a dessacralização do mundo que marca o fim do Antigo regime e as Reformas pombalinas que incidiram nas posições da clereza na hierarquia social e nas suas posições tradicionais de destaque. As Reformas pombalinas afetaram seus espaços tradicionais, como as instituições de educação, dos Estudos Menores à Universidade de Coimbra, além da secularização da censura com a criação da Real Mesa Censória, em 1768, retirando-lhes alguns lugares de destaque sem, no entanto, os afastar absolutamente deles. Indiretamente, com a secularização que fez parte uma relativa perda de prestígio do clero, as Reformas pombalinas possibilitaram que ideias em defesa da tolerância religiosa tivessem uma maior circulação e se difundissem em vários pontos e em vários núcleos do mundo luso-brasileiro. Constatou-se isso ao analisar alguns processos em que a defesa da tolerância religiosa em que se encontrou em recusas ou questionamentos aos sacramentos, críticas contra própria Igreja e sobre seu papel na vida pública, além do papel do clero, tendo em vista discussões apresentadas pela historiografia em que se problematiza a proximidade ou não das blasfêmias e dúvidas heréticas com questionamentos mais amplos à intolerância institucionalizada na Idade Moderna.

Observou-se ainda na documentação a existência de núcleos, como a Universidade de Coimbra, que se tornaram importantes na difusão de heterodoxias, formando-se neles sociabilidades que, em parte, lembram as boemias literárias, analisadas por Robert

Darnton²⁷⁷. Há ainda indícios de haver outras sociabilidades semelhantes em diferentes partes de Portugal e da América portuguesa, ainda que menos expressivas. Fundamental reconhecer que as fontes são bastante fragmentárias a esse respeito. Em tais núcleos, defendiam-se proposições críticas à ortodoxia católica que muitas vezes concerniam à própria posição eclesiástica na vida coletiva. Atacavam-se os sacramentos, em especial a confissão auricular, mas também a missa, as imagens, santos, bulas e mesmo a condição do clero, especialmente o regular, considerado inútil por diversos aspectos, que iam desde o fato de viverem sob votos de celibato até mesmo a acusações de incitaram algum fanatismo ou obscurantismo. Essas proposições articulavam argumentos que eram fruto de uma leitura inventiva de autores da Ilustração, como Rousseau e Voltaire, com uma materialidade presente na religiosidade popular que remete a proposições documentadas pelo Santo Ofício desde o século XVI. Além disso, essas proposições traziam consigo ambições nem sempre muito concretas e mais difusas, que demonstravam uma insatisfação com a ortodoxia estabelecida sem, de fato, propor a sua extinção. E essas falas dialogavam, no horizonte de crenças, com defesas mais veementes da tolerância e da diversidade religiosas, ou ainda, com formas mais brandas de se viver a religião estabelecida, ora criticando a rigidez de seus preceitos, ora a própria centralidade do elemento religioso na vida coletiva.

²⁷⁷ DARNTON, Robert. Boemia literária e Revolução. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

“Tratos desonestos” na confissão. O crime de solicitação em Minas Gerais (1720-1810)

Sabrina Alves da Silva²⁷⁸

Mestranda

Universidade Federal de São João Del Rei

sabrinaalves87@hotmail.com

RESUMO: Este artigo trata do crime inquisitorial de solicitação, que se dava dentro da estimável forma de “lavar almas” do catolicismo, o confessionário. E em específico das denúncias e processos ocorridos entre 1720 e 1810 em Minas Gerais. A solicitação se constituía como um crime inquisitorial porque profanava o sacramento da penitência, e acontecia quando um confessor usava do lugar do confessionário para “tratos desonestos” com a (o) penitente.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; solicitação; Minas Gerais.

Antes de tudo o cristianismo é uma religião de salvação, os sacramentos da Igreja Católica se transformaram em instituições salutares, assim a confissão recebeu seu teor sagrado. O batismo redimia o pecado original, e se o indivíduo voltasse a pecar ainda teria mais uma chance de salvação oferecida na confissão onde a autoacusação constituía em condição indispensável para obtenção do perdão²⁷⁹. “Todavia, em muitos casos, os ‘médicos das almas’ derramavam sobre as feridas dos penitentes um veneno corruptor e diabólico induzindo-os ao pecado”²⁸⁰.

De acordo com Jean Delumeau²⁸¹ o pecado e o medo foram utilizados pela Igreja como veículos de culpabilização das consciências, tornando o rebanho cristão dependente da instituição. Para o autor a confissão foi uma coação sob múltiplos aspectos, pesada até mesmo para os próprios confessores.

²⁷⁸ Bolsista FAPEMIG.

²⁷⁹ PIERONI, Geraldo. *Sollicitatio Ad Turpiam. A Profanação do Confessionário*. In: Idem. *Boca Maldita: blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí, S.P.: Paco Editorial, 2012. 160 p.

²⁸⁰ *Sollicitatio Ad Turpiam. A Profanação do Confessionário*, p. 83.

²⁸¹ DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 152 p.

No cânon do IV Concílio de Latrão, realizado em 1215, foi estabelecido à confissão anual obrigatória e a universalização do celibato, mas no que se refere à disciplina eclesiástica, as resoluções mais importantes vieram do Concílio de Trento, realizado com interrupções entre 1545 e 1563. Cabe salientar que a Igreja Católica passava pela Reforma e tentava a todo custo recuperar antigas possessões católicas e conter o avanço da ameaça protestante.

Para Lana Lima²⁸² a resposta à doutrina do sacerdócio universal defendida pelos seguidores de Lutero foi à revalorização da figura do padre e a reiteração do celibato clerical. No Brasil a reforma tridentina só chegaria de forma sistemática no século XVIII²⁸³, apesar de os princípios estarem presentes desde o início da colonização, sobretudo por meio dos jesuítas. Entre as medidas tomadas pelo episcopado para implantar na colônia as determinações tridentinas estão:

A criação de novas prelazias e bispados; a multiplicação e colação das paróquias; o reforço da hierarquia eclesiástica; a realização de visitas episcopais; fundação de seminários diocesanos; a instituição das conferências de Moral; o combate à simonia, ao nicolaísmo, ao absenteísmo; o controle das ordenações, da pregação e da confissão, incluindo a vigilância sobre a desobriga da Quaresma e a preocupação em descobrir e punir a solicitação²⁸⁴.

O delito de solicitação constituía-se em uma grande ameaça ao sacramento da penitência e por isso a punição era necessária e precisava ser feita com rigor, para que a Igreja e seus sacramentos não fossem manchados pelo pecado.

A confissão tinha a capacidade de penetrar nas consciências e serviu como um mecanismo central e eficaz na detenção de heresias. Para que assim acontecesse era necessário que o confessor cooperasse com o Santo Ofício, tal disposição foi fixada em 1559 pelo papa Paulo IV, e a partir de então os administradores do sacramento da confissão ficavam obrigados a perguntar aos fiéis se tinham cometido algum delito cujo julgamento pertencesse à alçada inquisitorial ou se possuíam alguma informação

²⁸² LIMA, Lana Lage da Gama. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero do Brasil. In: FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, E. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: UNIFESP, 2011.

²⁸³ Documento que condensou e adaptou para a realidade colonial as decisões de Trento: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1707 por D. Sebastião Monteiro da Vide.

²⁸⁴ LIMA. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero do Brasil, p. 148.

útil a esse Tribunal. Caso fosse afirmativa a resposta os confessores deveriam suspender a administração do sacramento e negar-lhes a absolvição ordenando que fosse depor perante os inquisidores²⁸⁵. No caso de solicitação, o confessor devia obrigar os (as) penitentes a delatar, sob a pena de negar-lhes a absolvição, e o (a) penitente tinha 30 dias para denunciar, a denúncia podia ser feita pessoalmente ou por carta. Se por ventura o (a) penitente estivesse impedido de comparecer diante do comissário ou não soubesse escrever podia encarregar qualquer pessoa que confiasse, principalmente seu confessor²⁸⁶.

Em Minas Gerais no século XVIII encontramos 102 denúncias de solicitação, e dessas, apenas 2 viraram processos, ou seja 100 denúncias foram arquivadas. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição assim como outros tribunais da época era uma arena de disputas. Jaime Gouveia²⁸⁷ tenta responder a questão do arquivamento das denúncias levantando algumas possibilidades: tais como as disputas entre os eclesiásticos, o que levava o Inquisidor a esperar outras denúncias quando a primeira parecia estar mais atrelada a disputas paroquiais do que ao crime em si; e a desqualificação das testemunhas, mostrando que muitas testemunhas não foram merecedoras de créditos. Algumas expressões eram frequentemente usadas na desqualificação, como “preta desonesta”, “mulher pública”, “casta mentirosa”, “crioula corrupta”, entre outras. A maioria das testemunhas sem “qualidades” assim foram consideradas pela sua cor, etnia, e classe social.

Durante o período colonial brasileiro uma série de múltiplos fatores cristalizou-se, conferindo a mulher uma situação específica na sociedade que então se formava. O entrecruzamento das etnias diversas, as visões de mundo diferentes, costumes, hábitos, crenças marcados pela alteridade fecundaram a condição feminina. Esses

²⁸⁵ GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. Dois galhos, um só tronco, na salvaguarda da “pureza da fé”: a vigilância e disciplinamento da luxúria heresiarca do clero. In: MATTOS, Yllan de. MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça. *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 310.

²⁸⁶ LIMA, LANA LAGE da Gama. *A Confissão Pelo Avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial*. Tese de Doutoramento apresentada à USP, São Paulo, 1991, p. 476.

²⁸⁷ GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese de Doutoramento, European University Institute, 2012.

aspectos foram importantes na constituição dos papéis femininos e fabricaram estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial. Longe de ser um território de mesmice e serenidade, o feminino mostrou-se ao longo do período colonial borbulhante de conflitos, diferenças e complementaridades. A normatização do discurso sobre a mulher foi disseminado principalmente através da Igreja no Brasil colônia. Os padrões ideais de comportamentos importados da metrópole tiveram nos moralistas, pregadores e confessores os mais eloquentes porta-vozes, a mentalidade colonial foi sendo assim lentamente penetrada e impregnada por esses discursos²⁸⁸.

Na capitania de Minas Gerais foi pequena a quantidade de mulheres brancas, contribuindo para a formação de um numeroso grupo de mestiços. “Negras e mulatas, mães solteiras, chefes de seus fogos, com seus filhos bastardos, às vezes de mais de um pai, foram as principais parceiras sexuais da população masculina mineira”²⁸⁹. Os padres assim como os homens comuns ou importantes senhores, usavam da fragilidade de mulheres negras, mulatas, mamelucas, pardas, índias, maioria pobres para desqualificar qualquer que fosse o seu crime acusando a mulher de “desinquietante”, alguns padres se viam livres de responderem o processo porque previamente escolhiam as mulheres desprotegidas, desprovidas e julgadas como de “mau procedimento”.

Acrescente-se à manipulação da ‘rudeza’ atribuída às mulheres (pelos homens) o tradicional racismo que, apesar de Gilberto Freyre, campeou em toda parte. Racismo expresso, por exemplo, na conversa dos ‘fornicários’ que, desde o século XVI, diziam que as índias e negras eram mulheres sem honra e por isso passíveis de fornicação sem culpa. De igual modo, ao que tudo indica, pensavam os solicitantes - e eram padres! -, pois seus convites diretos, seus gestos mais desabridos, eram dirigidos às negras forras, às pardas e às mulheres pobres, e quase nunca às mulheres brancas, para as quais reservavam galanteios e palavras amorosas²⁹⁰.

²⁸⁸ PRIORE, Mary del. “A Mulher na História da Colônia”; “A Mulher e o Encontro dos Tempos”. In: Idem. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

²⁸⁹ OLIVEIRA, Lisa Batista de. *Devassa e “tratos ilícitos”: desejo e sedução nas Minas setecentistas*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal- R.N., julho 2013, p. 02.

²⁹⁰ VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

A idade das (os) penitentes solicitadas (os) variava entre 12 e 80 anos, e a idade dos padres solicitantes variava entre 28 e 80 anos. As décadas com o maior número de denúncias foram às décadas de 1740 (29 denúncias) e 1750 (28 denúncias). Em muitos casos o padre é denunciado por solicitar várias mulheres, foram 150 mulheres solicitadas em 87 denúncias²⁹¹.

Como já foi dito anteriormente, muitas denúncias foram arquivadas pela falta de testemunhas válidas, ou seja, denunciantes dignas de crédito, honradas e virtuosas. A grande maioria das testemunhas “vítimas/cúmplices”²⁹² em Minas Gerais, 44%, foram descritas como pardas, - sabendo que em algumas denúncias não consta a “qualidade”²⁹³ ou “condição”²⁹⁴ das testemunhas²⁹⁵-, 19% foram descritas como pretas, 10 % crioulas, 6% mulatas, 11% índias e 10% brancas. Mesmo dentre estas brancas muitas são descritas como de “pouco crédito” e “desonestas”. A seguir exemplificaremos estes números com um exemplo de denúncia que não virou processo por constar no decorrer do relato um parecer desfavorável sobre a “qualificação das testemunhas”.

O padre Thomé Vás Ferreira de Carvalho, morador de Sabará, escreve duas cartas se apresentando e se desculpando por algumas faltas. É um caso curioso da

escravista. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol.1, p. 42.

²⁹¹ Foram 102 denúncias, mas em 15 denúncias não encontrei nenhum dado sobre as (os) solicitadas (os).

²⁹² “Vítima/cúmplice”, por Jaime R. Teixeira Gouveia, tese de doutorado: *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Muitas (os) penitentes foram realmente vítimas das investidas, muitas vezes, inescrupulosas dos confessores, outras (os) penitentes mantinham certa troca de afeição e carinho com os confessores, e só denunciavam por serem obrigadas por outros confessores.

²⁹³ Segundo Eduardo França Paiva “qualidade” como categoria geral abrange características físicas, como índio, negro, crioulo, mestiço etc. PAIVA, Eduardo França. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 33.

²⁹⁴ Segundo Eduardo França Paiva “condições”, pensada como condições jurídicas no século XVIII possíveis a um indivíduo, eram três: livre, escravo e forro. PAIVA. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII*, p. 34.

²⁹⁵ “Havia intensa comunicação, comércio e circulação de gente entre as regiões, e isso fomentou a formação do léxico que nomeava, identificava e servia para distinguir e classificar aquelas realidades ibero-americanas (...), uma série de termos e expressões nomearam as dinâmicas das mestiçagens biológicas e culturais, as associações entre elas e o mundo do trabalho, mormente o da escravidão”. PAIVA. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII*, p. 27.

artimanha utilizada pelo padre para justificar seus erros. Na primeira apresentação não se encontra a data, segundo o padre Thomé²⁹⁶ achando-se ele no confessionário ouvindo vários penitentes pelo preceito anual da quaresma, e em outras ocasiões mais, tendo repreendido vários penitentes pelos pecados contra o “santo preceito da castidade”, especialmente três ou quatro mulheres “pretas corruptas e públicas”,

usando de lhe dizer, que havia de ir a casa das ditas, e que ali havia de gritar e clamar que aquelas criaturas estavão ofendendo a Deos, e crucificando a Jesus Christo, e que assim tivessem entendido, por que elle denunciante por nenhum modo havia de consentir que elles estivessem ofendendo a Deos, e crucificando novamente a Jesus Christo²⁹⁷.

O referido padre relatou que viu que levava as penitentes às lágrimas e assim também aconteceu com outras duas ou três penitentes em diferentes dias, até que fazendo a mesma exortação a uma penitente chamada Rosa, natural da costa da mina, escrava do capitão José da Rocha, lhe disse que havia de ir a sua casa se continuasse a ofender a Deus e perguntou se ela abriria a porta, ela respondeu que não abriria, muito desconfiada de que seria para “tratar” com ela. No mesmo instante o padre caiu em si, refletindo o que tinha dito a Rosa e as demais penitentes, pelo mal que a referida Rosa tomou as suas “inocentes e singelas palavras e se começou a arrepender do que indevidamente e sem malícia tinha dito”. Então, explicou sua exortação a Rosa, que com suas continuadas ofensas crucificava novamente Jesus Cristo, e a penitente começou chorar. E o padre Thomé alegou que nunca mais tornou a usar de semelhantes termos. Ele continua ainda na mesma carta de denúncia:

como também lhe parece ele denunciante, segundo a sua lembrança, que em alguns annos mais antecedentes uzou com algumas pretas corruptas e públicas, levado do mesmo amor e zelo do cerviço de Deos, das mesmas perguntas, sem da sua parte haver malícia alguma, e somente um grande desejo de que não ofendessem mais a Deos²⁹⁸.

Por isso, segundo o padre Thomé, confessava a sua culpa e se denunciava, disse que não lembrava nem o nome nem o estado das mulheres, mas todas eram

²⁹⁶ ANTT. IL Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

²⁹⁷ ANTT. IL Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

²⁹⁸ ANTT. IL Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

“mulheres pretas corruptas e públicas”. Em 1742 o padre Thomé²⁹⁹ escreve novamente ao comissário José Matias de Gouveia relatando que em 1733 estando confessando com ele uma mulher parda chamada Violante do Sacramento, tendo o dito padre tido com esta mulher algum “trato” antecedente em sua casa, ela disse em confissão “palavras desonestas” que ele respondeu dizendo que “isso não é para este lugar”, repreendendo-a asperamente. Como no ano de 1737 confessando [Luvia] Maria, parda solteira, que no mesmo ato da confissão disse ao referido padre algumas “palavras amatórias”, e ele a respondeu mostrando aborrecimento e mandando-a prosseguir. Também em 1739 estando no lugar da confissão e confessando-se com ele Maria Teixeira Ramos, mulher branca, viúva, vendo ele o bom procedimento dela lhe falou que a estimava e venerava como a mãe dele, e que se estivesse na “mão alguma cousa que a pudesse favorecer que mandasse a sua negra” a casa dele que faria com boa vontade, e “seguiu passado algum tempo ter algum trato elícito com ella”.

Alguns padres foram verdadeiros galanteadores, outros pervertidos que perguntavam na confissão sacramental onde ficava o quarto da penitente, outros prometiam presentes como doces, dinheiro, alforria, marido, remédios para reverter à virgindade perdida e remédios sagrados. A seguir alguns exemplos destas diversas formas de sedução que exerciam os padres dentro do sacramento da confissão.

Em 1738 na freguesia de Pouso Alto comarca do Rio das Mortes, Antônia de Souza mulher solteira bastarda denunciou ao vigário da freguesia de Aiuruoca, termo da Vila de São João Del Rei, José [Motal] de Miranda, o padre Felipe Correa Pinto³⁰⁰ por solicita-la em ocasião e pretexto de confissão, lhe perguntando se ela era solteira ou casada, respondendo-lhe que era solteira lhe dissera o padre Felipe que voltasse em sete dias a sua casa que lhe teria marido pronto, e passado os sete dias foi à casa do padre, e ele lhe dissera que primeiro queria pecar carnalmente com ela e que depois a confessaria, e ela não consentiu. No dia seguinte Antônia foi se confessar com o padre Felipe na igreja e estando ela já junto no confessionário ele não a deixou

²⁹⁹ ANTT. IL. Caderno 25 dos solicitantes, fol. 248, m. 465.

³⁰⁰ ANTT. IL. Caderno 24 dos solicitantes, fol. 48, m. 114.

ajoelhar, e disse que ela não quis lhe “fazer gosto” que não queria nem havia de confessá-la.

Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, comarca de Vila Rica, foi denunciado por Domingas da Conceição, parda forra, “in confessione”, o Padre Manoel Francisco Torres³⁰¹ que a solicitara pedindo que “falasse com ele sem temor de sua inteireza”, ou seja, de sua virgindade, porque tinha remédio para repô-la no mesmo estado. E falando tempos depois o padre Manoel Torres com o marido de Domingas lhe disse que a sua mulher era de “má condição e casta do diabo”. E em 8 de fevereiro de 1749, o mesmo padre Manoel Francisco Torres³⁰² foi novamente denunciado por haver solicitado em 1748 Jacinta Maria Teixeira, mulher solteira, moradora na freguesia de Nossa Senhora do Sumidouro, que na desobrigar da quaresma ela se confessando de alguns pecados do sexto mandamento o dito padre lhe aconselhou que se tivesse algumas tentações no sexto mandamento (tentações contra a castidade) fizesse com as suas mãos “pulsões a si mesma”, ou seja, masturbar-se. Jacinta também denuncia o padre José Lemos³⁰³ por ter dito a ela a mesma coisa que o padre Manoel Torres.

No Brasil no século XVIII encontrei 4 solicitantes de homens, 3 desses solicitaram em Minas Gerais; os índios também não escaparam da solicitação *ad turpia*, foram denunciados 6 padres que solicitaram índias. Além do delito inquisitorial de solicitação os clérigos caíam em vários outros delitos, o discurso moralizador da Igreja nem sempre os tocou profundamente, muitos outros padres foram acusados por terem uma “vida dissoluta” com as índias³⁰⁴. Outros tantos clérigos foram delatados

³⁰¹ ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 372, m. 667.

³⁰² ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 348, m. 619.

³⁰³ ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 372, m. 667.

³⁰⁴ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Cartografia Gentílica: Os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII)*. In: FURTADO, Junia Ferreira; RESENDE, Maria L. C. de (org.). *Travessias Inquisitoriais da Minas Gerais ao Cárcere do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no Império luso-brasileiro (séculos XVI- XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 352.

por outros crimes: por desacato a imagem, revelar o sigilo da confissão, blasfêmias e proposições, feitiçaria, leitura de livros proibidos, sodomia, bigamia, entre outros³⁰⁵.

Percebendo o comportamento devasso de alguns solicitantes é possível pensar que muitos clérigos viviam uma vida relapsa, se metendo em vários crimes e sem preocupação alguma com sua reputação e publicidade, um exemplo muito interessante é o do padre Manoel Martins de Macedo³⁰⁶, capelão da capela dos Macacos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, nas Minas. Em 1792 Sebastião Roiz [Rodrigues] escreve ao vigário Nicolau Gomes Xavier denunciando alguns crimes do padre Manoel, entre eles, solicitar Antônia Maria da Conceição; perguntar insistenteamente durante a confissão de Francisco Duarte quem era a mulher com que o penitente havia tido “trato”, implicando no sexto mandamento (não pecar contra a castidade); por revelar o sigilo da confissão de Francisco de Freitas que resultou na prisão do penitente por dois anos. Em outra passagem o padre é acusado de defecar em um riacho que passava por seu quintal sabendo que as pessoas da freguesia se serviam da água para beber e quando os moradores da freguesia ficaram sabendo “daquela judiação tiveram grande ataque”, Francisco Dias Fancha foi reclamar ao padre que lhe respondeu que “o seu excremento não era porqueira ruim porque comia bons comeres”. E ainda o padre Manoel é denunciado por homicídio:

Achasse mais matar este padre em assaltos seu criolo por nome Ignácio neste pusito paresseme toca a justiça com mais mortes e crimes que se axa provada na confissão passada: porém deixallo os urubus, porcos e cachorros comello e depois para tirar duas pegas mandar lhe queimar as canelas e mandar ajuntar os ossos que pode em um molho de capim, mandar enterrar em segredo³⁰⁷.

Quanto aos dois padres processados em Minas Gerais no século XVIII ambos foram denunciados no mesmo lugar, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição

³⁰⁵ RESENDE, Maria Leônia; Inventário das denúncias nos cadernos do promotor da Inquisição de Lisboa-Minas Gerais (Séc. XVIII). In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia, (ORG); *Travessias inquisitoriais da Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sec. XVI- XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

³⁰⁶ ANTT. IL. Denúncias contra o Padre Manoel Martins de Macedo, PT-TT-TSO-IL-28-15042.

³⁰⁷ ANTT. IL. Denúncias contra o Padre Manoel Martins de Macedo, PT-TT-TSO-IL-28-15042.

de Macaúbas, eram eles: Padre Antônio Alvares Pugas³⁰⁸ denunciado em 1741 e o padre Manoel Pinheiro de Oliveira³⁰⁹ denunciado no mesmo sumário de culpas do padre Pugas, em 1741. Onze recolhidas prestaram depoimento para a diligência sobre o acusado de solicitação padre Antônio Alvares Pugas, padre presbítero do Habito de São Pedro. E como os trâmites inquisitoriais rolavam em segredo absoluto, as testemunhas, todas recolhidas do dito recolhimento, não sabiam quem realmente era o acusado, e por isso além do padre Pugas denunciaram outros seis padres, entre eles o padre Manoel que fora acusado de solicitante por seis recolhidas. O padre Pugas foi acusado por oito recolhidas. Apesar do Recolhimento de Macaúbas não ter um estatuto que exigisse uma “pureza de sangue” e por isso aceitasse mulheres casadas, viúvas, bastardas, mulatas, negras, mamelucas, índias etc., essas mulheres que lá estavam na maioria das vezes contra sua própria vontade eram filhas de famílias abastadas, afinal era cobrado uma espécie de dote para que qualquer moça no recolhimento ingressasse. A partir dessas afirmações e das informações dos processos, apesar de algumas denunciantes dos dois padres serem descritas como mulata e filha de “carijós do mato” (índios) elas estavam em uma instituição católica, onde as filhas das famílias ricas ingressavam, estavam protegidas pelo peso da instituição, não eram freiras, mas eram moças que supunham viviam em recolhimento e amor a Deus, por isso, dignas de crédito³¹⁰.

Através da análise do crime de solicitação é possível perceber que o clero do Brasil setecentista e especificamente o de Minas Gerais participava, apesar da tentativa incessante de reforma e da ameaça inquisitorial, da vida de seus fregueses, compartilhando, apreendendo e recodificando seus costumes, suas crenças e principalmente a moralidade desviante.

³⁰⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) Portugal; Inquisição de Lisboa. Processo de Padre Antônio Alvares Pugas, nº256, PT-TT-TSO-IL-28-256.

³⁰⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) Portugal; Inquisição de Lisboa. Processo de Padre Manoel Pinheiro de Oliveira, PT-TT-TSO-IL-28-8123.

³¹⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição Feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. São Paulo: Ed. José Olympio. 1993.

Censura inquisitorial e análise de fenômenos celestes em Portugal (1744-1745)

Rhulio Rodd Neves de Aguiar

Especialista em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural

Uni-BH

rhluliorodd@yahoo.com.br

RESUMO: A proposta deste trabalho é discorrer sobre o posicionamento do Tribunal do Santo Ofício português em relação ao estudo de fenômenos celestes, no intuito de compreender o que levou esse tribunal a censurar determinadas análises desta matéria e expor os delitos que eram repreendidos pela Inquisição portuguesa nesse sentido. Tal análise terá como base o ofício de um pároco de Oliveira de Azemeis, enviado ao Conselho Geral do Santo Ofício em 21 de março de 1745, em que justifica não haver motivos para a censura em razão do estudo do cometa que passou no ano de 1744. As principais problemáticas desse trabalho são: Qual o posicionamento do Santo Ofício português em relação ao estudo dos fenômenos celestes? Quais fatores acarretaram ao Santo Ofício censurar determinadas análises? Quais eram os crimes condenáveis pela Inquisição ao analisar os fenômenos celestes?

PALAVRAS-CHAVE: Censura inquisitorial; Santo Ofício; Fenômenos celestes.

Através da bula *Cum ad nihil magis* o papa Paulo III (1534-1549) instaurou o Tribunal do Santo Ofício em Portugal, a pedido do rei D. João III, em 23 de maio de 1536, nomeando três bispos, a saber, de Coimbra, de Lamego e de Ceuta, como inquisidores-gerais. E autorizou ao monarca nomear um quarto inquisidor-geral que deveria ser escolhido entre os bispos e o clero secular, com formação em teologia ou em direito canônico.³¹¹ Inicialmente, o intuito da Coroa portuguesa em implantar a Inquisição em

³¹¹ Cf. BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p.

terras lusas deveu-se à difusão do judaísmo e do comportamento dos cristãos-novos, que no entendimento da Coroa, ameaçava a unidade da Igreja Católica em Portugal.

O Tribunal do Santo Ofício foi um instrumento do projeto reformador instaurado no Concílio de Trento (1545-1563), e se esforçou em identificar os crimes cometidos contra a fé católica, e consequentemente, aqueles contra os costumes, além de ter sido utilizado como um mecanismo de sustentação do poder absolutista do Estado português. No que se refere aos delitos cometidos contra a fé católica, também os estudos dos fenômenos celestes poderiam se enquadrar nesse aspecto. Os inquisidores revisavam os materiais elaborados, com base nas qualificações que os qualificadores redigiam a respeito de cada obra analisada – como almanaque astrológicos, tratados, prognósticos etc – sobre os fenômenos celestes antes de sua publicação, no intuito de identificar em seu teor alguma afirmação que ia de encontro com os ensinamentos da Igreja Católica. Judicialmente, tal ato era legitimado pelo Regimento do Santo Ofício de 1613 que orienta que

quando parecer necessário aos Inquisidores mandar censurar alguma proposição, o poderão fazer; e depois verão o caso, com os Deputados, juntamente com as qualificações e com o que parecer, virão ao Conselho, antes de se dar à execução o tal assento, para nele se determinar o que for mais serviço do Nosso Senhor.³¹²

No que consiste em relação à atuação dos qualificadores ao avaliar tais análises, o Regimento do Santo Ofício de 164 expõe que

sua principal obrigação é censurar, e qualificar proposições, rever os livros, tratados, e papéis, que se houverem de imprimir, ou vierem de fora impressos para o Reino [...]; mas para fazerem alguma destas coisas, precederá sempre despacho do conselho, ou da mesa; e achando, ou tendo notícia, que em alguma das coisas sobreditas se ofende a pureza de nossa santa Fé, ou bons costumes, logo o farão saber ao S. Ofício, para nele se ordenar o que for mais conveniente.³¹³

³¹² Cf. Título V. Dos inquisidores. De como se hão de mandar censurar as proposições, e de como o assento que sobre elas se tomar há de ir ao Conselho. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal recopilado por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Inquisidor-Geral e Vice-Rei dos Reinos de Portugal – 1613. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.157, n.392. p. 615. jul./set. 1996.

³¹³ Cf. Livro I. Título X. Dos qualificadores. Parágrafo 2º. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Bispo dom Francisco de Castro, Inquisidor-Geral do Conselho de Estado de Sua Majestade – 1640. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.157, n.392. p. 693. jul./set. 1996.

A preocupação da Inquisição portuguesa era de encontrar nesses materiais a prova de que foram elaborados utilizando-se da arte da astrologia judiciária, que consistia em tentar conhecer e prever o futuro a partir dos eventos celestes – seja a passagem de um cometa, a movimentação das constelações e demais corpos celestes – extremamente proibida pela Igreja Católica desde a promulgação da bula *Coeli et Terrae*³¹⁴, em 5 de janeiro de 1585, pelo papa Sisto V (1585-1590). De acordo com Luís Miguel Carolino “nesta bula criticava-se duramente a ambição humana de tentar conhecer e desvendar o futuro, prática que tornava os homens vulneráveis perante o diabo e os levava a desafiar a própria divindade”.³¹⁵ No entanto, a Igreja Católica combatia a astrologia judiciária devido a sua previsão do futuro como algo certo e imutável, tal base colocava em questão a liberdade humana de decidir se salvar ou não, mas para outras finalidades prever o futuro era “aceito” pela igreja. De acordo com Gianriccardo Grassia Pastore

as previsões que não afetavam a liberdade humana podiam ser realizadas sem grandes problemas: inclinações, eventos condicionados e as qualidades corporais (nada que afetasse a alma). Da mesma forma, todos os prognósticos baseados nas estrelas que serviam às coisas naturais, tais como a agricultura, medicina ou navegação, assim como parte da judiciária que não implicava com a liberdade dos homens, tais como catástrofes naturais, terremotos, dentre outros.³¹⁶

Exceções à parte, quando se constatava o delito de astrologia judiciária, no que se refere ao procedimento inquisitorial, o Regimento do Santo Ofício de 1640 salienta que

Por quanto o Breve de Sixto V. e constituição de Urbano VIII. Cometem ao S. Ofício da Inquisição, que proceda contra aos Astrólogos judiciários, que usam desta arte, prognosticando absolutamente casos particulares, de futuro em temo certo, e ato determinado. Ordenamos, que sendo alguma pessoa compreendida na dita culpa seja examinada por ela no santo Ofício, e pela primeira vez admoestada com termo, que assinará, para que não cometa outra semelhante; salvo se a qualidade da

³¹⁴Essa bula está digitalizada e foi disponibilizada no site da Biblioteca Nacional Digital: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352113/mss1352113_027.pdf; e parcialmente disponível no Google Books, onde foi publicada no livro de Adelina Sarrión Mora. *Médicos e inquisición en el siglo XVII*. Cuenca: Universidad de Castilla/La Mancha, 2006. p. 181-187: https://books.google.com.br/books?id=AEOLjBhr_bQC&pg=PA181&lpg=PA181&dq=bula+coeli+et+terrae&source=bl&ots=bAZj-bHELH&sig=kbfb9drYsUaEPRnZRu7eaG9GXae8&hl=pt-BR&sa=X&ei=JF1RVfuzHu_msAT5IYC4Dw&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=bula%20coeli%20et%20terrae&f=true;

³¹⁵CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, astrologia e sociedade: a teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. p. 79.

³¹⁶PASTORE, Gianriccardo Grassia. *Astrologia e Inquisição em Portugal nos séculos XVI e XVII*. 172 f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Lisboa, 2014, p. 128.

pessoa, e circunstâncias da culpa pedirem maior condenação; e sendo compreendida segunda vez na mesma culpa, se lhe darão as penas, que parecer aos Inquisidores, tendo respeito, as que lhe estão impostas pelo dito Breve, e constituição.³¹⁷

É importante ressaltar o contexto político-religioso em que a Europa vivenciou no século XVI, período que ocorreu a publicação da bula de Sisto V. Nesse século a ortodoxia da Igreja Católica foi ameaçada pelo crescente número de adeptos ao protestantismo, que em sua maioria acreditavam na predestinação, além de questionar alguns dogmas da Igreja Romana, o que confrontava com o livre-arbítrio defendido pelo catolicismo, onde o homem teria a liberdade e a responsabilidade perante seus atos e escolhas. Assim, era necessário ao catolicismo condenar a prática da astrologia judiciária, pois esta ia de encontro aos princípios da teologia católica, ao determinar o futuro através da interpretação dos astros e fenômenos celestes, e consequentemente, censurar as obras que se pautavam nessa prática. Além de mandar que esta bula fosse publicada em língua vulgar como medida de ação contra essa tipologia astrológica, devido à circularidade dos tratados, prognósticos, juízos e outros serem publicados na língua vulgar, chegando a toda parte da sociedade da época.

O cometa do ano de 1744

O cometa de 1744, denominado oficialmente como C/1743 X1, foi descoberto em 29 de novembro de 1743 por Jan de Munck, posteriormente, foi observado de forma independente pelo holandês Dirk Klinkenberg em 09 de dezembro, e depois pelo suíço Jean Philippe Loys de Chéseaux³¹⁸ em 13 de dezembro, e ficou visível a olho nu durante vários meses no ano de 1744, não sendo mais visto depois de abril nesse mesmo ano.

Esse cometa foi visto, também, em Portugal, conforme ofício de um pároco, o qual não informou seu nome, residente em Oliveira de Azeméis, ao Conselho Geral do Santo Ofício, em 21 de março de 1745, justificando não haver censura ao estudo do cometa do

³¹⁷ _____. *Ciência, astrologia e sociedade*, p. 857.

³¹⁸ Cf. CHESEAUX, Jean Philippe Loys de. *Traité de la comète qui a paru en Decembre 1743 & en Janvier, Février & Mars 1744 [...]*. Lausanne/ Geneve: Marc-Michel Bousquet & compagnie, 1754. Captado em: <http://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-1382>; Acesso: 22 jun. 2015.

ano de 1744³¹⁹. Ao analisar o documento é possível compreender que este pároco elaborou um estudo sobre o dito cometa, mas não é informado se foi um tratado, um prognóstico, um almanaque etc, mas sua análise foi censurada. Ele inicia o ofício dizendo que

² na'o he bem, fique sem censura o Censor do Juizo/ ³ Historico, e Mathematico sobre o Cometa do anno 44. Censuran-/ ⁴ do o estudo dos astros por menos digno da aplicação de hum/ ⁵ Parocho. Parto de susto, ou emulaça'o confessu ingenuamente/ ⁶ hu'a censura ta'o austera, e alheia do Juizo Historico, e Mathe/ ⁷ matico. A nota precipitada na'o he filha da resa'o; por que/ ⁸ esta se desvela no exame de qualquer objecto, e na'o obsta/ ⁹ o estado das pessoas, quando nem ha prohibiça'o Canonica, nem/ ¹⁰ pode haver urgen[te] incompatibilidade.³²⁰

Somente com este documento não possível identificarmos o teor do estudo que esse pároco elaborou, mas podemos compreender, inicialmente, o papel do Santo Ofício no que se refere à circulação de materiais cuja análise refere-se aos fenômenos celestes. Provavelmente, no dito estudo havia algum argumento que poderia ameaçar a fé católica, nesse aspecto, Luís Miguel Carolino, analisando a publicação dos almanaque astrológicos em Portugal ressalta que

antes de serem colocados à venda e de passarem de mão em mão até serem lidos pelas pessoas, estes pequenos livros tinham que enfrentar o juízo do Inquisidor. Este representante do Tribunal do Santo Ofício, lia atentamente o prognóstico para ver se ele colocava em risco o princípio do Livre-arbítrio, e se eventualmente ia além do permitido pelos princípios da teologia católica.³²¹

No ofício o pároco cita inúmeras personalidades de caráter nobre e religioso que já escreveram sobre fenômenos celestes para justificar que seu trabalho também é importante e não merecedor da censura inquisitorial, preocupado em não deixar que seu estudo fosse qualificado com a prática da astrologia judiciária ele argumenta que:

²⁵ No Juizo do Cometa do anno 44. na'o se trata'o/ ²⁶ futuros pendentes da vontade humana, nem dos segredos/ ²⁷ divinos; e somente se descreve a essencia, propriedade, e acci-/ ²⁸ dentes do dito Cometa, que foi pronostico da secura das/ ²⁹ terras, e ventos, como se exprimentou

³¹⁹ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício (TSO), Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), maço 41. 07 fls. Oliveira de Azemeis, 21-3-1745. Esse documento manuscrito está disponível em microfilme no Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), trazido do ANTT pela professora Ms. Dra. Virgínia Maria Trindade Valadares, pontual 2307.

³²⁰ ANTT, TSO, CGSO, maço 41. fl. 01.

³²¹ CAROLINO, Luís Miguel. Astrologia, sociedade e religião. In: _____. *A escrita celeste: almanaque astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Acces, 2002. p. 25.

em todo o anno:/³⁰ don/ ¹donde na'o pode dizerse tractado de Astrologia Judiciaria,/ ² ou Astronomancia prohibida, mas sim, e s'o discurso de Astro/ ³ nomia, ou Astrologia Natural, licita [...]³²²

Com esse argumento, pressupõe-se que o dito pároco tinha conhecimento da bula de Sisto V, pois ressalta que em sua análise não tentou adivinhar o futuro e nem descobrir os segredos divinos, e ainda utiliza do argumento de que seu estudo refere-se à Astronomia ou Astrologia Natural, pois esta foi autorizada pelo papa Sisto V na referida bula.

Considerações finais

No decorrer dessa pesquisa, nos preocupamos em analisar o papel da censura inquisitorial em relação às análises de fenômenos celestes em Portugal no período de 1744-1745, tendo como base para o seu desenvolvimento o documento manuscrito trazido pela professora Ms. Dra. Virgínia Maria Trindade Valadares do ANTT para o Centro de Memória da PUC Minas, em que nos expõe que um determinado estudo do cometa que passou no ano de 1744 foi censurado pela Inquisição portuguesa. Com esta análise pretendemos compreender o posicionamento do Santo Ofício em relação ao estudo dos fenômenos celestes, a ação dos inquisidores não inibia o caráter científico dos materiais dessa natureza, mas tentavam identificar argumentos e ideias que pudessem confrontar com a teologia católica. Foram, justamente, esses elementos presentes nas obras dessa natureza que possibilitavam que a censura inquisitorial fosse imposta a estas análises.

Dessa forma, pudemos identificar que ao elaborar os estudos dessa tipologia, muitos autores utilizavam determinadas práticas que não condiziam com os preceitos da Igreja Católica, tendo como principal delito o exercício da astrologia judiciária, que ao prognosticar o futuro fazia com que o princípio do livre-arbítrio fosse colocado em questão pelos fiéis. Essa pesquisa ainda está em sua fase inicial, e foi elaborada para possibilitar a compreensão da ação inquisitorial em Portugal sobre o estudo dos fenômenos celestes, tal análise é de fundamental importância, pois, assim, poderemos entender o que tais fenômenos representavam para a sociedade da época e como a Igreja Católica compreendia as interpretações baseadas nas análises desses eventos celestes.

³²² ANTT, TSO, CGSO, maço 41. fls. 06-07.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

ST 8: Arte e sociedade - novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestrando (UFMG)/ leandro9rezende@yahoo.com.br

Kellen Cristina Silva

Doutoranda (UFMG) / ma.kellcs@gmail.com

Matriz Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG: História, Arte e Iconografia

Fernanda dos Santos Silva

Historiadora formada pela UNESP, Franca

Graduanda em Tecnologia em Conservação e Restauro de Bens Imóveis, IFMG - Ouro preto. sfernanda.sts@gmail.com

Julia Alinda Isenschmid

Formada em Detailhandel pela Detailhandelschule Zürich, Escola Técnica de Zurique

Graduanda em Tecnologia em Conservação e Restauro de Bens Imóveis, IFMG – Ouro Preto.

julia_isenschmid@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar a história da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itatiaia, distrito de Ouro Branco, Minas Gerais. A análise de sua arquitetura, arte e iconografia ajudam a compreender essa que é uma das primeiras igrejas do estado e que remete ao começo do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVES: História; Iconografia; Patrimônio.

História da Matriz de Santo Antônio

Itatiaia, que hoje é distrito de Ouro Branco, certamente tem sua origem ainda no final do século XVII, uma vez que já, em 1712, houve o primeiro registro de batismo na atual igreja de Santo Antônio, matriz do distrito (Figura 1). Sua origem está ligada, portanto, aos primeiros registros de ocupação do território mineiro. Para chegar a Vila Rica, uma das principais opções de trajeto de paulistas e cariocas passava por Itatiaia.



Figura1 - Fachada principal da Matriz de Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG. Foto: Fernanda Silva, 2014.

Devota a Santo Antônio, a igreja tem dois momentos construtivos. O primeiro, da capela primitiva, de pau-a-pique, ainda existente, data de 1714. E o segundo refere-se a construção da nave, em pedra, que teve início em 1741 com os pedidos de construção pelos cônegos do Rio de Janeiro, em visita à igreja, mas que se estende até o começo do século XIX com a construção já em condições de uso, embora não finalizado.³²³

A capela primitiva nos remete a arquitetura religiosa do Vale do Piranga, recebendo forte influência no partido, com a presença das tribunas e corredores laterais que tornam-se capela do santíssimo e sacristia. Como descreve a arquiteta Delmarí Ângela Ribeiro:

Como é típico das construções religiosas, desde o setecentos no Vale do Piranga, seu partido é retangular e não apresenta torres. A nave central se articula com a capela-mor pelo arco-cruzeiro e duas naves laterais onde se sobrepõem as tribunas. A capela-mor é ladeada pela Capela do Santíssimo e Sacristia. O frontispício apresenta composição tradicional com portada principal sobreposta por duas janelas rasgadas na altura do coro e duas janelas sineiras nas tribunas.³²⁴

³²³ As datas referentes a igreja que aparecem neste trabalho estão registradas nos livros de tombo das irmandades do Rosário dos Pretos e do Santíssimo Sacramento da Matriz e também aparecem nos projetos de restauração da igreja. Os documentos foram acessados no Centro de Documentação e Informação do IPHAN de Belo Horizonte, em novembro de 2014.

³²⁴ Disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/935-iephamg-apresenta-uma-capela-uma-comunidade-e-muita-fe>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

Certamente os construtores da capela primitiva estão seguindo como parâmetros as capelas da região do Vale do Piranga (Figura 2). Mas, é com os pedidos de uma nova igreja que podemos concluir mais a respeito da volumetria da igreja.



Figura 2 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Piranga -MG. Fonte: <http://www.mapio.cz/a/14460274/>. Acesso: 27 de junho de 2015

A partir de 1785, os documentos das irmandades apontam compras para as obras da nova igreja (que corresponde a atual nave). As datas alcançam 1800, com a caiação³²⁵ da igreja. A criação do Inventário feito pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1814 pode apontar para um funcionamento ativo no começo do século XIX, uma vez que representavam, (os inventários), uma maneira de se registrar os bens e o acervo material, de 31 objetos de prata, 25 ornamentos e 18 imagens.

Igreja nova, em pedra, compondo a nave, e capela primitiva compondo a capelamor. É possível ver claramente que tratam-se de dois momentos diferentes, uma vez que os dois volumes pouco conversam arquitetonicamente. Um, mais antigo, de pau-a-pique com estrutura em madeira evidente, influenciado pela arquitetura do Vale do Piranga. Outro mais recente, de fins do século XVIII e começo do XIX, seguindo os ritmos da Serra de Ouro Preto. (Figuras 3 e 4).

³²⁵ Revestimento de cobertura a base de cal.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

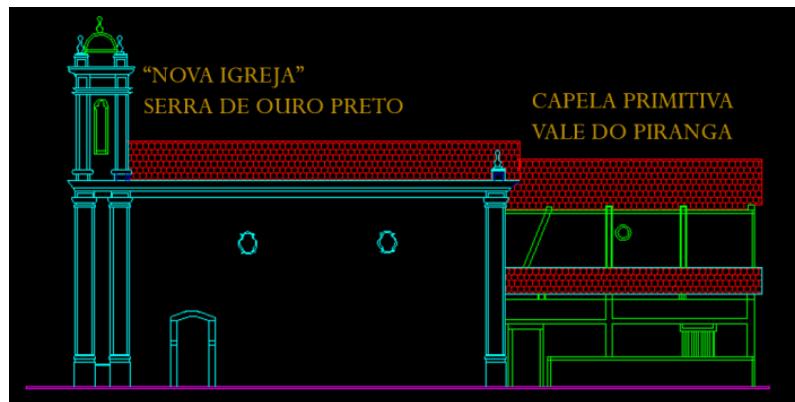


Figura 3 - Esquema do partido das fases da Matriz. Elaboração: Fernanda Silva, 2014.



Figura 4 - Fachada lateral esquerda vista dos fundos. Detalhe da marcação da estrutura em madeira na capela primitiva. Foto: Fernanda Silva, 2014.

O rococó vernacular e seus artistas

A iconografia da igreja também passa por dois momentos de criação. Um no final do século XVIII, e outro provavelmente do início do século XX. Apenas o primeiro é encontrado nos documentos do IPHAN, por meio dos registros de pagamento aos artistas pelas irmandades. O segundo, que apresenta um artista popular no frontão, e possivelmente também na feitura dos púlpitos de pedra sabão, são posteriores, provavelmente do começo do século XX.

Muitos elementos não aparecem na documentação quanto a sua criação, como os sinos, cruzeiro, pias de água benta, púlpitos de pedra e as duas fases da portada.

O medalhão central de pedra encimando a porta da igreja apresenta ornamentos em C e rocalhas, características do rococó, provavelmente esculpidas por volta de 1780. No centro do medalhão, se encontra esculpido um cordão de três nós mostrando que a igreja pertence a uma ordem franciscana. Lírios e um livro indicam a devoção a Santo Antônio e no centro há a presença de um ostensório indicando ser uma igreja matriz. Nas laterais do medalhão foram acrescentadas, na segunda fase iconográfica, mais duas imagens também esculpidas em pedra. Um cajado, duas chaves e uma mitra. Símbolos que fazem alusão a São Pedro, nova invocação, do século XIX, nessa região (Figura 5).



Figura 5 – Portada da igreja. Foto: Fernanda Silva.

Em 1792, começam os trabalhos artísticos da igreja com Serafim Gonçalves do Espírito Santo, na feitura dos púlpitos, em madeira. Ainda neste ano, Manuel Ribeiro Roza inicia a pintura e o douramento de toda igreja, e Lourenço Rodrigues Souza talha o altar de N.S. Rosário. Dois artistas surpreendentes que também trabalharam juntos na Igreja São José, em Ouro Preto.

Manuel Ribeiro Roza³²⁶ foi um artista de grande valor na região e sua participação na pintura e douramento de toda a matriz indica o grande destaque que se pretendia dar à igreja naquele momento.

Podemos considerar MRR como um artista polivalente, que de fato conhecia seu ofício, haja vista as diversas frentes em que atuou. Na documentação encontramos Rosa recebendo por pintura de forros,¹² pintura e douramento de altares,¹³ por obras efêmeras que realizou para a Câmara de Ouro Preto,¹⁴ por prateamento¹⁵ e pela encarnação de imagens.¹⁶ Sua obra, coerente ao gosto artístico rococó, tendo em vista a época em que foi produzida, apresenta-se de forma harmoniosa nos espaços onde se encontra, sendo possível antever características próprias do artista.³²⁷

A restauração que iniciou em 2014 tem revelado pinturas antigas ainda conservadas graças a camada de tinta superior que protegeu a arte precedente.

O retábulo do altar mor apresenta características do rococó e a sua devoção é ao Santo Antônio, santo franciscano e junino. Imagem provavelmente do século XIX que veio a substituir a antiga imagem, roubada em 1996.³²⁸ Abaixo do trono se encontram as imagens de São Sebastião, no lado evangelho e, no lado epistola, Nossa Senhora da Conceição. Ambas do século XIX. Nos nichos laterais, aparece, no lado evangelho, São Joaquim e no lado epístola Santa Barbara, padroeira dos mineiros, do século XVIII (Figura 6).

³²⁶ Os trabalhos e a vida do artista foram explorados em diversos trabalhos. A destacar: “Contribuição ao estudo da pintura colonial: Manoel Ribeiro Rosa (1758/1808), de Adalgisa Arantes Campos. “Vida cotidiana e produção artística de pintores leigos nas Minas Gerais: José Gervásio de Souza Lobo, Manoel Ribeiro Rosa e Manoel da Costa Ataíde” da mesma autora. Além do “Pintores coloniais nas minas setecentistas: a vez de Manoel Ribeiro Rosa” de Leandro Rezende e Armando Leopoldino.

³²⁷ REZENDE, Leandro Gonçalves. LEOPOLDINO, Armando Magno de Abreu. Pintores coloniais nas minas setecentistas: a vez de Manoel Ribeiro Rosa. VIII EHA - Encontro de História da Arte – 2012, p; 329. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2012/Leandro%20Goncalves.pdf> Acesso em: 27 de junho de 2015.

³²⁸ Em 1996 um grande roubo na igreja levou 19 imagens da matriz. Apenas uma foi recuperada até o momento. A imagem de São João Batista menino foi encontrada e restaurada em 2011 por iniciativa da Associação de moradores do distrito, Os Bem te vis.



Figura 6 – Retábulo-Mor, Santo Antônio. Foto: Fernanda Silva, 2014.

Além do retábulo mor, mais quatro retábulos ornam a nave da igreja. Dois colaterais, beirando o arco cruzeiro e dois laterais, mais próximos aos púlpitos.

Os retábulos laterais apresentam características eruditas e estilo rococó. O lado do evangelho é dedicado a Nossa Senhora do Rosário, entalhado por Lourenço Rodrigues Souza entre 1789- 1793 (Figura 7).



Figura 7 – Retábulo N. Senhora do Rosário, entalhado por Lourenço Rodrigues Souza. Foto: Fernanda Silva, 2014.

A imagem é provavelmente do século XIX. O retábulo lateral do lado epistola é atribuído a Francisco Vieira Servas, entalhado no final do século XVIII com características próprias de Servas como a utilização de coroamentos em arbaleta, sanefas, volutas laterais impulsionando para frente e rocalhas flamejantes (Figura 8). Este retábulo é dedicado a Sant'Anna Mestra, imagem do século XVIII. Logo abaixo de Sant'Anna se encontra São João menino, imagem do século XVIII, com suas vestes em couro de cordeiro e estandarte.

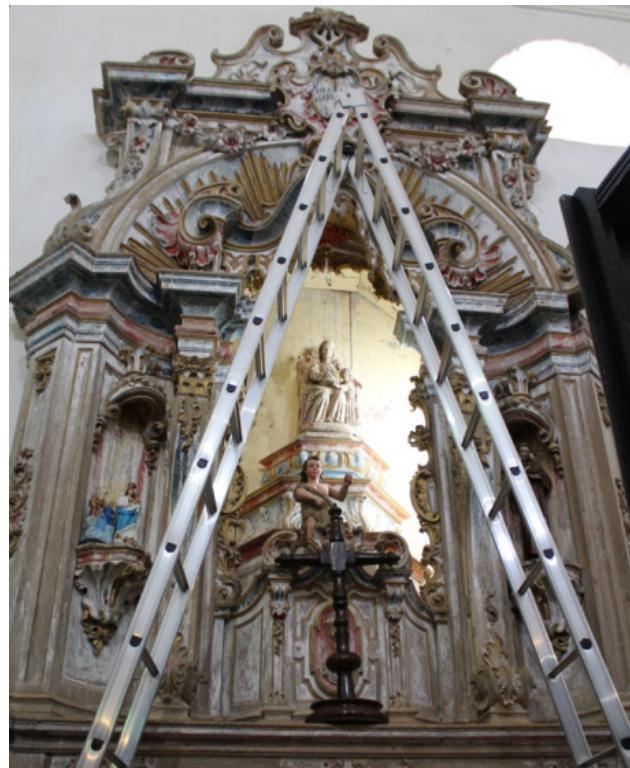


Figura 8 – Retábulo Sant’Anna Mestra, entalhado por Francisco Vieira Servas. Foto: Fernanda Silva, 2014.

É provável que o retábulo de Lourenço Rodrigues Souza tenha se inspirado no retábulo de Francisco Vieira Servas, pois embora tenha muitas semelhanças é notável a presença de características menos elaboradas.

Mas a curiosidade mais relevante quanto à iconografia dos retábulos está justamente nos retábulos colaterais, que sempre foram entendidos com características populares do século XIX (Figura 9). Frutos de um rococó vernacular, ou uma simplificação do rococó, que durante o processo de restauração iniciados em 2014, mostraram-se mais antigos do que se imaginava.



Figura9 – Retábulos colaterais. Senhor dos Passos (evangelho) e Nossa Senhora da Piedade (epístola). Do lado direito detalhe da Fênix bicando a uva no retábulo do Senhor dos Passos. Fotos: Fernanda Silva, 2014.

As prospecções têm revelado uma pintura muito recorrente no estilo nacional português. Representações fitomórficas e zoomórficas, além da predominância de cores fortes como o azul e o vermelho e o coroamento de arco concêntrico (Figura 10). Como aponta Alex Bohrer,

Muitas primitivas capelas de Minas abrigam retábulos de madeira recortada, típicos de carapinas e não de entalhadores. Esses artefatos muitas vezes são interpretadas como obras posteriores, feitas em época de menor riqueza. Contudo, analisando atentamente essa morfologia podemos aventar a hipótese de que algumas são muito antigas. Em geral, esses conjuntos apresentam arremates em arcos simples, que são continuações de pilastras inferiores. Se simplificarmos o arcabouço complexo dos retábulos do Nacional e focarmos na armação que está por trás das colunas e arcadas entalhadas, teremos o mesmo ritmo encontrado nessas estruturas de carapinas, como demonstra a ilustração abaixo.³²⁹

³²⁹ Bohrer, Alex Fernandes A talha do estilo nacional português em Minas Gerais [manuscrito]: contexto sociocultural e produção artística / Alex Fernandes Bohrer. - 2015. 2 v. : il. Orientadora: Adalgisa Arantes Campos. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p.253.

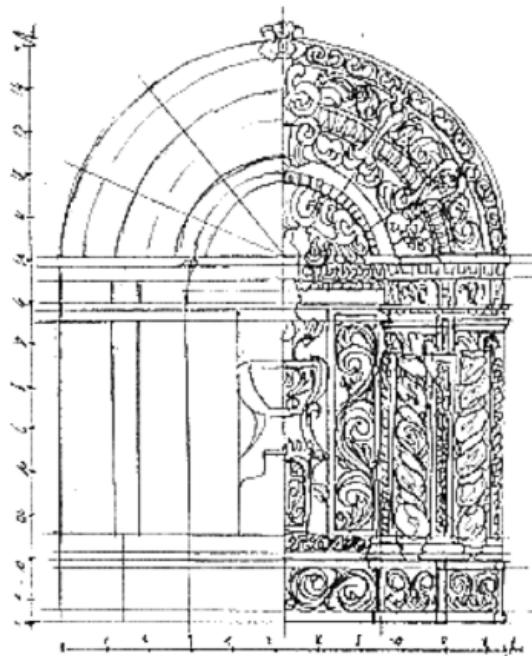


Figura 10 – Esquema de Retábulo do Estilo Nacional. Fonte:
Alex Bohrer, 2015. apud.
http://historias.interativas.nom.br/bbcartas/?page_id=5 (acesso
em 08/09/2014).

Um dos livros de tombo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos indica que ainda em 1733 uma visita canônica de Doutor Manuel da Roza Coutinho aponta a presença de 5 altares, sacrário, pia batismal. O período é de importante significância para a manifestação do estilo nacional português que teve seu momento de maior manifestação nas três primeiras décadas do século XVIII. É possível que esses retábulos tenham sido reaproveitados na composição da nave. Ação bastante comum em outras igrejas da região.

O retábulo do lado evangelho é dedicado a Nossa Senhora da Piedade, imagem também do século XIX e do lado epistola ao Nosso Senhor dos Passos. Neste altar também se encontra a imagem de São Domingos de Gusmão do século XVIII.

Na pintura, a igreja não possui um acervo aparente. Somente na sacristia há uma pintura no forro com elementos em C e uma flor nas cores ocre e cinza. No centro há uma Tarja oval delimitada por frisos curvos também em cinza ocre e rosa. No centro da tarja há duas figuras de anjos. Trata-se de uma pintura a têmpera - técnica que deixa a pintura com aparência aquarelada - datada do século XIX, tosca e de característica bem popular.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Considerações Finais

A matriz de Itatiaia é uma joia do barroco mineiro e sua iconografia pode trazer à tona rastros de sua história e do seu valor enquanto Patrimônio. Desde seu tombamento, em 1983, a igreja passou por nove obras de restauração, o que revela a preocupação com esse que é um dos exemplares mais peculiares da arquitetura e iconografia do barroco mineiro.

Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII

Carolina Vaz de Carvalho

Bacharel em Ciências Sociais; graduanda em Museologia

Universidade Federal de Minas Gerais

carolcarvalho@ufmg.br

André Onofre Limírio Chaves

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

andreonofrelimirio@gmail.com

RESUMO: A História das Coleções e dos Museus é um campo de estudo de interesse multidisciplinar, de importância incontestável seja dentro da Museologia, da Arte ou da História. Com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, contribuir na compilação e produção de material sobre o assunto e complementar a formação de alunos da graduação, o Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus foi criado em 2013 com o apoio da PROGRAD/UFMG.

Uma das linhas de ação do grupo é o estudo de colecionadores e coleções do século XVII. Além de consultar uma bibliografia recente sobre o assunto, no desenvolvimento dessas pesquisas buscamos informações em diferentes fontes documentais de época, como imagens, tratados, catálogos de coleções, inventários e relatos de viagem em diários e correspondências. As diferentes fontes nos dão acesso a uma grande variedade de dados, apresentando cada qual seus desafios e dificuldades. Partindo da análise do uso de documentos de natureza variada no desenvolvimento de nossas pesquisas e da reflexão sobre questões metodológicas e epistemológicas levantadas no processo, propomos uma discussão sobre as potencialidades e limitações no uso de algumas fontes iconográficas e textuais para estudos em História das Coleções.

PALAVRAS-CHAVES: História das coleções, Século XVII, Fontes iconográficas, Fontes textuais.

O presente trabalho consiste em um movimento reflexivo emergente da atividade prática de pesquisa em História das Coleções e dos Museus no período moderno. A História das Coleções e dos Museus é um campo de estudo multidisciplinar que tangencia interesses da Museologia, da Arte, da História e de outras áreas disciplinares, beneficiando-se dessa pluralidade de aportes teóricos e metodológicos e contribuindo para a compreensão de uma diversidade de fenômenos estudados por essas disciplinas. Com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, contribuir na compilação e produção de material sobre o assunto e complementar a formação de alunos da graduação, o Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus foi criado em 2013 com o apoio da PROGRAD/UFMG, PRPQ/UFMG e FAPEMIG.

O grupo surgiu dentro do Programa de Inovação e Qualidade no Ensino da Graduação, com coordenação do Professor René Lommez Gomes, da Escola de Ciência da Informação, e da Professora Verona Segantini, da Escola de Belas Artes. Uma das linhas de ação do grupo é o estudo de colecionadores e coleções do século XVII, em articulação com o projeto de pesquisa “Raridades em Contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)”. Dentro desse projeto de pesquisa, várias iniciativas estão sendo desenvolvidas, como o estudo da coleção do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen e o estudo em contraste da coleção de um comerciante holandês, Mathijs van Keulen.

Além de consultar uma bibliografia recente sobre o assunto, no desenvolvimento dessas pesquisas buscamos informações em diferentes fontes documentais de época, como imagens, tratados, catálogos de coleções, inventários e relatos de viagem em diários e correspondências. As diferentes fontes nos dão acesso a uma grande variedade de dados, apresentando cada qual seus desafios e dificuldades. Por exemplo, um inventário pode nos fornecer não apenas uma listagem de objetos que comporiam uma coleção, mas por vezes seu valor monetário, sua origem e mesmo sua localização no espaço de um imóvel. As imagens, sejam ilustrações de textos ou obras independentes, indicam os tipos de objetos colecionados e oferecem pistas sobre sua ordenação, os meios de exposição, e mesmo indícios sobre a circulação dos mesmos. Partindo da análise do uso de documentos de natureza variada no desenvolvimento de nossas pesquisas e da reflexão sobre questões metodológicas e epistemológicas levantadas no processo, propomos uma discussão sobre as potencialidades e limitações de algumas fontes específicas para os estudos em História das Coleções, a saber: um tipo de fonte textual - um inventário de bens móveis - e dois tipos de fontes iconográficas - uma imagem integrante de coleção e outra imagem que representa uma coleção.

O uso de Inventários holandeses para a construção da história social da arte

Em meados dos anos 80, o economista e historiador da Arte John Michael Montias (University of Yale), juntamente com o Getty Research Institute, elaboraram o banco de dados conhecido como “The Montias Database of 17th Century Dutch Art Inventories”. Com o objetivo de proporcionar fontes históricas aos pesquisadores da arte e das coleções,

esse banco de dados reúne mais de 1280 inventários holandeses³³⁰, principalmente da região de Amsterdam. O que torna esses inventários objetos de pesquisa e estudo para o Grupo de História das Coleções e dos Museus é o fato de documentarem itens artísticos, como pinturas, desenhos, esculturas, mapas e outros objetos que adornavam residências neerlandesas do século XVII, garantindo que os pesquisadores compreendam a relação da coleção privada com o contexto em que foi criada.

O ato de inventariar itens artísticos proporcionou uma ferramenta importante para compreender a composição das coleções seiscentistas do universo neerlandês. Esse é um meio de entender a personalidade e o gosto pessoal de colecionadores, em conexão com seu ofício, sua religiosidade e o modo como gostaria de ser representado para a sociedade através da sua coleção³³¹. Outra possibilidade do uso dos inventários é pensar a ressignificação que esses objetos artísticos sofreriam ao adentrar uma residência, o que percebemos no modo de dispor alguns objetos em cômodos mais públicos, como salas de visitas e de jantares, ou em mais ambientes privados³³².

Nessa pesquisa, encontramos a figura de Mathijs van Ceulen, comerciante, diretor e acionista da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.). A figura de Mathijs van Ceulen tornou-se importante para a reflexão do mundo das coleções por causa da singularidade encontrada durante a pesquisa. Van Ceulen possui dois inventários registrados em momentos distintos na Câmara dos Órfãos de Amsterdam (Orphan Chamber)³³³. O quê tornou isso chamativo foi a constatação da evolução do número de itens da sua coleção artística em um período curto de pouco mais de uma década. Sua atuação no mundo dos negócios proporcionou uma vida abastada, garantindo meios para aquisição de objetos artísticos que, reunidos em um mesmo espaço e propósito, passaram a constituir uma coleção privada. A partir da análise de seus inventários foi constatado que esse padrão de vida garantiu a presença de objetos de grande requinte em sua residência, sendo isso refletido na riqueza de peças constatadas em seu último inventário.

No seu primeiro inventário, datado de 1631³³⁴, encontramos registrada a quantidade de dezesseis itens artísticos, dentre os quais, pinturas de temáticas variadas (natureza morta, paisagens, passagens religiosas), gravuras, mapas e globos terrestres. Nesse primeiro momento, essa coleção é de caráter modesto - seu valor de mercado na época era em torno de 64 florins, um montante de valor baixo. Em contrapartida, no ano de 1644³³⁵ o nome de Mathijs van Ceulen aparece novamente nos registros da Câmara dos Órfãos.

³³⁰ O banco de Dados Montias está disponível online em <http://research.frick.org/montias/home.php> (último acesso: 23/06/2015)

³³¹ MONTIAS, John Michael. *Art at auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Press University. 2002.

³³² LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Public and Private Spaces: Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses*. Zwolle, Waanders Printers. 2000.

³³³ Órgão holandês que surgiu no século XVI com a premissa de garantir capital para os menores de idade em caso da morte dos pais. Sua função era de inventariar os bens de artísticos de maior valor da casa do solicitante, em caso de morte dos pais, esses bens eram leiloados e o dinheiro transferido para os tutores dos órfãos.

³³⁴ Inventário de Mathijs van Ceulen, datado do ano de 1631, disponível em:

<http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&recid=2460> (último acesso: 23/06/2015)

³³⁵ Inventário de Mathijs van Ceulen, datado do ano de 1644, disponível em:

<http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).

Nesta ocasião, fica evidente o motivo da solicitação de inventariação: a morte de van Ceulen. Na análise do seu inventário, constatamos a presença significativa do aumento de itens que compunha a coleção. Consequentemente, sua coleção ampliou o seu valor no mercado. Uma questão especial que nos motivou a trabalhar com a figura de van Ceulen foi o fato de que entre os seus objetos inventariados em 1644 consta a presença de itens de origem brasílica. Mapas, pinturas e gravuras estavam acompanhados de denominação que informava sua procedência brasileira e receberam valores significativos, que indicavam seu apreço no mercado de arte holandês.

Em uma segunda etapa da pesquisa, partirmos para a análise da constituição da coleção de van Ceulen. Sentimos, então, a necessidade de realizar um estudo sobre a vida do sujeito³³⁶, pois a partir disso compreenderíamos a coleção não só como um amontoado de objetos, mas como conjunto que reflete a personalidade de seu criador e que dele faz as suas ressignificações e apropriações³³⁷. No estudo, vimos que o aumento da coleção de van Ceulen corresponde ao período em que ele viveu no Brasil. Os objetos brasílicos vieram a constituir a coleção de van Ceulen no momento em que este atuava no cargo de diretor delegado e posteriormente como Alto Conselheiro³³⁸ na conquista neerlandesa do nordeste brasileiro. Estes cargos e atuações de van Ceulen possibilitaram tanto o enriquecimento financeiro quanto cultural, garantindo a compra de itens que pudessem aumentar a sua coleção artística. Além disso, van Ceulen poderia ter recebido presentes artísticos do Conde Maurício de Nassau, a quem estava subordinado.

Mathijs van Ceulen tornou-se uma figura muito importante durante o período em que ficou no Brasil³³⁹. Entende-se que o seu primeiro inventário foi realizado como forma de garantir que seus filhos tivessem auxílio financeiro caso algo ocorressem com ele durante a sua primeira viagem para o Brasil, em 1633. Registrar os seus itens artísticos na Câmara dos Órfãos seria uma forma de garantir crédito financeiro para os seus filhos, pois, naquele momento, a arte era entendida como um investimento³⁴⁰ que o cidadão poderia realizar ao comprar pinturas, mapas, e demais objetos.

A coleção de van Ceulen reflete a sua personalidade através dos itens que a compõe. Seu caráter comerciante é demonstrado com mapas do Rio Grande e de outras regiões brasileiras, apontando para a necessidade de conhecer uma região para realizar sua atividades mercantis, bem como a figura de um comerciante de uma das maiores companhias de comércio do século XVII, a W.I.C. O seu lado político era indicado com a presença de retratos de governantes, como o rei espanhol Felipe IV e o Conde Maurício de Nassau, de quem van Ceulen foi conselheiro durante o governo no Brasil.

³³⁶ Em 2014 foi apresentado no III Encontro de Pesquisa em História, a biografia de Mathijs van Ceulen feita durante a pesquisa. CHAVES, André Onofre Limírio. Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa no nordeste brasileiro. *Anais do III EPHIS. Revista Temporalidades*. v. 6, suplemento (2014). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014. ISSN:1984-6150.

³³⁷ CHARTIER, R. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*. Trad.: Patrícia. C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

³³⁸ LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

³³⁹ WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

³⁴⁰ SCHAMA, Simon. O desconforto da riqueza. In: *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro*, Uma interpretação. (trad.) Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 289 - 368.

Como toda fonte textual, os inventários possuem suas limitações em seu uso para a escrita da história. Segundo John Montias, antes da inventariação dos objetos artísticos de uma residência holandesa, geralmente os familiares do falecido ocultavam ilegalmente obras de grande valor³⁴¹. Um exemplo disso ocorreu na inventariação dos bens do pintor Rembrandt após seu falecimento, realizada porque o referido pintor havia acumulado um alto número de dívidas e estas deveriam ser quitadas. Logo após a inventariação, foi descoberto que sua esposa havia escondido obras do pintor e, por causa disso, ela sofreu um processo judicial e teve que listar os quadros ocultados³⁴². Outro problema do uso de fontes inventariais é o fato que os objetos que não possuíssem forte agrado no mercado de arte não eram inventariados. Aos olhos da época, não compensaria inventariar um objeto que não fosse atraente para o mercado. Havia, destarte, uma seleção dos melhores itens de uma coleção artística, que não era registrada em sua completude. A variação dos valores no mercado das artes é uma terceira dificuldade enfrentada por quem utiliza essas fontes. No inventário, o notário ou o inventariante registrava o valor que as peças possuíam naquele momento, e, posteriormente elas poderiam ter seu preço alterado, podendo valer mais ou menos. Esse fator torna difícil para o pesquisador elaborar um padrão de preços das coleções privadas holandesas.

Em contrapartida, o lado positivo dos inventários holandeses é que favorecem a pesquisa em História da Arte e das Coleções ao informar aos pesquisadores elementos importantes para a compreensão do colecionismo privado na Holanda do século XVII. O inventário holandês não informa apenas a peça que foi inventariada, mas outras informações de grande importância, como a disposição dos objetos nos cômodos das casas, além de indicar o valor da peça conforme o valor de mercado daquele momento³⁴³.

A partir da análise dos inventários podemos fazer leituras que permitem realizar uma análise biográfica, que indique a qualidade da composição de uma coleção particular mostrando que essa não se resumia em ser um lugar de curiosidades, mas um ambiente que refletia a personalidade de seu colecionador. Desde modo, uma coleção permite indicar a maneira em que um sujeito gostaria de ser visto quando algum visitante adentrasse em sua residência. No caso de van Ceulen, ele gostaria de passar a imagem de sua profissão de comerciante, sua posição de diretor da W.I.C., e também mostrar seu lado pessoal através da sua religião e preferências das temáticas das pinturas.

Uso de imagens no estudo do colecionismo artístico e científico no séc. XVII

Um segundo tipo de fonte que queremos apresentar são as imagens. Exploraremos dois exemplos de imagens com as quais trabalhamos no Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus. A primeira é uma imagem que integrava uma coleção; a segunda uma imagem que representa uma coleção.

Nosso primeiro exemplo é uma pintura aatualmente sob a guarda do Museu Nacional de Copenhagen com o título “Mulher e criança de ascendência africana” (Fig. 1).

³⁴¹ MONTIAS, *Art at auction in 17th Century Amsterdam*, 2002.

³⁴² _____, *O desconforto da riqueza*, 1992.

³⁴³ MONTIAS, *Art at auction in 17th Century Amsterdam*, 2002.

A tela, com datação de 1641, é de autoria do pintor holandês Albert Eckhout, membro da comitiva do conde João Maurício de Nassau-Siegen no Brasil. Retrata uma mulher negra trajando um saiote xadrez amarrado com uma faixa vermelha, portando um chapéu de penas e colares e brincos de pérolas e corais. Em sua mão direita, segura uma cesta com frutas e flores, enquanto sua mão esquerda repousa sobre a cabeça de uma criança negra do sexo masculino, sem roupas, usando colares de contas e pequenos brincos, segurando em sua mão esquerda, uma ave e em sua mão direita, uma espiga de milho. A mulher e a criança estão ao lado de uma palmeira, em uma paisagem costeira, na qual se vê, no canto inferior direito, figuras humanas realizando atividades na praia e, ao fundo, algumas embarcações no mar. Essa tela integra uma série de 8 quadros que retratam os “tipos étnicos” do Brasil Holandês no século XVII, em casais: “Homem africano”, “Mulher Tarairiu”, “Homem Tarairiu”, “Mulher Tupi”, “Homem Tupi”, “Mulher mestiça”, “Homem mulato”. Por ser ela mesma um item de coleção - originalmente pertencente à coleção do conde João Maurício, posteriormente doada a Frederik III, rei da Dinamarca, em 1654, e por essa via incorporada ao acervo do Museu Nacional de Copenhagen³⁴⁴ -, retraçando sua história do contexto de produção aos dias atuais podemos chegar a muitas informações sobre o universo colecionista desde aquela época. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para o que podemos apreender na observação dessa imagem.



³⁴⁴ BUVELOT, Quentin (ed.). *Albert Eckhout: A Dutch artist in Brazil*. Zwolle, ND: Royal Cabinet of Paintings Mauritshuis Foundation, The Hague; Waanders, 2004.

Figura 1 - Albert Eckhout, 1641, *Mulher e criança de ascendência africana*. Óleo sobre tela, 181 x 189 cm. Nationalmuseet, Copenhagen. Disponível em: <http://samlinger.natmus.dk/ES/25493>.

Em primeiro lugar, evidências como rascunhos e desenhos de estudo realizados por Eckhout e por outros artistas e cientistas da comitiva do conde João Maurício³⁴⁵, bem como estudos de autores que se dedicaram a compreender a produção das artes neerlandesas no século XVII³⁴⁶, nos sugerem que essa cena não foi copiada da realidade, mas montada a partir de elementos isolados – ela é em si mesma uma coleção de objetos considerados especialmente simbólicos e interessantes. Os espécimes animais e vegetais, os objetos e adereços, e as próprias pessoas retratados na tela são itens que podiam ser incorporados às coleções de diversas formas: como exemplares vivos em jardins, ménageries e com a presença *in loco* de indivíduos representantes de outros povos; com a exibição de plantas e animais conservados e objetos em ambientes fechados, seja em salas especialmente dedicadas a esse fim, seja dispersos nas edificações; e ainda em descrições escritas, imagens e cópias, como obras separadas ou incorporadas a livros, meios de colecionar itens perecíveis ou de difícil acesso.

Considerando esse aspecto – as variadas formas de inserção de um objeto em uma coleção – começamos a observar a presença de alguns elementos que compõem a tela em outras obras e lugares. A partir da observação e do estudo de alguns documentos e obras da época, realizamos um mapeamento inicial de elementos que compõem a tela de Albert Eckhout e que reaparecem em pinturas, em ilustrações de livros de história natural e relatos de viagem, em tapeçarias e como objetos tridimensionais em coleções (Fig. 2). Para ilustrar o tipo de relações que tal mapeamento torna visível, escolhemos o exemplo do cesto que a mulher segura em sua mão direita na pintura de Eckhout.

³⁴⁵ FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Brasil-Holandês = Dutch-Brazil*. 5 v. Rio de Janeiro: Index, 1995.

³⁴⁶ BRIENEN, Rebecca Parker. *Visions of a savage paradise: Albert Eckhout, court painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 288p. ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 1999. 427 p.

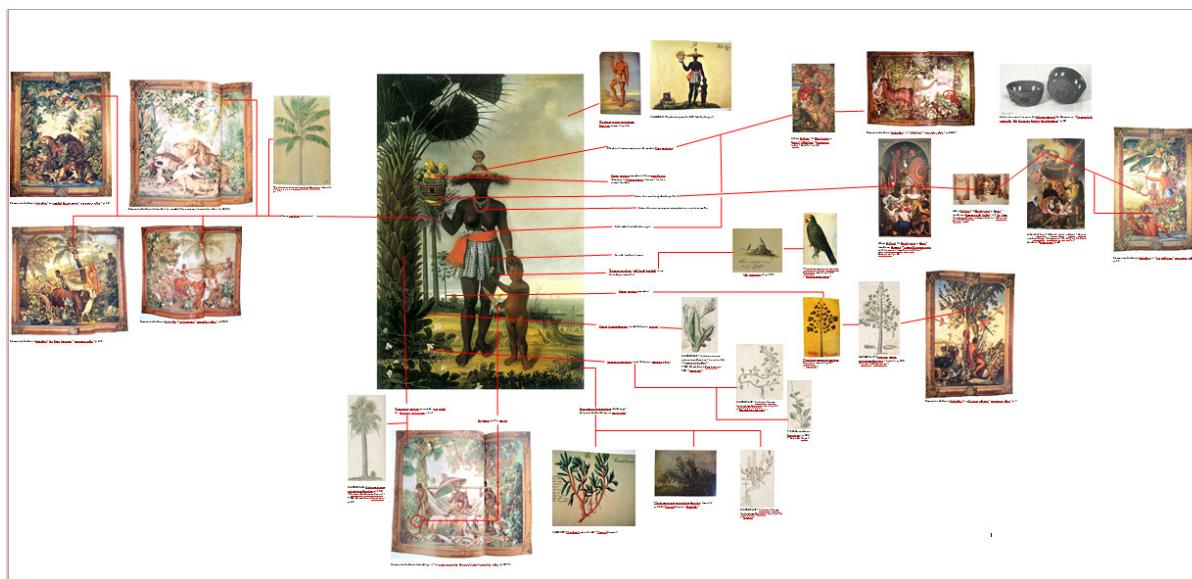


Figura 2 - Mapeamento de elementos da tela *Mulher e criança de ascendência africana*, de Albert Eckhout. Fonte: os autores.

Um estudo preliminar a óleo de autoria de Albert Eckhout³⁴⁷ mostra uma modelo negra com o mesmo saiote da mulher retratada na tela, em um esboço de cenário que se assemelha ao da cena final. Porém, a modelo do estudo não segurava um cesto como o da pintura, mas um objeto não retratado, do qual vemos apenas uma silhueta semelhante a um vaso. Temos o conhecimento, contudo, de que cestos africanos muito semelhantes ao retratado na tela de Eckhout eram encontrados em coleções – por exemplo, na coleção do dinamarquês Ole Worm (1588-1654), incorporada após sua morte à Real Kunstkammer da Dinamarca³⁴⁸. Isso nos sugere que provavelmente Albert Eckhout teve acesso seja a cestos semelhantes, seja a imagens desses cestos. A figura que aparece identificada como “Prancha 98 - Molher negra” no livro *Thierbuch* do viajante alemão Zacharias Wagener³⁴⁹, se aproxima em muitos aspectos da tela de Eckhout, podendo ser situada a meio caminho entre o estudo preliminar do pintor e a tela final. Wagener esteve no Brasil entre 1634 e 1641, a serviço do conde João Maurício de Nassau ao mesmo tempo que Eckhout. Durante algum tempo, houve algum debate sobre a precedência da ilustração de Wagener em relação à tela de Eckhout e hoje a hipótese mais aceita é de que o alemão teria copiado essa e outras imagens produzidas pelos artistas da comitiva de Nassau³⁵⁰ para compor seu relato de viagem.

O mesmo cesto africano que a mulher segura na tela de Eckhout aparece em obras posteriores de vários artistas, como Jacob van Campen e Caesar Boëtius van Everdingen.

³⁴⁷ FERRÃO; SOARES. *Brasil-Holandês = Dutch-Brazil*, v. 5, p. 16.

³⁴⁸ BUVELOT. *Albert Eckhout*, 2004. DAM-MIKKELSEN, Bente; LUNDBÆK, Torben (eds). *Etnografiske genstande i Det kongelige danske Kunstkammer 1650-1800*. København: Nationalmuseet, 1980.

³⁴⁹ FERRÃO, Cristina; SOARES, Jose Paulo Monteiro (eds); TEIXEIRA, Dante Martins (org). *Brasil Holandês*, v. 2. “O ‘Thierbuch’ e a Autobiografia de Zacharias Wagener”. Trad.: Alvaro Alfredo Braga Junior. Rio de Janeiro: Index, 1997.

³⁵⁰ BRIENEN. *Visions of a savage paradise*, 2006. FERRÃO; SOARES; TEIXEIRA. *Brasil Holandês*, 1997.

Van Campen era, além de artista, arquiteto, e participou da construção de Mauritshuis, a residência de Nassau na cidade de Haia, para onde o conde se mudou logo no retorno do Brasil. Tanto van Campen como van Everdingen eram membros da Guilda de São Lucas de Harlem, que representava pintores, escultores e outros artistas visuais. Esses dois artistas trabalharam juntos na decoração da sala *Oranjezaal* de *Huis ten Bosch*, residência comissionada em 1645 por Amália von Solms para o stadholder neerlandês Frederik Hendrik, e tanto na *Processão triunfal com tesouros do Leste e do Oeste*, de van Campen, como na *Alegoria do nascimento de Frederik Hendrik*, de van Everdingen, que decoram a *Oranjezaal* encontramos cestos africanos como parte da composição³⁵¹. Outros trabalhos de Jacob van Campen (*Natureza morta com guirlanda de frutas e flores*, óleo sobre painel, Rijksmuseum, Amsterdam) e de Caesar van Everdingen (*Garota com chapéu largo*, óleo sobre tela, Rijksmuseum, Amsterdam; *O rapto de Europa*, óleo sobre tela, National Gallery of Canada, Ottawa), elaborados entre 1645 e 1650 incorporam variações do mesmo cesto. Por fim, traçamos a trajetória do cesto até uma tapeçaria francesa de 1726 intitulada *Les pêcheurs*³⁵², da série *Anciennes Indes* produzida pela Manufaturas Gobelins, baseada em desenhos originais de Eckhout presenteados por João Maurício de Nassau-Siegen ao rei francês Luís XIV em 1679.

Esse pequeno exercício investigativo nos permite começar a vislumbrar, a partir da recorrência de objetos e imagens, uma rede de pessoas envolvidas na produção, circulação e coleção de objetos artístico-científicos no século XVII. Essas pistas que encontramos a partir do estudo da imagem pintada por Eckhout se complementam com outras evidências e documentos, em diálogo com estudos contemporâneos em história social das artes, história da ciência e história cultural, dando corpo a fenômenos muitas vezes apresentados nessa bibliografia de forma mais geral.

Outro tipo de imagem que pode servir ao estudo da história das coleções são as imagens que retratam coleções, sejam elas coleções reais ou imaginárias. Escolhemos como exemplo uma pintura do flamengo Willem van Haecht, intitulada *Apelles pintando Campaspe*, que representa em meio a um ambiente de coleção de arte o episódio em que o artista Apelles retrata Campaspe, uma das amantes de Alexandre, O Grande, a pedido desse imperador.

³⁵¹ _____, *Albert Eckhout*, 2004.

³⁵² TEIXEIRA, Dante Martins. Elementos do Brasil Holandês presentes nas “Nouvelles Indes” tapeçarias da Manufatura Gobelins. *BRASIL HOLANDÊS*, v. 2. Rio de Janeiro: Index, 2003.



Figura 3 - Willem van Haecht, c. 1630, *Apelles pintando Campaspe*. Óleo sobre tela, 104,9 x 148,7 cm. Mauritshuis, Haia. Disponível em: <https://www.mauritshuis.nl/en/discover/mauritshuis/masterpieces-from-the-mauritshuis/apelles-painting-campaspe-266/>

As telas que retratam salas de coleção, com especial destaque para as coleções de pinturas, floresceram como um gênero de pintura de forma quase exclusiva na Antuérpia no século XVII³⁵³. À primeira vista, a tela nos dá uma impressão do que compunha uma coleção ideal: pinturas, esculturas de temas clássicos, livros e gravuras, moedas, relevos, porcelana, conchas, instrumentos científicos. As pinturas de van Haecht nesse gênero se destacam por figurarem em sua composição não objetos meramente baseados no estilo de artistas renomados, mas obras conhecidas e identificadas. Devido às práticas de cópia da época, não podemos ter certeza em muitos casos se van Haecht teve acesso aos originais ou a cópias desses, na forma de pinturas ou gravuras, mas temos alguma ideia das obras que circulavam e eram valorizadas no meio. Muitas das obras que aparecem nas pinturas de van Haecht integravam a coleção do comerciante e patrono das artes Cornelis van der Geest, para quem van Haecht trabalhava, mas a falta, por exemplo, de um inventário completo dessa coleção abre margens para dúvidas.

Esses quadros nos informam, ainda, sobre as formas de exibição dos objetos colecionados e o ambiente considerado ideal para as coleções. Vemos na tela em questão a

³⁵³ Van SUCHTELEN, Ariane; van BENEDEEN, Ben. *Room for art in seventeenth-century Antwerp*. Antwerp: Rubenshuis; The Hague: Royal Picture Gallery Mauritshuis; Zwolle: Wanders Publishers, 2009.

disposição justaposta das obras, detalhes sobre o mobiliário típico e, também, sobre o ambiente arquitetônico ideal, com paredes amplas nas quais as obras poderiam ser dispostas e muitas janelas e outras aberturas que permitiam iluminação natural. É mister ressaltar, todavia, que os artistas deveriam realizar “adaptações”, de forma a representar bidimensionalmente um ambiente tridimensional e fazer aparecer na pintura a totalidade da coleção.

Gostaríamos de dar atenção especial ao aspecto espacial e arquitetônico. Essa tela de van Haecht não pretende retratar nenhum ambiente real, mas usa elementos reais para compor a cena. Vários dos elementos da tela remetem à figura do pintor flamengo Peter Paul Rubens: algumas telas de Rubens estão representadas nas paredes, como objetos da coleção (*Batalha das Amazonas*, Alte Pinakothek, Munique; *Tarquin e Lucrecia*, Sanssouci, Postdam; *Sátiro bêbado dormindo*, Akademie der Blindenden Künste, Viena), mas, além disso, a figura de Alexandre, que compõe a cena principal da tela de van Haecht, parece copiada da representação de Perseu de uma pintura de Rubens, *Perseu e Andrômeda* (Hermitage, São Petesburgo). Essa mesma pintura aparece em uma gravura de 1692, que retrata a casa de Rubens em Antuérpia, reproduzida de forma decorativa sobre uma sacada com vista para o jardim³⁵⁴. É uma das referências mais impressionantes à Rubens e sua casa é a sala semi-circular que aparece ao fundo no quadro de van Haecht, quase idêntica àquela que Rubens construiu em sua casa para exibir sua coleção de esculturas³⁵⁵, inspirada em exemplos arquitetônicos italianos, tanto antigos quanto contemporâneos - o Panteão romano, ilustrações nos tratados de arquitetura de Scamozzi e Serlio, e a Tribuna da Galleria degli Uffizzi, em Florença. Tantas referências à figura de Peter Paul Rubens estão ligadas tanto à valorização das obras do pintor no mercado das artes e no meio colecionista, como ao reconhecimento desse flamengo como exemplo de colecionador a ser seguido.

Considerações finais

Os três exemplos explorados no presente trabalho ilustram a variedade de potencialidades e, simultaneamente, de limitações do uso de diferentes fontes documentais no estudo da História das Coleções. Uma questão comum emergente diz respeito à necessidade de se conhecer a forma como essas fontes foram construídas para que elas possam ser resgatadas em seu valor informativo. Nos casos estudados, sem uma fundamentação teórica oriunda da história econômica da arte, como desenvolvida por John Michael Montias, e das teorias sobre a cultura visual, na linha warburgiana de Michael Baxandall e Ernest H. Gombrich, as fontes não teriam o mesmo rendimento para nossas pesquisas.

³⁵⁴ HARREWIJN, Jacobus. *Vista da casa de Rubens em Antuérpia, em 1692*. Rijksmuseum, Amsterdam.
Disponível em: <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/RP-P-OB-55.445>

³⁵⁵ *Vista da casa de Rubens em Antuérpia, em 1692*.

Para além do estilo, uma cosmovisão: por uma revisão da cultura barroca a partir das práticas devocionais

Vanessa Cerqueira Teixeira

Mestranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
vanessa_vct@hotmail.com

RESUMO: O artigo almeja uma discussão do conceito de cultura barroca através das visões de José Antônio Maravall e Adalgisa Campos: o primeiro, ao tratar o contexto de crise e instabilidade espanhol, também legitimou a presença cultural barroca nas terras recém-povoadas a partir da colonização, enquanto a segunda propôs que a colonização possibilitou um convívio intercultural que se estabeleceu sobre valores e práticas espirituais, além de uma visão de mundo barroca.

PALAVRAS-CHAVES: Barroco, Absolutismo, Reforma Católica, Religiosidade, Irmandades.

Introdução

O Barroco foi um estilo artístico que surgiu no século XVI e vigorou até o século XVIII, mantendo uma padronização em suas características, porém adicionando certas especificidades dependentes da localidade e sociedade em que se manifestara. Além de uma formação estilística, o Barroco se mostrou também como um modo de vida, estabelecendo uma cultura própria. Marcado pela exuberância de detalhes, pela dramatização e teatralidade, pelo exagero em sua composição, com seu jogo de claro e escuro e contornos contrastantes ao modelo formal e proporcional propostos pelo classicismo que vigorava na arte europeia até então, foi originado na Itália, mas se expandiu para diferentes países com contextos sociais e religiosos distintos, interagindo com diferentes manifestações culturais e se adaptando às condições encontradas em diferente tempo e espaço.³⁵⁶ Os primeiros críticos e estudiosos do Barroco classificaram sua criação limitada ao estilo, uma inovação

³⁵⁶No que diz respeito ao significado de sua nomenclatura, ainda em discussão e gerando inúmeras versões, a significação mais comum entre teóricos e artistas se refere à pérola irregular, termo usado por joalheiros da Península Ibérica, que denominava pejorativamente a imperfeição. De origem francesa, sua etimologia é incerta, geralmente relacionada a algo absurdo, extravagante, o ridículo levado ao extremo. Cf. BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

nas artes visuais considerando a arquitetura, pintura e escultura. Contudo, tal visão se ampliaria até alcançar uma expressão cultural, um fenômeno tão abrangente que se relacionaria à música, teatro, festas, literatura, ao espírito barroco de um período e, principalmente, um imaginário religioso.³⁵⁷ Enquanto estilo artístico, o Barroco ganhara representatividade apenas no século XIX a partir do teórico Henrich Wölfflin, após o período neoclássico e a “febre antibarroca”:

O conceito de barroco, tal como hoje o aceitamos e entendemos, é de circulação relativamente recente na história da cultura, na história das artes. Foi a partir de Henrich Wölfflin, com o livro *Renaissance e Barroco*, datado de 1888, que a palavra adquiriu status crítico-estético e passou a figurar nos estudos especializados e, pouco a pouco, nos manuais e currículos universitários.³⁵⁸

Wölfflin estabeleceu uma construção ideal da Renascença, definida pela centralidade através de elementos como a cúpula e a noção de unidade perfeita e homogênea do templo, com todas as partes em equilíbrio.³⁵⁹ Diferente dos padrões clássicos, baseados em elementos claros e simples, na independência das partes e na plena posse de seus poderes, o Barroco representaria a esperança no devir, a dinâmica nas composições e a captação dos sentimentos e sofrimentos expostos em extrema violência.³⁶⁰ Em sua série de pesquisas, Wölfflin estabeleceu alguns conceitos básicos e formais para se distinguir o Barroco do clássico, como: o pictórico e o ótico em oposição ao linear, seguindo de um desprezo da linha; o profundo em oposição ao superficial esboçado através de planos ou camadas; a forma aberta e livre, em detrimento da forma fechada do conjunto clássico; o todo unitário na formação da obra; a concepção de um conjunto completo em oposição à autonomia dos componentes clássicos e, por fim, a claridade relativa e o jogo de claro e escuro em oposição à claridade absoluta dos objetos.³⁶¹

Apesar de certos padrões formais, o Barroco se manifestara de formas gritantemente distintas de um lugar a outro, sendo muitas vezes conflituoso caracterizar elos em comum para denominá-lo como tal, o que pode ser visto como uma justificativa para garantir a influência das questões sociais, assim como as especificidades em relação aos

³⁵⁷ ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e ornamentação*. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

³⁵⁸ ÁVILA, Affonso. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984, p. 3.

³⁵⁹ WÖLFFLIN, Heinrich. *Renaissance e Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

³⁶⁰ BAZIN. *Barroco e Rococó*.

³⁶¹ WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. Trad. João Azenha Júnior. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 12.

materiais, técnicas e artistas na análise das manifestações artísticas.³⁶² Dessa forma, legitimamos a necessidade de relacionar os estilos artísticos aos contextos em que eles estão inseridos, não construindo apenas análises formalistas, mas também reconhecendo a existência da estrutura maior que se tornou o Barroco, ultrapassando o estilo para alcançar uma questão espiritual, cultural e filosófica. Além de considerar o contexto envolvido, ao propor a análise no âmbito das artes e da arquitetura, principalmente no que tange à temática religiosa, se torna necessária a construção de um percurso com um breve retorno a outros estilos para a compreensão da modificação do pensamento, e como este se materializou na edificação dos templos. Em seguida, discutiremos as questões que caracterizaram a formação de uma cultura do barroco em todos os âmbitos da vida social a partir das análises de José Antônio Maravall e Adalgisa Arantes Campos.

Do estilo à cultura através da persuasão na arquitetura religiosa

Com um sistema estruturado pela religião e pela escolástica, o Gótico (aproximadamente entre os sécs. XII-XVI, dependendo da localidade) foi um estilo que representava uma hierarquização do universo definido através de verdades que deveriam ser aceitas e nunca questionadas. O artista e a arquitetura se subordinavam a este sistema. O Renascimento (aproximadamente entre os sécs. XIV-XVII, dependendo da localidade) não abandonara a ideia de cosmos, ordenado segundo leis divinas às quais se ajustava o homem. Sua arte seria a *mimesis* do universo. Junto ao humanismo se estabelecia certa liberdade criativa pautada no livre trabalho da razão através do artista, uma visão de racionalidade geométrica, unificada e antropocêntrica, não mais influenciada pela escolástica. Exemplos na arquitetura são as plantas centralizadas e a cúpula, que garantem maior centralidade ao papel do homem. As postulações do Renascimento foram postas em suspenso junto às verdades religiosas tradicionais durante o século XVI, período em que o homem começava a se ver em meio aos conflitos, incertezas e alienações, não encontrando referência para sua situação no mundo.³⁶³ A partir da cosmovisão científica com a descoberta de Copérnico e sua teoria de que a Terra se desloca em torno do Sol, ocorreria a mudança da visão do homem como centro do universo. As concepções religiosas medievais de uma antiga realidade cristã dualista, assim como a visão antropocêntrica, já

³⁶² HAUSER, Arnold. Renascença, Maneirismo e Barroco. In: _____. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. Martins Fontes, 2010.

³⁶³ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.

não correspondiam às novas ideias de uma consciência cósmica. Vista como melhor maneira de compreender e representar a realidade, a arte do século XVII se diferenciaria da concepção dos séculos anteriores frente aos avanços científicos e intelectuais.

Com o fim da Idade Média a história da Europa Ocidental teria se tornado uma história de crise, intercalada por períodos brandos, mas sempre marcada por miséria, sofrimento e conflitos. A Renascença corresponderia a um período de intervalo brando em meio à instabilidade, por isso o Maneirismo³⁶⁴ (séc. XVI) apareceria com uma mentalidade de crise tão forte, que não buscaria a representação de paz, beleza e equilíbrio dos ideais clássicos. Ao mesmo tempo em que retornava às questões religiosas, deixadas de lado pelos renascentistas, o Maneirismo abria espaço para as inovações científicas. A crise da Renascença estava intrinsecamente ligada à crise do humanismo, pois a fé no homem ruíra novamente. O otimismo humanista calcado no equilíbrio da fé, da moral e da justiça cairia por terra. O grande drama renascentista foi retornar aos ideais clássicos pautados na objetividade dos antigos, mesmo vivenciando as contribuições medievais, tendo o homem se tornado um ser espiritualizado e crente nas questões *post-mortem*.³⁶⁵

Poderíamos dizer que o sistema fechado e hierarquizado pela escolástica e pela religião sofrera um abalo e fora substituído, no Renascimento, por um sistema ordenado pela racionalidade antropocêntrica e geométrica. As divisões religiosas e as mudanças nas concepções científicas, filosóficas e políticas acabaram por desintegrar um mundo unificado e absoluto e povoaram o homem de dúvidas, conflitos e de um sentimento de alienação frente a este mundo. A arquitetura maneirista é expressão dele. O Barroco será a expressão de um homem que busca a segurança perdida e parte para a criação de um novo sistema, uma nova ordem segura e absoluta que lhe sirva como fonte de certezas e substitua o cosmos perdido.³⁶⁶

A materialização dessa atmosfera tensa na estética apareceria como uma perda da busca pelo belo, pela perfeição e pelo universal, assim como pela perda da segurança da intelectualidade do homem. Os questionamentos representados pela arte maneirista abrem espaço para o Barroco como possível representante da resolução desses problemas.

³⁶⁴O Maneirismo, de acordo com Brandão, foi o estilo pautado em algumas características estilísticas básicas, como o anti-naturalismo; a tensão; o contraste; a presença de um espaço mais dinâmico e heterogêneo que o renascentista; a recuperação da longitudinalidade, como por exemplo, o caminho no interior das suas igrejas e cidades; a desintegração dos padrões clássicos e racionais; o mergulho na alma humana; e a alienação do homem sendo recuperada através da busca de si.

³⁶⁵ HAUSER, Arnold. *Maneirismo*. Trad. J. Guinsburg e Magda França. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

³⁶⁶ BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*, 112-113.

Guardadas as proporções das especificidades de cada localidade, o Barroco inovaria com ideais de inventividade, genialidade e autonomia, alcançando ainda a segurança abalada pelos conflitos maneiristas. A arte e arquitetura barrocas trouxeram inovações que melhor se adaptavam aos objetivos das monarquias absolutistas e dos reformismos religiosos, garantindo maior visibilidade para os reis e o clero.³⁶⁷ Destacaremos aqui algumas características da arquitetura religiosa católica, a fim de mostrar como o estilo dialogava com o imaginário e a cultura. A construção das igrejas não se limitava a elas mesmas, teria profunda relação com os entornos e o ideal de uma cidade barroca³⁶⁸. Diferente do Maneirismo, que buscara o isolamento do interior da igreja, a primeira igreja barroca, a II Gesù em Roma, obra de Vignola e Giacomo della Porta, já buscava a comunicação com o espaço externo através de sua fachada. A II Gesù foi construída pela Companhia de Jesus, rompendo com as naves laterais e estabelecendo a nave única para que os fiéis unidos formassem um grande aglomerado, sendo que, desde a entrada estariam frente ao altar-mor. O sentido de “caminho para a redenção” veio das antigas basílicas paleocristãs. O retorno às longas naves longitudinais e a perda da centralidade retomara a noção de caminho a ser percorrido até o sagrado, aderindo também maior número de fiéis. Sendo assim, havia uma meta a ser alcançada: a fachada e sua porta, o caminho da nave e o apogeu do altar e da cúpula, demonstrando um efeito de persuasão. A visão persuasiva exige espaços amplos e altos em que o fiel seja absorvido por seu conteúdo artístico. A construção monumental se difere do espaço interior da renascença, planejado de forma calculada para que o homem o domine e o preencha. Efeitos de luz e perspectiva foram utilizados no Barroco como artifícios de persuasão, foram propostas de expansão da

³⁶⁷ VENTURI, Lionello. O Período Barroco. In: _____. *História da Crítica de Arte*. Lisboa: Edições 70, 2002.

³⁶⁸ A partir de meados do século XVI a Igreja procurou atingir as massas de fiéis buscando-os fora da igreja, e a primeira atitude dos padres da Reforma Católica foi a reconstrução de Roma. As igrejas barrocas passam a ser projetadas em relação a um eixo que as integra no ambiente urbano, formando um projeto de cidade barroca, como ‘cidade santa’ em que inúmeras igrejas formam uma grande composição do catolicismo dominante. O discurso persuasivo visava à exaltação do poder e dos dogmas da Igreja renovada, por isso a intensa proliferação e monumentalidade das construções religiosas que estruturaram as cidades barrocas, sendo avistados de todos os lugares. A igreja assumiria o papel de protagonista no grande cenário teatral das cidades, conectando todo o tecido urbano e se destacando com suas altas torres visíveis por todos os ângulos, além do desenvolvimento da sensibilidade pela expectativa, tensão e surpresa. A partir da perspectiva de uma rua, o olhar seria encaminhado à amplitude de uma praça, à aparição de um monumento e, em especial, à proliferação de igrejas. A fachada representava o sentido monumental do edifício, ainda que modesto, porque uma igreja é sempre um monumento enquanto instituição. Ela deve se distinguir das outras casas em dimensão, plástica e volume, além de contrapor o espaço aberto e luminoso de fora ao espaço fechado e penumbroso do interior. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004; BAETA, Rodrigo Espinha. Crise, persuasão e o universo cultural do barroco. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 18, n. 22, set. 2011.

percepção visual do espectador. As naves longitudinais das igrejas católicas deveriam permanecer escuras propondo uma alusão ao espaço terreno, em contrapartida, a representação do sagrado seria iluminada. As igrejas se engrandecem e se reestruturam, pois são construídas intencionalmente para o culto de massa.³⁶⁹

A Cultura do Barroco

José Antônio Maravall inovaria ao construir sua análise do Barroco para além de um conceito estilístico, e o abordara a partir das influências sociais dos contextos de crise e instabilidade na Espanha.³⁷⁰ A partir da política, sociedade, economia e religião, estabeleceria o conceito de cultura do barroco para a Espanha, mas consideraria seu desenvolvimento para diferentes países da Europa e também para suas colônias além-mar. Guerra dos Trinta Anos, saques, pestes, fome, crises demográficas, instabilidades, conflitos sociais e revoltas urbanas e camponesas são alguns dos aspectos responsáveis pela instabilidade e insegurança do século XVII na Europa. O cenário de crise ainda seria complementado por conflitos políticos e pelas constantes perseguições religiosas. Fontes de respostas e possíveis soluções, Igreja e Estado tomariam para si a responsabilidade do controle social. Portanto, concomitante à crise se desenvolve o Barroco, enquanto estilo e cultura, posteriormente utilizado como mecanismo de expressão e representação do poder absolutista e da Igreja.

A partir da análise de uma cosmovisão, Maravall caracterizou o homem barroco a partir de alguns aspectos como pessimismo, desordem, tristeza, existência sombria e inquietação. Em uma sociedade desenganada, vivendo em meio ao caos enquanto alguns se encontram em meio ao luxo, o Barroco visa também à denúncia dos defeitos do ser humano, vivendo entre o egoísmo e a depravação. O mundo barroco se cerca, portanto, de desconfiança frente aos sentimentos de violência, agressividade, inveja e crueldade. Tais questões podem ser visualizadas na expressão artística. “O tremorismo, a violência, a crueldade, que com tanta frequência se manifestam nas obras do Barroco, decorrem dessa raiz de concepção pessimista do homem e do mundo [...]”³⁷¹ Quanto ao Estado Absolutista, é possível observar no caso espanhol uma pedagogia da violência. A atração pela violência, pela morte e pelo macabro pode se relacionar às repressões e à severidade da

³⁶⁹ BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*.

³⁷⁰ MARAVALL, José Antônio. *A Cultura do Barroco. Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

³⁷¹ MARAVALL. *A Cultura do Barroco*, p. 265.

vida em meio ao absolutismo monárquico e à intolerância religiosa. O século XVII provavelmente não foi o período de maior violência em comparação às épocas anteriores, mas foi perceptível a consciência de violência na sociedade, inspirando também a própria estética barroca. Temáticas como o interesse pela morte e pelo macabro foram comuns na Europa, não se fixando com tamanho fôlego no Brasil, segundo Adalgisa Arantes Campos.³⁷²

Em contrapartida, as festas também receberam atenção privilegiada na sociedade barroca, mas se distanciaram da concepção renascentista baseada no prazer da vida, visto que a festa barroca se encontra em meio à solução da tristeza e à crise. Em meio aos conflitos e tensões, o Barroco aparecera como uma solução, pois objetivava o alívio do sofrimento. Assim também eram as festas religiosas, procissões e peregrinações, e se percebe neste período o poder de atração por meio das festividades. As procissões também possuíam caráter massivo e ostentoso, consagrando os santos de devoção e a hierarquia das irmandades. O teatro, enquanto espetáculo, também era visto como um artifício, pois além de atender aos gostos dos reis e governantes, as representações cênicas serviam como recurso psicológico de atração e distração da população. Tais recursos não eliminam o azedume, a melancolia, o desengano e o pessimismo do período.³⁷³

A sociedade do século XVII vivia envolta às questões da Reforma Católica, em meio ao fortalecimento da autoridade papal e à expansão da Companhia de Jesus. A mentalidade barroca se formaria baseada em formas irrationais e exaltadas quanto às crenças religiosas e práticas políticas autoritárias. A Reforma Católica em si não era responsável por direcionar os aspectos religiosos da cultura barroca, sendo esta influenciada pelo conjunto de fatores eclesiásticos da época. O Barroco foi utilizado como uma atitude reacionária por parte da Igreja Católica e do Estado através da busca pela afirmação de seus respectivos poderes. A pompa e a dramaticidade foram seus elementos de persuasão, eficazes no que diz respeito à permanência dos fiéis na Igreja Católica em meio à ameaça protestante, como também à legitimação do poderio por parte dos reis.³⁷⁴ A

³⁷²CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

³⁷³MARAVALL. *A Cultura do Barroco*.

³⁷⁴No decorrer da Reforma Católica, a Igreja reavaliou seu próprio programa e finalidade, não devendo ser considerada apenas uma reação à Reforma Protestante. Além disso, Segundo Argan, não foi a situação religiosa da Reforma Católica ou o absolutismo que moldaram a forma persuasória da arte barroca, mas a persuasão existente no barroco é que pôde ser utilizada para inúmeros fins posteriores.

partir da Reforma Católica se desenvolveram questões que foram discutidas no Concílio de Trento (1545-1563), e mesmo não sendo especialistas em questões artísticas, seus componentes sabiam da importância da arte dentro da Igreja Católica, mesmo que a iconografia e o controle artístico não fossem o objetivo principal das atitudes reformistas. Em relação às postulações expostas em Trento, posteriormente a Igreja Católica criou reinterpretações para os decretos, como, por exemplo, no lugar da moderação na produção e inovação das obras se observou a proliferação de novas imagens. Vale ressaltar ainda que as modificações presentes nas diretrizes do Concílio por parte da Igreja refletem mais sua posição frente às necessidades das massas do que uma imposição feita a partir dessa Igreja. Portanto, em relação às artes, é impossível propor que após o Concílio se estabeleceram preceitos ou uma unidade para a expressão artística. Tal fato não limita também a possibilidade de conexões entre a arte e a fé, apenas elimina uma forma de expressão artística nascida após as ponderações de um novo catolicismo em Trento. Com o Barroco a arte religiosa católica assume um caráter oficial, e pode ser vista como uma expressão artística posterior ao Concílio e influenciada por ele através de suas reinterpretações.³⁷⁵

A bifurcação da religião se apresentava como a grande questão do período, pois além de optar por uma religião, o homem também optaria por uma forma de comportamento. A Igreja Católica recorria então à legitimação da demonstração visual dos fatos da própria história, e ainda enfatizou o caráter espetacular do rito e do culto. A propaganda e a persuasão foram os instrumentos utilizados para atingir os fiéis, pois a sensibilidade das imagens seria a forma mais eficaz para o entendimento generalizado, enquanto o Estado atuaria da mesma forma através do absolutismo monárquico, conservando uma hierarquia social. O objetivo na exaltação da iconografia religiosa era mostrar que qualquer um poderia se tornar santo vivendo de forma devota e cumprindo os deveres sociais.³⁷⁶ Como foi exposto acima, a composição e estruturação das igrejas colaboravam com um imaginário próprio: um discurso exposto pelo caminho para a salvação a ser percorrido pelo fiel; a persuasão estaria presente no modelo de igreja longitudinal, na nave única para a melhor agremiação dos fiéis, no ápice a ser alcançado pelos altares e no que seria encontrado lá, ou seja, os exemplos a serem seguidos. O envolvimento das massas ocorreria no dever de ouvir missa, de ir à igreja e buscar a

³⁷⁵ FRANCSTEL, Pierre. A Contra-Reforma e as Artes na Itália no fim do século XVI. In: _____. *A realidade Figurativa*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³⁷⁶ ARGAN. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*.

salvação. Todo o templo, seus retábulos, o sepultamento, o altar-mor, os degraus para a salvação, os sermões, a música, a acústica, as festividades, o cotidiano e a educação religiosa compunham o imaginário e a cultura barroca do período.³⁷⁷

Dentre outras preocupações da Igreja Católica e do Estado estava a catequização dos pagãos e dos povos dos continentes recém-povoados. Maravall observou que a cultura barroca se desenvolveria em diferentes localidades, em diferentes períodos e das mais diversas maneiras, não sendo uma característica exclusiva da Espanha ou do mundo europeu. Sendo assim, reconheceu a influência do desenvolvimento cultural do Barroco para a América com o decorrer da colonização. Muito além de uma transposição, as novas condições encontradas no Novo Mundo levaram à ampliação e transformação do Barroco.³⁷⁸ É preciso levar em consideração que a colonização traz consigo certas tensões, como a ocupação de um espaço já habitado, novas condições geográficas e a interação entre diferentes culturas com distintas religiosidades, e a partir disso, a imposição da hierarquização social.³⁷⁹

No Brasil, as diretrizes da Igreja, da Reforma Católica e do Concílio de Trento seriam expostas a partir das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707. Concomitantemente o Barroco auxiliaria com a manutenção da doutrina religiosa, caracterizando uma cultura barroca formada pela exteriorização do conjunto de comportamentos e práticas de uma sociedade movida por questões hierárquicas e devocionais. Ao pesquisar as irmandades³⁸⁰ em Minas Gerais, Adalgisa Arantes Campos abordara sua inserção no contexto cultural barroco, mesmo no período em que arte e arquitetura já se destinavam à linguagem do Rococó. Elas eram as incentivadoras da inserção do devoto ao sistema, tanto nos sentidos político e hierárquico quanto religioso e

³⁷⁷ BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*.

³⁷⁸ MARAVALL. *A Cultura do Barroco*.

³⁷⁹ BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na Formação Americana*. 1^aed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

³⁸⁰Desde a Idade Média as agremiações possuíam um papel complementar à Igreja, baseadas em caridade e assistencialismo. Da mesma forma como as corporações de ofício demonstravam uma forma de associação por interesses profissionais, as irmandades e as Casas de Misericórdia representavam as associações espiritualizadas, assistenciais e com interesses de solidariedade grupal em meio à religião e à realidade social de seus membros. As irmandades surgiram em Portugal desde o século XI sob a forma de hospedarias de rota de peregrinação, seja se autofinanciando ou financiadas pela Coroa Portuguesa. Com a colonização das terras recém-povoadas, a Coroa se preocuparia com o papel desempenhado pelas irmandades em suas colônias. Na região mineradora, em especial, a vida religiosa passaria a ser guiada de forma diferenciada pelas associações leigas através do clero secular. Cf. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

católico. Dessa forma, a autora analisou as práticas devocionais a partir das postulações tridentinas incorporadas no Brasil através das *Constituições Primeiras*, legitimando a importância do Concílio nas normas da Igreja e no cotidiano dos fiéis. Ao propor a compreensão da mentalidade e valores religiosos em Minas, desenvolveu o conceito de cultura barroca em relação às práticas e às representações analisadas, unindo as diretrizes da Igreja às adaptações dos grupos em interação. A imposição religiosa como meio de controle social por parte da Igreja e Estado levariam aos mecanismos de negociação durante a interação de diferentes culturas.³⁸¹

A colonização criou a possibilidade do convívio intercultural entre populações as mais variadas, contudo assentando como modelo a cultura barroca, cujos valores espirituais tiveram grande longevidade na Capitania e posteriormente Província de Minas Gerais, persistindo mesmo quando se praticava a gramática do Rococó (1760-1840). Não obstante a sua transformação e profundo dinamismo, esse sistema de vida durou nas Minas até meados dos Oitocentos. É a visão de mundo barroca que se impõe nas Gerais, convivendo com, mas também desarticulando as culturas pagãs autóctones e africanas.³⁸²

Para alcançar a compreensão de uma visão de mundo barroca, Campos analisa o papel da iconografia, das missas, dos ofícios, das procissões, dos sepultamentos e dos testamentos. Observou-se a grande importância das missas realizadas em função dos vivos e dos mortos, demonstrando a misericórdia espiritual em relação às almas. O envolvimento espiritual da família, amigos e comunidade confrarial eram considerados de suma importância para a purificação da alma do devoto morto, pois se supunha que os santos se sensibilizariam com os apelos dos que rezavam com amor, o que facilitaria sua estada no Purgatório. As irmandades também tinham como função a assistência frente às doenças dos membros e à “economia das almas”, como a quantidade de missas oferecidas a cada irmão morto e os lugares ocupados no sepultamento. A religiosidade se caracterizaria pela mentalidade dependente do julgamento particular, sendo comum o arrependimento e a reparação da vida mundana, visto que o gesto piedoso em caso de morte garantiria a salvação. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, os fiéis estariam envolvidos por um imaginário próprio que moldaria suas ações durante a vida e suas preocupações perante a morte. A cultura barroca se caracterizaria, portanto, pela grande

³⁸¹CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: Culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2013.

³⁸²_____. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório*, p. 19.

sensibilidade e dramaticidade na exteriorização dos sentimentos e das visões dos fiéis em seu cotidiano.

Considerações finais

Introdutório para qualquer análise da cultura barroca, a obra de Maravall é um material rico para pensar as possíveis heranças europeias, e em especial, da constituição do Barroco nos países ibéricos. Estudos recentes começam a revisitá-la a temática absolutista e o Antigo Regime nos trópicos, por isso novas discussões precisam ser feitas. Para quem busca a compreensão da cultura barroca no Brasil, principalmente em Minas Gerais, vale destacar ainda a parada obrigatória no estudo das irmandades. É preciso entender a cultura barroca não apenas na atitude da Igreja e do Estado Absolutista, mas na resposta dos que compartilhavam tal cultura, na forma como se expressavam e exteriorizavam suas crenças. O percurso deve partir dos grupos sociais para uma análise mais abrangente da sociedade. As irmandades podem ser vistas enquanto meio de controle político e religioso, na manutenção das hierarquias das diferentes camadas sociais que exaltavam sua posição, como em Boschi³⁸³, mas também como locais de autonomias, interação, sociabilidade e estratégias.³⁸⁴ Além das contribuições de Campos³⁸⁵, há uma série de estudos que legitimam a utilização das *Constituições Primeiras* em Minas, mas há a necessidade do cruzamento de diferentes documentações, como visitas pastorais, relatórios e testemunhos que mostrem as visões sobre a religiosidade praticada, expressando como a própria sociedade estava se entendendo em meio às ordens e à desordem. Devemos levar em consideração tanto as normas quanto documentações que nos mostrem sua recepção. Além disso, é preciso ter em vista as ideias de crise e conflito em Minas, como entre os que questionavam o Estado, a Igreja e os dogmas em defesa da razão, neste caso vale lembrar também as documentações inquisitoriais. A partir da elaboração de uma rede com essas diferentes documentações, novas contribuições serão possíveis para a análise da cultura barroca no contexto colonial mineiro.

³⁸³ BOSCHI. *Os Leigos e o Poder*.

³⁸⁴ BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Dervoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

³⁸⁵ CAMPOS. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório*.

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos

Doutora em História

Professora de História da UFMG

vanijacobina@gmail.com

Mariana Rabêlo de Farias

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Bolsista de Iniciação Científica

PIBIC/CNPq.

mariana.rabelofarias@gmail.com

RESUMO: Neste paper serão apresentados dados do levantamento de acervos em marfim e sua documentação em algumas instituições mineiras. Os levantamentos foram realizados em fundos arquivísticos correspondentes a órgãos governamentais destinados a preservação do patrimônio cultural, bem como de arquivos eclesiásticos. Os objetivos dessa parte do trabalho se concentraram no levantamento da historiografia brasileira sobre marfim e catalogação de acervos em marfim de Minas Gerais. A partir desse trabalho preliminar de catalogação descreveu-se a tipologia, bem como foram identificadas a localização das peças e a atual posse das peças no Estado

PALAVRAS-CAHVES: Comércio Atlântico, Acervos em Marfim, Minas Gerais.

Apresentação

O comércio atlântico português na era mercantil produziu uma vasta cultura material a partir do contato entre distintas culturas. O resultado de um processo de longa duração de intercâmbio de mercadorias, tecnologias e mentalidades pode ser percebido por meio da construção de uma cultura multifacetada, originada dessa malha de relações. Os acervos em marfim no Brasil, com recorte em Minas Gerais, pouco estudados e com escassa documentação de procedência ou origem, é o objeto da pesquisa apresentada, a qual faz parte do projeto *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.³⁸⁶ Essa produção, independente de se tratar de artefatos de teor ritual ou laico, é abordada por meio de seus aspectos materiais e documentais.

³⁸⁶ Projeto coordenado pelos professores Peter Mark (Universidade de Lisboa and Wesleyan University) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais). Também integra esse amplo projeto, uma

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

O projeto geral visa alcançar três objetivos: 1) levantamento dos acervos em marfim e sua documentação nas instituições mineiras; 2) análise nos inventários e testamentos de Minas Gerais sobre a cultura material em marfim, considerando a circulação de objetos, usos, constituição de gostos e de gestos que lhes atribuíram valores e justificaram sua procura, seu comércio e sua ostentação; e 3) o estudo material, por meio da História da Arte Técnica, voltado à tecnologia de construção dos artefatos. Na primeira fase da nossa investigação, foi dedicada atenção especial ao levantamento dos acervos em Minas e análise preliminar desta documentação, no que se refere à localização e posse das peças.

Levantamento da produção historiográfica sobre Marfins no Brasil

A circulação do marfim era parte do sistema-mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental, ocorrendo em momentos diferentes no Brasil e em Portugal. A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV. A circulação do marfim no Reino estava diretamente ligada à expansão do mundo atlântico e pautada na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa: Mais tarde chegaram também a Portugal marfins produzidos no oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala³⁸⁷.

Jose Horta e Luis Urbano estudaram a entrada de peças de marfim em Lisboa, por meio dos “poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 150, (onde) encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos”³⁸⁸. Os referidos autores assinalam que o marfim africano esculpido se apresentou de diversas maneiras, tais como em colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça com fauna claramente de raiz europeia, “sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajaezados

proposta de convênio internacional “A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Atlântico entre os séculos XV e XIX”, desenvolvida entre a UFMG e a Universidade de Lisboa, tendo como coordenadores respectivos Vaniléia Silva Santos e José da Silva Horta

³⁸⁷ AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Portugal, n. 1, p. 20, 2013, p. 21.

³⁸⁸ _____ Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

que apóiam os caçadores”³⁸⁹. Ou seja, havia uma produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, as quais eram confeccionadas provavelmente sob encomenda aos mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa que circulavam no continente africano.

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada a produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa, como afirma Rafael Moreira: “nesta terra se fazem as mais sotis colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhua outra parte.”³⁹⁰ levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças.

Embora as pesquisas acerca dos marfins africanos já estejam em patamares mais elevados em Portugal, é importante ressaltar que no Brasil, esses trabalhos estão sendo apenas iniciados. Não se sabe quando começaram a ser importadas peças em marfim para o Brasil, qual o público interessado, quem intermediava esse tipo de comércio e etc. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Jorge Lúcio Matos Silva é o único trabalho acadêmico que aborda a história do marfim no Brasil. O autor pesquisou os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, e direcionou a análise para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para “a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente”³⁹¹.

Com exceção da referida monografia, os demais trabalhos são catálogos de exposições artísticas, realizadas a partir de importantes acervos museológicos de três cidades do Brasil - Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.³⁹² As coleções de imaginária em

³⁸⁹ _____ Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

³⁹⁰ MOREIRA, Rafael. PEDRO E JORGE REINEL (AT.1504-60), DOIS CARTÓGRAFOS NEGROS NA CÓRTE DE D. MANUEL DE PORTUGAL (1495-1521). Lisboa: 2010. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2015.

³⁹¹ SILVA, Jorge Lúcio Matos. *Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, p. 12.

³⁹² Nesse sentido ver os trabalhos de MALTA, Marize; NETO, Maria João. *Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil*. SANTOS, Lucila. *A sagrada do Marfim*. Museu Histórico Nacional – Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

marfim no Brasil, em sua grande maioria estão sob posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou até mesmo em coleções particulares. A Coleção Souza Lima, por exemplo, conta com cerca de 572 esculturas, foi adquirida entre 1919 e 1930, pelo empresário José Luiz de Souza Lima. Nos anos 1940 as peças do colecionador foram compradas pelo governo federal e integradas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro ³⁹³.

Nesse sentido, Yacy-Ara Froner analisou a Coleção de Mário de Andrade, composta por marfins de arte luso-afro-oriental. A historiografia brasileira referente à presença dos marfins nas artes sacras coloniais aponta para a convergência de um ponto comum. A maioria dos pesquisadores afirma que as peças que compõem essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China, respectivamente, Goa e Macau. No Maranhão, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídas ao oriente. Mas não há, ainda, um estudo sistematizado das peças existentes nas coleções privadas, bem com das igrejas e dos museus.

Análise do material coletado

Apresentaremos algumas considerações preliminares acerca do material catalogado nos arquivos/acervos pesquisados, no que se refere à localização e posse das peças.

Os acervos de Minas Gerais

Com o intuito de realizar a localização de peças em marfim e a posse atual de tais artefatos, iniciamos a pesquisa com os dados disponibilizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) e pela Gerência de Identificação (GID). O banco de dados que acessamos foi o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG),

IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. FERREIRA, Reinaldo. *O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro*: CCBB, 1993. FARIA, Patrícia Souza de. *A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. BATISTA. Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano* -série “Uspiana Brasil 500 anos”. São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004.

³⁹³ FRONER, Yacy-Ara. Acervos em marfim: trânsitos, cultura, estética e materialidade. In: *Formas Imagens Sons. O universo cultural da obra de arte*. MELLO, Magno Moraes (org.). Disponível em <<http://heema.org/wp-content/uploads/2014/12/SEMIN%C3%81RIO-ARTE-BELO-HORIZONTE>>

Acesso em: 30 abr. 2015, p. 129.

disponível para consulta local, na sede do IPEHA/MG.³⁹⁴ O IPAC³⁹⁵ é uma ferramenta focada na identificação dos acervos culturais no nível estadual, abrangendo todos os oitocentos e cinquenta e três municípios de Minas Gerais.³⁹⁶ As bases de informação estão divididas em eixos temáticos, relacionados com município e com a categoria do bem cultural (materiais e imateriais)³⁹⁷.

O acervo dos bens analisados inventariados pelo IPAC corresponde a apenas sessenta e três municípios de Minas Gerais.³⁹⁸ Os dados estão divididos em três tipos de bens: integrados, estruturas arquitetônicas urbanísticas e móveis, sendo os marfins parte desse tipo. Como a maioria dos acervos pesquisados na base de dados IPAC/ IEPHA é de natureza eclesiástica, os descritores utilizados na pesquisa foram: marfim, osso, oratório, piano, harmônio,³⁹⁹ teclado, crucifixo, dentição, retábulo e instrumento musical.

A segunda etapa da investigação foi realizada nos acervos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional Minas Gerais), por meio do Centro de Documentação e Informação. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do IPHAN/ MG.⁴⁰⁰ Os inventários consultados correspondem a vinte e nove municípios de Minas Gerais,⁴⁰¹ sendo que a pesquisa foi realizada primordialmente em livros de

³⁹⁴ Localizado na Rua dos Aimorés, 1697 - Lourdes, Belo Horizonte – MG.

³⁹⁵ IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. *Plano Estadual de Inventário de Minas Gerais*. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/noticias/2009/ipac.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2015.

³⁹⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Minas Gerais possui 853 municípios. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Minas Gerais*. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

³⁹⁷ Bem Cultural de natureza material (tangível) - sítios urbanos, estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens integrados, bens móveis, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais. Bem Cultural de natureza imaterial (intangíveis) – festas, danças, celebrações, modos de fazer, saberes e ofícios.

³⁹⁸ Alvorada de Minas, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Bocaiuva, Caeté, Campanha, Carangola, Catas Altas, Caxambu, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Contagem, Couto de Magalhães, Diamantina/ Biribiri, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Itacambira, Itacarambi, Itanhandu, Januária, Jequitibá, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Minas Novas, Moema, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Branco/ Itatiaia, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Piranga, Pitangui, Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João das Missões, São Francisco, São Tomé das Letras, Serro, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano.

³⁹⁹ Harmônio é um instrumento musical dotado de tecla, fole e palhetas. Assemelha-se ao órgão e ao piano.

⁴⁰⁰ Rua Januária, 130 – Floresta, Belo Horizonte – MG.

⁴⁰¹ Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabará, Santa Bárbara, Serro, São João del Rei, Paracatu, Tiradentes, Uberaba.

inventários de acervos móveis e integrados de igrejas e capelas, contando com apenas um sobrado em Barbacena e o Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte.⁴⁰² Para a pesquisa nesse acervo, foram utilizados os mesmos descritores da pesquisa no banco de dados do IPAC/ IEPHA.

Ainda na fase de levantamento de acervos foram pesquisados o Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR) e a reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV), por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa.

Nessa etapa de identificação e catalogação dos acervos institucionais, foram localizadas sessenta e oito peças em marfim. No acervo do IPAC/ IEPHA, foram identificados dezessete objetos.⁴⁰³ Nos inventários do IPHAN/ MG, foram identificadas dezoito peças.⁴⁰⁴ Já no acervo do MRSJDR foram localizados quatro crucifixos⁴⁰⁵, e por fim, vinte e nove artefatos na SUMAV, todos em marfim. De todas as peças identificadas, foi possível identificar a localização de trinta e seis, sendo vinte e quatro peças na região Central do Estado, oito na região do Vale do Jequitinhonha, três na Zona da Mata e uma no Norte de Minas. As peças de procedência desconhecida são do acervo da SUMAV.

Localização e posse das peças em Marfim

A parte relativa à análise da localização e posse das peças identificadas foi realizada a partir da análise geográfica/ espacial dessas cidades. Como apontado, a maioria considerável do acervo catalogado foi identificado em antigas zonas de mineração, erigidas no período colonial. Mariana, Diamantina e São João del Rei, por exemplo, estão localizadas na Região Central do estado, local onde as principais minas de ouro e diamante estavam inseridas. Contudo, os municípios de Chapada do Norte, Itacambira e Minas Novas, estão na Região do Vale do Jequitinhonha, locais onde a atividade de mineração aurífera foi relevante durante o período colonial.

⁴⁰² No Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, foram pesquisadas um total de setenta e uma igrejas nos vinte e nove municípios trabalhados.

⁴⁰³ Nos acervos do IPAC/ IEPHA, foram identificadas peças em marfim nos seguintes municípios de Minas Gerais: Belmiro Braga, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Itacambira, Minas Novas, Pedro Leopoldo, Santo Antônio do Norte, Distrito de Conceição do Mato Dentro.

⁴⁰⁴ Os municípios com peças em marfim identificados nos levantamentos do IPHAN/ MG são: Barbacena, Catas Altas, Diamantina, Mariana, Mariana/ Santa Rita Durão, Sabará, Santa Bárbara / Brumal, Santa Bárbara / Catas Altas e São João del Rei.

⁴⁰⁵ Dos quatro crucifixos identificados no MRSJDR, dois são de procedência desconhecida, e os outros dois são provenientes de Piranga e Minas Novas do Fanado.

Ainda referente às cidades do Vale do Jequitinhonha com peças em marfim, é importante ressaltarmos a questão da localização “privilegiada” em relação ao nordeste da Colônia. Regiões fronteiriças como é o caso desta localidade em questão, eram utilizadas como local de intercâmbio entre pessoas e mercadorias, exercendo a função de entreposto comercial. Neste caso, destaca-se a proximidade com a Bahia, que a época abrigava um dos mais importantes portos da Colônia. Estes fatores reforçam a nossa hipótese de que a circulação de peça em marfim estava diretamente ligada aos pólos urbanos com alta movimentação de pessoas e capital da capitania.

É importante ressaltar que esses itens embora inventariados ou até mesmo tombados junto com a estrutura arquitetônica onde estão inseridas, continuam sob a guarida das igrejas ou da arquidiocese que administram as respectivas paróquias.⁴⁰⁶ Sendo, que trinta e três peças estão em acervos de igrejas; duas em um sobrado na cidade de Barbacena, quatro no Museu Regional de São João Del Rei, e vinte e nove na reserva técnica da SUMAV.

Tipologia

Foram localizadas sessenta e oito peças, sendo que as imaginárias religiosas predominam na classificação das tipologias das peças localizadas. Foram identificadas as seguintes peças nos acervos pesquisados: adaga, bases, caçador de borboletas, cachimbo, calvário, cristo da agonia, crucifixo, espátula, harmônio, híssope, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Pé da Cruz, Nossa Senhora do Rosário, pena (escrita), revólver, Sagrado Coração de Jesus, Santana Mestra, Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista, São Luis Rei da França, Senhor do Bonfim, sinete, terço de Nossa Senhora do Rosário e umbela.

A partir da localização das peças descritas, classificamos em duas categorias – sacras e utensílios. As peças sacras foram subcategorizadas em duas partes: uso litúrgico e devocional. Há um total de sessenta e um itens sacros e oito categorizadas como utensílios.

Dentro do subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente referente à Cristo ou relativos à sua morte, totalizando assim, trinta e sete

⁴⁰⁶ Nota-se que, em muitos dos inventários pesquisados, há descrição sobre as condições de conservação e segurança das peças, porém é sabido que com o passar dos anos, a ausência de ações preventivas contra a infestação de pragas ou até mesmo em decorrência de sujidades causadas pela ação do tempo, colocam a preservação dessas imaginárias em risco.

peças, sendo distribuídos da seguinte forma: um Cristo da Agonia; vinte e nove Crucifixos; cinco Senhores do Bonfim; um Calvário e um Sagrado Coração de Jesus. As imagens marianas são referentes à: Nossa Senhora da Conceição (foram identificadas três imagens), Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestra; e quatro santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luis Rei da França.

As peças não-sacras foram organizadas em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Os utensílios predominaram em adaga, revólver, pena de escrita, cachimbo e espátula (utilizado principalmente para abertura de cartas)⁴⁰⁷. Apenas uma peça de uso decorativo: um caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as peças eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo e em geral, não sabiam ler para usar pena de escrita nem recebiam tantas cartas que precisavam de uma espátula especial para abri-las. O gráfico 1 ilustra a classificação tipológica realizada.

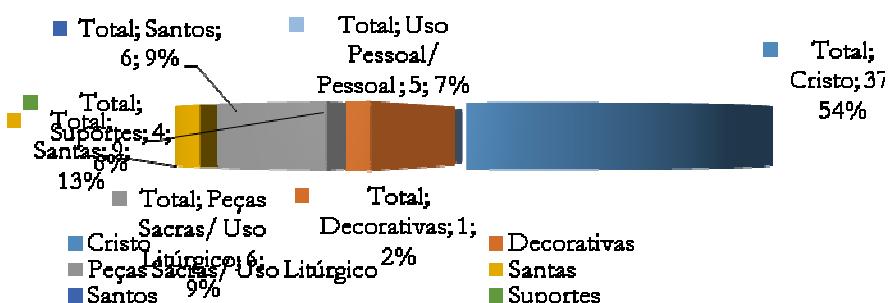


Gráfico 1 - Sub-categoria das peças localizadas nas instituições pesquisadas.
Fonte: Gráfico elaborado a partir do levantamento realizado nos institutos de patrimônio.

Considerações preliminares

A partir do trabalho de levantamento e catalogação das peças em marfim em Minas Gerais, foi feita a descrição da tipologia, da localização e da atual posse das peças. A partir desse trabalho preliminar, pretende-se analisar a origem/produção, tipologia, circulação e posse do marfim ou das peças no século XVIII.

⁴⁰⁷ Conforme descrição da ficha de inventário do IPHAN: espátula de marfim com extremidades arredondadas. Parte superior mais estreita com pintura rocalha, fundo em guilhocê. Parte inferior com pintura retratando a cena de casal vestido a moda do século XVIII, no topo de uma escadaria decorada por rocalhas e elementos fitomorfos e encimada por coluna com vaso de flores e ramos.

As indicações de origem/produção e datação das peças realizadas nos institutos de proteção patrimonial não podem ser tomadas sem fazer uma investigação sobre cada peça. Por meio, da História da Arte Técnica, especificamente, da identificação da matéria-prima, pode-se aventar que há predominância de peças feita com marfim branco e uma minoria em marfim avermelhado, de origem asiática e africana, respectivamente.

Os próximos passos da pesquisa será realizar pesquisas em livros de Tombo, Receitas e Despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças, com o intuito de apreender como os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens terceiras que tinham espaço nas referidas casas religiosas. E por fim, pesquisar nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem*. Essa documentação possibilitará alcançar as seguintes questões: quais as origens dos marfins encontrados nos acervos de Minas Gerais? Como os marfins chegaram a Minas Gerais? Como foram adquiridos, pelas ordens terceiras os objetos sacros em marfim? As peças eram importadas prontas ou o marfim era adquirido in natura e as peças esculpidas pelos artífices locais?

O homem e o mundo: paisagens contemporâneas

Michel Mingote Ferreira de Ázara

Doutor em teoria da literatura e literatura comparada

Universidade Federal de Minas Gerais

michel_mingote@yahoo.com.br

RESUMO: O relato da célebre subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventor, realizado em 1336, é considerado um marco para a teoria da paisagem moderna (ocidental). Vários pesquisadores da paisagem demonstraram como o ato do poeta italiano imperou nas práticas artísticas e no pensamento estético da modernidade. Subir no penhasco e contemplar o espaço ao redor é um ato matricial que funda a paisagística moderna. Ainda que tenha sido um ato ambíguo – uma vez que o poeta, logo depois, baseado nas confissões de Santo Agostinho, denega o seu olhar voltado à natureza – a paisagem, enquanto concepção clássica, já estaria presente na subida de Petrarca ao Monte, uma vez que ela remeteria sempre a um ponto de vista, a um observador que captaria uma porção do espaço do alto de um elevado. No entanto, caberia a seguinte indagação, seria possível pensar a paisagem para além dessa concepção? Para além do ponto de vista de um sujeito? Nesse sentido proporemos, em nosso ensaio, após uma breve explanação a respeito do surgimento da paisagem no ocidente, demonstrar como algumas práticas artísticas contemporâneas, como a literatura e as artes visuais, apontam para novas perspectivas de abordagem do tema. Dessa forma, consideraremos as assemblages da artista francesa Laura Lamiel e a poesia do português Al Berto, em diálogo com a pintura oriental, para pensarmos a respeito de um pensamento-paisagem na contemporaneidade, que implica proximidade, mais do que distanciamento, imersão, imanência, e não uma subjetividade, um olhar soberano que projetaria, do exterior, os elementos paisagísticos. Por fim, pensadores e filósofos como Gilles Deleuze, François Cheng, Jean-Marc Besse e Michel Collot orientarão nossa leitura.

PALAVRAS-CHAVES: Paisagens, Al Berto, Laura Lamiel, arte contemporânea.

A invenção da Paisagem

O relato da célebre subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventor, realizado em 1336, é considerado um marco para a teoria da paisagem moderna (ocidental). Situado no limiar da modernidade, o ato do poeta italiano é paradoxal: ao mesmo tempo que Petrarca teria subido o Monte com o mero intuito de contemplar a paisagem – o que não era comum à época – ao chegar ao cume, o poeta abriria ao acaso as confissões de St. Agostinho, que recriminavam aqueles que se abandonam a si mesmos para admirar as belezas do mundo. No entanto, mesmo que o olhar do poeta ainda fosse marcado pela meditação religiosa, ele teria colocado em evidência um olhar direto sobre o mundo, ou

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

seja, forjado a conquista de um ponto de vista elevado que fundou a experiência paisagística moderna. A vista captada a partir de uma elevação, nesse sentido, engendra um imaginário que se arraigará nas primeiras definições do conceito de paisagem e permeará durante muito tempo o pensamento paisagístico. Assim, a paisagem, enquanto concepção clássica remeteria sempre a um ponto de vista, a um observador que captaria uma porção do espaço do alto de um elevado. Diversos estudiosos da paisagem salientaram este aspecto fundador do olhar de cima de um penhasco, monte ou montanha, que implica não só uma elevação física mas também moral, intelectual⁴⁰⁸. No entanto, o ato matricial de Petrarca nos interessa à medida que nos remete também à constituição do sujeito moderno enquanto centro do universo que lança um olhar soberano em relação à natureza: é o olhar daquele que domina, capta, apreende esta mesma natureza que viria a ser denominada paisagem. Em certo sentido existe uma forma de dominação, é um olhar soberano.

Para o pensamento medieval a natureza era considerada perigosa, assustadora, perturbadora, fonte de pecados. A paisagem medieval está relacionada à filosofia cristã, para a qual a vida terrestre não passa de um breve e miserável episódio da verdadeira vida. Nesse sentido, a sensação e o corpo não são nada, e a expressão do mundo sensível deve ser simbólica: é o triunfo do símbolo sobre a sensação⁴⁰⁹. A visão simbólica considera a natureza, as árvores, as flores, os frutos, não apenas enquanto objetos encantadores, mas também como reflexos do mundo divino.

A questão da pintura de paisagem, seu nascimento e sua configuração, seria formulada no momento em que ela fugiria ao relato, à narrativa, à história, e também ao simbólico (essa torre para significar o poder, essa árvore para significar o campo, esse rochedo escavado para abrigar o eremita) e se colocaria enquanto questão, quando não se trataria mais de ilustração de um relato, de uma passagem bíblica, mas de “mostrar o que se vê”⁴¹⁰.

A paisagem foi aos poucos se impondo até virar o próprio tema da pintura nos países baixos, com os pintores flamengos, no século XVI. O filósofo francês Alain Roger destaca dois elementos necessários à invenção da paisagem ocidental: a laicização dos elementos naturais e a sua organização em um grupo autônomo. Para a função edificante

⁴⁰⁸ cf. *Le Goût du monde : exercices de paysage*. Arles: Actes Sud; École Nationale Supérieure du Paysage, 2009.

⁴⁰⁹ cf. CLARK, Kenneth. *L'Art du Paysage*. Paris: Arléa, 2010.

⁴¹⁰ cf. CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007, p. 81-82.

da obra na Idade Média, a representação naturalista não interessava, sendo que apenas o simbolismo da representação das cenas bíblicas era almejado pelos pintores. Nesse sentido, foi necessária a separação da cena religiosa, do espaço sagrado, para que a paisagem realmente aparecesse, o que teve lugar com o surgimento da perspectiva, que teve um papel decisivo: “instituindo uma verdadeira profundidade, ela coloca à distância os elementos da futura paisagem e, ao mesmo tempo, os laiciza”⁴¹¹.

Conforme a formulação do professor e pesquisador Michel Collot a paisagem é, por definição, um espaço percebido ligado a um ponto de vista, ou melhor, uma extensão de território que se oferece ao olhar de um observador. Além da concepção clássica de paisagem enquanto representação pictórica, o autor também salienta a importância do encontro entre sujeito e mundo para a definição de paisagem: “[a] paisagem como um fenômeno, que não é nem uma pura representação nem uma simples presença, mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista”⁴¹². Ainda de acordo com Michel Collot, a paisagem não se dá somente a ver, mas também a pensar, e é no encontro entre um ponto de vista e o mundo que a paisagem transgrede a oposição entre sujeito e objeto, corpo e espírito, natureza e cultura. A percepção, nesse contexto, aparece como termo mediano e mediador. A paisagem, enquanto fenômeno, enquanto algo que se dá entre o mundo das coisas e a subjetividade humana, instaura um espaço intermediário como alternativa tanto ao caráter cultural da arte quanto ao que é imediatamente dado aos sentidos, ao olhar, ou seja, instaura uma interação que nos convida a pensar de outro modo, um pensamento-paisagem. Nesse movimento, a paisagem implica também um sujeito “que não reside mais em si mesmo, mas se abre ao fora. Ela dá argumentos para uma redefinição da subjetividade humana, não mais como substância autônoma, mas como relação”⁴¹³. Esse sujeito que não habita mais em si, que se abre ao fora, desvela a experiência da paisagem como lugar de uma espécie de “espaçamento do sujeito”, que é “esse movimento pelo qual deixa sua identidade fechada em si mesma para se abrir ao fora, ao mundo e ao outro”⁴¹⁴.

⁴¹¹ ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 2013, p.70. “en instituant une véritable profondeur, elle met à distance ces éléments du futur paysage et, du même coup, les laïcise”.

⁴¹² COLLOT, Michel. *La Pensée-paysage*. Arles: Actes Sud; École Nationale Supérieure du Paysage, 2011, p.18. “Le paysage comme un phénomène, qui n'est ni une pure représentation ni une simple présence, mais le produit de la rencontre entre le monde et un point de vue”.

⁴¹³ _____. *Poética e filosofia da paisagem*. Trad. Ida Alves *et al.* 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013, p. 30.

⁴¹⁴ _____. *Poética e filosofia da paisagem*, p. 31.

Conquanto ressalte o caráter mediador, “fronteiriço”, fenomênico da paisagem, o filósofo francês ainda se deixa prender à noção de ponto de vista, à necessidade de um sujeito que, de certa forma, “sintetiza” e “organiza” a paisagem. Como salientara o autor, a paisagem “é sempre vista por alguém de algum lugar, é por isso que ela tem um horizonte, cujos contornos são definidos por este ponto de vista”⁴¹⁵. A paisagem é um espaço percebido que em última instância remeteria a um sujeito. Ainda que este sujeito não seja encerrado em si mesmo e se constitua enquanto abertura ao fora, ao mundo, ao outro, ele aparece como pressuposto, como um ponto de vista único que atesta o caráter irredutivelmente subjetivo do espaço percebido. O campo que marca essa subjetividade é dado pelo horizonte, que é justamente o traço de união entre a paisagem e o ponto de vista de um sujeito.

Nas artes plásticas, o horizonte, ou melhor, a linha do horizonte marca a posição de um observador: a cena, a paisagem ou o desenho que se inscreve no quadro dependem de um ponto de vista que organiza as relações entre os elementos dispostos no espaço pictórico. Essa concepção de horizonte, tal como considerou Michel Collot, implica na dependência de um sujeito que, em última instância, organizaria e unificaria a cena observada.

Dito isso, caberia a indagação: seria possível pensar a formulação de um conceito de paisagem que não se prenderia a uma “estrutura do horizonte”, ou melhor, que não remeteria a uma subjetividade enquanto instância última que subordinaria o “ser do sensível”, o “fenômeno” paisagem? Seria concebível compreender a condição de possibilidade da percepção para além, ou ainda, aquém de um sujeito constituinte, “intencional”?

O Homem e o mundo

A palavra chinesa que nomeia a paisagem é *Shan-shui*, que significa “montanha-água”, sendo que a água é da natureza do *Yin* e a montanha da natureza do *Yang*, as duas forças fundamentais opostas e complementares que se encontram em todas as coisas, de acordo com o taoísmo. No entanto, essa relação entre montanha e água, é complementada por outra relação essencial, que é aquela que existe entre a terra e o céu. Assim sendo, a terra, de natureza *Yin*, se oporia ao céu, de natureza *Yang*. E nesta relação, o homem

⁴¹⁵ _____. Do Horizonte da Paisagem ao Horizonte dos Poetas. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Manir Miguel (orgs.). *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Niterói: EDUFF, 2010, p. 206.

também se encontra presente, através dos seus liames com a terra, pela dimensão do céu que ele possui e, sobretudo, pelo olhar que ele pousa (o espectador ou o pintor) sobre a paisagem total da qual ele mesmo é parte integrante⁴¹⁶. Dessa forma, a paisagem também é formada pela tríade “homem-terra-céu” cujos elementos se complementam mutuamente.

De acordo com o ensaísta, tradutor e poeta chinês naturalizado francês François Cheng, o pintor visa criar um espaço mediúnico onde o homem se reúne à corrente vital, sendo que, mais do que um objeto a ser visto, um quadro é para ser vivido. A pintura é um microcosmo que recria, à maneira do macrocosmo, um espaço aberto onde a verdadeira vida é possível, ela é animada pelo sopro vital, pelo sopro primordial de onde provém o universo. A perspectiva, no caso da pintura chinesa, difere da perspectiva linear e da sua subordinação a um ponto de vista privilegiado. Ela é uma perspectiva dupla, que cinge o ponto de vista privilegiado:

Diferente da perspectiva linear que supõe um ponto de vista privilegiado e uma linha de fuga, a perspectiva chinesa é qualificada ora de aérea, ora de *cavalière*. Se trata, com efeito, de uma dupla perspectiva. O pintor, em geral, se supõe estar em um elevado, fruindo assim de uma visão global da paisagem (para mostrar a distância entre as coisas submersas em um espaço atmosférico, ele usa contrastes de volume, de forma e de tonalidade); mas ao mesmo tempo, ele parece se mover através do quadro, desposando o ritmo de um espaço dinâmico e contemplando as coisas de longe, de perto e de diferentes lados [...].⁴¹⁷

O pintor não reproduz o aspecto exterior do mundo, ele recria um universo nascido do sopro primordial e do espírito do pintor. O sujeito se projeta ao exterior, e o exterior se torna a paisagem interior do sujeito. A perspectiva dupla rompe com o ponto de vista único e implica a imersão do sujeito (tanto o espectador quanto o pintor) na realidade do quadro. A pintura chinesa cria – diríamos, em consonância com o pensamento do filósofo francês Gilles Deleuze –, um plano de imanência composto por devires, intensidades, singularidades impessoais que se inscrevem nesta abertura a uma experiência

⁴¹⁶ CHENG, François. Vide et plein. *Le language pictural chinois*. Paris : Éditions du Seuil, mai 1991, p. 97-98.

⁴¹⁷ CHENG, François. Vide et plein. *Le language pictural chinois*. Paris : Éditions du Seuil, mai 1991, p. 101. “Différente de la perspective linéaire qui suppose un point de vue privilégié et une ligne de fuite, la perspective chinoise est qualifiée tantôt d'aérienne, tantôt de cavalière. Il s'agit, en effet, d'une double perspective. Le peintre, en général, est censé se tenir sur une hauteur, jouissant ainsi d'une vision globale du paysage (pour montrer la distance entre les choses baignant dans un espace atmosphérique, il use des contrastes de volume, de forme et de tonalité) ; mais en même temps, il semble se mouvoir à travers le tableau, épousant le rythme d'un espace dynamique et contemplant les choses de loin, de près et de différents côtés [...].”

primordial entre o sujeito e o espaço. Configura-se assim uma zona de coalescência entre o interior e o exterior do sujeito, e o olhar não é mais um olhar distanciado, mas aproximado, imanente.

Nesse sentido, o próprio conceito de paisagem também é passível de reelaboração: além do entrelaçamento entre sujeito, espaço e linguagem, a conceituação do termo considerará o devir, a criação de um espaço intersticial entre o sujeito e o espaço em seu entorno, uma zona de indiscernibilidade, de contaminação mútua que acaba por “dissolver” o sujeito:

A paisagem é o espaço do sentir, ou seja, o foco original de todo o encontro com o mundo. Na paisagem, estamos no quadro de uma experiência muda, ‘selvagem’, numa primitividade que precede toda instituição e toda significação. Vê-se que a concepção desenvolvida por Strauss traz uma ruptura com a concepção ‘clássica’ que faz da paisagem uma ‘extensão de território que se pode abarcar num lance de vista’. A paisagem significa participação mais que distanciamento, proximidade mais que elevação, opacidade mais que vista panorâmica. A paisagem, por ser ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas.⁴¹⁸

Existe na experiência da paisagem o engajamento do corpo do sujeito na percepção: aproximar, tocar, sentir o espaço intensamente. É um ato que considera todos os sentidos, que se anora nas sensações mais do que em uma apreensão intelectual, conceitual dos diversos elementos que compõem uma paisagem. Assim, é uma experiência antes de tudo primordial, pré-filosófica, pré-racional. Além disso, a maneira como o personagem é figurado no quadro também demonstra como se trata de outro tipo de percepção do espaço. Nos quadros de pintura de paisagem (*Shan-shui*) da China antiga, o personagem aparece como um elemento entre outros, muitas vezes quase indiscernível em meio à exuberante paisagem⁴¹⁹.

Assemblages: diálogos com a contemporaneidade

⁴¹⁸ BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra*. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.80.

⁴¹⁹ cf. MINGSONG, Geng. *La peinture des paysages de la Chine ancienne*. Champs-sur-Marne, France: Music & Entertainment Books, 2009.

As *assemblages* da artista plástica francesa Laura Lamiel⁴²⁰ nos evocam as pinturas de paisagem chinesa. Na série da artista contemporânea, as colagens criam um espaço desértico cujos personagens (nômades), de maneira semelhante ao *Shan-shui*, estão imersos na paisagem. Esse trabalho, realizado a partir da experiência da artista vivenciada em alguns países africanos como Mali, Marrocos, Tunísia e Egito, é composto de paisagens nômades, cujos títulos nos remetem à imensidão, ao espaço ilimitado e também às mudanças atmosféricas, às estações do ano: “Tempestade”, “Fálesia”, “Travessia”, “Sobre os cimos”, “País Dogon”, “As colinas brancas”, “O canto do deserto”, “Entre a terra e céu”, “Inverno”, “Depois da chuva”, “Brumas”, “Fim-do-dia”, “Silêncio”. As *assemblages* criam uma espécie de “espaço liso”, espaço de experimentação. Como formula Gilles Deleuze, o espaço liso é o espaço do deserto, povoado de singularidades:

O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. [...] É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. [...] o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo.⁴²¹

Povoado por acontecimentos e hecceidades, individuações sem sujeito, o espaço liso implica outro tipo de percepção, que Gilles Deleuze nomeará de “háptica”: “Háptico é um termo melhor do que tátil, pois não opõe dois órgãos dos sentidos, porém deixa supor que o próprio olho pode ter essa função que não é óptica”⁴²². Nesse sentido, o espaço nômade é um espaço aberto, heterogêneo, onde os pontos estão subordinados ao trajeto: ocupa-se o espaço sem medi-lo. Esse espaço de experimentação, mudanças de orientação, variações contínuas, é o espaço pictórico proposto pela artista Laura Lamiel em suas *assemblages*. Em meio ao silêncio do deserto, do alto de um despenhadeiro ou captados durante uma travessia, os personagens figurados nos quadros se assemelham aos monges da pintura da China antiga, imersos na paisagem, eles não possuem o “olhar soberano” daquele que domina o espaço. A perspectiva aqui também pode ser entendida como dupla: não existe um ponto privilegiado para a figuração dos elementos na tela, o espaço liso abole

⁴²⁰ Os quadros da artista que aqui fazemos referência podem ser vistos no seguinte endereço eletrônico: <http://www.galeriesamagra.com/#!lamiel-fr/c1qy6>. Acesso em: 28/05/2015.

⁴²¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O espaço liso e o espaço estriado. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p.185.

⁴²² _____. O espaço liso e o espaço estriado, p. 180.

as fronteiras e instaura um espaço dinâmico, nômade, que implica ora uma visão “aérea” ora uma visão “*cavalière*”, como se o olhar da pintora fosse ao mesmo tempo um olhar distanciado, que capta uma porção do espaço, e aproximado, imerso, imanente. Assim, aqui também não existiria um olhar privilegiado, mas a instauração de um plano de imanência, uma zona de contaminação mútua que engloba os diversos elementos que compõem a paisagem, tanto os humanos quanto os não humanos. Uma zona de indiscernibilidade, de trespassamento de fronteiras, de devires e intensidades.

A paisagem, no trabalho da pintora francesa, também se configura como um espaço mediúnico, que ata o sujeito ao seu entorno. Assim como ocorre na pintura chinesa, a tríade “homem-terra-céu” demonstra a relação de imanência dos elementos que a compõem. Não existe uma relação hierarquizada entre sujeito e paisagem, mas paridade entre todos os seres, univocidade do ser – o ser que se diz em uma só voz.

Viagem de um Português, com uma caneta, em Cévennes

Todas as viagens são o início de um retorno às fontes. um retorno às fontes é o início de todas as viagens. (Tous les voyages sont le début d'un retour aux sources. un retour aux sources est le début de tous les voyages).

Al Berto, *Voyage d'un portugais, avec un stylo, en Cévennes*

O poema de Al Berto, poeta português, intitulado “Viagem de um Português, com uma caneta, em Cévennes” (*Voyage d'un portugais, avec un stylo, en Cévennes*), incorpora, na linguagem, a experiência da transumância, que é o movimento sazonal de pessoas com seus rebanhos da planície para as montanhas e vice-versa. Originário do latim, o termo combina as palavras *trans*, que significa além, ou através, e *humus*, que nos remete a solo, terreno, pastagem. É a passagem de um clima a outro, de uma estação (primavera) a outra (verão). As noites de *fumature* (preparo da terra, adubação), se dão em consonância com o corpo do poeta e com a estação, as palavras são gestadas no nascimento da própria primavera, sobre a pele do sujeito: “terreno por terreno, sobre a minha pele, eu organizo “as noites de *fumature*”. Na primavera as sílabas nascem sob as estrelas”⁴²³. Nesse sentido, a paisagem em Al Berto considera o entrelaçamento entre sujeito (voz poética), escrita (linguagem), movimento (nomadismo) e espaço (Cévennes). O movimento de transumância possibilita a

⁴²³ BERTO, AL. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*. In: BERTO, AL. *Dispêndios*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p. 12. “parcelle par parcelle, sur ma peau, j’organise « les nuits de fumature ». au printemps les syllabes naissent sous les étoiles”.

experiência do transumano, do além do humano, marcado no poema pela passagem da primeira pessoa do singular “eu” para a terceira pessoa “ele”: “ele chega das planícies que terminam à borda do atlântico, e o oceano de sua infância retornará sempre”⁴²⁴. Essa mudança acarreta uma exteriorização do sujeito, dada enquanto inscrição do processo de transumância, ou seja, aquela que desvela um espaçamento do sujeito, o ato de tornar-se outro, de devir que se dá na abertura à paisagem: “no interior dos cristais da imensa noite ele se abandona ao esquecimento do homem transumano”⁴²⁵. O movimento do devir desvela também uma relação originária, primordial entre sujeito e mundo: “gargantas de rochedos onde o vento canta o primeiro dia do mundo. Landas esquecidas, corpo que estremece na cavidade de uma memória mais antiga que ele”⁴²⁶.

Os ecos cézannianos que percebemos no poema de Al Berto – a paisagem não-humana na natureza, a evocação de um mundo primordial, pré-subjetivo⁴²⁷ –, demonstram como a paisagem é transmudada na contemporaneidade e já não remete à sua concepção clássica, ou seja, a um sujeito que capta uma porção do espaço a partir de um ponto de vista apenas.

A experiência da paisagem é aquela do devir, do atravessamento de fronteiras, da criação de um plano de imanência da escrita, “uma zona pré-individual e absolutamente impessoal, além (ou aquém) de toda ideia de consciência”⁴²⁸, uma zona de ressonância mútua entre sujeito e espaço:

ele escuta o vento. A noite pesa sobre suas pálpebras vegetais. [...] ele te olha, tudo parece se desenlaçar das trevas – como se seu olhar, ao instante de encontrar o teu se pousasse, imediatamente, sobre as coisas, as esclarecendo pela primeira vez.⁴²⁹

⁴²⁴ BERTO, AL. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*. In: BERTO, AL. *Dispersion*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p. 13. “il arrive des plaines qui se finissent au bord de l'atlantique, et l'océan de son enfance reviendra toujours”.

⁴²⁵ _____. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 13. “à l'intérieur des cristaux de l'immense nuit il s'abandonne à l'oubli de l'homme transhumant”.

⁴²⁶ _____. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 14. “gorges de rochers où le vent chante le premier jour du monde. Landes oubliées, corps qui tressaille dans la cavité d'une mémoire plus ancienne que lui”.

⁴²⁷ cf. MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o Espírito*. Trad. Alberto Tassinari. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

⁴²⁸ AGAMBEN, Giorgio. A imanência Absoluta. In: ALLIEZ, Éric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.174.

⁴²⁹ BERTO, AL. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 15. “il écoute le vent. La nuit pèse sur ses paupières végétales. [...] il te regarde, tout semble se délier des ténèbres – comme si son regard à l'instant de rencontrer le tien se posait, de suite, sur les choses, les éclairant pour la première fois”.

Dessa forma, a paisagem se configura como experiência primordial entre o sujeito e o mundo. Como se dá em Laura Lamiel e na pintura oriental, a paisagem deixa de ser orientada por uma subjetividade que ordena os elementos sensíveis em uma totalidade homogênea a partir de um ponto de vista privilegiado, um ponto de vista fixo, como aquele dado pela perspectiva linear, e passa a ser algo da ordem do encontro, dos devires e zonas de indiscernibilidade que embaralham as fronteiras entre o sujeito e o mundo, entre o humano e o não-humano: “ele sente bater no seu pulso o coração da montanha, e as palavras que ele escreve na alvorada desenham a paisagem [...] eis aqui o que o sacode e inquieta: se misturar à paisagem”⁴³⁰.

Não mais presa a uma instância ordenadora, a paisagem, dada e configurada no movimento de inscrição da transumância, se abre totalmente à potência do devir, à criação de um plano de envolvimentos múltiplos:

devir rochedo, permanecer imutável séculos sob o sol, em uma sonolência feliz. / crescer árvore, dar folhas, ramos, flores e frutas. / pressentir os ventos com seus ossos de águia lenta. / desce a noite. Ele estende as mãos em direção ao fogo dos astros e sente se desdobrar a seiva das palavras, pela familiaridade com os homens.⁴³¹

O sujeito, entregue à transumância, entra em um devir-paisagem, reata os liames com o mundo que o rodeia, se torna indiscernível em meio à paisagem:

em algum lugar, o homem-paisagem abre seus olhos às trevas e estremece também. / poro a poro, as constelações ligam seu sangue. [...] seus dedos acariciam o húmus profundo da noite.⁴³²

O poema se encerra com a mudança de estação. O movimento que se iniciara com a primavera se finda no verão, estação das revelações. O sujeito, totalmente imerso na paisagem, completa o processo de transumância e de transumanidade:

⁴³⁰ BERTO, AL. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 15-17. “il sent battre dans son pouls le coeur de la montagne, et les mots qu'il écrit à l'aube dessinent le paysage [...] voici ce qui le secoue et l'obsède: se mêler au paysage”.

⁴³¹ _____. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 18. “devenir rocher, rester immuable des siècles sous le soleil, dans une somnolence heureuse. / grandir arbre, donner des feuilles, des branches, des fleurs et des fruits. / pressentir les vents avec ses os d'aigle lent. / la nuit descend. Il étend les mains vers le feu des astres et sent se déployer la sève des paroles, pour la familiarité avec les hommes”.

⁴³² _____. *Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes*, p. 21. “quelque part, l'homme-paysage ouvre ses yeux aux ténèbres et frissonne aussi. / pore à pore, les constellations allument son sang. [...] ses doigts caressent l'humus profond de la nuit”.

[...] em algum lugar em si explode a alegria das vias lácteas. Embriagado até os nervos, ele navega sobre os cimos do precioso silêncio, sobre os cumes desta terra primordial. [...] ele vê, agora ele vê e começa a falar com tudo o que está vivo, com tudo que está morto. [...] O verão é a estação das revelações.⁴³³

Considerações finais

O breve diálogo que propusemos neste ensaio, entre a poesia de Al Berto, as *assemblages* de Laura Lamiel e a pintura da china antiga, demonstra como a paisagem continua a ser uma questão para a arte. Questão esta que atravessa toda a história do termo e passa pelas diversas apropriações/criações de artistas de diversos gêneros que se debruçaram sobre a percepção do espaço. Após uma breve explanação a respeito da concepção clássica do termo, procuramos nos aproximar das práticas de artistas do presente para refletirmos acerca dos desdobramentos da paisagem na arte contemporânea, em consonância com o pensamento paisagístico chinês, onde é possível visualizar outra concepção do conceito de paisagem, que considera os devires, os atravessamentos, a imersão em determinada realidade e os liames entre o homem e o mundo.

⁴³³ _____. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 19, 21, 22. “quelque part en soi éclate la joie des voies lactées. Enivré jusqu'aux nerfs, il navigue sur les cimes du précieux silence, sur les sommets de cette terre primordiale. [...] il voit, maintenant il voit et se met à parler avec tout ce qui est vivant, avec tout ce qui est mort. [...] L'été est la saison des révélations”.

A programação iconográfica da Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG

mccsferreira@yahoo.com.br

RESUMO: Por acolher o Santíssimo Sacramento durante a Quinta-Feira Santa, a Capela do Santíssimo configura-se como lugar reservado onde o fiel faz suas preces com tranquilidade. Não são todos os templos que possuem esse ambiente, mas há predileção das igrejas coloniais em Mariana de adotá-lo em sua arquitetura, como no caso dos templos de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, que ficam nas imediações do templo de Nossa Senhora dos Anjos, construído a partir da devoção dos pardos do Cordão, na segunda metade do século XVIII. Ali, a Capela do Santíssimo é formada por dois espaços conjugados que receberam pinturas de programação iconográfica distinta, mas complementares. No primeiro espaço estão treze painéis que representam, em sua maioria, os apóstolos identificados pelos atributos ou indicação de nome. No outro espaço estão cinco pinturas com fingimento de moldura, à moda de tondo. Na temática representada, dominam os significados eucarísticos e cristológicos. A presente comunicação pretende discutir o programa iconográfico adotado nesta Capela do Santíssimo por volta de 1920.

PALAVRAS-CHAVES: Programação iconográfica; Pintura; Capela do Santíssimo.

A data de início das obras de construção da Capela de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana ainda hoje é uma incógnita. A primeira menção ao templo aparece no regimento interno da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco no ano 1779, quando os devotos descrevem as festividades do calendário litúrgico e os rituais de sepultamento que ali ocorreriam. Provavelmente, a construção da capela primitiva se iniciou logo após a fundação da agremiação em 1760, quando esses homens e mulheres de cor ainda se reuniam em altar lateral na Capela de São Gonçalo, situada no morro de mesmo nome.

Localizado na Rua Dom Silvério (anteriormente denominada de Rua Nova, por ter sido a última via aberta na antiga cidade) o templo dos pardos do Cordão é simples e modesto, demonstrando que foi erigido por agremiação religiosa de poucos recursos. O

frontispício chanfrado, que denota modificação do partido original, e a ausência de adro denunciam as alterações arquitetônicas sofridas no decorrer dos anos.

No interior do templo estão dispostos elementos devocionais relacionados à Paixão de Cristo, ao culto franciscano e às devoções mestiças, como é o caso de Santo Antônio do Categeró (negro) e de São Francisco Solano (representado com um nativo americano junto aos pés). Contudo, é possível observar também decoração mais recente, como no caso das pinturas presentes nas paredes da Capela do Santíssimo, datas das primeiras décadas do século XX.

Por Santíssimo Sacramento entende-se o dogma da Eucaristia. Como resposta da Igreja Católica às críticas vindas dos reformistas, que questionavam, dentre outros aspectos, a eficácia na qual o sacerdote transformava substância material (pão e vinho) em espiritual (corpo e sangue de Cristo), o sacramento da Eucaristia foi reforçado junto aos demais dogmas, principalmente, a partir do Concílio de Trento (1545-1563).⁴³⁴ Sendo assim, a Eucaristia teve sua importância acentuada na vida do devoto católico, especialmente, no ciclo pascoal, composto pela Quaresma, Tríduo, Páscoa e o tempo que vai até Pentecostes.⁴³⁵ Em consequência aos embates religiosos decorrentes da Reforma e Contrarreforma, a temática da Eucaristia tornou-se constante na arte então produzida, ficando traz apenas do tema da penitência.⁴³⁶

Os templos da cidade de Mariana adotaram a Capela do Santíssimo em sua arquitetura ainda no período colonial, como é o caso da Igreja de São Francisco, da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Capela de Nossa Senhora dos Anjos, todos bem próximos de acordo com o traçado da cidade. Particularmente, Capela do Santíssimo Sacramento tem a função de abrigar a Eucaristia durante a Quinta-Feira da Semana Santa, também denominada de Quinta-Feira Maior ou das Endoenças. Nas Minas Setecentistas, as irmandades do Santíssimo Sacramento eram as responsáveis pela execução da missa solene neste dia para exposição da Eucaristia na sexta-feira. Por essa razão, a Capela do Santíssimo Sacramento tornou-se lugar valorizado nos templos.

A decoração da Capela do Santíssimo presente no templo de Nossa Senhora dos Anjos foi produzida, muito provavelmente, por volta de 1920, indicando que o calendário litúrgico do ciclo pascoal continuava prezado pelos fiéis do início do século XX. Localizada do lado esquerdo do templo, logo após a nave, a Capela do Santíssimo é constituída por dois ambientes. As paredes desse primeiro espaço, que atualmente encontra-se desprovido de mobiliário, estão ornamentadas por treze painéis pintados. O outro ambiente, onde se observa altar no fundo, possui cinco pinturas à moda de *tondo* (duas do lado esquerdo e três do lado direito).

⁴³⁴ Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013, p. 81-134

⁴³⁵ Cf. ZILLES, Urbano. *Significação dos símbolos cristão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 36-46

⁴³⁶ Cf. MÂLE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVII*. México: Fundo del Cultura, s/d, p. 163-165

Tendo em vista o traço e a técnica empregada nas pinturas, os dois ambientes foram decorados pelo mesmo artista. Aparentemente, as pinturas foram realizadas direto na parede, ou seja, sem uso de base de preparação especial para impregnar a tinta ou conservar o desenho; ainda é possível observar o traçado a grafite nos painéis e também nas pinturas de formato circular com fingimento de emoldura. O estado de conservação das pinturas é pouco satisfatório, pois não receberam camada de proteção; há perda acentuada de policromia e até mesmo do suporte. Ademais, optou-se por matizes e tons claros, hoje sujos e com pouca nitidez em alguns casos.

No primeiro ambiente da Capela do Santíssimo, o programador iconográfico (que pode ser ou não o artista responsável pela produção das pinturas) escolheu representar São João Batista, às margens do Rio Jordão, batizando Cristo na presença do Espírito Santo em forma de pomba. O programador iconográfico também representou dez apóstolos, a saber: Pedro, João Evangelista, Mateus, Simão, Bartolomeu, Tiago Maior, Tiago Menor, Felipe, Tomé e André. Essas personagens do Novo Testamento são facilmente identificadas pelas inscrições e pelos atributos. Pedro, por exemplo, aparece representado segurando uma chave e ladeado pelo barco (remetendo à ocupação de pescador) e pelo galo (que cantou três vezes antes do apóstolo negar Cristo). O programador iconográfico preferiu não representar Judas Iscariotes, por se tratar do traidor de Cristo, e Judas Tadeu, por ser confundido com o homônimo desleal.⁴³⁷ Engenhosamente, porém, conservou a simbologia do número doze, que se remete ao número total dos primeiros apóstolos, ao optar por representar do mesmo modo (com inscrição e atributos) os evangelistas Lucas e Marcos, retratando, assim, todos os quatro evangelistas já que João e Mateus também eram apóstolos. Está claro que, neste ambiente, a temática escolhida evidencia dois momentos marcantes da humildade de Cristo perante seus seguidores: Batismo e Lava-Pés (episódio bíblico realizado na ocasião da Última Ceia, momento da partilha do pão e do vinho, ou seja, da Eucaristia).⁴³⁸

Nas paredes laterais do ambiente da Capela do Santíssimo, onde o altar se situa, estão cinco pinturas à moda de *tondo*. Na temática representada predominam os significados eucarísticos e cristológicos, relacionados à morte física, à ressurreição e à transubstancialização do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo.

A primeira pintura do lado direito é composta por um pelicano que alimenta seus três filhotes no ninho. Curiosamente, as palhas estão circundadas por coroa de espinhos, aludindo ao martírio de Cristo. De acordo com a tradição mais antiga, o pelicano (ave aquática), sob o falso pretexto de que alimentava os filhotes com a própria carne e sangue, se associa ao símbolo do amor paternal. Razão pela qual, a iconografia cristã tornou esse

⁴³⁷ Este também foi um recurso utilizado na decoração da predela do altar-mor da Capela de São Sebastião, localizada no morro de São Sebastião em Ouro Preto, construída e ornamentada ainda durante o Setecentos. Ali, observam-se dez quadrinhos posicionados, cinco de cada lado do sacrário. Judas Iscariotes e Judas Tadeu não estão representados.

⁴³⁸ Para maiores informações sobre os treze painéis, Cf.: FERREIRA, Maria Clara Caldas S. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: história, arte e iconografia religiosa*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura e Arte Barroca) – IFAC/UFOP. Ouro Preto, 2009, p. 70-86

pássaro símbolo de Jesus.⁴³⁹ De maneira simbólica, então, esta pintura representa o modelo do amor de Deus pelos homens e da morte de Cristo pelo sacrifício.

A segunda pintura representa um ostensório iluminado, suspenso por nuvens. De acordo com a liturgia católica, a custódia é o lugar onde se ostenta a hóstia consagrada, ou seja, o corpo de Cristo que será compartilhado pelos fiéis na comunhão. A temática da esfera divina é reforçada pelo fato do ostensório ser representado entre nuvens. Estética e estilisticamente, estas nuvens são similares às nuvens que decoram o camarim do altar presente nesse ambiente, evidenciando que o mesmo passou por repintura na mesma época que a ornamentação das paredes foi feita.

No que se refere à programação iconográfica, a terceira pintura é bastante interessante. Sob as nuvens, está o livro fechado contendo sete selos (referência ao Apocalipse). Em cima deste aparece representado uma cruz com o cordeiro deitado (muito semelhante à composição que decora o centro do forro da nave da Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto). No peito do cordeiro observa-se um punhal, dessa ferida jorra sangue. Trata-se então do sacrifício e da ressurreição Cristo. Em algumas passagens da Bíblia, Cristo é reconhecido como cordeiro. O exemplo mais notório aparece quando São João Batista exclama ao ver Jesus: “Eis o cordeiro de Deus que tira o pedaço do mundo” (Jo 1, 29). Certamente, se referia ao tema sacrificial do Velho Testamento:

o cordeiro primogênito, aquele que se denomina hoje em dia de cordeiro-do-São-João, surge, em sua brancura imaculada e gloriosa, como uma cratofania primaveril; encarna o triunfo da renovação, a vitória, sempre a renovar-se, da vida sobre a morte.⁴⁴⁰

Já nos primeiros séculos após a morte de Cristo, o cordeiro aparece como símbolo do sacrifício de Jesus. Nesta representação a temática é reforçada pela cruz e a espada, que simbolizam o martírio.

O livro é o símbolo da sabedoria, fechado simboliza a matéria virgem, pois conserva o seu segredo.⁴⁴¹ Contendo os sete selos representa o livro do Apocalipse, que desvela todos os segredos da história universal; o mistério divino se manifesta apenas aos iniciados.⁴⁴² A tradução da palavra Apocalipse é “revelação”. Ao se retirar os sete selos o segredo que só o céu conhece será revelado ao mundo:

Então eu vi, entre o trono e os quatro seres vivos e no meio dos anciãos, um Cordeiro como que imolado, Tinha sete chifres e sete olhos, que são os setes espíritos de Deus enviados por toda a terra [...] Eles chamam em alta voz: “O Cordeiro que foi imolado é digno de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a força, a honra, a glória e o louvor!” (Ap 5, 6-12) [...] Eu vi quando o Cordeiro abriu o primeiro dos setes selos; ouvi o

⁴³⁹ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999, p. 705

⁴⁴⁰ CHEVALIER. GHEERBRANT. *Dicionário de símbolos*. p. 287

⁴⁴¹ _____, *Dicionário de símbolos*. p. 555

⁴⁴² HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário de símbolo: imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 223-224

primeiro dos quatro seres vivos gritar com voz semelhante a um trovão: “Vem!” (Ap 6, 1).

Nas narrativas do Apocalipse o número sete é recorrente. São sete grupos setenários: sete cartas, sete selos, sete trombetas, sete sinais, sete taças de cólera, sete vozes do céu e sete visões.

Na parede do lado esquerdo, logo em frente da composição analisada anteriormente, está outra pintura onde o cordeiro também aparece. Provavelmente, essas duas representações dialogam entre si. Muito deteriorada, a pintura representa, entre nuvens, o cordeiro em pé com uma espada no peito. O sangue que jorra da ferida aberta cai diretamente em cálice. Completando a composição, está uma enorme bandeira que trêmula como se estivesse exposta ao vento.

O sangue derramado no cálice simboliza a Nova Aliança de Deus com a humanidade estabelecida durante o sacrifício de Cristo, pois “sem efusão de sangue não há remissão” (Hb 3, 22). A flâmula alude à vitória da manhã pascal, ou seja, a ressurreição. De modo especial, a temática do sacrifício e da ressurreição de Cristo se associam uma vez mais.

Por fim, na parede do lado esquerdo, está pintura composta por vários símbolos que aludem à Eucaristia: feixe de trigo, cacho de uva, cálice com a hóstia, estola e livro aberto contendo a inscrição “*Pangie Lingua Glorios*”.

O feixe de trigo e o cacho de uvas correspondem ao corpo e sangue de Cristo, sacrificados no martírio. Reforçando essa temática, estão o cálice e a hóstia. Durante a Eucaristia, o sacerdote umedece a hóstia no vinho e depois ergue aos fiéis dizendo: “Esse é o sangue e o corpo de Cristo que será entregue a vós”. Este momento da liturgia se relaciona com aquele vivido pelo próprio Cristo, quando na Última Ceia tomou o pão e o partiu dizendo: “Isto é meu corpo, que é por vós” (Cor 11, 25). Do mesmo modo, tomou o cálice e disse: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue. Todas as vezes que beberes, farei em memória de mim” (Cor 11, 26).

Os paramentos do sacerdote variam de acordo com a finalidade da celebração religiosa. A estola branca, como aparece representada na pintura, é comumente usada durante os batizados e também no Natal e na Páscoa, respectivamente quando se festeja o nascimento e renascimento de Jesus.

O livro aberto pode ser entendido como o Novo Testamento, a Nova Aliança. A inscrição “*Pangie Lingua Glorios*” é a versão latina da frase “Canta, língua gloriosa”. Trata-se de verso do cântico composto por São Tomás de Aquino em louvor à Eucaristia, tema central desta pintura. O cântico em questão pode ser entoado durante dois momentos do ano litúrgico: na missa da Quinta-Feira Santa (quando é feita a procissão para a reposição do Santíssimo Sacramento) e na festa de *Corpus Christi*. Nesse sentido, o programador iconográfico selecionou cuidadosamente os elementos representados, associando imagem (corpo) e texto (alma) para enfatizar a temática da Eucarística, que originou composição rica em termos iconográficos.

Na decoração dos ambientes que constituem a Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana é notória a agudeza e o engenho do programador iconográfico das pinturas, mais do que a técnica empregada pelo artista popular que as executou. A escolha adequada da temática, o refinamento das composições e a disposição dos elementos se relacionam fortemente com uso deste espaço, demonstrando erudição. Muito provavelmente, se tratava de religioso versado em liturgia, pois conhecia o tema a fundo.

O cotidiano de trabalho mecânico e aprendizagem na Vila de Sabará (1750-1800)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres
Mestrado
UFMG
ludmila.machadopereira@gmail.com

RESUMO: Os estudos da história da arte não abrangem mais somente a obra em se, em uma perspectiva da história social tornou-se necessário compreender a relação dos artesãos/artífices com o seu meio social. Em nossa pesquisa analisaremos diversos casos de oficiais mecânicos na Vila Real de Sabará e seu termo, na segunda metade dos setecentos, que possibilitem compreender o cotidiano de trabalho e de aprendizagem. Partimos do pressuposto que o ofício mecânico era necessário ao cotidiano de sobrevivência da sociedade e era ao mesmo tempo uma forma de sustento a um oficial mecânico. O Trabalho mecânico na sociedade mineira setecentista apresenta distinções do reino não havia corporações de ofícios, a regulamentação era realizada pelas câmaras das vilas. No entanto, a principal distinção era a grande presença de escravos que modificou as dinâmicas de trabalho e aprendizagem, como também, as concepções de que se tinham do trabalho manual. A escravidão permitiu que alguns oficiais mecânicos diversificassem as suas ocupações e atendessem há uma maior demanda, o que possibilitou a alguns uma ascensão econômica e até prestígio. Há diversos trabalhos acadêmicos que utilizam alguns casos para demonstrar a mobilidade e ascensão econômica de artífices sejam eles de distintas “qualidades” e “condições”. Porém são casos isolados há muitos oficiais mecânicos pobres e escravos que tinham o seu “saber fazer” como uma única forma de sustento. Torna-se assim necessário estudar estes oficiais negligenciados pelos trabalhos recentes através do uso de documentação cartorial, principalmente inventários post-mortem e justificações.

PALAVRAS-CHAVES: Ofício mecânico, trabalho, história da educação, escravidão, colônia.

A história social da arte abriu novas perspectivas para o estudo não somente da obra de artes, mas também do meio social dos artistas e do contexto de produção. No período Medieval a pintura e a escultura eram ainda um ofício artesanal, seguia uma técnica tradicional que se passava de geração em geração. Estes ofícios apresentavam a mesma forma de regulamentação que os ofícios mecânicos, divididos em corporações e bandeiras. No Renascimento esses ofícios começaram a buscar uma diferenciação das artes mecânicas e uma aproximação com as artes liberais, a partir da ideia de que o pintor e o escultor concebiam as suas obras antes de executar a técnica. No mesmo período houve também o

ínicio da diferenciação das técnicas ligadas ao que posteriormente seria a ciência e a engenharia entre os ofícios mecânicos. As técnicas ao modificarem a natureza também geraram um conhecimento que permitia a sua análise, assim, começava a diferenciar do trabalho artesão que produz objetos para uma necessidade de sobrevivência cotidiana.

Em Lisboa o ofício de pintura era pertencente à bandeira de São Jorge, composta por diversos ofícios como barbeiros, ferreiros, serralheiros, latoeiros, ferradores, caldeireiros, seleiros, douradores, mercadores de carvão, cuteleiros, espadeiros, etc. Na sua maioria ofícios ligados às artes da guerra. A separação da bandeira de São Jorge teve seu início no final do século XVI e início do XVII com pedido de pintores a óleo de seu desligamento dela e posteriormente em 1621 com a criação da Irmandade de São Lucas.⁴⁴³ Na Itália e na França o processo de diferenciação entre os ofícios ligados a artes e o trabalho mecânico foi acompanhado com a criação de Academias o que significou uma mudança na aprendizagem. Mudaram as formas de aprendizagem e regulamentação e até o *status social* para os pintores.⁴⁴⁴ Porém as grandes obras que eles realizavam necessitavam de diversos tipos de ofícios mecânicos. Na construção de edificações religiosas na Capitania das Minas Gerais havia aqueles que projetavam e desenhavam a arquitetura, a talha e a pintura, e aqueles que desbastavam a madeira e a cortavam em taboas (carapinas), que faziam as gaiolas de madeira (carpinteiros) e que os preenchiam com somente barro batido ou com adobe (pedreiros), que forjavam os pregos e os cravos para ligar as estruturas de gaiola (ferreiros). Além dos ofícios de cantaria, olaria e calcetaria. O canteiro de obra da construção de um edifício religiosa foi um espaço de convivência entre diversos ofícios, como também, entre indivíduos de diferentes “qualidades” e “condições”. O meio social de produção das diversas obras de artes foi marcado também pelos ofícios mecânicos, o que torna necessário estudá-los para obtermos uma maior compreensão do “fazer” cotidiano.

Na Capitania das Minas o trabalho mecânico não foi regulamentado por corporações de ofício, diferente do Reino e em outras Capitanias, como na Cidade do Rio de Janeiro. Porém, falaremos aqui resumidamente sobre as corporações de ofício no Reino, mais especificamente a de Lisboa devido a sua origem medieval. Detinham o monopólio

⁴⁴³ Sobre a bandeira de São Jorge ver SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofícios e Sangue: a irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: ICIA/Edições Colibri, 2005.

⁴⁴⁴ E sobre a separação do ofício de pintura dos ofícios mecânicos ver: ARAÚJO, Jeaneth Xavier. *Os artífices e a arte religiosa nas Minas Setecentistas: trabalho e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2010.

do fornecimento de objetos e serviços de seus ofícios, controlavam os preços e quem os poderia produzir. Para adentrar em uma corporação de ofício necessitava tornar aprendiz de um Mestre de ofício e posteriormente realizar um exame. Este apresenta múltiplos significados era um ritual de representação. Permitia, também, o monopólio do mercado pelos mestres. Mas principalmente reproduzia a tradição, seja de aprendizagem e da técnica de produção, o que tornava os objetos e serviços homogêneos. As corporações de ofícios como uma instituição remanescente do período medieval buscava manter a tradição e a própria estrutura da sociedade hierarquizada. As corporações de ofícios através da regulamentação da aprendizagem e do exame inseriam o novo oficial mecânico no seu lugar social naquela sociedade corporativa em que cada um ocupa um lugar e uma função. Nela o trabalho mecânico apresenta uma importância de sobrevivência material cotidiana das populações e tem um lugar, o do povo.

O exame de ofício foi uma forma de controle da qualidade da produção de bens e serviços necessários. Se não existiam corporações as câmaras realizavam o exame, já que elas possuíam a função de manterem o bem comum através do controle do abastecimento e da oferta de produtos e serviços necessários ao cotidiano. Na historiografia sobre administração do Império Português tem surgido diversos trabalhos sobre o poder das câmaras e suas preocupações com o bem-comum. Se foi uma prática comum não significava que na América todos os trabalhadores mecânicos possuíam a carta de exame, seja na Capitania de Minas ou na Cidade do Rio de Janeiro que havia corporações. Pesquisas recentes constataram uma falta de rigidez da câmara na regulamentação de ofício.⁴⁴⁵ A carta de exame muitas vezes significava um *status social*⁴⁴⁶ do que uma autorização para exercer o ofício na Vila, finalidade que passa a ser exercida pelas licenças.

Na Capitania das Minas a câmara convocava as eleições para escrivão ou juiz de cada ofício ou os nomeavam, tabelava os preços, concedia licença e fiscalizava o trabalho. Diversos trabalhos acadêmicos tem enfatizado a relação oficial mecânico com o poder local através da câmara, principalmente no caso de arrematação de obras civis.⁴⁴⁷ A inexistência

⁴⁴⁵ Ver SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2007.

⁴⁴⁶ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2012, p. 101.

⁴⁴⁷ Ver: SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal*, 2007; MENESES, José Newton Coelho. Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808).

de corporações que ordenava o trabalho mecânico e inseria novos oficiais na sociedade dava uma liberdade individual. A inserção social foi individual a partir da qualidade do seu “saber fazer”, de sua capacidade técnica, e das relações com a elite local e outros oficiais. A qualidade técnica e a capacidade de atender diversas demandas obtidas pelo prestígio de sua produção só eram possíveis com o auxílio de oficiais jornaleiros, escravos e aprendizes. Muitos estudos tem apontado uma busca de distinção dos oficiais mecânicos e dos artistas, principalmente os homens de “qualidade” parda. Mas devemos lembrar que são casos isolados, a mobilidade social existia para alguns que conseguiram adentrar as redes de sociabilidade local. É importante enfatizar que a mobilidade é horizontal, delimitada pelo lugar social de cada ocupação, por uma estrutura de uma sociedade desigual e hierarquizada. Na historiografia há diversos estudos de casos que demonstram que o defeito mecânico não impedia de ocupar cargos régios e até o ingresso no clero. Desde que o indivíduo não exercesse mais o ofício ou o defeito fosse somente de sangue devido a antepassados mecânicos. Além de ser muitas vezes uma graça régia que concedia a dispensa do defeito mecânico.

Alguns oficiais conseguiram obter prestígio distinção e acumular capital através da escravidão. Os escravos modificaram as dinâmicas de trabalho e aprendizagem, e posteriormente, as concepções do trabalho manual. O trabalho mecânico na Capitania das Minas foi exercido por diversas categorias sociais desiguais entre si, além dos diversos ofícios que já possuíam uma hierarquia que veio do Reino. A sociedade mineira colonial em meados do século dezoito já é escravista, a principal mão-de-obra era a escrava. Eduardo França Paiva fala de uma “africanização” do mundo do trabalho, “os escravos africanos eram empregados em toda a sorte de ocupações, mas os tipos de trabalho realizados por eles foram também realizados por libertos, pobres livres e servos, incluindo brancos. Não era o tipo de trabalho que definia a “condição” jurídica de escravo, livre ou liberto (...)"⁴⁴⁸. A passagem demonstra uma dificuldade da pesquisa que é de buscar compreender o trabalho mecânico em uma sociedade com grandes dinâmicas culturais. Como analisar um trabalho que comporta indivíduos de diferentes “condições” e “qualidades”?

Tentaremos responder esta pergunta com uma análise breve do “ofício” de carapina na Vila de Sabará e seu termo. Uso aspas aqui porque muitas vezes a ocupação

Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁴⁴⁸ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 95.

carapina não vinha acompanhada com a palavra ofício. A própria ocupação não é regulamentada pela câmara, não necessitava de exame. Pertencentes aos chamados ofícios de madeira junto com a carpintaria, marcenaria e os ofícios de entalhador e ensamblador. A ocupação de carapina é muitas vezes associado na historiografia como de escravos, principalmente por ser um trabalho rústico. O carapina trabalhava “com a plaina de madeira, realizando os serviços mais grosseiros de desbaste e corte”⁴⁴⁹. O escravo carapina muitas vezes acompanhava o seu senhor que poderia ser um carpinteiro, portanto ele era um “ajudante” do fazer mecânico cotidiano do seu senhor do seu proprietário. Mas havia também casos de escravos carapinas alugados para trabalhar em canteiros de obras que recebiam jornais.

Na documentação encontramos o caso do “carapina” Antônio Rodrigues de Souza Lisboa que em uma petição ao Juiz de Órfãos solicitava o livramento de tutoria. A petição revela indícios de sua prática cotidiana de trabalho. Nela afirma que não poderia aceitar a tutoria por não ter “casa certa de sua residência”, “que vive trabalhar pelo seu ofício de carapina por casas alheias”. O discurso de pobreza para se livrar da tutoria dos órfãos é muito comum, encontramos outro caso de um carapina. Antônio Duarte solicitou ao Juiz de Órfãos o seu livramento por ser “um pobre carapina que nada tem de seu e nem ainda casa em que more e só tem o seu ofício de que vive” e “para haver de lucrar alguma cousa anda de casa em casa, e com a incerteza de assistia”⁴⁵⁰. Diversos ofícios mecânicos e artísticos necessitavam de constantes trânsitos pelas minas em busca de trabalhos. Obviamente, no caso de pintores, entalhadores e carpinteiros de prestígio não se buscava de “casa em casa” trabalhos, e sim eram contratados.

Os dois documentos enfatizam a pobreza dos carapinas, no entanto, devemos lembrar que a finalidade da petição é em afirmar uma pobreza para obter o livramento da tutoria. Essa finalidade não impede nossas conclusões a respeito da dinâmica de trabalho de carapinas, um cotidiano marcado pelo trânsito em busca de serviços de “casa em casa” ou de canteiro a canteiro de obras. As grandes obras civis e religiosas eram muitas vezes arrematadas por um grupo específico de oficiais mecânicos. Na dissertação de Fabiano Gomes da Silva constata uma rede de oficiais reinóis que monopolizava a arrematação de

⁴⁴⁹ MENESES, José Newton Coelho. Anexo 2: Glossário dos Ofícios Mecânicos. In: *Artes Fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime – Minas Gerais e Lisboa, 1750-1008*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 318.

⁴⁵⁰ IBRAN/MOS/CBG/CSO-I(27) 230 1765

obras em Vila Rica.⁴⁵¹ Era necessário grande cabedal e diversos tipos de ofícios mecânicos, carpinteiros, carapinas, pedreiros, calceteiros, ferreiros para executar as obras. A maioria dos oficiais envolvidos eram jornaleiros ou escravos alugados. No canteiro de obras o arrematante era responsável por fornecer moradia e alimentação, as ferramentas ou as condições para tais aos jornaleiros. O canteiro de obras era um espaço de socialização, de trabalho, de aprendizagem, um espaço imbuído de relações de poder. Em que diversas “qualidades” e “condições” conviviam e coexistiam conjuntamente em uma relação de troca e até de misturas.

Mesmo sem exame o ofício de carapina necessita de certa aprendizagem. Em um auto de querela aberto por Bernardino de Sena da Costa Torres morador na Vila do Sabará que querelava pela cabeça de seu escravo Manoel angola encontramos indícios de aprendizagem. O escravo Manoel angola sofreu de violência física de Manoel Francisco e sua mulher Maria Lopes que o deviam ouro pelo serviço de cortar madeira e carregá-las. Segundo o relato da querela o negro foi cobrar o ouro de Manoel Lopes que se enfureceu batendo-o com uma zangaia e paus e a sua mulher bateu-o com uma vara. O escravo ficou com uma ferida no dedo da mão e contusões nos “braços, corpo e cabeça”. Em sua petição Bernardino de Sena da Costa Torres afirma que seu escravo Manoel angola tinha “alguma luz de carapina corta madeiras e aprende nesta vila”⁴⁵². Diversas dúvidas surgem a respeito desta aprendizagem, com quem ela era realizada? Com outro carapina ou com um mestre carpinteiro? Na documentação é muito difícil encontrar contratos de aprendizagens de trabalho mecânico que permitem saber com quem estavam aprendendo o ofício e como era a prática. Como diz Carlos Ginzburg “essas formas de saber (...); não eram aprendidas nos livros mais a viva voz, pelos gestos, pelos olhares, fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal”⁴⁵³. A aprendizagem mecânica ocorria no cotidiano de trabalho na tenda, no canteiro, na oficina do mestre que ensinava aos seus aprendizes, ao mesmo tempo, em que fazia as suas encomendas, os objetos banais necessários ao cotidiano de sobrevivência. Um ambiente de trabalho e familiar, em que os filhos também aprendiam com os seus pais o ofício, o “saber fazer”.

⁴⁵¹ SILVA, Fabiano Gomes da. Pedra e cal. p. 16.

⁴⁵² IBRAN/MOS/CBG/CPO – Auto de Querela, f. 145.

⁴⁵³ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 1a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 167.

Estudar a aprendizagem de ofício mecânico por escravos na Vila de Sabará permite contribuir para a ideia já fortalecida pela historiografia atual de escravidão da qualidade e especialização da mão-de-obra escrava. No entanto, reconstituir o cotidiano dos oficiais cativos é dificultado pelas fontes, principalmente para casos de aprendizagem. Em nossa pesquisa encontramos indícios da aprendizagem escrava, também, em inventários *post-mortem*. O inventário é um rol de bens que apresenta descrições necessárias para avaliar o bem. Se for um objeto fala se é velho, novo, em bom uso ou quebrado. Já o cativo é descrito a sua nação ou qualidade e a idade, mas também em alguns casos doença, ofício e família. O mais novo escravo que encontramos foi o rapaz crioulo Gonçalo com princípio de alfaiate⁴⁵⁴, possivelmente estava ainda aprendendo este ofício com um oficial ou mestre alfaiate. Nos inventários é muito difícil encontrar referência de idade anterior aos dezoitos, usam-se as palavras meninos⁴⁵⁵, moleques e rapazes para referir a estas idades. Outra dificuldade diz respeito à palavra princípio, esta não indica que o escravo estava em um processo de aprendizagem do ofício no momento da feitura do inventário. Em outras palavras o senhor do escravo pode em um primeiro momento colocar o escravo para aprender o ofício com um Mestre e antes do cativo obter conhecimento necessário ao exame parar com aprendizagem. Portanto, ter princípio ou luz de algum ofício não indica que posteriormente o escravo será um oficial, principalmente que agora o seu dono será outro. Além disso, o princípio pode indicar também um ofício que não foi aprendido na América, mas veio com o escravo na África. Como dito anteriormente a carta de exame muitas vezes significava *status* e era também uma representação condizente ao mundo livre. Muitos escravos não realizavam o exame de ofício e, portanto, não eram oficiais mecânicos. Não poderiam se denominar como oficial sem apresentar o exame, lembrando que a sociedade é marcada pela representação.⁴⁵⁶ Encontramos outros escravos com princípios de ofício, como o negro João de nação Angola com principio de Ferreiro de 29 anos⁴⁵⁷. No inventário consta a tenda em que o cativo trabalhava com seu oficio composta por “quatro martelos, três tenazes, dois tufos, um torno, um bigorna, uns foles, umas craveiras” e “um

⁴⁵⁴ IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (17) 151, f. 10v.

⁴⁵⁵ Segundo o Bluteau menino é um rapaz “que ainda não chegou aos sete anos de idade” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. vol. 5, p. 422.

⁴⁵⁶ Texto do José Newton na História das Minas Setecentistas MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineravam: oficiais mecânicos nas Minas Gerais setecentista. In: RESENDE, M. E. F. & VILLALTA, L. C. (Orgs). *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas 1.* Belo Horizonte: Autentica & Companhia do Tempo, 2007. P. 377-399.

⁴⁵⁷ IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (21) 194 1760.

forno de cobre em bom uso”. A partir dos objetos da tenda podemos perceber o nível de aprendizagem do escravo ferreiro, cada ferramenta tinha uma técnica e produzia um objeto, o que torna necessário durante a pesquisa do mestrado compreender a técnica de produção dos diversos ofícios.

A aprendizagem mecânica era algumas vezes acompanhada com o ensino das primeiras letras e das operações básicas. Conhecimento necessário ao cotidiano de trabalho em que o oficial necessitava escrever bilhetes de dívidas e fazer contas. Em nossa pesquisa encontramos diversos indícios desta aprendizagem para oficiais livres, que não serão tratados nesta comunicação por estarmos com um enfoque na aprendizagem do oficial cativo. Este era o caso do escravo “Crispim mulato bem feito que sabe ler e escrever” e com princípio de ferreiro com idade de “pouco mais ou menos” dezoito anos.⁴⁵⁸ Tamanho conhecimento não significou um valor alto para o escravo que foi avaliado por 150\$000 reis, possivelmente, por não ser uma oficial de ferreiro, por exemplo, o crioulo João oficial de ferreiro de 35 anos foi avaliado por 200\$000 reis.⁴⁵⁹ No mesmo inventário havia mais outros oficiais mecânicos, como João Mina Barbeiro de idade de 60 anos avaliado em 40\$000 réis, Luis crioulo Barbeiro e mestre de fazer açúcar de 20 anos avaliado em 360\$000 réis, Manoel crioulo com o ofício de seleiro de 40 anos avaliado em 300\$000 réis e por último Antônio crioulo mestre carpinteiro de idade de 40 anos por 500\$000 reis.

Voltemos às ideias formuladas ao longo da comunicação, de que um escravo não era sinônimo de trabalho rústico e que a condição não implicava no tipo de trabalho. O escravo detinha um ofício primeiramente por ser imposto pelo seu senhor que investia para uma posterior obtenção de renda. E por vocação tornava um oficial mecânico competente. No dicionário Bluteau o verbete de Mestre aparece “Aquele que sabe, e ensina qualquer arte, ou ciência”⁴⁶⁰, especificamente para mestre artífices é aquele “que sabe bem o seu ofício”, “que examina as obras das do seu ofício”⁴⁶¹. Um artífice mestre tinha capacidade de ensinar o seu ofício a aprendizes. O significado de ser mestre era um reconhecimento público do “saber fazer” de um oficial mecânico. Porém não podemos afirmar que o crioulo Antônio possuía aprendizes, só que foi um cativo altamente qualificado. Além de cativo era crioulo, portanto filho de escravos africanos no Brasil. Uma pergunta que fica diz

⁴⁵⁸ IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (28) 240 1767, f. 5.

⁴⁵⁹ IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (28) 245 11768.

⁴⁶⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. vol. 5, p. 455.

⁴⁶¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. vol. 5, p. 458.

respeito a sua técnica de carpintaria, em uma sociedade marcada por dinâmicas culturais de convívio e misturas entre diferentes, quanto do contato entre o negro e o português modificou as suas técnicas? Seria ela uma técnica mestiça?

A escravidão na América mudou as dinâmicas de trabalho e também os valores do trabalho. Posteriormente o trabalho mecânico seria compreendido como de escravo e de negro, Sergio Buarque de Holanda imbuído das leituras dos viajantes fala de uma preguiça do trabalho em *Raízes do Brasil*. Uma das perguntas que ficam a respeito do trabalho era respeito ao seu valor? Era um defeito mecânico? Uma possibilidade de alforria? Era uma atividade manual destinada a escravos? Como o trabalho manual foi compreendido da segunda metade do dezoito na Vila de Sabará pelos oficiais mecânicos e por outras categorias da sociedade?

Nesta comunicação buscamos apresentar características do cotidiano de trabalho e da aprendizagem do ofício mecânico especificamente para os cativos de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento. Expressamos aqui os diversos problemas próprios da busca de compreensão de uma sociedade dinâmica ainda em formação que apresenta indivíduos de diferentes “qualidade” e “condições” que apresentam o mesmo cotidiano de trabalho.

A cultura do barroco como arte da persuasão e o triunfalismo da Igreja Católica: estudo de caso entre Serro e Diamantina

Delson Aguinaldo de Araujo Junior
Pós-graduado lato-senso em Cultura e Arte Barroca
APPMG
delsonjunior_bh@yahoo.com.br

RESUMO: A Igreja Católica utilizou-se da persuasão através do barroco para enfatizar e confirmar seus dogmas contestados pela reforma protestante. A partir do Concílio de Trento realizado entre 1545 a 1563, a Igreja normatizou e reafirmou seus princípios, tendo como aliado a Companhia de Jesus.

O Barroco floresceu no final do século XVI até a metade do XVIII, de origens Italianas, logo difundiu pelos países europeus de crença católica chegando ao novo mundo e florescendo principalmente nas colônias hispânicas e luso-brasileiras, este estilo artístico também chegou às regiões protestantes a partir de outras narrativas e em regiões do Oriente, o barroco é uma arte nascida a serviço da Igreja católica triunfante, arte do convencimento e da persuasão, sendo um reflexo dos acontecimentos, políticos, culturais, sociais, científicos, e religiosos que agitavam o continente europeu, indo de encontro com a literatura o teatro e a música. Estilo entendido como um conjunto de normas e eventos culturais, artísticos de hábitos de se viver, agir e pensar que floresceu na Europa estendendo para as colônias católicas.

O rococó é uma arte autônoma do barroco ligado a formas decorativas e ornamentais originário na França do século XVIII de Luiz XV. Caracterizada pelo hedonismo palaciano aristocrático que se expandiu por toda a Europa. Os traços estilísticos são ornamentos em rocalhas, arabescos, cores leves e claras, formas ligeiras. A pintura, a escultura e a arquitetura utilizam-se de temas levianos, de hábitos aristocráticos, tonalidades alegres, despojados e frívolos, contrastando com o barroco quase que unicamente religiosos ou épicos de tonalidades pesadas tocando a alma de forma persuasiva.

Nas igrejas colônias de Minas Gerais prevaleceram os dois estilos, no entanto a atuação da igreja se deu de forma distinta neste território, pois a Coroa Portuguesa, controlava a mesma, sendo proibidas as ordens primeiras e segundas, prevalecendo às associações de leigos através das Irmandades de Ordens Terceiras estas por sua vez desenvolveram grandes repertório artístico nas ornamentação dos templos.

PALAVRAS-CHAVES: Persuasão, Barroco, Rococó, Serro, Diamantina.

Introdução

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

O movimento modernista foi importante marco de renovação intelectual no Brasil, ocorrendo à busca pela autenticidade da nacionalidade do país⁴⁶². Eles viram na arte colonial mineira um “barroco diferente” o que na verdade se tratava de outro estilo independente e autônomo do barroco, no caso o rococó⁴⁶³, como este último ainda não tinha passado por revisões historiográficas a nível internacional da História da Arte, a vanguarda modernista teve dificuldade de catalogá-lo, chamando-o de “barroco mineiro”⁴⁶⁴. A estética da Igreja do Carmo e da Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos ambas localizadas na cidade do Serro vinculadas ao rococó se diferem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Conceição do Mato dentro, de estilo barroco⁴⁶⁵.

Alguns pesquisadores ainda situam o rococó como fase final do barroco, o que está totalmente incorreto, pois são estilos distintos. O barroco tem suas origens na Itália do século XVI e o rococó é originário na França do século XVIII⁴⁶⁶.

O barroco é visto como “Arte da Contrarreforma” esteve presente no movimento de renovação da Igreja, é também conhecido como a arte jesuítica, pois foram os padres inacianos os que mais difundiram pelo mundo a fé católica, porém é errôneo catalogar esta manifestação artística como sendo exclusiva dos Jesuítas, havia outras importantes ordens religiosas no período que foram de fundamental importância para a disseminação do barroco⁴⁶⁷.

Na arquitetura o barroco tinha objetivo de impactar o fiel que com ela se deparava, pois esta materializava o poder da Igreja Católica Triunfante, com a qual venceu os protestantes na Europa e consegui difundir-se pelo mundo⁴⁶⁸.

O triunfo da religião católica pelos quatro continentes foi representado na abóboda da igreja de Santo Inácio, em Roma. As Igrejas Barrocas mostram no seu exterior, opulência e riqueza, principalmente no caso litorâneo do Brasil e na Europa⁴⁶⁹, as igrejas

⁴⁶² MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 20.

⁴⁶³ OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, 1 v.

⁴⁶⁴ OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *Barroco e Rococó no Brasil*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2014, p. 9.

⁴⁶⁵ ARAÚJO JÚNIOR, Delson Aguiinaldo de. *ANÁLISE DA PRODUÇÃO PICTÓRICA DA CAPELA DO SENHOR DO BOM JESUS DE MATOSINHOS NA CIDADE DO SERRO*. 2015.97 p. Monografia (Pós graduação Lato Senso em Cultura e Arte Barroca) – Faculdade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto.2015.

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *Barroco e Rococó no Brasil*, p. 9.

⁴⁶⁷ _____, *Barroco e Rococó no Brasil*.

⁴⁶⁸ _____, *Barroco e Rococó no Brasil*.

⁴⁶⁹ _____, *Barroco e Rococó no Brasil*.

barrocas mineiras, tem arquitetura mais singela, na comarca do Serro frio são verdadeiras caixinhas de joias, onde paredes de pau a pique guardam o mais expressivo e contrastante da arte desta trama⁴⁷⁰.

A opulência do Barroco está associada ao poder, com recursos retóricos, desta forma a talha é toda revestida com ouro e as formas tem movimentação, o mais evidente recurso são as representações figurativas, tanto em escultura como em pintura, com eloquentes gesticulações e dramaticidade⁴⁷¹, as imaginarias do Serro tem um ar de família local. Com certa segurança acredito que havia um ateliê escultórico que atuava em Vila do Príncipe, que produziu grandes partes das imagens dessa região, os oragos da Igreja de Matozinhos, do Carmo e da Purificação, já demolida são todos de um mesmo ar de família, as que difere desse grupo são o São José de Botas da Igreja do Carmo, provavelmente feita pelo ateliê de Francisco Antônio Lisboa o tio do Aleijadinho que fez os altares da Igreja do Carmo de Diamantina⁴⁷².

O barroco focou as figuras centrais do cristianismo, desta forma todas as Igrejas Matrizes, são cristocentricas, onde a capela-mor e especificamente da irmandade do Santíssimo Sacramento, dogma mais caro da Igreja, as figuras centrais sempre são imagens de cristo e sua parentela, no caso de Nossa Senhora ela é cultuada em suas múltiplas invocações⁴⁷³.

A abundância das imagens escultóricas é uma resposta direta ao “iconoclasmo” a invocação do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos no Serro, em Conceição do Mato Dentro, Serra Azul de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas e Senador Modestino Gonçalves é uma confirmação da cultura do barroco ao culto das imagens⁴⁷⁴. Na colônia a preocupação da igreja era catequizar os índios e doutrinar os colonos, esta devoção do Cristo crucificado se difundiu na Comarca, pois grande parte dos portugueses dessa região

⁴⁷⁰ ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. *Pinturas nas Igrejas da Comarca do Serro Frio*. 103 p. Monografia (Pós graduação Lato Sensu em História da Arte Sacra) – Faculdade Arquidiocesana de Mariana “Dom Luciano”, Mariana, 2015. 103 p.

⁴⁷¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro: Cultura Barroca e Manifestações do Rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006. 80 p.

⁴⁷² MIRANDA, Selma M. *A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009. 300 p. (Série Grandes Obras e Intervenções, 3).

⁴⁷³ Na comarca do Serro Frio o culto Mariano foi e ainda é muito forte predominando a invocação, de Nossa Senhora do Carmo, do Rosário, da Conceição, da Purificação, das Mercês e do Amparo.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, Myriam Andrade R. Minas Gerais, monumentos históricos e artísticos: Circuito do Diamante. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n. 16, p. 171-179, 1995.

vieram do Norte de Portugal onde ainda é forte o culto ao Senhor do Bom Jesus do Matosinhos, segundo a tradição lendária Nicodemos, amigo de Jesus era hábil escultor e atribui-se a ele a primeira imagem entalhada em madeira do cristo.

A justificativa da Igreja tridentina aos iconoclastas, está alicerçada em Nicodemos, pois se o próprio amigo de Cristo lhe representou na primeira imagem escultórica, não há como questionar o culto das mesmas. E na pintura a base se dá a partir de São Lucas um dos quatro Evangelistas, pois foi este discípulo que representou a primeira imagem da Virgem e do Menino Deus, sendo ele patrono dos pintores, na Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos do Serro a uma pintura de São Lucas onde este é representado pintando a Virgem e o menino Deus, o que poderia ser um alto retrato de Caetano Luiz de Miranda, artista que pintou esta obra⁴⁷⁵.

“O justo viverá pela fé”⁴⁷⁶

O monge agostiniano, Martinho Lutero foi excomungado pelas doutrinas que pregava, foi responsável pela reforma protestante, com apoio da nobreza alemã, a reforma luterana tinha interesses econômicos e políticos, rompendo com o papado romano, os reinos germânicos estariam livres da tutela da Igreja, e os nobres teriam acesso aos patrimônios do Clero em território alemão⁴⁷⁷. A partir de Lutero surgiram outros nomes com novas ideias teológicas como Calvino com a teoria da *Predestinação Absoluta*, o movimento reformista fazia parte do período histórico no qual estava inserido o monge alemão.

A nobreza e a burguesia da Inglaterra desejavam romper com os tributos pagos a igreja, com o conflito entre Henrique VIII e o papa Clemente VII, devido ao papa recusar anular o casamento de Henrique com Catarina de Aragão, o rei rompeu com a igreja e o parlamento inglês apoiou o rei e votou o *Estatuto da Supremacia*. Henrique VIII tornava-se chefe supremo da Igreja no lugar do papa, surgindo a *Igreja Anglicana* que preservou boa parte dos rituais, dogmas e celebrações romanas. Ocorreu o confisco das propriedades da igreja Católica em território inglês.

⁴⁷⁵ ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. Estampas como inspiração para a pintura em Minas Gerais. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4, 2009, Campinas. *Atas do IV Encontro de História da Arte da UNICAMP*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, p. 144-157.

⁴⁷⁶ Jargão de Martinho Lutero / Epistola de Paulo aos Romanos

⁴⁷⁷ Na região do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V se recusou em oficializar a nova religião de Lutero, alguns príncipes germânicos se rebelaram contra o imperador, a partir desta ação de protestos dos príncipes o movimento ganhou nome de protestantismo.

Estes foram os pilares que levaram a igreja católica a rever suas bases, e reagir perante o movimento protestante, diante da crise que envolveu a igreja o papa Paulo III deu inicio a *Contrarreforma*, (ou reforma Católica), em 1539 e 1540 o papa oficializou a Companhia de Jesus, ordem religiosa criada pelo espanhol Inácio de Loyola, que defendia rigidez aos princípios da moral cristã, obediência hierárquica, no território luso brasileiro.

A Companhia de Jesus focava atenção redobrada com a educação das crianças, esta ordem religiosa foi a principal aliada do papado contra o avanço da “heresia” protestante. Vieram significativas quantidades de jesuítas para a América, catequizando os Índios pela moral cristã, e implantaram valores europeus católicos⁴⁷⁸, no Brasil fundaram muitos povoamentos (missões ou reduções) e cidades, como a cidade de *São Paulo* e os *Sete Povos das Missões*, esta Companhia ficou conhecida como os “soldados de Cristo” de severa obediência aos superiores e ao papa.

O Papa Paulo III convocou em 1545 o 19º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, mais conhecido como *Concilio de Trento*, que ocorreu na cidade italiana de mesmo nome, o concilio terminou após 18 anos de reuniões, as bases da igreja foram revisados, o resultado de Trento foi a proibição da venda das indulgências, salvação pela fé e obra, os clérigos deveriam estudar nos seminários antes de se ordenarem, confirmação do celibato dos religiosos. Os bispos, arcebispos e cardinalatos, cargos do alto clérigo foram proibidos de serem vendidos, a confirmação da eucaristia como Corpo e Sangue de Cristo, ocorrido durante a missa, a afirmação dos sete sacramento (batismo, crisma ou confirmação, eucaristia, reconciliação ou penitencia, extrema-unção, ordenação e casamento). E para aqueles quem questionassem os dogmas da igreja, foi reativado o *Tribunal da Inquisição* (Tribunal do Santo Ofício).

Comarca do Serro Frio e seus Principais Artistas

Minas Gerais é uma região fruto da colonização portuguesa, as primeiras povoações deste território se deram devido à extração aurífera, principalmente nos leitos dos rios, a partir destas entradas novas povoações foram surgindo, dando origem as vilas e cidades coloniais⁴⁷⁹.

⁴⁷⁸ LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil*. Lisboa: Brotéria, Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 1953.

⁴⁷⁹ SOUZA, Laura. Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 1. 542 p.

A Comarca do Serro Frio foi uma importante região mineradora, a primeira região da América a ser encontradas as pedras preciosas dos diamantes, ocorreram extravios e contrabandos, no qual estava envolvido parte da elite, contudo os penalizados eram os mais vulneráveis, sendo, os escravos, os negros libertos, e a camada inferior da sociedade⁴⁸⁰.

A arte religiosa da região do Norte de Minas Gerais, conta com escassos estudos, porém de substancial importância para a compreensão das mesmas, entre os pintores o mais estudado foi o guarda-mor José Soares de Araújo precursor da arte religiosa do circuito dos diamantes, introduzindo o gosto pela pintura de perspectiva de trama barroco, atuando junto com auxiliares⁴⁸¹.

Os putti da Igreja de São Francisco e Matozinhos são representados com atributos próprios ao tema do cristianismo, palmas, Cornucopias e guirlandas de flores, o detalhe destes meninos galantes demostra a grande habilidade do artista, em que se observa sombras e temas típicos da cartografia, para atribuição das pinturas de Caetano foi de substancial importância o oratório do museu de Diamantina⁴⁸².

Entre as Importante pinturas rococó pode-se citar a Matriz de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Conceição de Mato Dentro, da Matriz de São José de Itapanhoacanga da Igreja do Carmo do Serro e da Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro⁴⁸³.

Manoel Antônio da Fonseca e Silvestre de Almeida Lopes fizeram pinturas com autoria confirmada e bem documentada, este último artista desenvolveu obras na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Diamantina, e Manoel assinou a pintura do teto da Matriz de São José de Itapanhoacanga.

Há grande possibilidade de ter existido uma "escola" de pintura na Comarca do Serro Frio, tendo como mestre orientador o Guarda-Mor José Soares de Araújo, e como

⁴⁸⁰ FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde: O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. 208 p.

⁴⁸¹ MAGNANI, Maria Claudia A. O. *Cultura Pictórica e o Percurso da Quadratura no Arraial do Tijuco no século XVIII: entre o decorativo e a persuasão*. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

⁴⁸² SANTOS, Antônio Fernando Batista dos; MIRANDA, Selma Miranda. *Artistas pintores do Distrito Diamantino: revendo atribuições*. In: IV COLÓQUIO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4, 1992, Salvador. Atas do IV Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte. Salvador, BA: UFBA, 1992, v. 1, p. 411-428.

⁴⁸³ ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. *Análise da produção pictórica da Capela do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos na cidade do Serro*. 2015. 97 p. Monografia (Pós graduação Lato Senso em Cultura e Arte Barroca) – Faculdade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

discípulos, Silvestre de Almeida Lopes, de origem parda, do Capitão Caetano Luiz de Miranda e de Manoel Antônio da Fonseca, artista que trabalhou no forro da Matriz de São José, em Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas.

O Guarda-mor e do período barroco, atuando nesta vertente artística, por sua vez os demais pintores citados acima são de outro estilo, o rococó. O Barroco é de origem italiana e é a primeira forma de manifestação artística católica a se implantar no Norte de Minas Gerais e o rococó tem suas origens na França de Luiz XV, é um estilo de corte e foi implantado no Brasil nos principais polos econômicos da época, é um estilo que ocorre após a manifestação do Barroco⁴⁸⁴.

Acredito que, a partir destes artistas, ocorriam oficinas locais, que tinham um mestre orientador, escravos e artífices contratados. Desta forma, atuava José Soares de Araújo no Arraial do Tijuco e imediações, Caetano Luiz de Miranda atuou no Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina) Inhaí e em Vila do Príncipe (atual cidade do Serro); seguiu de perto as produções do Guarda- Mor. Sua obra prima consolidou-se com a pintura da Igreja do Senhor do Bom Jesus do Matosinhos, na Cidade do Serro. Silvestre de Almeida Lopes desenvolveu trabalhos no Arraial do Tejucu e talvez em Conceição do Mato Dentro, sua grande produção encontra-se na Igreja de Nossa Senhora do Amparo⁴⁸⁵.

Persuasão através da Imagem

Os estilos artísticos barroco e rococó foram imprescindíveis para a produção artística no Norte de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, o barroco extrapolou o cunho artístico, tornando-se uma filosofia de pensar, agir, e exprimir da sociedade luso-brasileira, no período rococó a cultura do barroco ainda era vigente, acredito que resquícios desta cultura ainda prevaleça em algumas sociedades interioranas. Relacionado à circularidade dos artistas, dos pensamento e da cultura como um todo German Bazin:

As origens francesas ou italianas da arte alemã ou russa logo se tornaram irreconhecíveis através da transformação que os artistas lhes impuseram. Essas formas originais não tardaram a perder suas características nacionais e foram absorvidas pelo novo ambiente.

Nessa época o desconforto não constituía um empecilho às viagens, cuja lentidão era mais favorável a um conhecimento cabal dos países visitados que a extrema velocidade dos transportes de

⁴⁸⁴ OLIVEIRA, Myriam Andrade R. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da segunda metade do século XVIII. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 144-169, 2001.

⁴⁸⁵ ARAUJO JUNIOR. *Pinturas nas Igrejas da Comarca do Serro Frio*. 103 p.

hoje. No final do século XVII havia uma convicção generalizada de que todo homem culto devia aperfeiçoar sua educação com um giro pela Europa, o qual lhe propiciaria um conhecimento em primeira mão das diversas formas da civilização europeia. Príncipes e burgueses ganhavam a estrada, visitavam as cidades e eram recebidos em várias cortes, enquanto os intelectuais trocavam farta correspondência, a qual, no campo das ciências, preparou o caminho para o surgimento das revistas científicas. Em geral aceitavam de bom grado convites para visitar a corte de um príncipe, mesmo num país estrangeiro.⁴⁸⁶

Nos séculos XVII e XVIII prevaleceu na Europa o governo absolutista, cujo poder estava centrado nas mãos do monarca, o qual era monopolizado por uma única família, enfatizavam que esta forma de governo era de origem divina, com a confirmação da igreja nos reinos católicos. O imaginário do direito divino dos governantes não era coeso em toda a Europa, os Países Baixos eram “democráticos”, a Inglaterra era regida por monarquia parlamentar. Nos países de monarquia absolutista prevaleceu a ostentação e o luxo⁴⁸⁷.

Barroco Italiano

Os Papas desejosos de um império espiritual, refletido na grandeza de Roma, imbuídos do desejo de restaurar na Cidade Eterna das sete colinas, herdeiros dos imperadores da antiguidade romana, tornaram-se grandes mecenas de obras de arte, e os artistas se inspiravam diretamente nos monumentos da antiguidade clássica de Roma e do helenismo. Com a necessidade da Igreja de combater a “heresia” protestante, os artistas desenvolveram um estilo “oratório” de apologia e propaganda, a qual o Concílio de Trento enfatizou como função da arte religiosa⁴⁸⁸. A produção artística passou a afirmar a grandeza da Igreja Católica através de monumentos esplendidos, os artistas utilizaram todos os recursos que podiam empregar para atestar a fé e a verdade da igreja⁴⁸⁹.

Para a consolidação de Roma como a cidade papal, iniciou-se a reconstrução da Igreja de São Pedro, tornando-se o centro da fé católica, trabalharam nessa empreitada, arquiteto como Domenico Fontana, Carlo Maderno, Bernini⁴⁹⁰, urbanistas, escultores entre outros artífices. O papa Alexandre VII, incumbiu a Bernini o Trono de São Pedro (Cathedra Petri) o qual foi produzido em mármore, estuque e bronze, com rebuscadas

⁴⁸⁶ BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2010, p. X

⁴⁸⁷ _____. *Barroco e Rococó*, p. XI.

⁴⁸⁸ ARGAN, Giulio Carlo. *Imagen e persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 567 p.

⁴⁸⁹ BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 4.

⁴⁹⁰ _____. *Barroco e Rococó*.

colunas Salomônicas⁴⁹¹, edificado sob os sustentáculos dos quatro Doutores da Igreja coroado de um resplendor dourado e baldaquino edificado sobre o tumulo de São Pedro⁴⁹², o qual guarda uma singela relíquia do Santo, um escabelo de madeira.

A Europa se voltou para a Itália, e os artistas de diferentes nacionalidades foram conhecer de perto obras primas de Michelangelo e Rafael, e as obras da antiguidade clássica de Roma descoberta com a nova ciência da arqueologia.

As representações figurativas do período barroco, “são regidas por uma estética que considerou a arte um meio de expressar as paixões da alma”.⁴⁹³ As ciências humanas fez considerável avanço a partir do século XVII, o amor, a paixão e as expressões corporais, tornaram-se de interesse de estudiosos. Tratados envolvendo tais temas foram elaborados, e os artistas passaram a estuda-los para representar as paixões, os sofrimentos, o amor, a ternura, a fúria, o medo e o desespero, entre outros sentimentos. A pintura e a escultura foram imbuídas da retórica difundindo a missão apologética e propagandista da Igreja. Confirmação que não foge a regra é a imagem esculpida por Bernini do êxtase de Santa Tereza, em Santa Maria della Vittoria, em Roma⁴⁹⁴.

Os primeiros críticos deste estilo, do barroco tinham uma visão bastante pejorativa do mesmo, chamando o de “*gosto bizarro*”⁴⁹⁵ segundo Baeta:

O pior juízo que se poderia retirar daquele “gosto bizarro” que teria contaminado as boas regras da arte nos últimos dois séculos, e que em finais do *Settecentos* estava praticamente extinto do velho continente – mas ainda perdurava insistentemente no cenário distante da América Ibérica. Em um momento em que o racionalismo iluminista influenciava decisivamente os cânones de grande parte da arte que se estava produzindo, (...) a hipertrofia de motivos plásticos, a dramaticidade, o ilusionismo óptico, em síntese, a aparente filiação das manifestações da arte barroca à subjetividade e ao impulso irracional, era uma postura inadmissível para a rigorosa crítica estética do Neoclassicismo.⁴⁹⁶

Para os críticos do neoclassicismo ocorreu uma deturpação do clássico no período barroco “esta maneira bizarra foi reconhecida e caracterizada como uma das tendências

⁴⁹¹ Colunas Torsas ou Salomônicas, alusão às colunas do Templo de Salomão. Bernini se inspirou colunas da Basílica de Constantino, Século IV.

⁴⁹² Com mais de 25 metros de altura.

⁴⁹³ BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 14.

⁴⁹⁴ BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 17.

⁴⁹⁵ _____. *Teoria do Barroco*, p. 15.

⁴⁹⁶ _____. *Teoria do Barroco*, p. 15.

aniquiladoras do bom senso estético que teria contaminado alguns artistas”.⁴⁹⁷ O arquiteto Borromini, o escultor Bernini, o pintor Pietro de Cortona, e o poeta Marini foram artistas barrocos duramente criticados pelos teóricos neoclássicos, estes artistas setecentistas eram vistos como o superlativo do mau gosto e do bizarro. Com relação à terminologia barroco, estaria provavelmente ligado a arte da ourivesaria onde as pérolas irregulares e deformadas eram chamadas de barroco, portanto o nome tem uma conotação pejorativa, barroco seria o torto, o irregular, o inferior⁴⁹⁸.

Conclusão

Para a cultura iluministas havia um grande respeito perante o passado greco-romano, e a arte deveria seguir imitando estes cânones da Antiguidade Clássica. Os arquitetos neoclássicos difundiam a ideia de que era imprescindível conhecer as ruínas arquitetônicas, das civilizações da antiguidade ocidental, a partir de um olhar científico.

O barroco é uma arte do triunfalismo nascido na igreja e a serviço da igreja Católica, tem objetivo de persuadir, dotado de cunhos apologéticos religiosos.

A Igreja Católica se valeu da Companhia de Jesus, do Concilio de Trento do Tribunal da Inquisição e da imagem como forma de persuasão, lançando mão do barroco, como arte da contrarreforma é estes os pilares da Igreja pós Tridentina.

Com relação ao território luso brasileiro, a igreja católica desempenhou significativo papel na formação do território, tanto geográfico, religiosas, político, social, culturais e ideológicas.

O circuito dos diamantes foi um importante polo minerador das pedras preciosas do período Colonial. Fruto da mineração foi surgindo vilas e povoações as quais deram origem a significativas igrejas com pinturas de estilo barroco e rococó. A pintura barroca foi introduzida pelo guarda-mor José Soares de Araújo, que trabalhou com uma significativa equipe. Na pintura de estilo rococó o artista mais notável foi Caetano Luiz de Miranda, com atuação na Igreja de Matozinhos do Serro e na Igreja de São Francisco de Diamantina, sendo estas as principais obras deste artista. A produção pictórica da igreja de Matozinhos do Serro é de fato uma composição erudita, que se posiciona entre as mais

⁴⁹⁷ BAETA. *Teoria do Barroco*, p. 16.

⁴⁹⁸ _____. *Teoria do Barroco*. 214 p.

belas e importantes pinturas do estilo rococó já realizada em Minas Gerais. Há escassez de estudos aprofundados sobre arte colonial nesta região.

De grandes expressões são as igrejas de estilo artístico de pintura de trama rococó, as duas joias do mais rebuscado rococó são as do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro e a de São Francisco de Assis de Diamantinas, ambas ornamentadas com pinturas atribuídas a Caetano Luiz de Miranda, artista enigmático proprietário de uma biblioteca notável, os testamentos de José Soares de Araújo e Caetano Luiz de Miranda demonstra significativo destaque econômico destes pintores.

Como persuasão do barroco pode-se citar os seguintes estudos de caso: Os retábulos como maquinetas de hierarquias no barroco ibérico (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Conceição do Mato Dentro) A hierarquia dos Santos no interior das Igrejas (Matriz de São José de Itapanhoacanga e a Igreja do Carmo do Serro). O Senhor do Bom Jesus do Matozinhos como santuário de substituição a peregrinação a terra santa (serro e conceição).

A talha do Estilo Nacional em Minas Gerais: trânsito de artistas e oficinas em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII

Alex Fernandes Bohrer

Doutor em História Social da Cultura
IFMG-OP (Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto)
alex.bohrer@ifmg.edu.br

RESUMO: O retábulo do Estilo Nacional Português foi alcunhado por Robert Smith em célebre livro sobre a talha em Portugal. Em Minas é possível encontrar traços deste estilo em raríssimas peças de fins do XVII e início do XVIII. O Nacional Português nas Minas marcou o berço de uma das mais esplendorosas épocas artísticas e culturais do período colonial, nos legando obras de inestimável valor, focos do presente estudo. Tendo isso em vista, elaboramos um estudo sistemático de retábulos desta tipologia, com abordagens estilísticas e iconográficas, propondo escolas ou oficinas atuantes em Minas Gerais no início do século XVIII. Esse tipo de estudo nos auxiliará a dar nova abordagem sobre os primórdios da História de Minas Gerais, lançando mão desses retábulos, até agora tão pouco estudados.

PALAVRAS-CHAVES: Barroco, Estilo Nacional, Retábulo.

Barroco e territorialização

Muito se tem escrito sobre a produção cultural e artística do chamado Barroco Mineiro. Estudos variados sobre pintura, talha e escultura se multiplicaram nos últimos cinquenta anos. No entanto, cabe salientar que tais estudos acentuam um hiato: a produção artística do território das Gerais de fins do seiscentos e três primeiras décadas do setecentos não recebeu ainda trabalho abrangente e sistemático. Este período é marcado especialmente pelo aporte em terras americanas de uma tipologia específica de retábulos, de impulso criativo tipicamente lusitano, chamado hodiernamente de Estilo Nacional Português (conforme alcunha dada por Robert Smith) ou simplesmente de Barroco Português, conforme já discutimos em alguns congressos.

Um dos principais objetivos aqui será demonstrar a existência de determinadas oficinas/escolas de talha que atuaram em Minas em princípios do século XVIII. Tal afirmativa se dará através de exames iconográficos, estilísticos e comparativos de Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

diversos ornamentos (figuração antropomórfica: anjos, *putti*, atlantes, cariátides etc; figuração zoomórfica: fênix (as aves *fénis*’ conforme a documentação da época)⁴⁹⁹, pelicanos etc; figuração fitomórfica: festões, guirlandas, girassóis, rosas etc).

Propomos aqui a existência de um mestre principal circulando por ampla região, a qual chamaremos Mestre de Cachoeira, por ser na matriz desse distrito ouro-pretano que se concentra a maior parte de sua obra. Outro artista que atuou na mesma matriz foi Manuel de Matos, único nome que localizamos de um entalhador do período em Minas Gerais.

O Estilo Nacional Português é encontrado em determinadas regiões de Minas, desde localidades da antiga Comarca de Vila Rica e Sabará até o norte, na Comarca do Serro. Contudo, salta aos olhos, pela quantidade e qualidade artística, a confecção deste tipo de peça na Bacia do Rio das Velhas. Há retábulos afins em Sabará (Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igrejinha de Nossa Senhora do Ó e Capela de Santo Antônio de Pompéu), Raposos (Matriz de Nossa Senhora da Conceição), Caeté (Capela de Nossa Senhora do Rosário), Itabirito (Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e Capela de Nossa Senhora do Rosário de Acuruí) e em Ouro Preto, justamente em distritos localizados nas cabeceiras do citado rio (Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo, Igreja de Santo Antônio de Glaura, Igreja de São Bartolomeu e Capela de Nossa Senhora das Mercês, essas duas últimas no distrito de São Bartolomeu, e a capelinha de Santo Amaro no povoado de Bota Fogo). Apesar da ligação inequívoca com criações portuguesas coetâneas, tais obras apresentam características próprias, que transitam desde um gosto vernáculo (Raposos) até complexas criações ornamentais (Matriz de Cachoeira do Campo).

Subindo o Rio das Velhas, São Francisco e o Jequitinhonha, também encontramos peças do Estilo Nacional. Há remanescentes em Matias Cardoso (Matriz de Nossa Senhora da Conceição), Minas Novas (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), Chapada do Norte (Matriz de Santa Cruz e Igreja do Rosário) e, mais ao sul, São José de Itapanhoacanga, Costa Sena e Diamantina (Catedral).

Outra área que merece ser citada é aquela compreendida no antigo Termo de Mariana e parte do de Vila Rica, no Vale do Rio Gualaxo (afluente do Rio Doce),

⁴⁹⁹ALVES, Natália Marinho Ferreira. *A arte da talha no Porto na época barroca*, vol.1. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1989, p.216, 277.

sobretudo em distritos marijanenses como Camargos, Monsenhor Horta, Furquim e Ribeirão do Carmo. Ainda que as criações dessa região estejam muito alteradas ou apresentem por vezes um gosto de transição, são, contudo, importantes para compreendermos a difusão desse estilo em áreas de mineração intensa em inícios do século XVIII. O estudo de igrejas como a São Caetano de Monsenhor Horta nos possibilita entender o processo de mudança de uma morfologia e iconografia típicas do seiscentos para a nova formalidade ao gosto joanino italianizante, com dosséis, cortinados e um desenho mais arquitetônico. São monumentos emblemáticos: a Matriz de Bom Jesus de Furquim, a Igreja de São Sebastião de Ribeirão do Carmo, a Igreja de Nossa Senhora da Glória de Passagem de Mariana, a Sé e a Santana de Mariana e a Igreja de São José de Ouro Preto, com seus dois pequenos retábulos laterais de nosso estilo.

Optamos por fazer a territorialização dos retábulos estudados tendo em vista as bacias em que se encontram, dessa forma não obedecendo à divisão política posterior. Ativemos-nos, antes, à hidrografia e, consequentemente, ao relevo. A nosso ver, é mais lógico encarar assim as regiões de produção artística, já que eram pelos rios que vagueavam as ondas migratórias, como salientamos antes.⁵⁰⁰ Portanto, o meio natural foi fator preponderante. Não é de se estranhar, por exemplo, que lugares aparentemente distantes tenham certa ligação estilística, como Cachoeira, Caeté e Sabará (vinculados pelo Rio das Velhas): devia ser relativamente fácil aos escultores ir de uma obra a outra margeando os ribeiros.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ Em mapas antigos era comum se dar mais ênfase aos rios e ribeiros, que aos caminhos e picadas, rudimentares quase sempre. Exemplo disso é o famoso mapa elaborado por Cláudio Manoel da Costa em 1782, onde constam as comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas. Nele há especial atenção à hidrografia, estando representados com bastante precisão os principais rios, afluentes e pequenos ribeiros (como o Rio Maracujá de Cachoeira do Campo e o Córrego Cipó, perto da paragem do Capão do Lana).

⁵⁰¹ É provável que em inícios do século XVIII muitos outros templos ostentassem peças do Estilo Nacional, desmanchados em alterações posteriores ou destruídos pelo tempo ou desastres. Talvez os retábulos da desaparecida Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, tivessem as tradicionais arquivoltas, de qualquer modo destruídas em 1833 por famoso incêndio. Só para se ter ideia, apesar da impressão que se tem, Antônio Pereira é povoado vizinho de São Bartolomeu (que possui cinco retábulos de nosso estilo), sendo fácil ir de lugar a outro passando pelo Rio Piracicaba, percurso este de não mais de dez quilômetros - contudo, por estrada de rodagem os dois distritos se separam por sessenta e cinco quilômetros! Vide BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto, um novo olhar*. São Paulo: Scortecci, 2011.

Como o Rio das Velhas é afluente do São Francisco, temos aqui, como dito, uma zona de convergência, tanto dos caminhos do sul (Sabará foi ponto de estabelecimento de Fernão Dias), quanto os do norte.

Duas oficinas no Rio das Velhas: o Mestre de Cachoeira e Manoel de Matos

Poderíamos nos aprofundar em qualquer uma das oficinas que circularam nas localidades acima, mas, tendo em vista o espaço reduzido aqui, iremos privilegiar aquelas identificadas na Matriz de Cachoeira do Campo por essa igreja possuir documentos remanescentes e pela importância de sua talha que, pelo que pudemos perceber, reaparece em vários lugares, como Sabará, Pompéu e Caeté. Resolvemos alcunhar um desses escultores como Mestre de Cachoeira, já que se trata de artista anônimo que deixou nesse distrito a parte mais volumosa de sua obra.

Pela análise detida dos elementos antropomórficos, sugerimos que esse mestre atuou, como dito, na Matriz de Nazaré (na capela-mor, arco e altares do cruzeiro), em Santo Antônio de Pompéu (no arco-cruzeiro e no lavabo da sacristia, cuja carranca se assemelha aos dois mascarões sob os nichos do mor da Nazaré, com desenho parecido das sobrancelhas, nariz e bigode), na Penha de Caeté (em fragmentos esparsos), no Rosário de Caeté (especificamente nos nichos das peças laterais) e no medalhão do coro e sacristia da Matriz de Sabará (cuja posição dos anjos, dos *putti*-estípites e dos porta-cortinas é exatamente a mesma daquelas encontradas nos retábulos laterais do Rosário de Caeté e na densa decoração da matriz cachoeirense). Levantamos também a hipótese, pela análise dos elementos fito e zoomórficos, que esta seja a mesma oficina que atuou no retábulo-mor do Ó de Sabará.

Após comparar a talha da capela-mor e dos retábulos do cruzeiro de Cachoeira, percebemos que esta é uma oficina de intersecção, onde trabalhou, provavelmente, mais de uma mão. Há um ar familiar quando confrontamos essas obras, mas elas possuem evidentes variações morfológicas (ainda que pequenas). É provável que essa oficina fosse ordenada por um mestre maior, que ditava o serviço, e outros oficiais subordinados. Talvez isso explique o fato da figuração antropomórfica mudar um pouco entre a capela-mor (anjos com cabeças desproporcionais e corpos anatomicamente distorcidos)⁵⁰² e as peças

⁵⁰² Esses *putti* e anjos da capela-mor e arco-cruzeiro estão de tal forma repintados que foi impossível resgatar
Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da
UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

do cruzeiro (que apresentam os mesmos vícios escultóricos anteriores, mas com melhor compleição), não obstante a ornamentação fito e zoomórfica ser praticamente a mesma. Foi a análise desses adornos, baseados em fênix e parreiras, que nos permitiu sugerir ser essa a mesma oficina do Ó de Sabará. Mas, teria esse artista abandonado uma tipologia, a favor de outra, mais condizente com os grandes centros portugueses, onde abundavam os *putti*? Cremos que isso é perfeitamente possível. Ou teria esse escultor feito primeiro a capela-mor de Cachoeira e, depois, o Ó, abandonando assim os ornatos humanos? Há documentos que insinuam isso. Sobre o Ó, há uma solicitação da irmandade datada de 1717:

Dizem os devotos de Nossa Senhora da Expectação que eles estão fabricando uma capela à mesma Senhora no Arraial de Tapanhoacanga, em um campestre que fica atrás do dito arraial, fora da rua pública.⁵⁰³

Portanto, a capela estava sendo ‘fabricada’ em 1717. No testamento de Antônio de Barros, benfeitor da matriz cachoeirense, datado de 1714, se entende que a capela-mor (a qual recebeu esmolas pessoais dele), estava sendo construída já naquele ano.⁵⁰⁴ São ambos os templos, portanto, quase concomitantes, na talha e decoração, não subsistindo a hipótese que o mor de Cachoeira é um retábulo tardio.

Teria sido esse escultor não identificado quem popularizou na capitania a ornamentação antropomórfica? O certo é que no período subsequente tal decoração seria comum (como vemos em Manoel de Matos e no joanino posterior). Seria esse mesmo mestre que difundiu o trono anforado, infrequente em Portugal e tão comum no Vale do Rio das Velhas? Nos grandes centros portugueses o trono mais corriqueiro é o escalonado (que nas Minas só aparecerá depois).

Desse mesmo mestre anônimo é o pequeno trono móvel confeccionado para se acoplar ao trono principal do altar-mor (em ocasiões festivas este recebia a primitiva imagem de Nossa Senhora de Nazaré).⁵⁰⁵ Ainda de sua lavra é a escultura do Divino

a policromia original na recente restauração. Talvez muito da diferença notada entre esses e os da nave se deva a essa repintura (a policromia da nave é indelevelmente superior).

⁵⁰³ Apud VASCONCELLOS, Sylvio de. *Capela de Nossa Senhora do Ó*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1964, p.11.

⁵⁰⁴ Arquivo da casa do Pilar (Ouro Preto). Código 23. Auto 239, 1º Ofício, p.2.

⁵⁰⁵ Essa engenhosa solução faz com que ambas as imagens da Virgem de Nazaré (a pequena e a grande) possam se acomodar no retábulo-mor.

Espírito Santo cujo aro que guardece a pomba é ornado com as características mulheres com pingentes.

Sobre a obra retabulística de Manoel de Matos não falaremos aqui, já que o espaço não nos permite. Antes, queremos frisar seu possível papel como estatuário, atuando em Cachoeira e Fidalgo (lugar do qual temos comprovação documental de sua presença). A Matriz de Cachoeira do Campo preserva expressivo acervo de imagens e, entre elas, nos chama atenção um grande São Miguel, abrigado originalmente sobre o altar de sua invocação. É nítida a afinidade dessa peça com os ornatos antropomórficos de Matos nos dois retábulos que confeccionou: possui o mesmo arranjo distintivo dos cabelos, da testa, olhos, nariz comprido e reto, boca pequena, queixo arredondado. Essas características são realçadas notadamente nos anjos que portam cornucópias e nos atlantes.

Sabemos que o retábulo da Igreja de Fidalgo não é o original feito por Matos em 1727 e sim uma alteração posterior. Contudo, o Ministério Público de Minas Gerais conseguiu resgatar recentemente a imagem original que essa estrutura acolhia, uma Nossa Senhora do Rosário, furtada há alguns anos. Existem algumas similaridades com elementos cachoeirenses: temos a mesma representação do rosto, boca pequena, queixo leve e boleado e a dobradura do tecido (semelhante àquela do saiote de São Miguel). Serão ambas da lavra de Manoel de Matos? O estado de conservação e a dificuldade de acesso ao acervo de Cachoeira nos impossibilitou análise mais aprofundada dessa hipótese.

Conclusão

Tivemos alguns percalços nesse trabalho, sendo um dos principais a escassez de documentos. Já que a maior parte dos acervos eclesiásticos do período foi dilapidado, lançamos mão de outras alternativas, como os códices cartorários e o foco no retábulo em si como fonte de informação histórica. Claro, usar a talha como subsídio documental pode acarretar vários problemas. Atribuir datação ou autoria, por exemplo, é algo muito complexo e passível de erros. Muitas vezes o ornamento está em elevada altura (dificultando a visualização) ou está tão destruído por cupins ou água ou mesmo desfigurado por policromias destoantes e sucessivas, que fica difícil dar voz final.

Um trabalho que se impõem agora será procurar e, quem sabe, trazer a lume manuscritos inéditos ou - mesmo que nada novo se encontre - reler os já descobertos, com o intuito especial de confirmar atribuições e datações. É muito importante, daqui para

frente, propor periodizações mais precisas, coisa inviável num estudo muito abrangente. Cruzando informações muita coisa pode mudar, como fizemos, por exemplo, ao compararmos a petição citada por Sylvio de Vasconcellos (que aponta a data da ornamentação do Ó como em andamento em 1717) e o testamento de Antônio de Barros (que sugere que a capela-mor de Cachoeira estaria sendo construída em 1714): seria a Nazaré concomitante com a do Ó? Ou, quem sabe, mais antiga? É caminho que demandaria mais uma série de suposições, mostrando um escultor que abandona a escultura humana a favor dum fitomorfismo e zoomorfismo ornamental. Contudo, somente novos achados poderiam elucidar esse tipo de questionamento. Vasculhados os arquivos locais, restaria algo nos acervos europeus?

Um possível futuro passo será a catalogação minuciosa de igrejas portuguesas com vistas a elaborar um quadro comparativo internacional (e não mais estadual, como agora). Talvez encontraremos em terras lusitanas, após apreciação estilística, alguns dos mesmos mestres que localizamos nas Minas e quiçá possamos até mesmo lhes dar nomes (considerando a preservação arquivística de lá) ou ao menos confirmar a circulação transoceânica de determinados artistas e artífices, mapeando assim oficinas alastradas, intercontinentais.

ST 9: História das Ideias e Ideologias

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
Mestrando (UFMG)/ pedrobarbosa89@gmail.com

O mundo natural em suas relações com o mundo social – política e cultura na Inglaterra seiscentista

Tiago Oliveira Tardin

Bolsista do CNPQ e Graduando em História

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

t.o.tardin@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa (em andamento), financiado pela *CNPQ*. A proposta dedica-se a analisar a sociedade inglesa no século XVI, e a participação do espaço natural enquanto um instrumento para a formação desse Estado – destacando as dimensões da Política e Cultura letrada. A exemplo de John Manwood – um jurista inglês que escreveu um tratado sobre as Florestas Reais – e orientado por intelectuais que aprofundam a problemática do espaço natural, Keith Thomas, Simon Schama e John Cox, pretende-se apontar para a existência desse debate, pautado na preservação e valorização da memória britânica, no âmbito jurídico e histórico, numa época em que a conjuntura da Inglaterra, bem como da Europa, convergia-se para a aplicação de uma expansão marítima, comercial e científica, a saber, o período moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Inglaterra; Natureza; Manwood; Modernidade;

Apresentação

Desde sua possível formação com o conflito entre bretões e saxões (aproximadamente séculos V e VI), o território a que hoje denominamos de Inglaterra guarda um profuso diálogo com seu espaço natural, desenvolvendo-se a tal ponto de se tornar uma nação que viveria (crenças e costumes) e sobreviveria (subsistência) mediante esse espaço. E mesmo com a invasão dos normandos, a partir do século X-XI por William – o Conquistador, este não perdeu de vista a riqueza visível e invisível que as florestas

possuíam para os bretões. Dentre elas, a que nos interessa ao debate é a consolidação das *Royal Forest*⁵⁰⁶.

Com a expulsão dos normandos⁵⁰⁷, a urgência de uma reestruturação na política britânica fazia-se necessária. Dentre as mudanças sancionadas, compete aqui destacar uma: a gênese do sistema parlamentar. No âmbito jurídico, significou a divisão do exercício de governo do rei a súditos e vassalos simbolizando cada vila e cidade, subdivididos entre os defensores dos interesses da aristocracia (Câmara dos Lordes) e representantes dos direitos dos demais servos e camponeses (Câmara dos Comuns). Na esfera cultural, definiu-se por uma nova etapa da Monarquia Britânica, mais articulada, eficaz no controle à supremacia do poder nas mãos de um indivíduo e, aos padrões da época, satisfatória no combate a injustiças sociais. Parafraseando o historiador Perry Anderson, o parlamento legou à Inglaterra o título de mais forte das monarquias⁵⁰⁸.

Contudo, ao passo que o Estado ganhava contornos institucionais mais bem definidos, a sociedade inglesa respondia a esse processo – marcado politicamente pela Guerra dos Cem Anos, Guerra das Duas Rosas, Reforma Anglicana, revoltas religiosas, Revolução Gloriosa –, é possível observar a manifestação de uma nova leitura atribuída a esse mundo, do qual o espaço natural se faz presente⁵⁰⁹. Nos séculos XVI-XVII, à natureza foi definida enquanto memória de uma aristocracia feudal remanescente frente a uma nova nobreza que crescia conforme desenvolvia-se a economia e o comércio, e que por isso, constituía-se proprietária de vastos campos, para extrair de seus recursos a matéria capaz de assegurar suas atividades comerciais: assim era o desejo de grande parte dos parlamentares e letreados da época. Mas havia àqueles que projetavam um olhar diferente para a natureza. Dentre eles, o jurista John Manwood.

Um letrado seiscentista: John Manwood

⁵⁰⁶ Tradução: Florestas Reais. Esforço de converter porções do espaço natural em propriedades privadas ao rei, cabendo-lhe a jurisdição e o cuidado desse território, bem como os usos e desusos dos recursos naturais presentes.

⁵⁰⁷ Para saber mais sobre este episódio, conferir primeiro capítulo da obra COX, John Charles. *The Royal Forests of England*. Londres: Great Britain Publisher, 1905, p. 1-9.

⁵⁰⁸ Análise presente no seu capítulo sobre a Inglaterra na obra ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 112-146.

⁵⁰⁹ As dinastias britânicas sucessoras à invasão normanda deram continuidade a porções do governo de William, o Conquistador. Dentre elas, reside a *Royal Forest*.

Advogado do *Lincoln's Inn*, guarda-caça da *Waltham Forest*, e jurista da *New Forest*, copilou para a rainha Elizabeth um ensaio sobre leis da floresta em 1592, cujo título original era *A brefe collection of the lawes of the forest*. Seis anos mais tarde, sua obra foi publicada por Thomas Wight e Bonham Norton (famosos publicistas do período) com o título *A treatise of the lawes of the forest wherein is declared not only those lawes, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature*⁵¹⁰. Faleceu pouco tempo depois, em 1610⁵¹¹. Nesse mesmo ano, chegou a escrever outro tratado – um resumo de sua primeira obra bem como demais atos do parlamento do período –, intitulado *An abridgment of Manwood's Forest laws. And of all the acts of Parliament made since; which relate to hunting, hawking, fishing, or fowling. With precedents of warrant for game keepers, licences to hunt, hawk, &c.* Somado ao primeiro tratado, suas duas maiores aquisições políticas, que se tem registro⁵¹².

Um tratado sobre *Royal Forest*

Em seu tratado, Manwood elabora leis acerca da atividade então superada (mas não esquecida) da caça, a que espécies caberiam a preservação dentro das florestas e, de maior relevância – ao pressuposto deste artigo –, o que significava a floresta e seu papel na esfera política inglesa. Para isso, o jurista elisabetano investiga tratado e documentos oficiais do estado inglês – como exemplo, a Magna Carta⁵¹³, e recortes de tratados jurídicos passados. A seguir elenco dois exemplos presentes em sua obra.

Em sua forma de escrita (sendo um documento oficial, numa linguagem formal, com uso de um vocabulário afeito às demandas de um jurista – códigos, leis, conceitos e termos políticos), é possível identificar em Manwood seu elemento de preservar a

⁵¹⁰ Tradução: Um tratado de leis da floresta onde são declarados não apenas essas leis, que estão em pleno vigor, como também a origem e princípio das florestas, e qual a natureza própria de uma floresta.

⁵¹¹ Há uma escassez de dados mediante a vida de John Manwood. Para além desses dados – John Manwood. Captado em https://en.wikipedia.org/wiki/John_Manwood. Acesso em: 29 jun. 2015 – e das citações e análises presentes nas bibliografias de Keith Thomas, Simon Schama, John Cox (intelectuais a ser contemplado nos tópicos seguintes) e Elizabeth Weixel (autora não selecionada para o trabalho, mas que dedica um capítulo de sua dissertação de mestrado a ele, WEIXEL, Elizabeth Marie. *The Forest and Social Change in Early Modern English Literature, 1590–1700*. Minnesota: University of Minnesota, 2009, p. 14-104), não constam mais informações confiáveis quanto ao jurista inglês.

⁵¹²Obra que não foi contemplada para esse trabalho, por questões de acesso a ela.

⁵¹³ Único documento a que foi possível recuperar para compreender a proposta do jurista e complementar o trabalho. Ver LANGTON, Stephen. *Magna Carta (The Great Charter)*. London: Constitution Society, 1215.

nacionalidade inglesa. Justifico mediante duas passagens: sua arguição quanto à formação da palavra *Forest*, segundo ele, *for rest*, sentido de lugar de descanso e deleite, logo, espaço onde o homem e a sociedade também se inserem – Diferentemente da noção europeia costumeira, *Silva*, com sentido de estranho, externo a esfera social e cultural (debate presente no primeiro capítulo); e o exercício de, nos capítulos tratando de espécies da fauna, aponta-los segundo o linguajar nacional e não científico, em latim: “The beasts of the forest were the hart, the hind, the hare, the wild boar and the wolf. The beasts of the chase were the buck, the doe, the marten, the roe deer, and the fox, while the beasts and fowl of the warren were the cony, the pheasant and the partridge⁵¹⁴”.⁵¹⁵ Por fim, seu esforço de legar a *Royal Forest* um espaço prioritariamente vinculado ao deleite, controle e representação da Coroa, discurso iniciado no seu capítulo 2, e permeia os quatro capítulos seguintes. Segundo ele, “A Forest is a certain territory of woody grounds and fruitful pastures, privileged for wild beasts and fowls of forest, chase, and warren, to rest and abide there in the safe protection of the King, for his delight and pleasure⁵¹⁶”,⁵¹⁷

Através destes exemplos, identifica-se a coerência no discurso de valorização da preservação do espaço natural dentro da esfera política pensando no Estado inglês. A seguir, dialogar esses resultados e o argumento de John Manwood com intelectuais ingleses *a posteriori* possibilitará críticas e reflexões acerca da postura desse jurista – um debate caro para a Historiografia a ser contemplada nesse trabalho, a saber, a História das Ideias⁵¹⁸, com enfoque a proposta da Escola de Cambridge⁵¹⁹.

⁵¹⁴ Tradução: As bestas da floresta são o cervo, a corça, a lebre, o javali e o urso. Os animais de perseguição são o pinote, a corça, o veado, a raposa, e enquanto as feras e aves de enclausuramento são o ochotona, o faisão e perdiz.

⁵¹⁵ MANWOOD, John. *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature* (1598). Londres: Company of Stationers, 1665, p. 91-92.

⁵¹⁶ Tradução: A floresta é um certo território de terrenos arborizados e pastos privilegiados para feras selvagens e aves de floresta, perseguição, enclausurado, para descansar e ficar ali seguras na proteção do Rei, para o seu deleite e prazer.

⁵¹⁷ *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature* (1598), p. 40-41.

⁵¹⁸ Corrente historiográfica – em diálogo com outras Ciências Humanas – que se pretende analisar acontecimentos e sociedades na compreensão da Ideia, ou ideias, que norteiam povoam e constituem esses elementos. Um dos seus fundadores é Lovejoy, argumentando que uma Ideia, definiia-se como algo absoluto e único.

⁵¹⁹ Ramificação da História das ideias que, divergindo da proposta de Lovejoy, concebe a relevância do tempo e espaço (contexto) da obra e do autor ao uso e formação de um acontecimento ou sociedade mediante a

Três letreados ingleses *a posteriori*: Thomas, Schama e Cox

Em sua obra *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*, Keith Thomas Fornece um panorama mais amplo da relação do homem inglês com a natureza, analisando grupos sociais, a alta nobreza, baixa nobreza, empresários, servos, mulheres, crianças. Por meio de sua obra, é perceptível o sentido que a sociedade inglesa atribuía ao mundo natural: “a hierarquia das espécies naturais era invocada para justificar as desigualdades sociais no seio da espécie humana, e acreditava-se que havia divisões sociais e políticas estreitamente semelhantes às presentes no mundo dos homens”.⁵²⁰ Além disso, ele analisa não apenas a relação entre o homem e natureza no recorte histórico a que o artigo se propõe (primeira Modernidade), mas também busca dar origem dentro de livros da própria Bíblia, textos de Aristóteles, mitos celtas, obras de escolásticos, tratados de Descartes, obras fundamentais para esquematizar essa organização da sociedade inglesa com o mundo natural, trabalhando com a ideia de que ao homem cabe o papel superior a dos animais, por isso, a legitimidade de fazer uso dela para que então se desenvolvesse em sociedade. A ele também coube à percepção de um debate na Modernidade na sociedade inglesa mediante o uso do latim nas ciências, artes e disciplinas políticas e os desusos que o idioma inglês ia sendo desvalorizado:

Na Inglaterra do começo da era moderna, da mesma maneira, a taxonomia popular das plantas, pássaros, animais e peixes eram mais elaborados do que requeriam as considerações puramente utilitárias; e boa parte dela tinha valor emocional ou simbólico. Não obstante, foi o aspecto prático desse conhecimento popular do mundo natural que parece ter sido predominante.⁵²¹

Inserido neste debate, Manwood se mostra ao lado que reconhece a importância da taxonomia popular – como mostrado no tópico anterior pelo uso que fazia de nominar os animais em seu tratado pela sua origem na língua inglesa, não mediante a taxonomia científica.

influência de uma ou várias ideias. O autor a que o artigo se fundamenta é Quentin Skinner, em sua obra SKINNER, Quentin. *Visões da Política – Questões Metodológicas*. Algés: Difusão Editorial S.A., 2005.

⁵²⁰ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 85.

⁵²¹ _____, *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*, p. 99-100.

Em seguida, temos Simon Schama, no clássico *Paisagem e Memória*. Seu objetivo é tratar a relação do homem ocidental desde a antiguidade até o período contemporâneo com o mundo natural nas suas variadas formas, pensando a paisagem como a intencionalidade dessa natureza para cultura e memória do homem do Ocidente. Na parte dedicada a analisar esse processo com as matas – primeira parte da obra –, no capítulo quatro, Schama apresenta o panorama dessa tradição inglesa do século XII até início do século XIX, por meio de fontes tais como o tratado de John Manwood, fontes literárias e imagens e pinturas de artistas da Modernidade. Essa parte nos é relevante porque nela há a consideração (segundo a pesquisa apurada do historiador) de legitimar essa tradição do homem inglês com o mundo natural. Pensar a Inglaterra nesse recorte, logo, também entre os séculos XVI e XVII, no sentido conceitual, era por meio dessa cultura na natureza, uma postura que dialoga com a análise de Manwood: “A floresta como um local onde a história e a geografia se encontravam: a sede da liberdade verde, um patrimônio partilhado pelas pessoas cultas e pelo povo simples”.⁵²² No entanto, no supcapítulo dois deste mesmo capítulo, onde Schama descreve o jurista inglês, assim o faz numa forma crítica, taxando-o de ingênuo e iludido ao vincular códigos da *Royal Forest* um caráter de legitimidade e autoridade no passado e que deveriam ser retomados em seu presente, a saber, séculos XVI e XVII: “Na verdade, porém, boa parte desse tempo apresenta um sistema que existia apenas no papel. Escrevendo nos últimos anos da rainha Elizabeth, Manwood imaginava que, nos séculos anteriores, cumpriram-se com rigor as leis florestais e só em época recente se passava a negligenciá-las”.⁵²³

A mesma postura encontra-se no segundo capítulo da obra de John Cox⁵²⁴, *The Royal Forest of England*, enfatizando as limitações em seu pensamento de conceber a Inglaterra privilégio e aspecto de pioneira em questões referentes à *Royal Forest*, seja pelo argumento histórico (projeto dos normandos, como já apontado na introdução do artigo), seja pela crítica direta ao falecido jurista: “In such particulars Manwood seems to have relied on foreign rather than English treatises on hunting, a fault in which he has been imitated by more than one modern writer, and also to have confused methods of hunting

⁵²² SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 148.

⁵²³ _____, *Paisagem e Memória*, p. 155.

⁵²⁴ Uma vez que Cox publicou seu livro cerca de um século antes de Schama, é possível interpretar que a crítica dele a Manwood tenha sido uma influência ao historiador.

with forest legislation⁵²⁵,⁵²⁶. Apesar disso, seu trabalho nos é relevante dado a riqueza de detalhes acerca da Inglaterra, contemplando – no tempo – desde a gênese do território ocupado por bretões e saxões no Império Romano até a sua contemporaneidade (finais do século XIX); bem como – no espaço – em sua segunda parte capítulos detalhados referentes às florestas existentes na Inglaterra, analisando aspectos históricos e físicos das mesmas, recorrendo a quadros e pinturas e a tratados e escritos de letrados. Na primeira parte da obra, especificamente os primeiros oito capítulos, o autor recupera elementos da História Inglesa, marcados nesse diálogo com a natureza, bem como da própria hierarquia composta nessa “Instituição” real – apontando para os ofícios, características, direitos e deveres – além de dedicar capítulos investigando a fauna e a flora, menos em seu aspecto biológico, e mais na dimensão simbólica que estes possuíam para a Coroa, a corte, e a sociedade como um todo, configurada segundo essa leitura de humanizar animais e atribuir valores a espécies de árvores, neste aspecto, vinculando ao mesmo ideal de Manwood e a parte da pesquisa de Thomas (especificamente nas terceira, quarta e quinta parte de sua obra, referente à fauna doméstica, selvática e a flora, da Inglaterra Moderna, onde ele defende que, até os séculos XVI e XVII, a classificação de animais e plantas dava-se pela sua relação com o homem, ou seja, pela sua utilidade real e retórica⁵²⁷).

Considerações Finais

A relevância do espaço natural na história e identidade do homem inglês é um fato para a Historiografia Inglesa e àqueles que se debruçam em estudar este Estado. A possibilidade, então, da contribuição a esse discurso por meio deste artigo reside em reforçar que este elemento – exemplificado pelas *Royal Forest* – não se viu descontextualizado na primeira modernidade, por mais que o discurso da urbanização, industrialização e expansão para além da Europa crescia e se expandia entre a sociedade, inclusive, a coroa e sua corte. Por meio da obra e da vida de John Manwood, identificamos este esforço de apontar para a memória e cultura preenchendo este espaço e o projeto – ainda que minoritário – de conceber um Estado forte para a Inglaterra menos pela sua

⁵²⁵ Tradução: Em tais indicações Manwood parece ter invocado leituras estrangeiras e não tratados ingleses de caça, uma falha em que ele foi imitado por mais de um escritor moderno, e também por ter confundido métodos de caça com a legislação florestal.

⁵²⁶ COX, John Charles. *The Royal Forests of England*. Londres: Great Britain Publisher, 1905, p. 25.

⁵²⁷ Por real, refiro-me à sua subsistência – alimento, transporte e segurança; e por retórico à apropriação de humanizar espécies da fauna e flora, atribuindo-lhes adjetivos, relevância na comunhão com o homem e, em certos, casos, consciência.

expansão e mais e pelo reforço aos recursos existentes no território. Em suma, o jurista em questão nos traz um novo olhar à ideia de Estado Inglês no século XVI.

O Conde de Ericeira e a linguagens políticas da restauração portuguesa

Luciano Cesar da Costa

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

lucianocesar_3@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação visa a entrelaçar abordagens teóricas e empíricas, tendo como ênfase o período da Restauração Portuguesa e os conflitos políticos a ela inerentes. No plano teórico utilizo as obras de John Pocock e Quentin Skinner valendo-me do conceito de “linguagens políticas” para melhor expressar os diversos jogos políticos entre os nobres cortesãos portugueses, tentando mapear suas linguagens entre 1640 e 1668. Entre as fontes elencadas para a pesquisa tomo em análise a obra do 3º Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, notável nobre português e membro preeminente da Academia Real de História. Ericeira, em sua principal obra, *História de Portugal Restaurado*, relatou os diversos conflitos políticos do período, em especial aqueles que envolviam os dois irmãos reais, D. Pedro e D. Afonso, que disputavam a coroa. A trama se complexifica quando leva à percepção de que Ericeira apoiava claramente o infante D. Pedro, tornando aquela linguagem política marcada pelo desejo de reconhecimento e ascensão social por parte de D. Pedro. Assim, para contrapor as memórias do conde utilizei outras fontes da época, como *Catasrophe* e *Anticatastrophe de Portugal*. Como desfecho dessa trama temos ainda o suicídio do conde, que segundo as fontes sofria de “ataques de melancolia” e a marcante ascensão de D. Pedro ao trono.

Palavras-Chaves: Linguagens Políticas – Restauração Portuguesa – Conde de Ericeira

O presente artigo visa a esboçar uma possível aplicação do conceito de Linguagens Políticas formulado pelo historiador britânico John Pocock para o contexto da Restauração Portuguesa. A obra de Pocock e da assim denominada Escola de Cambridge insere-se em um contexto mais amplo da virada linguística, na qual a influência da obra de Wittgenstein é notória. Sob o viés da Escola de Cambridge, também conhecida como contextualista, Pocock defendia a ideia central segundo a qual os autores da filosofia política deveriam ser

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

interpretados historicamente, isto é, conforme contexto em que escreviam suas obras. Tal como Peter Laslett – antecessor dos estudos contextualistas – mostrou que Hobbes estava mais preocupado em defender seus co-partidários Whig durante os movimentos que abalaram a Inglaterra de fins do seiscentos, também aqui há a preocupação com as “intenções” do nobre português, Conde de Ericeira e do tortuoso contexto político do século XVII na Inglaterra e em Portugal. Dessarte, a pretensão do presente texto é evidenciar como, dentro do conturbado contexto da Restauração Portuguesa, as linguagens se redefiniam em face dos conflitos políticos da sociedade lusa.

Se é verdade que a escola de Cambridge foi essencial para as formulações mais amplas de inserir autores e palavras em contextos específicos e por definição históricos, é igualmente verdadeiro que os ingleses não estão sozinhos nesta “virada linguística”. Assim, há que se lembrar da escola alemã, bem representada na figura de Reinhart Koselleck, cuja obra sofreu profunda influência da hermenêutica de Hans Gadamer. Em breves linhas, é possível entender a história dos conceitos como a formulação de uma percepção de como os conceitos modificaram-se ao longo do tempo. Por exemplo, a ideia de Revolução presente em 1789 pode ter se modificado drasticamente em 1974. Para Koselleck é fundamental a percepção influência das mudanças históricas na construção e utilização dos conceitos. Dessa forma, a obra do autor alemão culmina na formulação de um importante dicionário de conceito, *Geschichtliche Grundbegriffe* (GG). Cabe ainda destacar que nesta concepção certos períodos históricos são marcados por mudanças mais profundas nos conceitos: no caso alemão é emblemático o período entre 1750 a 1850 no que ele chamaría de *sattelzeit*, uma espécie de salto, de virada linguística.

Naturalmente, Koselleck procura identificar quais elementos a sociedade alemã precisou alcançar para que esse processo se efetivasse, dividindo-se em quatro níveis: i) a temporalização, que consiste na clareza da ideia de passagem do tempo e suas diversas etapas; ii) a democratização, estabelecida apenas quando a maioria da população tem acesso aos conceitos, o que ocorreu especialmente no século XVIII; iii) a transformação desses conceitos em ideologias, que por sua vez ocorre quando as ideias deixam de ser apropriadas por apenas algumas classes sociais (como nas sociedade de Antigo Regime de participação política restrita); iv) e a politização, que os diversos grupos políticos poderiam usar os

diversos conceitos políticos que agora já estavam desenvolvidos por conta da transformação geral que aquela sociedade vivia.⁵²⁸

Ante tais elementos, desenham-se na presente introdução algumas configurações gerais da história dos conceitos e da história contextualista inglesa. O desafio é aplicar tais métodos na história de Portugal durante o período da Restauração. Levada a cabo em 1640, quando da separação efetiva entre Portugal e Espanha sob a liderança do então Duque de Bragança (mais tarde D. João IV), tal evento manifestou uma alteração nas linguagens políticas anteriormente vigentes, de modo que se mostra perceptível na obra do Conde de Ericeira quando comparado com outros autores do período.

D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira, era um nobre proeminente na corte portuguesa. Educado junto com o príncipe D. Theódosio, D. Luís de Meneses era um nobre erudito, figura importante na corte. Foi também General de Artilharia durante a Guerra de Restauração. Mais tarde seu filho, Francisco Xavier de Meneses, 4º conde de Ericeira, fundaria a Real Academia de História. Sendo o 3º conde de Ericeira homem letrado, descreveu inúmeros eventos que envolveram a Restauração Portuguesa, dos meandros da aclamação de D. João IV às diversas batalhas da guerra de Restauração, bem como o envio de embaixadores portugueses aos diversos reinos da Europa.

Claramente partidário do governo de D. Pedro, enfatizou que o rei D. Afonso foi deposto pelos três Estados do reino reunidos em cortes. Admitindo também a “temerária resolução de escrever a história do seu tempo”⁵²⁹ e a dificuldade que existia entre todos os relatos concordância: “por que eu experimentei; achando-me em quatro batalhas, e em outros encontros, com muitos mil homens, não se descobrisse dois que concordassem no mesmo fato”.⁵³⁰ Nessa altura a breve passagem do nobre manifesta uma percepção bastante particular do tempo histórico.

Ainda que o texto esteja distante de apresentar uma plena consciência histórica no sentido moderno do termo, não resta dúvida de que o Conde de Ericeira percebia a singularidade do tempo em que vivia, e assim, supera a ideia de História *Magistra Vitae*, de

⁵²⁸ JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres. (org.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, IUPERJ, 2006, p.44.

⁵²⁹ MENESSES, D. Luís de (3º Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado – Tomo I*. Lisboa: Oficina de João Galrão, 1679, página do volume: 14.

⁵³⁰ _____. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 14.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

ideia de passagem do tempo cíclico de um “eterno presente”. Existe ali, uma clara ideia de um “espaço de existência” de vivências acumuladas que permitiam uma determinada percepção do tempo presente e é claro ideias sobre o futuro, “horizontes de expectativas”. Ante essa lógica é preciso entender qual o “espaço de existência” de D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira.⁵³¹

Como se sabe, seguindo a primazia da primogenitura, a coroa pertencia ao herdeiro mais velho de D. João IV, a saber, D. Afonso VI - após a morte de seu irmão D. Teodósio. Contudo, o irmão real logo começou a angariar para seu partido homens de natureza “vil” não condizente com o decoro da majestade, e com essa conduta começou a desagradar inúmeros segmentos da nobreza, que logo passaram a aproximar-se do outro irmão real, D. Pedro. Desta maneira, a família real portuguesa viu-se novamente envolvida em uma disputa sobre qual dos dois irmãos iria governar o reino. A obra de Ericeira e seus coetâneos relacionam-se com essa disputa.

De posse de quatro grandes blocos documentais, apenas para fins didáticos, optei por uma exposição cronológica, do escrito mais precoce ao mais alongado no tempo.⁵³² O primeiro conjunto documental origina-se dos partidários do infante D. Pedro e compõe uma narração sobre os diversos eventos que ilustraram a insatisfação do infante com o rei, a relação diplomática entre o infante e a rainha e a forte influência do valido conde de Castelo Melhor sobre o rei. Como tal, a análise da fonte carece de especial atenção, tendo em vista sua escrita endereçada e parcial. Como sempre nos lembra o historiador Marc Bloch, não basta ter as fontes, é preciso fazer as perguntas corretas.⁵³³ Assim sendo, analisarei a *Catastrophe de Portugal*. Guiado por esse princípio, debruçamo-nos sobre a terceira fonte, igualmente parcial. Trata-se da *Anti-Catastrophe de Portugal*; como o título nos indica, ela consistia em uma resposta direta ao escrito dos partidários de D. Pedro. Nessa altura realizarei uma comparação entre as fontes, tendo em vista que estas descrevem eventos de maneira paralela e, muito mais do que as coincidências, é preciso perceber as pequenas omissões e breves adições que cada um dos autores faz em sua obra acerca do evento descrito, em especial quando essas fontes procuram omitir conflitos e tensões que

⁵³¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

⁵³² PERES, Damião. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna. (1662-1669)*. Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, 4 v.

⁵³³ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

envolvessem seus partidários e destacar conflitos e tensões relacionadas com seus opositores.

Se é verdade que essas fontes apresentam parcialidades, é igualmente verdadeiro tratarem-se de fontes não oficiais. E assim diferem das fontes marcadas por grande oficialidade, que limitavam ou suavizavam conflitos de precedência. O desafio é, portanto, trabalhar com esse *corpus* documental difuso e profundamente valioso, optando por adentrar com cuidado nesses diversos tipos textuais.

A *Catastrophe de Portugal* faz par com uma outra fonte de semelhante natureza, a *Anti-Catastrophe de Portugal*, como vimos. Ambas procuram descrever a conjuntura entre a ascensão ao trono de D. Afonso VI e seu afastamento do governo em favor de seu irmão D. Pedro. Deste modo, temos a grandiosa possibilidade de cruzamento de fontes, dados e relatos. Como era de se esperar, as fontes usam uma linguagem de estilo barroco, donde se constata o apurado uso da retórica. Figuras de linguagem são largamente construídas a fim de enfatizar a nobreza ou o caráter vil de cada uma das personagens em questão. Contudo, não devemos deixar seduzir por essa rica linguagem, permanecendo atentos às omissões e adições de cada uma dessas fontes.

A obra em pauta, *Catastrophe de Portugal* é dedicada ao leitor: aqueles “bons, maus ou indiferentes”. Porém, o autor não deixa de confessar que, caso o príncipe D. Pedro lesse sua obra, a ele a mesma seria dedicada. Nesse sentido, ele também manifesta ser razoável a sua leitura por parte também de alguns príncipes e pessoas de hierarquias diversas. Leia-se:

Também é possível que os leiam alguns príncipes, e outras pessoas de todas as hierarquias e para todos se oferece lição, para todos há oferecimento não negando que nosso desejo é que leiam os príncipes, porque fazendo anatomismo do cadáver da regalia.⁵³⁴

Como vimos, o autor era partidário de D. Pedro, e tal proximidade com a realeza não deixa de estar presente em seu cunho orientador. Ainda que não se pretenda um “espelho de príncipe” nos moldes renascentistas, o relato permite passar alguns

⁵³⁴ FARIA, Leandro Dorea Caceres (Fernão Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Afonso o sexto*. Lisboa: Miguel Manescal, 1669.

aconselhamentos e formas de conceber a chamada razão de Estado.⁵³⁵ No mesmo sentido, o autor da *Anti-Catastrophe*⁵³⁶, apoiado na dimensão original do termo reger, procura passar orientações essenciais ao bom governo e à busca pelo bem comum, fazendo-nos lembrar daquela velha imagem do rei como piloto da barca do governo.⁵³⁷ Ou seja, ambas as obras preocupam-se com a questão do bom governo e do bem comum. Sobre essa lógica da arte de governar, vemos nas fontes inúmeros axiomas sobre o governo, e sobre a própria personalidade do governante. Para o autor, mostrar atributos, virtudes, e defeitos dos governantes era essencial no intuito de entender o governo. O rei governava primeiro sua casa (privado) e só depois o corpo político (público). Tratava-se de um governo personificado, sempre baseado nos exemplos dos antepassados, assim a história permanece como exemplo, *Magistra Vitae*.

O autor da *Anticatastrophe*, escrita depois da *Catastrophe*, procura fazer uso da retórica, e através dela exprimir que seu único intento seria “escrever a verdade, ainda que atente contra os mais altos personagens”, procurando a “linguagem da verdade”. Seria de fato a *Anticatastrophe* um texto livre de intenções e pressupostos além da simples busca da verdade? Evidentemente, a resposta a tal pergunta é negativa. Assim, não se trata de julgar os autores e fontes, mas sim de ampliar a dimensão de análise para além das palavras impressas, haja vista que a fonte deixa nas entrelinhas sua admiração por D. Afonso VI, ao mesmo tempo rechaçando a rainha D. Maria Francisca.

Ainda que a obra proponha-se imparcial, em outros tantos momentos evidencia-se o seu caráter apologético. Note-se ainda que a *Anticatastrophe* procurava refutar as anteriores, pois delas tinha conhecimento, como se observa no seguinte trecho: “O Conde de Ericeira no Portugal Restaurado, uma terrível espada contra o infeliz destronado. O autor da *Catastrophe* infame, malvado e sacrílego.”⁵³⁸ Ou ainda: “Não devemos omitir o que nos deixou escrito Frei Alexandre de Paixão à página 54 do seu livro *Monstruosidades do*

⁵³⁵ _____. *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Afonso o sexto*. Entende-se por razão de Estado aquela série de pressupostos ligados ao governo. Como nos aponta Michel Sennelart, toda a razão de Estado depois da Santo Agostinho ficou dividida entre a lógica do reger (*regere*) e dominar (*rex*). Michel Sennelart. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

⁵³⁶ SOUZA, Camillo Aureliano da Silva. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Afonso 6. de Portugal*. Porto: Tipografia da Rua Formosa, 1845.

⁵³⁷ SKINNER, Quentin. “A era dos Príncipes”. In: *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵³⁸ FARIA. *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Afonso o sexto*, p.15.

Tempo e da Fortuna”.⁵³⁹ O conhecimento das fontes anteriores nos aponta duas caracterizações: a primeira refere-se à grande circulação cultural do período e ao papel importante da casa de Ericeira nessa circulação. Mais tarde, o quarto conde de Ericeira (D. Francisco Xavier de Menezes) fundaria a Academia Real de História Portuguesa, junto a outros importantes nomes: Fernão Teles da Silva, Raphael Bluteau, D. António Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado. Antes disso, o terceiro conde de Ericeira (D. Luís de Meneses) já deixava seus escritos na corte. Na mesma esteira iam frei Alexandre Paixão, o padre António Vieira e tantos outros. O conhecimento dessas fontes por parte do autor da *Anticatastrophe* influía diretamente na extensão da obra, pois ao tomar contato com os argumentos de seus opositores, a obra se avultava, procurando refutar cada uma dessas opiniões, pois nada deve passar em branco nessa “página negra da nossa história”.⁵⁴⁰

Diante desse levantamento fica clara a grande circulação cultural do período Ericeira, Fernão Correia de Lacerda e Camillo Aureliano são exemplos de autores que procuravam defender seus partidários, mas para isso usavam de novos mecanismos. Antes os exemplos partiam da Antiguidade e dos relatos de Cicero e Tito Livro, agora surgiam novas referências e a maioria deles partiam do presente dos interlocutores dentro da corte lisboeta. O exemplo negativo deixa de ser o espanhol, tal presente nos escritos de 1640, mas agora em 1679 - data da publicação do livro de Ericeira – o inimigo eram os partidários do rei. Essa situação opera uma mudança fundamental nas linguagens políticas, os portugueses uma vez unidos com a Restauração mostravam após a morte de D. João IV a fragilidade de sua monarquia.

Nessa mesma esteira D. Luís de Meneses aparece entre todos os escritos o mais notório, pois executa um apanhado do período da Restauração Portuguesa, não mais em busca de exemplos – ainda que favoreça D. Pedro – mas a análise de uma trajetória mais ampla e da clareza de antes, agora e depois. A ideia de passagem do tempo, não mais num caminho determinado até o Apocalipse, mas até um futuro controlável tão controlável que culmina na consolidação de D. Pedro no poder em 1683, quatro anos depois do escrito de Ericeira. Dessa forma, temos uma nova ideia de passagem do tempo, que parece um esboço da temporalização de Koselleck, operando uma diferenciação dos demais escritores coevos bem mais preocupados com a *Magistra Vitae*.

⁵³⁹ _____. *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Affonso o sexto*, p.15.

⁵⁴⁰ SOUZA. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Affonso 6. de Portugal*, p. 15.

Se D. Luis de Meneses foi capaz de perceber a passagem do tempo de outra forma, parece certo que os outros elementos essenciais para o *sattelzeit* de Koselleck parecem mais distantes. A democratização não aparece nem como uma vasta sombra, afinal trata-se de uma sociedade de Antigo Regime típica, hierarquizada, estamental e com limitada mobilidade social. Ericeira menciona, por exemplo, um processo de consolidação de uma sentença de morte e também ali as hierarquias estavam presentes.

No teatro se puseram quatro cadeiras, as duas que haviam de servir de suplício ao marquês e o duque de 3 degraus , o do marquês de dois, a cadeira do conde levantava só um degrau... porque até no último termo onde a morte iguala a todos, solicitava privilégios a vaidade humana.⁵⁴¹

A politização também não está ali, pois a política era palaciana, os populares eram praticamente excluídos como o próprio Ericeira reconhece: “e a dispor de sorte os ânimos, que concorre no empenho ou todo ou a maior parte da nobreza, resolução que costuma a seguir o povo, e sem ela são sem inconstantes os seus afetos.”⁵⁴² Ademais esses escritos não apresentavam ampla divulgação e ainda que divulgados o público leitor era bastante restrito. Trata-se de uma sociedade no limiar entre oralidade e o letramento tal como as sociedades contemporâneas⁵⁴³ A transformação de conceitos em ideologias seria a terceira etapa do processo de mudança nos conceitos, mas também não observamos a formação dessas ideologias, mas essa questão também pode ser discutida. Afinal, a historiografia portuguesa sobre o período ainda discute se podemos falar em uma ideologia política da Restauração nas palavras de Luís Reis Torgal.

Concluindo as linguagens políticas da Restauração definiam-se e digladiavam-se entre os partidários de D. Pedro e D. Afonso. Contudo, alguns mais do que outros já apresentavam uma percepção mais alargada do tempo histórico e ainda que seja sensível a mudança desenhava-se ali um novo prognóstico ancorado no “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” de Reinhart Koselleck.

⁵⁴¹ MENESES. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 306.

⁵⁴² _____. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 113.

⁵⁴³ Sobre as questões do letramento. Cf. GOODY, Jack; WATT, Ian. *As consequências do letramento*. São Paulo: Paulistana, 2006.

Um Iluminismo periférico? História das Ideias e a Ilustração em Portugal

Igor Tadeu Camilo Rocha
Doutorando/Bolsista CAPES-PROEX
Universidade Federal de Minas Gerais
igortcr@gmail.com

Resumo: Dentro de modelos analíticos tradicionais, que remetem a autores como Paul Hazard, Peter Gay e Erns Cassirer, Portugal, bem como Espanha e suas respectivas colônias, fizeram parte de uma periferia no que tange o contexto intelectual e sociológico das Luzes. Tais modelos privilegiam a posição francesa como central e a inglesa como uma espécie de precursora, e o desenvolvimento do Iluminismo se deu, mais ou menos, a partir de ecos da circulação da *Encyclopédie* ou de autores como Rousseau e Voltaire. Entretanto, especialmente após a publicação da obra *Utopia e Reforma do Iluminismo*, de Franco Venturi, na qual se defende a tese de que a Ilustração fora uma cosmopolitização da linguagem do republicanismo dos *levelers* ingleses após a Revolução do final do XVII, abriu-se caminho para o desenvolvimento de modelos que mudaram drasticamente a geografia e cronologia do Iluminismo. No que tange o caso português e luso-brasileiro, tradicionalmente colocado como um “Iluminismo periférico”, tal renovação da historiografia permitiu discussões que foram além da busca pelos motivos do “atraso ibérico” em relação às ideias em desenvolvimento, especialmente no século XVIII, nos Aléns-pirineus. O objetivo aqui colocado é discutir como essa mudança de perspectiva toca em questões centrais de uma historiografia recente sobre a Ilustração Portuguesa e luso-brasileira.

Palavras-chave: Ilustração; Portugal; História das Ideias.

Ao longo das minhas pesquisas para o mestrado, que visaram a discussão a respeito da difusão e defesa da tolerância religiosa entre os libertinos em Portugal e América portuguesa entre a segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX, buscando sua relação com o contexto das ideias das Luzes, sem perder de vista um substrato cultural lusitano que tendia a uma relativa tolerância, surgiu um problema a ser enfrentado: como pensar a Ilustração em Portugal e Brasil, sendo que há gerações de trabalhos sobre esse contexto que relegam esses dois contextos à posições periféricas na Ilustração. Na medida em que as fontes confirmavam que a defesa da tolerância religiosa nas falas dos chamados libertinos articulava, diversas vezes, leituras inventivas dos pensadores da Ilustração com elementos da cultura e religiosidade portuguesas notados nas fontes inquisitoriais desde o século XVI, surgiu a necessidade de se recorrer a trabalhos que repensavam essa posição. Foram sendo vistas situações em que a formulação e circulação de ideias correspondia

pouco ou quase nada aos modelos analíticos sobre a Ilustração tradicionais, que privilegiam a posição francesa como central e a inglesa como uma espécie de precursora, e o desenvolvimento do Iluminismo se deu, mais ou menos, a partir de ecos da circulação de ideias de autores como Rousseau e Voltaire. Visando historicizar a “tolerância religiosa” como um conceito e objeto de controvérsias, chegamos a trabalhos de alguns historiadores do século XX, que se dedicaram à Ilustração e a analisaram inserida em um conjunto mais amplo de mudanças no pensamento político e religioso do século XVIII, dentro de uma historiografia caracterizada por tratar o pensamento iluminista como um conjunto único, geralmente tendo a França como centro. Destacamos dois autores referenciais, que são o historiador francês Paul Hazard e o filósofo alemão Ernst Cassirer.

Na obra de Paul Hazard, a discussão sobre a tolerância religiosa aparece de maneira implícita quando o autor discute a oposição característica do pensamento ilustrado aos abusos eclesiásticos, aos dogmas, à revelação divina e às crenças nos castigos e benefícios eternos. Ela marca aquilo que ele chama de “crise do pensamento europeu”, datado do início do século XVIII, mas com raízes nas duas últimas décadas do XVII. Essa crise teve como marca uma série de redefinições de valores da vida social, com implicações importantes no pensamento religioso. Não se tratou de uma oposição à religião e nem ao cristianismo em si, mas às formas supersticiosas e intolerantes de praticá-lo⁵⁴⁴. Ernst Cassirer concorda com Hazard nesse ponto, e parte do princípio de que a tolerância no Iluminismo difere do sentido puramente negativo que lhe foi atribuído, muitas vezes sendo, no seu conjunto, de tendência inversa ao indiferentismo que se atribui ao pensamento ilustrado em matérias de religião. Segundo ele, no século das Luzes, o princípio de liberdade de consciência foi a expressão de uma nova força religiosa positiva que lhe foi realmente determinante e característica⁵⁴⁵.

No entanto, algumas críticas às perspectivas apresentadas acima foram feitas por historiadores que, especialmente após a década de 1970, repensaram os modelos

⁵⁴⁴ HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII: de Montesquieu a Lessing*. Editorial Presença. Livraria Martins Fontes. Tradução: Carlos Grifo Babo. Lisboa, 1974. Pp. 36-72.

⁵⁴⁵ “Essa mudança decisiva (tolerância negativa, indiferentista dando lugar à afirmação da tolerância e liberdade de consciência) produz-se no momento em que, no lugar do *pathos* religioso que agitava os séculos precedentes, os séculos das guerras de religião, surge um puro *ethos* religioso. A religião não deve ser algo a que se está submetido. Ela deve brotar da própria ação e suas determinações essenciais. O homem não deve ser mais dominado pela religião como por uma força estranha; deve assumi-la e criá-la ele próprio na sua liberdade interior”. CASSIRER, Ernst. *Filosofia do Iluminismo*. 2^a ed. Campinas. SP. Editora Unicamp. 1994. P. 225.

interpretativos sobre a Ilustração, especialmente em relação à concepção generalizante do Iluminismo europeu, como centralizada mais ou menos na França.

A possibilidade de se fazer generalizações sobre o pensamento iluminista é questionada pela historiografia, assim como as balizas temporais e geográficas canônicas da ilustração, bem como sua pretensa unidade de ideias. Por exemplo, em seminário realizado em 1989, Emilia Viotti da Costa afirmou que o modelo interpretativo do Iluminismo ao ser contraposto às diversas realidades históricas por ele abrangidas, apresentou diversas contradições. Segundo a autora, “o estudo da Ilustração tem sido frequentemente nada mais do que um fútil exercício sobre as influências de uns autores sobre os outros”⁵⁴⁶. Ela discorre sobre uma série de incongruências do contexto intelectual do que geralmente chamamos de “Iluminismo”, advindas da repetição de uma tentativa da historiografia de sintetizar todo o complexo de ideias do século XVIII, concluindo que:

A única resposta possível é que o Iluminismo é uma invenção. Uma invenção de intelectuais, sobre intelectuais, para intelectuais, um conceito criado por intelectuais do século XVIII que é mantido vivo por sucessivas gerações de intelectuais⁵⁴⁷.

Viotti da Costa, dessa maneira, defende que o que se chama de “Iluminismo” seja uma invenção, uma vez que designa uma gama bastante ampla de generalizações que não correspondem a uma realidade histórica desse contexto permeado por debates, discordâncias e dissensos. A autora tem razão em sua crítica somente se considerarmos concepções tradicionais e modelos interpretativos mais generalizantes sobre a Ilustração. Uma historiografia mais recente, que ganhou força principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, no entanto, em uma tentativa de revisão historiográfica crítica a esses modelos tradicionais, colocou novas questões aos historiadores sobre as Luzes. Em termos de ideias, bem como na difusão social, geográfica e cronológica da Ilustração, dentro de uma perspectiva de uma história social das ideias, pesquisas recentes chegaram a concepções de Ilustração caracterizadas por uma grande diversidade. Tratam-se de concepções que se afastam muito das criticadas por Viotti da Costa por não se basearem em buscas por homogeneidade.

⁵⁴⁶ COSTA, Emilia Viotti da. A invenção do Iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina. São Paulo: Edusp, 1990. P. 33.

⁵⁴⁷ _____. A invenção do Iluminismo, p. 34

Exemplo dessa concepção de Luzes em um sentido de maior diversidade, em detrimento da busca por homogeneidade, está no trabalho de Flávio Rey Carvalho, segundo o qual o conceito de Iluminismo presente no pensamento de alguns filósofos e outros pensadores do século XVIII é distinto do que aparece nas sínteses históricas sobre esse tema, produzidas ao longo do século XX. O autor recorre a obras recentes, como as de Dorinda Outram, a fim de sustentar a tese de que as discussões em torno do significado do Iluminismo, iniciadas no século XVIII nas obras de pensadores como Mendelssohn e Kant, permanecem até hoje sem esmorecimento. Nesses autores, contemporâneos ao Iluminismo, diferentemente do que aconteceu em algumas sínteses do século XX, o significado de “Iluminismo” associou-se mais fortemente à ideia de “processo” do que de “projeto acabado”⁵⁴⁸. Dessa forma, conforme Carvalho, que segue os passos de Outram, ao invés de pensar o Iluminismo como projeto acabado deve-se o Iluminismo como uma “série de problemas e debates, revestido sob formas e aspectos particulares, conforme os diferentes contextos nacional e cultural”. Isso tornaria a imagem desse contexto intelectual mais complexa, pois suas ideias não seriam mais mapeadas de cima, por um olhar distante, mas consideradas como encravadas nas sociedades, emolduradas por elas. Assim, o Iluminismo não seria um conceito que fracassou na tentativa de englobar várias realidades complexas e contraditórias entre si, mas “como uma cápsula contendo conjuntos de debates, tensões e preocupações”⁵⁴⁹.

Dessa maneira, de acordo com essa historiografia recente, torna-se difícil a sustentação de generalizações, pois isso implica simplificar e homogeneizar contextos culturais e intelectuais muito complexos, criando-se modelos que resultam na valorização de alguns contextos e exclusão de outros. Essa limitação, ainda de acordo com Carvalho, resulta, por exemplo, na dificuldade em se aceitar, a existência de um Iluminismo português, à semelhança do de outros países europeus. Tal limitação, segundo ele, provem dos referidos modelos interpretativos uniformizadores que encobrem nuances mais particulares e locais do Iluminismo europeu⁵⁵⁰.

⁵⁴⁸ C.f. CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Editora Anablume, 2008, P. 32.

⁵⁴⁹ C.f. OUTRAM, Dorinda. What's the Enlightenment? In: OUTRAM, Dorinda. The Enlightenment: new approaches to european history. Cambridge University Press. 1995, pp. 1-13.

⁵⁵⁰ CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? p. 33.

Em certa medida, essa crítica aos modelos analíticos tradicionais a respeito das ideias da Ilustração se deve ao que foi proposto pelo historiador italiano Franco Venturi, em *Utopia e Reforma no Iluminismo* (1971)⁵⁵¹. A obra é marcada, conforme assinala Modesto Florenzano, na apresentação da sua edição brasileira, por uma análise em dupla abordagem do Iluminismo, entre seu sentido cosmopolita e sua contrapartida, o “patriotismo”, entendido aqui como os conjuntos de elementos locais e de particularidades dos diversos contextos culturais das várias localidades inseridas, cada qual a seu modo, no mundo das Luzes⁵⁵². Destaco dois pontos centrais sobre sua tese, muito importantes para a consecução do objetivo aqui proposto, qual seja, o de se pensar o contexto de Portugal e da América portuguesa. O primeiro é a tese defendida no segundo capítulo, *Os republicanos ingleses*, segundo a qual o que desencadeou o Iluminismo foram as ideias nascidas na Inglaterra, na *Commonwealth*, como a exaltação da liberdade, da tolerância religiosa, além do deísmo e o panteísmo ingleses, que se espalharam na Europa entre o último quartel do século XVII e a primeira metade do XVIII, via agentes como a maçonaria, as academias de ciências ou mesmo nos diversos contatos de autores ingleses com pensadores de França, Alemanha, Itália e outras regiões. Dessa forma, segundo Venturi, a linguagem do republicanismo inglês e as ideias dos *levellers* assumiram caráter cosmopolita, agindo como “fermento”, nos termos do autor, em outras partes da Europa para a produção de polêmicas filosóficas e ideias acerca da religião, política, entre outros pontos, dando princípio ao que ele chama de processo do Iluminismo⁵⁵³. Além disso, Venturi confere centralidade às conjunturas econômicas, mais ou menos gerais na Europa e às suas relações com as Reformas político-sociais no setecentos. Dialogando com Labrousse e suas considerações sobre a economia francesa no XVIII, Venturi parte da hipótese de que, a despeito das diferenças locais, em um panorama geral, em toda a Europa, ocorreram movimentos de natureza econômica relativamente semelhantes aos da França⁵⁵⁴. A partir daí, Venturi apresenta diversos autores

⁵⁵¹ A edição brasileira é de 2003. Essa data é da edição original.

⁵⁵² FLORENZANO, Modesto. Apresentação. In: VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003. Pp. 17-18.

⁵⁵³ C.f. VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003. Pp. 99-138.

⁵⁵⁴ Trata-se do diálogo do autor com Labrousse. O autor traça um panorama geral sobre a economia francesa no século XVIII, concluindo que houve um quadro de crescimento no primeiro quartel do século XVIII, sucedido por uma depressão após a década de 1730; depois, uma retomada na década de 1740, seguida de uma expansão que durou até a década de 1770; e por fim, um período de altas e baixas até a Revolução de 1789. O problema colocado por Venturi é se as considerações de Labrousse sobre as “curvas da economia” francesa no século XVIII se aplicam ao restante do continente europeu e, em caso afirmativo, em que medida. Venturi considera que, em linhas gerais, o quadro francês pode ser aplicado ao restante da Europa,

no período cujas produções visaram principalmente à resolução de problemas da vida pública, entre os quais os econômicos, não somente da França, mas também na Península Ibérica, Itália, Europa Central, entre outros espaços. Assim, por mais que as obras que tentem discutir sobre problemas concretos das realidades específicas dos diversos países divirjam entre si, dada a própria diversidade de contextos locais em que são produzidas, há algo em comum que as liga, que as entrelaça com uma situação geral, que é o quadro econômico europeu⁵⁵⁵. É nesse contexto que surgiu a *Encyclopédie*, entre o final da década de 1740 e a de 1750. E ela tem uma importância central na concepção de Venturi sobre a Ilustração. O ambiente intelectual formado em torno dela e a sua circulação na Europa serviram, segundo o autor, para espalhar ideias iluministas em toda o continente, com um sucesso bem maior do que o dos panfletos ou polêmicas sobre a religião ou política. A divulgação das artes e das ciências feita pela *Encyclopédie* espalhou, de acordo com Venturi, uma linguagem comum para se pensar os problemas concretos, com noções secularizadas de felicidade, utilidade, bem comum, entre outras, nos mais diversos contextos europeus. Criaram-se, assim, condições para o que ele chamou de uma “Primavera das Luzes”, contexto em que os filósofos formaram uma espécie de “partido” autônomo, cujo ideal era o de assumir a dianteira nas mudanças sociais. O “despotismo esclarecido”, as academias de ciências espalhadas pela Europa, bem como as lojas maçônicas, entre outros, foram, para Venturi, exemplos claros desse ideal que marcou a vida intelectual europeia, da segunda metade do século XVIII até a Revolução de 1789⁵⁵⁶.

As teses de Venturi, bem como as por ele influenciadas que expandem a geografia e cronologia da Ilustração, bem como abdicam do objetivo de buscar unidades e

com alguns limites, mas que a realidade econômica serve como um elemento comum entre os diversos contextos locais no período das Luzes e que se relacionam com as diversas ideias que surgem no período no sentido de se reformar as sociedades, instituições e Estados. C.f. LABROUSSSE, C. E. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*. Paris. 1932. Apud: VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, pp. 217-223.

⁵⁵⁵ _____. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, pp. 221-222.

⁵⁵⁶ Paradoxalmente, dessa “Primavera das Luzes” estaria excluída a Inglaterra, berço dos valores que, ao se tornarem cosmopolitas, deram origem às Luzes. Isso porque nesse período, embora o autor ressalte a importância de alguns autores como Richardson, Thomas Paine, entre outros, não se forma em terras inglesas um “partido dos filósofos”, entendido aqui como pensadores (filósofos ou não) engajados em ações e mudanças na sociedade, da mesma maneira que se formou em França ou nas monarquias em que houve processos que entendemos como “despotismo esclarecido”. Digo paradoxalmente, por se considerar que o “não engajamento” dos pensadores ingleses nesse período se deve ao fato de a Revolução Inglesa já ter acontecido no final do século XVII. Assim, por mais que o discurso republicano inglês tenha influenciado a formação de ideais caros ao iluminismo, como os de liberdade, igualdade, tolerância, utilidade, entre outros, na Inglaterra, não era mais um grande problema se alcançar tais ideais, que já tinham sido conquistados na Revolução e com a monarquia constitucional. _____. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, p. 226-246.

homogeneidade nesse contexto de ideias, abriu espaços para produções que questionaram fortemente a forma como se inserem Portugal e Brasil nas Luzes. Por exemplo, eu autores como Francisco Calazans Falcon, Fernando Antônio Novais e Caio Cesar Boschi, notamos a tendência de se conceber as Luzes portuguesas e luso-brasileiras, em linhas gerais, como “ecléticas”, “estrangeiradas” ou “de compromisso”. O termo “eclético”, por exemplo, que Falcon utiliza como uma característica marcante Ilustração portuguesa, remete a esse tipo de interpretação. O ecletismo se caracteriza como uma conciliação entre moderno e arcaico, em que um discurso modernizador divide espaço com o da manutenção ou de uma ruptura branda e conservadora com as estruturas tradicionais⁵⁵⁷. Diante dos modelos interpretativos das Luzes adotados nesta pesquisa, essa concepção se torna problemática por dois motivos. O primeiro deles é o de se conceber a Ilustração como única, e não múltipla. Dessa maneira, as contradições inerentes ao contexto das Luzes são, ou desconsideradas para serem encaixadas nos modelos explicativos mais gerais, ou então são interpretadas como sinais de atraso. O segundo é a própria ideia de ecletismo, um tanto teleológica, por partir do pressuposto de haver um ponto a se atingir em um processo de modernização que teria sido alcançado pelos Estados além-pirenaicos, e não por Portugal. As Luzes portuguesas, nessa perspectiva, são analisadas em relação à sua proximidade ou distância de um *telos* de modernidade, previamente concebido. O atraso, o arcaísmo, ou o convívio entre antigo e moderno acabam, dessa maneira, sendo colocados como limites de uma modernização plena, construída a partir de modelos galocêntricos.

Flávio Rey Carvalho, em concordância com hipóteses sugeridas por alguns intelectuais portugueses e brasileiros recentes, afirma que algumas obras elaboradas no âmbito do movimento romântico luso, em especial as produzidas na chamada “Geração de 1870”, teriam legado à historiografia impressões de isolamento, obscurantismo cultural e atraso, oriundas de uma contraposição exacerbada entre um Portugal arcaico e uma Europa moderna e modelar. Um dos expoentes nessa produção foi o poeta e filósofo Antero de Quental (1842-1891), especialmente na obra *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* (1871). E de acordo com Eduardo Lourenço, Quental e sua geração, sob a

⁵⁵⁷ Falcon utiliza o termo “ecletismo” ao se referir às Luzes portuguesas, mas em especial à orientação secularizante do reformismo pombalino. O autor afirma que, no âmbito geral, as reformas pombalinas foram secularizadoras, mas seus meios foram cautelosos, “ecléticos”. Para ele, o que predominou foi o “meio termo, a cautela diante das motivações excessivas, o receio do desconhecido que o seja em demasia”. E além das reformas que incidiram no campo político, econômico e social, essa tendência eclética se evidenciou em todos terrenos: no das ideias, no dos livros e, “em última análise, quanto à análise filosófica que se deveria imprimir ao processo secularizador como um todo”. FALCON, Francisco Calazans. A Época Pombalina, p. 431.

influência de historiadores como Jules Michelet (1789-1874), reduziram o sentido da história da humanidade à europeia. Afastar-se do modelo da Europa “civilizada” era estar à parte do curso teleológico natural do gênero humano, e, dessa maneira, dialoga com uma ideia de modernidade cujo ponto a se chegar seria a “europeização” de Portugal, inadiável e retificadora. Essa perspectiva influenciou muitas gerações de pensadores a respeito da Ilustração portuguesa, ibérica e luso-brasileira que partiu sempre da ideia de uma “ausência das Luzes”, “luzes envergonhadas”, “luzes ecléticas” e “luzes católicas”, vocabulário comum a muitos autores brasileiros e portugueses que tentavam buscar as razões pelo “atraso” luso-brasileiro ou ibérico em relação à “Europa civilizada”⁵⁵⁸.

Em vias de conclusão, se fez necessário ao longo da minha pesquisa sobre a ideia de tolerância religiosa no contexto da Ilustração em Portugal e Brasil, conduzir uma análise que não se colocasse o contexto luso-brasileiro como “atrasado” ou “marginal” em relação à Europa “civilizada”, no que toca o pensamento ilustrado. Essa oposição apareceu como bastante contraproducente na medida em que tende a conduzir a pesquisa a uma mera procura, no contexto luso-brasileiro, de aproximações ou distanciamentos em relação ao universo intelectual além-pirenaico. De forma que isso fosse evitado, escolhemos recorrer aos modelos explicativos que tomassem o contexto de ideias do Iluminismo privilegiando sua multiplicidade. Assim, foi possível articular algumas questões gerais, como as reformas pombalinas e seus impactos sociais e institucionais com questões mais pontuais, tais como, por exemplo, as possibilidades historicamente determinadas de formulações, apropriações e construções de significados dentro do contexto luso-brasileiro.

⁵⁵⁸ C.f. CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? pp. 25-28.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

ST 10: Imagens como fontes: Usos e leituras

Helaine Nolasco Queiroz

Doutoranda (UFMG) /helaineq@hotmail.com

Márcio dos Santos Rodrigues

(Mestre - UFMG)/ Professor do Departamento de Métodos e Técnicas
de Ensino da FaE/UFMG /marcio.strodrigues@gmail.com

Marina Helena Meira Carvalho

Mestranda (UFMG) /marinahmc@yahoo.com.br

Tempos de censura: O papel das representações visuais na leitura da ditadura militar no Brasil e na Argentina

Josiane de Paula Nunes

Mestre em História
Universidade Federal de São João Del-Rei
josinunesbj@yahoo.com.br

RESUMO: Inserido em um projeto a respeito das representações verbais e visuais sobre os regimes militares no Brasil e na Argentina, veiculadas no Jornal do Brasil e no Última Hora, nas décadas de sessenta e setenta, este artigo se concentrará nas possíveis relações que editoriais, matérias e charges poderiam apresentar como um entendimento sobre a realidade brasileira. Para tanto, partiremos principalmente dos contornos de fatos históricos específicos, no momento que antecede a promulgação do Ato Institucional nº5, marco da censura no Brasil, e logo após a sua oficialização, sendo estes: os golpes militares de 1966 e 1976, na Argentina. À medida que o contexto político se transformava, após o AI-5 e, posteriormente, com o Decreto-lei nº. 1.077, de 26/01/1970, as charges passaram a assumir um papel central nos noticiários sobre a Argentina nos dois periódicos analisados, demonstrando vínculos estreitos com os posicionamentos sobre a situação brasileira. Nos artigos, notas, matérias e charges analisados, as representações em relação às ações políticas no país vizinho, não eram unicamente sobre o regime da Argentina; as semelhanças e os direcionamentos entre os governos militares nos países foi apontada, diversas vezes, como fenômenos similares, até mesmo, reproduzidos e apropriados de um modelo para outro. O que não podia ser “dito” passou a compor as entrelinhas presentes nos discursos visuais. Nas abordagens sobre o golpe em 1976, na Argentina, as caricaturas/charges/cartuns tornaram-se muito representativas, ocupando a maior parte dos editoriais referentes ao país.

PALAVRAS-CHAVES: Representações visuais, Censura, Governos militares.

*“-Para eles foi mais fácil. Foi só passar a limpo a nossa revolução”.*⁵⁵⁹

No Jornal do Brasil e no jornal Última Hora a frequência de notícias sobre a Argentina era constante, principalmente em importantes momentos da política no país vizinho. No final da década de sessenta, o processo de modernização da imprensa brasileira já estava popularizado nos jornais da grande imprensa brasileira, as

⁵⁵⁹ Jaguar e o Golpe na Argentina. Jornal Última Hora. 1 de julho de 1966.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

transformações na diagramação, a facilitação na orientação do leitor e a distribuição e organização das colunas e das seções especializadas já possuíam paginação específica.

No caso do jornal *Última Hora*, o colunismo⁵⁶⁰ e a divisão de seções ganharam substancial espaço desde sua fundação na década anterior, inserido no discurso da modernização da imprensa, sem que abdicasse do caráter opinativo em suas matérias.⁵⁶¹

No *Última Hora*, não seria exagero apontar que basicamente todo o editorial estava organizado nas manchetes da primeira página e nas colunas e seções especializadas das páginas posteriores, com exceção de alguns momentos da história política no Brasil em que as manchetes de primeira página poderiam chamar muito a atenção.

Embora durante os anos sessenta algumas colunas sofressem graduais transformações, como mudanças de paginação, por exemplo, os discursos contundentes, marcados pela utilização de superlativos, auxiliavam na construção das representações sobre algum fato ou momento, principalmente ao exporem seus posicionamentos sobre determinados assuntos.

Importantes redatores compunham o editorial do *UH*, em 1966, assinando algumas das principais colunas e seções do periódico, como Miguel Neiva, Danton Jobim e Aguinaldo Silva. Com abordagens opinativas, tanto as colunas, como as seções especializadas e alguns boxes, assim como as principais publicações do periódico sobre assuntos internacionais foram, em grande medida, centralizados na página 6, principalmente as de caráter opinativo. Em 1966, as colunas e as seções sobre o golpe na Argentina, nessa página, corresponderam a mais de 40% dos noticiários, isso porque, das trinta matérias analisadas sobre o tema, quatorze estavam na página 6.

É possível notar as substanciais diferenças na elaboração dos discursos no *Última Hora* e no *Jornal do Brasil*, embora no *JB* a opinião nas colunas, seções e boxes não fosse abdicada, os discursos carregavam um tom mais ponderado, sem muitas polêmicas. No *Última Hora* os discursos claramente polemizadores estavam presentes tanto nas colunas como nas seções opinativas.

⁵⁶⁰ Como dito anteriormente, havia uma coluna para praticamente todos os assuntos abordados pelo periódico como *UH zero hora*, *UH política e economia*, *UH jornal do mundo*, *Hora H*, *Opinião de UH* etc.

⁵⁶¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 151; RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 39 e 40.

Com o golpe de 1966 na Argentina, o *Última Hora*, muitas vezes, tece comparações diretas entre Brasil e Argentina, sem eufemismos, jogos de palavras ou questões subentendidas, embora a grande imprensa viesse sentindo as restrições impostas ao livre exercício opinativo e de crítica ao governo.

Nas movimentações para o golpe contra o presidente Arturo Illia, em 15 de junho de 1966, o periódico publica uma matéria aproximando a realidade na Argentina à política implementada no Brasil. Sob o título “Medidas de Força também na Argentina”.⁵⁶² No opinativo da página 6, o “plano de ação” proposto pelos militares para ser aplicado contra as atividades comunistas e subversivas foi enfatizado. Arturo Illia⁵⁶³ ainda estava no poder, mas a fragilidade do governo diante de uma possível ação comunista deveria – segundo os militares – ser contida.

Diante da situação política na Argentina, o noticiário destacava que as concessões feitas por Arturo Illia aos militares foram desencadeadas pelas pressões que os mesmos vinham fazendo ao seu governo, tanto no plano internacional, a favor do anticomunismo, quanto no nacional, contra as movimentações estudantis e grevistas em Tucumã.⁵⁶⁴

No Brasil, em 1964, as pressões militares sobre o governo João Goulart também foram baseadas em um discurso anticomunista, ou seja, durante todo o movimento civil-militar, o governo de João Goulart foi associado diretamente a uma aproximação comunistas ou à sua fragilidade diante de uma possível infiltração. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta, a produção caricatural, por exemplo, foi fundamental para alimentar o medo e a insegurança em relação ao governo de João Goulart, como destaca o próprio autor: “O fato de terem atacado o governo Goulart não implica, automaticamente, apoio ao golpe e, menos ainda, ao regime militar subsequente. No entanto, quaisquer que

⁵⁶² Embora não haja uma referência direta ao golpe militar no Brasil, o jornal já tornava explícitas as semelhanças que, de início, percebia entre os movimentos em ambos os países.

⁵⁶³ Arturo Umberto Illia Francesconi, médico, integrante da UCRP (Unión Cívica Radical del Pueblo) foi eleito em outubro de 1963 e permaneceu no poder até junho de 1966, sendo retirado do poder pelo golpe militar.

⁵⁶⁴ As manifestações grevistas na província açucareira de Tucumã, principalmente diante da decadência econômica, intensificou os apontamentos de Illia como incapaz de resolver os problemas econômicos do país.

tenham sido as intenções dos artistas, suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo”.⁵⁶⁵

A partir do golpe na Argentina, em 28 de junho, as matérias passam a ser ainda mais incisivas. Em 29 de junho, na manchete “Chega de Ditadura Militar”, o UH ressalta sua reprovação em relação às “armas apontadas contra a democracia”. Na manchete do noticiário, o descontentamento com o golpe surgia quando o mesmo era desqualificado como um processo em prol da democracia, que, na perspectiva do periódico, se opunha à manutenção da legalidade no país, contrariando o discurso militar. Aproximando a ocasião ainda mais do momento golpista no Brasil, o noticiário destacava, ironicamente: “afirma-se que serão nomeados dois vice-presidentes provisórios – perfazendo-se, assim, o clássico trio após pronunciamentos militares na América Latina”.⁵⁶⁶

A materialização do golpe com a ascensão dos militares desencadeou várias seções sobre o tema na página 6. Em todas as seções abordadas, o caráter opinativo e os elementos comparativos com o golpe brasileiro permaneceram, os títulos das seções já demonstravam tal posicionamento, como: “Américas condenam golpe na Argentina”; “Le Monde”: Igual ao Brasil; “Organía- o homem do golpe- achou apoio no Brasil”; “Desfecho Normal”.⁵⁶⁷

Um dia após o golpe na Argentina, vários países se posicionavam sobre o evento. Na seção “Américas condenam golpe na Argentina” foram elencados os países no continente americano que se posicionaram sobre a ascensão dos militares, naquele momento, na Argentina. Fazendo referência a Juan Carlos Onganía como o “homem-forte”, a matéria se referia à oposição do continente ao novo governo militar argentino. Nesse sentido, a interrupção do governo de um presidente eleito pelo povo era considerada como um rompimento da condição democrática.

O discurso que envolveu a movimentação golpista no país imbuiu ao golpe um sentido de desfecho natural, frente a um momento de crise política, econômica e social, causada pela ineficiência e do imobilismo do governo constitucional, termos geralmente

⁵⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1^a. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.12-13.

⁵⁶⁶ Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

⁵⁶⁷ Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

utilizados nos discursos militares. Nas seções do UH, na página 6, em 29 de junho, o título “Desfecho normal” corroborava a tentativa de veiculação, por parte dos militares brasileiros, de que o movimento golpista havia sido uma ação normal dos militares argentinos diante da crise na Argentina.

Em manchete do dia 30 de junho, a crítica ao movimento argentino será ainda mais contundente, sob o título “Uma ditadura sem disfarce” o *lead* destaca que “poderes ilimitados foram concedidos ao Tenente General Onganía” e que, além disso, o General assumia o poder sem previsão para a realização de eleições, portanto, ocupando a presidência por tempo indeterminado, segundo estabeleceu o “Estatuto Revolucionário” “imposto pelo movimento militar”. Novamente, a manchete da primeira página seria problematizada na página 6, entretanto, nesse editorial, uma charge de Jaguar, pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, e uma coluna de Danton Jobim, analisariam abertamente o golpe argentino em relação à situação política brasileira.

Na charge de Jaguar, no box *Jaguar e a América Latina*, o cartunista faz uma comparação direta entre o Brasil, em 1964, e a Argentina, em 1966, em um primeiro quadro destacava: “precisamos evitar que o Brasil se transforme numa Argentina”; e no segundo quadro: “precisamos evitar que a Argentina se transforme num Brasil!”.

Jaguar e a América Latina



Figura.1 - Jaguar. *Última Hora*. 30 de junho de 1966.

Nos primeiros editoriais do mês de julho, a diagramação do noticiário foi modificada, matérias sobre a Argentina passaram a aparecer na página três, na coluna *Hora H*, mesma coluna das charges de Jaguar. Além disso, os assuntos sobre o golpe ganharam outras abordagens e outros espaços no periódico, como as charges de Jaguar e o box de horóscopo, no Caderno de Esportes e Cultura.

Na charge “Jaguar e o golpe na Argentina”, o cartunista faz uma comparação da semelhança entre os processos golpistas nos países. Representando dois personagens brasileiros lendo um jornal, o autor destacava: “-Para eles foi mais fácil. Foi só passar a limpo a nossa revolução”.⁵⁶⁸ Jaguar faz uma menção direta ao golpe militar brasileiro; ao se referir a *ELES*, diz respeito aos militares argentinos e, ao se referir a “nossa revolução”, ao golpe militar no Brasil.

Jaguar e o Golpe na Argentina



Figura 2 - Jaguar e o Golpe na Argentina. *Última Hora*. 1 de julho de 1966.

Nos anos de 1970, os editoriais do Jornal do Brasil ainda seguiam as diagramações da década anterior, a página 6 se mantinha como editorial opinativo, além de espaço reservado para Ziraldo e Lan, no qual divulgavam suas charges. Entretanto, a partir dos levantamentos realizados, foi possível analisar que as condições políticas já não eram as mesmas de anos anteriores, principalmente no que diz respeito às relações da imprensa com os novos governos militares.

No Jornal do Brasil, a manutenção da diagramação anterior foi elemento definidor nas identificações dos espaços encontrados pelo periódico para tornar público os posicionamentos sobre os fatos ocorridos na política internacional, que, embora tenham ganhado mais espaço, possivelmente buscavam-se adaptar à intensificação da censura prévia ou mesmo a prática da autocensura.

Nesse período, as comparações entre regimes militares se reduziram ao máximo, nos levantamentos dos editoriais do JB, nenhuma nota ou sequer um editorial comparava o movimento militar na Argentina, em 1976, com o governo militar brasileiro e, nos casos em que algumas publicações no periódico subentendessem alguma proximidade ou analogia entre os regimes, tudo era muito discreto e moderado.

⁵⁶⁸ Jornal *Última Hora*. 1 de julho de 1966.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Mesmo diante desse contexto, aparentemente mais limitado, a atuação do JB no momento pré-golpe na Argentina, encontrou espaços para a expressão de opiniões. No início do mês de março de 1976, os noticiários do JB apontavam as condições econômicas no país como um problema político. Maria Estela Martinez havia assumido o governo, com a morte de Juan Carlos Perón, em 1974; desde esse momento, o custo de vida no país e as divergências dos grupos peronistas, que já eram uma realidade, tornavam-se cada vez mais intensos e públicos no país.

Nos noticiários do JB, as tentativas de entendimento entre justicialistas, governistas, e radicais, oposição ao governo, buscavam uma solução para a crise que se anuncjava no país. As divergências entre os grupos governistas e não governistas, a intensificação das ações da guerrilha urbana e, com isso, a inabilidade da “Presidenta”⁵⁶⁹ em solucionar os problemas internos à política e às questões econômicas eram trazidos pelo periódico como elementos que estavam favorecendo o desenrolar de um movimento golpista.

Em editorial de 11 de março, a manchete “Reunião militar aumenta tensão na Argentina” já indica as movimentações das três armas quanto a um posicionamento sobre a situação no país. As declarações de Maria Estela sobre a possível aplicação de golpe contra seu governo, baseando-se nos jornais *El Nacional* (Caracas) e *Excelsior* (México), eram publicizados pelo JB: “A própria Maria Estela revelou que os militares argentinos estão prestes a derrubá-la através de um golpe marcado para hoje”.⁵⁷⁰ No editorial da página 6, sob o título “Estertor Peronista”, as ações de Maria Estela foram apontadas como fatais, principalmente a tentativa de manutenção da verticalização do regime. Durante o governo de Perón, o presidente concentrava a chefia do Estado, do governo e do movimento justicialista, entretanto, embora Maria Estela tentasse, não tinha a mesma habilidade.⁵⁷¹ Diante disso, a manutenção da verticalidade do poder no governo de Maria Estela não se sustentaria como no governo de Perón, acentuando a

⁵⁶⁹ Termo utilizado pelo periódico ao se referir a Maria Estela.

⁵⁷⁰ Jornal do Brasil. 12 de março de 1976.

⁵⁷¹ Maria Estela Martínez não possuía qualquer ascendência sobre a esquerda peronista, pois concedeu bastante poder à direita do movimento justicialista, em especial não reprimindo suas ações terroristas, dirigidas contra a esquerda, fosse peronista ou não. Seu aparato era organizado por assessores da presidente, com o conluio de policiais, empresários e militares. Ao mesmo tempo, o movimento guerrilheiro, de fundo peronista ou guevarista, avançou, em termos de popularidade entre a juventude estudantil e em termos do número de ações guerrilheiras e terroristas. Os anos de 1974 a 1976 viram se adensar, de parte a parte, os assassinatos, assaltos a bancos, sequestros e atentados a bombas, que havia se iniciado já durante o governo de Lanusse.

crise no país. Com isso, o opinativo terminava indagando: “até quando o exército argentino esperará que o convoquem?” com suas estratégias salvacionistas para a crise.

⁵⁷²

Em uma charge, na página 6, do editorial de 16 de março, Lan representa Maria Estela sentada na cadeira presidencial, observando a enquanto esta era balançada por um personagem incógnito. Maria Estela olhava fixamente a impressão do brasão de armas da Argentina no topo da cadeira. A charge deixava nítido o papel que as Forças Armadas assumiam no país, como tutoras da cadeira presidencial.

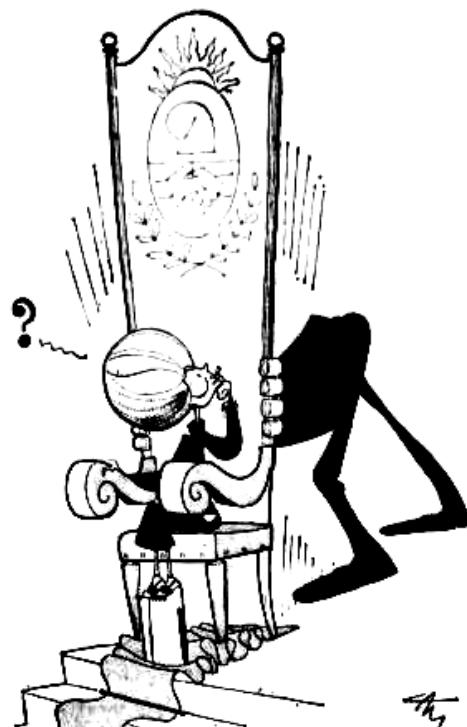


Figura 6 - Lan. Jornal do Brasil. 16 de março de 1976.

A noção de distanciamento das Forças Armadas ainda ganhou projeção nos dias anteriores ao golpe. Em manchete de 18 de março, “Exército Argentino não se interessa por golpe”, o Ministro da Defesa Jorge Deheza garantia que: “As Forças Armadas não

⁵⁷² Diante dos altos índices de desemprego, crise política e econômica, a população aceitava qualquer solução para os problemas, inclusive o retorno militar. O que aconteceu em 24 de março de 1976, quando a junta militar composta pelo General Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e brigadeiro Orlando Ramón Agosti assumiram o poder na Argentina, dando início ao que os militares chamaram de “Processo de Reorganização Nacional”, também conhecido simplesmente como “O Processo”. ROMERO. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Pág. 195.; PALERMO, Vicente e NOVARO, Marco. *A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EdUSP, 2007, pp. 23-44.

tem interesse em golpe e só intervirão se se (sic.) der o caos generalizado ou o vazio de Poder”.

A tentativa de diálogo entre os peronistas, diante da crise argentina, repercutia nas matérias do JB. Ainda no editorial sobre a não intervenção militar, Aluizio Machado, no noticiário “Peronismo tenta diálogo para vencer crise”, destaca que era importante lembrar que na história da argentina nos momentos em que “a paz” é introduzida nos discursos políticos, surgem as maiores distensões: “É que isso (discursos de paz) não impede que alguns observadores recordem que é quase uma tradição argentina a ocorrência de golpes justamente quando os boatos a respeito cessam, como no caso de Juan Carlos Onganía”.

Contudo, tal posicionamento ficava mais evidente com as matérias sobre a efetivação do golpe, embora aparentemente receosas. Ainda no box sobre a Operação Áries, a premeditação dos militares quanto ao golpe foi ressaltada: “um dos golpes mais bem pensados e estruturados da história do país”. De silenciosos e observadores, os militares, passaram a tutores do país. Na manchete do dia 25 de março, o JB destaca que os militares haviam tomado todo o poder na Argentina, diluído o Congresso, dissolvido os partidos políticos, aprovado a pena de morte e imposto a censura à imprensa.

No mesmo editorial, uma charge de Ziraldo representava a redação de um jornal e o possível engano do secretário de redação na elaboração do texto da manchete sobre o golpe. No diálogo, o secretário dizia ao chefe de redação: “O senhor tem que entender, essas palavras ficam prontas na gaveta- e há tanto tempo - que é justo a gente misturar tudo, um dia...”. As palavras desorganizadas propositadamente, impressas na manchete, imprimiam um posicionamento:



Figura 7 - Ziraldo. Jornal do Brasil. 25 de março de 1976.

Na referência às palavras guardadas na gaveta, Ziraldo não representava somente o golpe na Argentina, mas incluía toda América Latina. Palavras que vez ou outra eram retiradas para comporem as manchetes do jornal. A partir da disposição das mesmas, a mistura possibilitava várias leituras sobre o golpe e a atuação militar se revelava em algumas delas, como no trecho “O golpe depõe a calma”.

Embora aparentemente sob censura, no caso do JB através dos telefonemas e dos bilhetes enviados à redação do jornal, as matérias sobre as ações militares na Argentina ganharam os editoriais dos dias posteriores ao golpe, principalmente as relativas à censura à imprensa. Na seção “Medidas imediatas”, a imposição de rígida censura aos meios de comunicação foi destacada: “só poderiam divulgar notícias fornecidas pela Secretaria de Imprensa do Governo”, sendo que “cópias das matérias em três vias assinadas pelo redator deveriam ser enviadas antes da publicação, para as correções

necessárias". De acordo com Aluizio Machado, o rádio e a TV "continuavam apresentando músicas folclóricas e marchas militares até a noite".

De fato, o silêncio militar das primeiras matérias iria gradativamente dando espaço à publicização das antigas intervenções militares no país. Em um box sob o título: "Sucessão sempre em manchete", o periódico traz uma sequência das últimas modificações de governos na Argentina, todos influenciados pelos militares, desde Perón, em 1955, até a deposição Maria Estela, em 1976.

No dia 26 de março, Lan publicava uma charge no editorial da página 6, com a imagem do General Videla acompanhado de um provérbio espanhol: "A falta de pan, buenas son las tortas". O provérbio fazia referência à opção pelas tortas na falta de pão, as tortas menos saborosas, entretanto, mais baratas em relação ao pão, na falta deste deveria satisfazer a população.



A falta de pan, buenas son las tortas

Figura 8 - Lan. Jornal do Brasil. 26 de março de 1976.

A partir desse editorial, as manchetes e o espaço das notícias internacionais se voltaram para o diálogo entre os regimes, principalmente, em relação ao aproveitamento

hidrelétrico do rio Paraná, que desde os anos setenta parece ter fragilizado substancialmente as relações bilaterais. Em algumas manchetes, o periódico traz as relações como um “Novo Capítulo”, na reprodução dos discursos, tanto de líderes brasileiros quanto argentinos, tornando evidente as tentativas de aproximação: “Brasil e Argentina estão ligados por objetivos comuns”. Surgiam, até mesmo, discursos teleológicos: “Brasil e Argentina ligados por laços históricos e espirituais”.

Eventualmente, assim como nos outros momentos analisados, as representações sobre o país vizinho adquiria outras nuances, as discussões sobre a fragilidade do governo de Maria Estela e a crise econômica não faziam mais sentido, afinal, os solucionadores e tutores do país, diante de momentos de crise, já estavam no poder. Com a efetivação do golpe, os regimes possuíam objetivos em comum, pelo menos no âmbito da política e nas matérias do JB.

Entretanto, embora fossem discutidas nos editoriais do JB, aproximações amistosas entre Azeredo da Silveira (Ministro das Relações Exteriores do Brasil) e Alberto Vignes (Ministro Argentino), desde 1974, as relações representadas pelos periódicos após o golpe precisam ser analisadas mais profundamente, embora os levantamentos já indiquem que as relações bilaterais sejam de aproximação.

Pelo que foi possível notar, já em 1976, a censura em ambos os jornais – assim como possivelmente em outros jornais da grande imprensa – estava mais intensa, embora isso não os eximisse de imprimir posicionamentos que pudesse aproximar ou distanciar as relações entre os países. O que justificaria, por exemplo, a inexistência de comparações entre o regime brasileiro e o regime argentino no JB, ao contrário, da comparação amplamente difundida durante o golpe de 1966. Não que os espaços de críticas e questionamentos não existissem no JB, mas, além de ponderados, como em anos anteriores, nesse momento, se resumiam a pequenas notas, algumas charges e moderados opinativos.

Imagens representando falos nas cenas rupestres no parque nacional serra da capivara, São Raimundo Nonato – PI/Brasil

Michel Justamand

Doutor em Antropologia e Pós-Doutor em História

UFAM – Universidade Federal do Amazonas/AM

micheljustamand@yahoo.com.br

RESUMO: O Parque Nacional Serra da Capivara esta localizado no estado brasileiro do Piauí. As imagens rupestres foram o deflagrador do investimento científico no local, a partir dos anos 70 do século XX. Parte dessa história esta contada, parece-nos, nas imagens pintadas nas rochas do parque. Destacamos nesse texto cenas especialmente com a presença de falos. Apresentadas durante os escritos com seus respectivos sítios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVES: falos, arqueologia, imagens rupestres, Piauí.

Introdução

As pinturas rupestres são pinturas feitas nas rochas. Muitas foram produzidas pelos primeiros habitantes do Brasil e em todo o território nacional, e, algumas feitas no Parque Nacional Serra da Capivara e em sua circunvizinhança. Pelo que nos parece, tais pinturas tinham o objetivo de revelar aspectos da história, em especial, dos possíveis primeiros habitantes da região nordestina⁵⁷³.

Consideramos que as pinturas rupestres estariam impregnadas em si de elementos comunicativos e educativos. Consideramos ainda que nelas estivessem implícitas cenas do cotidiano humano de sua época, ou seja, um período entre 6 e 12 mil anos antes do

⁵⁷³JUSTAMAND, Michel. Rochas de livres prazeres: Rochas de livres prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: outubro de 2014, edição 109, p. 63.

presente, para a maioria das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara. Por suas características, cientistas chamam os conjuntos dessas pinturas com igualdade e/ou similaridade de tradições rupestres. Lembrando das afirmações recentes de Niède Guidon e Gabriela Martin, em *As onças e as orantes*, novos estudos sobre as tradições rupestres têm modificado as formas de ver, pensar e refletir sobre as pinturas. Tal fato tem ocorrido, em alguns casos, a partir das sugestões notadas nesses registros arqueológicos estão em processo de mudanças significativos nos exames atuais dos cientistas⁵⁷⁴.

Parece-nos que as pinturas rupestres expunham os costumes e as práticas permitindo a outros grupos ou as suas futuras gerações reutilizassem informações ali contidas⁵⁷⁵. Elas representavam em suas cenas aspectos do cotidiano, como: caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, danças, namoro, ritos⁵⁷⁶. E, como nos parece, tinham várias funções, inclusive, revelando, provavelmente, que a vida de seus produtores/pintores era muito dinâmica⁵⁷⁷.

Os caçadores e coletores produtores/usuários das artes rupestres, mesmo com a possível demora para elaborarem e realizarem as pinturas rupestres, eles tinham condições de vida dignas, com outras possibilidades de sociabilidades, aplicavam uma parte significativa de suas vidas cotidianas às visitas e encontros sociais. Dedicando-se também aos mais diversos modos de divertimentos, como lembra Marshall Sahlins⁵⁷⁸. E do mesmo modo entretinham-se com os lazeres, com a dança, por exemplo, conforme indica Richard Leakey⁵⁷⁹.

As pinturas rupestres funcionavam como uma das formas de transmissão integrada dos conhecimentos acumulados ao longo de anos e conviria para uma dada cultura. As rochas eram utilizadas como uma espécie de “lousa” para as populações que as produziam, mostrando práticas mantidas ao longo do tempo. Por meio delas, os grupos

⁵⁷⁴GUIDON, Niède e MARTIN, Gabriela. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Revista Clio – Série Arqueológica*. Vol. 25, n. 1. Recife: EdUFPE, 2010. p. 11-30.

⁵⁷⁵JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

⁵⁷⁶MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. *Clio, revista do mestrado em História da UFPE*. Recife: EdUFPE, 1984. p. 27-37.

⁵⁷⁷JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas*, maio/2014. p. 1-5.

⁵⁷⁸SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Sociais, 1978, p. 28.

⁵⁷⁹LEAKY, Richard e LEWIN, Roger. *Origens; o que novas descobertas revelam sobre o aparecimento de nossa espécie e seu possível futuro*. Trad. Maria Luiza da Costa G. de Almeida. São Paulo: Melhoramentos, 1982, p. 172.

intercambiavam informações, o que lhes possibilitava desfrutar das condições reais de vida⁵⁸⁰.

Neste texto contamos um pouco sobre o início das pesquisas na região do Parque Nacional Serra da Capivara. Noutro momento refletimos sobre a presença das pinturas rupestres dentro e fora do parque. Em outro ainda, abordaremos a especificidade da presença dos falos nas cenas rupestres, que em alguns casos, estão acompanhados das vulvas. Lembrando que a definição do feminino rupestre mais usada na região do parque é-nos fornecida por Anne-Marie Pessis⁵⁸¹. Apresentamos algumas imagens das pinturas para enriquecer as discussões. E, por fim, apontamos as últimas considerações para que todos os leitores possam fazer também suas inferências posteriormente.

O início dos estudos na Serra da Capivara

As pesquisas arqueológicas no Brasil têm início ainda no século XIX, com o naturalista Peter Lund. Depois, com o incentivo e interesses políticos de D. Pedro II, cria-se o Museu Nacional, onde foi criada uma área dentro do museu dedicada à arqueologia. Mas é no século XX que os estudos tomam contornos mais próximos dos de hoje, especialmente depois que equipes de especialistas e pesquisadores que integravam missões estrangeiras se formaram, a arqueologia e seus objetos ganham profundidade e pesquisas mais intensas⁵⁸².

Uma das missões que vieram trabalhar no país foi a franco-brasileira. Essa missão ficou encarregada de desenvolver estudos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Piauí. A que se localizava no estado do Piauí foi liderada por Niède Guidon. A partir desses incentivos, muitos sítios arqueológicos foram encontrados, como os mais de 1300 hoje conhecidos somente na Serra da Capivara. Dentre

⁵⁸⁰JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

⁵⁸¹PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobras, 2003, p. 116. Segundo a autora as vulvas aparecem apenas nas cenas sexuais. Onde eles tinham a intenção explícita de mostrar a ação sexual. E a identificação feminina fica por conta da exteriorização da cavidade vaginal. Aparecendo como complemento da zona genital. Assim, para ela, não é o sexo feminino que transparece nas cenas, mas sua função de receptor dos falos. A autora ainda afirma que as escolhas dos pintores rupestres é pela função nas cenas, esquecendo-se de outros pormenores nas figuras humanas. Ver também: JUSTAMAND, Michel. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. *Revista EducAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. Humaitá, ano 5, vol. VIII, 2012/1, jan/jun, p. 123.

⁵⁸²JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres do Brasil: memória e identidade ancestral. *Revista Memorare*. Tubarão, v. 1, n. 2, jan/abr 2014, p. 119.

esses sítios, 900 têm pinturas rupestres⁵⁸³. Esses estudos e pesquisas foram responsáveis pelas primeiras datações dos achados arqueológicos no país, em especial das pinturas rupestres, e pela sua devida inserção no contexto cultural pré-histórico nacional.

O Parque Nacional Serra da Capivara, onde está localizado hoje o maior número de sítios arqueológicos com cenas rupestres, é reconhecido, desde 1991, como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Condição que garante a preservação do parque para as visitas e estudos das futuras gerações.

As pinturas rupestres

Desde que passaram a viver em sociedade, os humanos criaram formas de se expressarem e comunicarem seus desejos, amores, realizações, sabores e dissabores proporcionados pela vida. Temos como certo que a arte, a rupestre especialmente, por estar espalhada por todo o mundo, foi, sem dúvida, senão a primeira, uma das primeiras formas intencionais dos humanos de compartilharem seus saberes. E a arte rupestre e/ou as pinturas têm presença entre essas práticas de expressões humanas. Contribuindo e muito com o nosso desenvolvimento cultural, social e também biológico⁵⁸⁴. As artes vieram, inclusive, antes da linguagem escrita como conhecemos atualmente⁵⁸⁵.

Sob a nomenclatura de arte rupestre, entendem-se todas as inscrições, pinturas ou gravuras deixadas pelos humanos em suportes fixos de pedra, especialmente, as rochas. O termo rupestre vem do latim *rūpes-is*, que significa rochedo. Elas são obras imobiliárias, não podem ser removidas do local onde foram feitas⁵⁸⁶. Foram gravadas nas paredes e tetos de abrigos nas cavernas ou ao ar livre, como é o caso das pinturas dos paredões da região de Pacaraima, em Roraima. Foram feitas pelos primeiros artistas e artesãos há milhares de anos atrás. Na Europa, há mais de 35 mil anos, já no Brasil, as mais antigas estão próximas de 30 mil anos, como sugerem as pesquisas mais recentes na Serra da Capivara⁵⁸⁷. As

⁵⁸³JUSTAMAND, Michel. *Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomórfas rupestres em São Raimundo Nonato – PI*. *Revista Cordis*. Revista eletrônica de História Social da Cidade. São Paulo: PUC/SP, 2012, p. 6.

⁵⁸⁴KLEIN, Richard G. e EDGAR, Blake. *O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana*. Trad. Ana Lúcia Vieira de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2005. 252 p.

⁵⁸⁵JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas*, maio/2014. p. 1-5.

⁵⁸⁶PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: EDUnB, 1992, p. 510.

⁵⁸⁷JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

pinturas rupestres estão divididas em três tradições presentes no Parque Nacional Serra da Capivara. Elas são conhecidas como a Geométrica, compostas por elementos que denominamos atualmente como retas, círculos e outras formas desconhecidas; outra tradição é a Agreste composta, em geral, figuras antropomórficas sem movimentos, normalmente sobrepostas às da tradição nordeste, nos mesmos sítios arqueológicos; e por último, a tradição nordeste que é a mais pintada, a que apresenta as cenas da vida cotidiana em diversos afazeres, é a que as cenas apresentam e permitem-nos imaginar o movimento das figuras pintadas.

As pinturas rupestres são representações estéticas da vida, das ações e dos afazeres humanos. Representam também em suas formas alguns desejos mais sensíveis, ou os desejos mais recônditos, como a sexualidade. Mostram em suas representações os falo e as vulvas⁵⁸⁸. São expressões das necessidades humanas⁵⁸⁹ do período, e foram deixadas pelos primeiros grupos que habitaram o local.

Existe, até, a possibilidade de que os grupos ancestrais possuíssem especialistas dentro dos grupos, conforme sugere Sahlins⁵⁹⁰, em representar pintando nas rochas os interesses comunais. Eles não funcionariam como profissionais das artes como os de hoje, que fazem arte como trabalho para viver, as suas artes nas rochas integravam a rotina da comunidade. Assim, reforçavam tradições culturais dos grupos e ou contribuíam construindo e renovando os vínculos tradicionais ao domínio ritualístico, por exemplo, como sugere Madu Gaspar⁵⁹¹.

Nas pinturas rupestres podemos ver representadas algumas séries temáticas variadas como: lutas sociais, caçadas, rituais, sexualidades em diferentes posições e de parto⁵⁹². Mas aparecem em grande quantidade, na Serra da Capivara, as representações das cenas de sexo, algumas com grupos de humanos atuando, outras ainda com duplas e ou trios. Em muitos

⁵⁸⁸FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falo: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014. p. 53-56.

⁵⁸⁹JUSTAMAND, Michel. *As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2006, p. 32.

⁵⁹⁰SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Sociais, 1978, p. 24.

⁵⁹¹GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 84 p.

⁵⁹²JUSTAMAND, Michel. Representações Antropomórficas do Feminino nas Cenas Rupestres de São Raimundo Nonato – PI. *Revista História e História*. Campinas, junho/2014. p. 1-24.

casos, nos inúmeros sítios arqueológicos dentro e fora do parque, as cenas apresentam e representam falos e vulvas humanas.

Acreditamos que as pinturas rupestres tinham um papel importante para os usuários, porque elas garantiram a permanência de muitos conhecimentos ao longo do tempo. Saberes que eram transmitidos aos integrantes dos grupos humanos que coexistiam no mesmo território. Esse território que hoje conhecemos como Brasil. Para nós, elas propiciam novos entendimentos a respeito da presença humana mais antiga no Brasil, por estarem afixadas nas rochas desde há milhares de anos. E sem dúvidas, foram frutos de grandes esforços técnicos, físicos e materiais dos grupos. Assim, como também foi o empenho de outros humanos em muitos outros locais do mundo⁵⁹³.

Os falos nas pinturas rupestres

Há muitas cenas de pinturas rupestres representando relações sexuais com a presença de falos no parque e na sua circunvizinhança. Parece-nos que o sexo era um ato natural de ser representado nas rochas, transformando-as em rochas de livres prazeres⁵⁹⁴. Os pintores pré-históricos, tanto os africanos quanto os brasileiros, ou mesmo australianos, e ou ainda, os do velho mundo (Europa e Ásia), apresentavam em suas cenas rupestres, representações das cópulas humanas nas posições as mais variadas, com até certo realismo. Nas pinturas rupestres africanas, há uma série de homens mascarados com gigantescos falos eretos, prestes a penetrarem mulheres em posição ginecológica⁵⁹⁵.

A representação dos falos nas cenas da sexualidade é uma temática bastante recorrente nas pinturas rupestres feitas no parque, especialmente as da Tradição Nordeste, em toda a região de sua abrangência, inclusive na Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – PI⁵⁹⁶. São comuns cenas de sexo entre casais, mas há cenas com três antropomorfos e há até mesmo em grupos. São comuns também cenas com representações

⁵⁹³JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas, maio/2014*. p. 1-5.

⁵⁹⁴JUSTAMAND, Michel. Rochas de livres prazeres: Rochas de livres prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: outubro de 2014, edição 109. p. 62-67.

⁵⁹⁵KI-ZERBO, J. A arte pré-histórica africana. In: (org.) KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. Trad. Beatriz Turquetti et al., v. 1. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, p. 689.

⁵⁹⁶FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014. p. 53-56.

de zoofilia e pedofilia. Aliás, essas cenas da sexualidade humana aparecem também entre outros povos do mundo⁵⁹⁷. E há ainda cenas com representações fálicas e de temas do meio ambiente como as árvores.



Figura 1 - Sítio Toca da Extrema II. Cena da relação antropomórfica com representação dos falos e o meio ambiente

⁵⁹⁷TAYLOR, Timothy. *A pré-história do sexo: quarto milhões de anos de cultura sexual*. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 329 p.



Figura 2 – Sítio Toca da Passagem – Parque Nacional Serra da Capivara. Cena de Ritual – falos e vulvas em exibição.



Figura 3 – Sítio Boqueirão da Pedra Furada – Parque Nacional Serra da Capivara. Cena de sexo: pedofilia.

Acreditamos na possibilidade de que nas representações de excitação coletiva, os falos simulariam “espadas”, ou seja, simbolizariam poderio, virilidade e força, como sugeriu Zozilena de Fátima Fróz Costa em sua tese de doutorado sobre as pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara⁵⁹⁸. Acreditamos, também, que havia muito a fazer naquela época ancestral, diferentemente do que propagam alguns estudos, descrevendo que os grupos ancestrais apenas dedicavam seu tempo aos afazeres da mais pura sobrevivência. Assim, estes grupos estariam sempre em busca somente da caça de animais e coleta de vegetais, frutas e legumes, para a sua alimentação.



Figura 4 – Sítio Toca da Vereda do Juvenal. Cena com danças, animais e penetração sexual antropomórfica.

Pensamos que, sim, havia muito trabalho a fazer, mas também havia alegria, danças, festas, rituais, sensualidade, sexualidade e geração de vida⁵⁹⁹. E também a vida, claro, em sua plenitude. Isso tudo ocorria entre os grupos, como evidenciam as pinturas rupestres

⁵⁹⁸COSTA, Zozilena de Fátima Fróz. *Uma inscrição de mundo a flor da pedra: os processos de comunicação dos povos pré-históricos através da pintura do Parque Nacional da Serra da Capivara (PARNÁ)*, Piauí – Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), PUC-SP, 2003, p. 257.

⁵⁹⁹JUSTAMAND, Michel. *A mulher rupestre. Representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2014. 96 p.

com suas inúmeras cenas e temáticas, como lembra Steven Pinker⁶⁰⁰. Mas também outros vestígios deixados pelos primeiros ocupantes das terras ditas “brasileiras”, como as cerâmicas, os instrumentos musicais, os colares, os instrumentos de trabalhos e outros vestígios usados em supostos rituais, que desconhecemos seus fins.

Nas pinturas rupestres da Serra da Capivara, há cenas de danças que demonstram, ao menos nos parece, uma carga de sensualidade dos primeiros habitantes⁶⁰¹. Pensamos que a liberação dessa energia sensual poderia ser a finalidade das práticas sexuais primitivas, pois, segundo nos parece nossos ancestrais, seja na América, seja na África, ou ainda em outras partes do mundo, conforme sugere Fodé Diawara⁶⁰². Dessa maneira, eles relacionavam-se de outras formas com as práticas sexuais do que praticamos atualmente, sem medos e ou pudores, mostrando em suas cenas a diversidade das possibilidades do ato sexual, ao menos é o que deixaram transparecer nas com muitas formas de sexo, em duplas, trios e grupais⁶⁰³. E as cenas estão ali expostas para todos verem e no momento que desejarem. Tudo aberto, livre e transparente. E com fácil acesso a todos.

⁶⁰⁰PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 27.

⁶⁰¹JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

⁶⁰²DIAWARA, Fodé. *O manifesto do homem primitivo*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa: Futura, 1973. 215 p.

⁶⁰³FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014, p. 53-56.



Figura 5 – Sítio Toca do Caldeirão dos Rodrigues – Parque Nacional Serra da Capivara; Cena com muitos antropomorfos masculinos e seus falos eretos.

Embora as pinturas tragam cenas consideradas obscenas, bárbaras e imorais pelo observador ocidental, é preciso lembrar que a sexualidade primitiva está acima do plano religioso e moral, poderia ter sido uma modalidade de ligação entre o homem e o ser externo. Ou ainda, as intenções das pinturas poderiam ser algo que completamente desconhecemos. Compondo uma força cósmica primordial, o Eros teria o poder de harmonizar os ritmos da vida humana com os da natureza, segundo Diawara⁶⁰⁴.

⁶⁰⁴DIAWARA, Fodé. *O manifesto do homem primitivo*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa: Futura, 1973, p. 102.

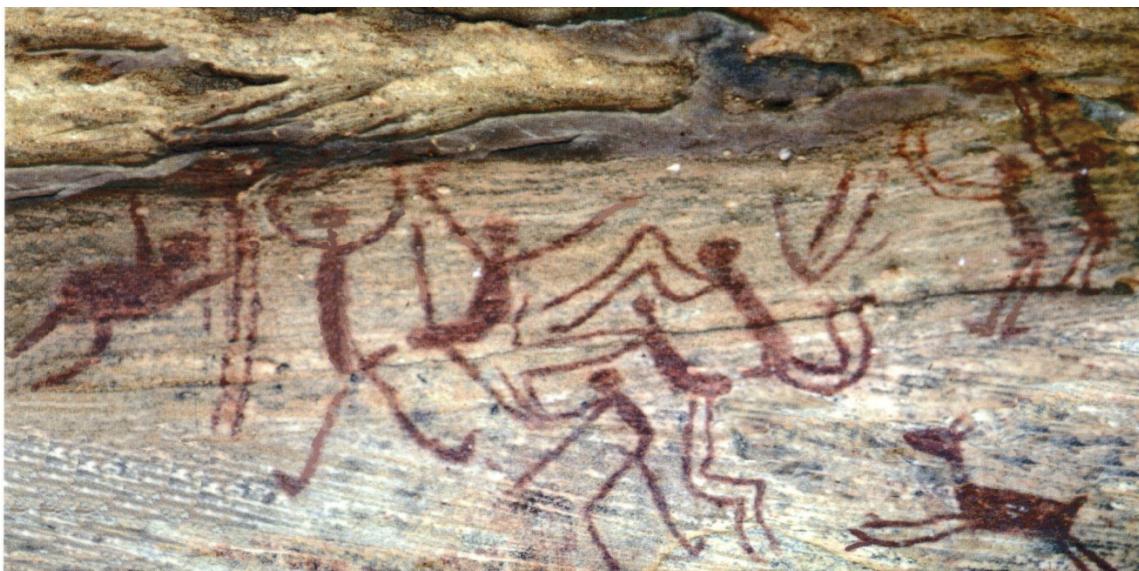


Figura 6 – Sítio Toca do Baixão do Perna IV. Cena de sexo coletivo.

As pinturas com cenas de sexo grupal ou de humanos com animais chamam a atenção, pois remetem a um período sem as restrições morais e éticas da tradição religiosa judaico-cristã. Elas apenas demonstram desejo de liberação e transcendência.

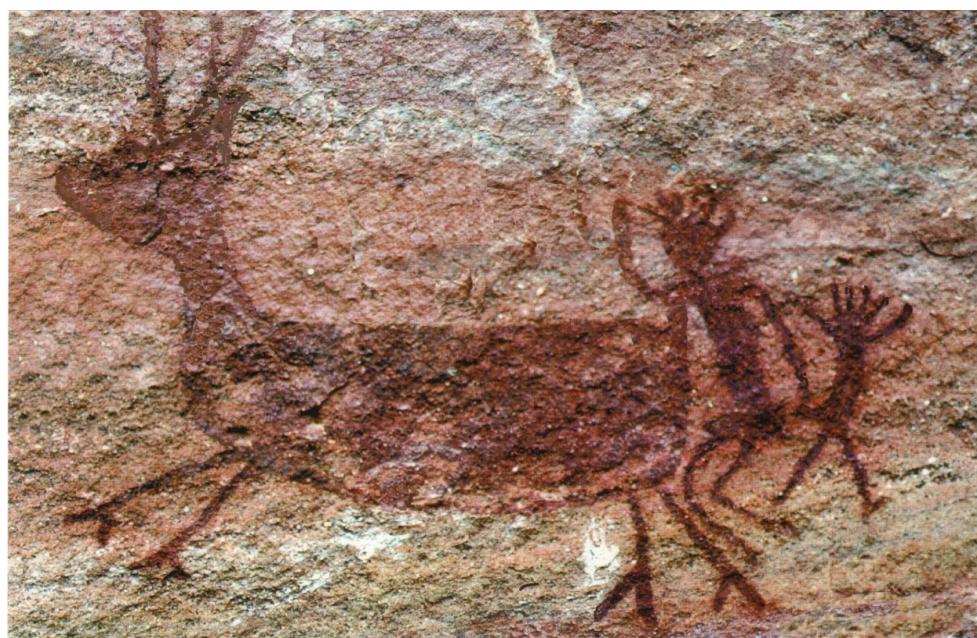


Figura 7 – Sítio Toca Caldeirão dos Rodrigues. Cena da penetração entre humanos e animais



Imagen 8 – Sítio Toca do Caldeirão dos Rodrigues. Cena da penetração humana.

Últimas considerações

Acreditamos que as cenas rupestres, produzidas há pelo menos 12 mil anos, plasmadas nas rochas da cidade de São Raimundo Nonato no estado do Piauí, contribuíam para as formas de comunicação e sociabilização dos grupos do período. Essa contribuição deve ter sido importante para as mais variadas questões do cotidiano dos grupos, como no caso aqui analisado: da sexualidade. Assim, no que tange a sexualidade as cenas/imagens plasmadas nas rochas, é possível ver, imaginar e demonstrar que os grupos mais ancestrais que ocuparam a região tinham uma visão mais ampla da questão sexual.

Nossos mais antigos ancestrais da terra brasilis deixaram registradas inúmeras possibilidades figurativas, com diversas temáticas, tais como: sexo grupal, em duplas, excitação coletiva e quem sabe pedofilia. Lembrando que outras tantas formas ainda estão sob análise para futuras publicações.

Esperamos com esse artigo demonstrar que as produções rupestres de tempos imemoriais têm contribuição para o entendimento de nossas vidas cotidianas atualmente, entre outras a sexual. Isso porque nossos ancestrais em terras brasilis, foram capazes de nos

deixar esse legado de saberes múltiplos, de como se relacionar com o outro e utilizando-se das mais variadas formas de comunicação e com meios que lhes era possível à época.

Além das questões sexuais apresentadas, graças às presenças dos falos, eles, os mesmos, nos parecem ser, marcadores da identidade masculina antropomórfica imagética nas rochas. Isso porque eles não aparecem apenas em cenas de sexo. Aparecem também em cenas de supostos rituais, ou em outros momentos, assim, supomos que a sua presença, era antes de tudo, a informação de que para aquela determinada cena, local e ou afazer, o gênero com falo era determinante para aquela dada atividade.

Nossos ancestrais tinham muita clareza sobre as atribuições de cada gênero, como o que, quando e onde, cada um faz dentro de suas sociedades. Esse fato é o que, ao menos é o que se nota, nas cenas rupestres plasmadas nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara e em seu entorno, na região do sudoeste do estado brasileiro do Piauí. Fatos demonstrados para um período da história antiga do Brasil estimado pelos estudos arqueológicos, girando em torno de 6 a 12 mil anos atrás, período da permanência da tradição nordeste. E no qual se encaixam as cenas apresentadas nesses escritos.

Elos com o nosso passado: índios representados em propagandas comerciais e consolidação de uma comunidade imaginada (1937-1945)

Marina Helena Meira Carvalho

Mestranda

Programa de Pós-Graduação da UFMG / Projeto Brasiliiana

marinahmc@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho primeiramente matiza como as imagens publicitárias têm sido exploradas por estudos históricos. Em seguida, problematiza a forma pela qual o passado brasileiro foi representado em anúncios comerciais durante o Estado Novo, contribuindo para a consolidação de uma *comunidade imaginada*. Selecionamos e analisamos a representação do personagem histórico que apareceu com maior frequência em peças publicitárias em revistas de variedades de circulação nacional: o índio.

PALAVRAS-CHAVES: anúncios comerciais, comunidade imaginada, representações de passado, índios.

Os anúncios comerciais, muito mais que vender produtos, divulgam também ideias, valores, sonhos, hábitos, traços de uma cultura geral, tornando-se interessantes fontes para os historiadores. Frequentemente são representados nas peças publicitárias o passado de um povo, forjando unidade da *comunidade imaginada*.

Nesta apresentação, nos propusemos, em primeiro lugar, realizar um levantamento bibliográfico de como as pesquisas históricas tem trabalhado as imagens nas publicidades. Logo em seguida, faremos um estudo de caso, com alguns apontamentos iniciais acerca de como o passado brasileiro foi representado em anúncios comerciais. Para isso, selecionamos o personagem histórico que com maior frequência apareceu representado em nossas peças publicitárias: o índio. Pesquisamos anúncios comerciais em revistas de variedades de circulação nacional (*A Cigarra*, *Fon-Fon* e *O Cruzeiro*) durante o Estado Novo (1937-1945).

Imagen e propaganda

Segundo artigo publicado pelo publicitário Licurgo Costa na revista *Publicidade*, em 1940, a imagem constituía-se fundamental elementos nos anúncios comerciais:

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

A publicidade, acompanhando-a, atingiu à culminância em que hoje a vemos atraindo para o seu âmbito o escritor e o desenhista. Mas é ao segundo, ao artista que cabe a orientação preponderante. Ele é que dá corpo à ideia central o anúncio e que portanto lhe dá o interesse que atrai a atenção do leitor. Antes, é claro durante algumas dezenas de anos, já a publicidade lograva ser as vezes ilustrada. Mas a regra geral para os anúncios era o texto. Hoje em dia correndo os olhos pela imprensa do mundo inteiro, observamos que, a regra geral é a ilustração. Verificada a necessidade absoluta da ilustração, do desenho, para ela surgiram também as pesquisas, as observações que a dirigem. Assim conforme o conselho de Laville no seu magnífico trabalho *L'imprimé de publicité*, o desenhista deve saber compor ‘imagens que falam e palavras que são imagens’.⁶⁰⁵

Partindo do pressuposto que as imagens são fundamentais na construção de sentido nas propagandas e que, tal qual o corpo textual, necessitam serem interpretadas para que gerem sentido, achamos relevante analisar como a historiografia tem lidado com as mesmas quando elegem a publicidade como fonte de pesquisa. Vários historiadores colocaram tal perspectiva em trabalhos por eles publicados.

Denise Bernuzzi de Sant'anna⁶⁰⁶, ao propor uma metodologia para análise histórica a por meio de propagandas, ressalta a importância do texto, da imagem e da relação entre ambos na publicidade. Leva em conta que um anúncio pode abrigar diversas narrativas, não necessariamente coerentes. Indica para isso a necessidade de observação das técnicas existentes e a desnaturalização de poses. Ao selecionar a propaganda como fonte histórica o pesquisador deve atentar para as diversas histórias que a cruzam: a da publicidade, da fotografia (podendo acrescentar aqui também da litogravura, xilografia, etc), da imprensa, dentre outras.

De grande valia é a forma de que a autora se utiliza de anúncios para mostrar a relação entre o público e o medicamento, realizando uma História da vida privada. Intrigante que, após dedicar grande parte do texto defendendo a importância das análises das imagens, o artigo segue-se, inclusive no estudo de caso, sem apresentação de nenhuma.

⁶⁰⁵COSTA, Licurgo. *Publicidade*, Setembro de 1940, pp. 26-27. Apud: MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. A guerra como slogan: visualizando o Advertising Project na propaganda comercial da revista Seleções do Reader's Digest (1942-1945). Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2006. p30 e 31

⁶⁰⁶ SANT'ANNA, Denise Benuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo (14), fev 1997.

Mara Rubia Sant'anna, por sua vez, sublinha que uma imagem não ilustra o anuncio: o determina. A leitura da imagem possibilitaria significações para um anúncio, da mesma forma que seu corpo textual gera.⁶⁰⁷

Ulpiano Bezerra de Meneses⁶⁰⁸ nos oferece uma abordagem metodológica para a leitura de imagens de anúncios comerciais. Levando em conta o lócus de qual Ulpiano fala, licenciado em Letras Clássicas e doutorado em Arqueologia Clássica, se dedicando à temáticas variadas como história antiga, cultura material e visual, patrimônio cultural, museus e museologia, chegamos a uma análise interdisciplinar. Ela possui a metodologia e as questões históricas, mas não abandona também a formação linguística e antropológica. Sua análise, minuciosa e descritiva, nos aponta para um leque de possibilidades, muitas vezes ignoradas, ao se realizar a leitura verbal e visual do anúncio, adequando as questões e a metodologia à tipologia do documento. Partindo de três passos: tecnologia, sistema invisível e destinatários. Extrapolando indícios imediatos e indica a problematização plausível para a fonte. Gasta bastante espaço desmontando o anúncio, tanto na imagem quanto no texto, da tecnologia, luz, fundo, sombra, etc.

É impreverível que a leitura verbal e visual das publicidades seja realizada. Durante o levantamento bibliográfico nos deparamos por vezes com pesquisadores que utilizam o anúncio comercial como ilustração, ignorando o fato de que o documento não diz por si próprio, e sim precisa de questões para que adquira sentido. Ignorar a imagem; descolá-la do corpo do anúncio; analisá-la sem a publicar; priorizar ou texto ou figura, em detrimento do outro são elementos problemáticos com os quais nos deparamos em nosso levantamento bibliográfico. Achamos relevante apontar o que, em nossa concepção, constitui-se como falhas, para que os historiadores atentem-se para as especificidades do documento e não as cometam.

Circularidade temática

Muitas vezes as publicidades podem ser cruzadas com outros mediadores culturais⁶⁰⁹.

⁶⁰⁷ SANT'ANNA, Mara Rúbia. De perfumes aos pós: a publicidade como objeto histórico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.32, n°64, p.299-324, 2012.

⁶⁰⁸ MENESSES, Ulpiano Bezerra. O fogão da société anonyme du gaz. Sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária. *Projeto História*, São Paulo, (21), nov. 2000.

⁶⁰⁹ Regina Horta Duarte, por exemplo, não utiliza os anúncios comerciais como principal fonte ou objeto de pesquisa, mas os coloca em paridade com outras, como publicações, leis, etc. Os anúncios de chapéus são

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

É possível analisarmos no âmbito hermenêutico, por exemplo, a recepção pelos publicitários de obras, sejam elas artísticas, literárias ou de outra espécie, como acadêmicas e historiográficas, ideias circulantes e a forma de sua apropriação. Segundo Roland Barthes, “a todo instante, de modo natural, a publicidade apela para nosso saber e nos propõe um elo com nossas artes, nossas literaturas, nossas mitologias, ou seja, em definitivo, com nosso passado.”⁶¹⁰ Principalmente os grandes mitos nacionais, segundo ele, serviriam à publicidade: “Napoleão (para um francês), um cavaleiro medieval, o jardim pequeno-burguês e a culinária regional”⁶¹¹.

Para Chrislene Santos, as propagandas seriam imagens que representam também a possibilidade da leitura da vida social, o que não pode ser confundido com um panorama ou ilustração de uma época, mas como “representações do vivido, associada a perspectiva da história como construção do que selecionamos como ‘passado’”.⁶¹² Alain Bergalal ainda enriquece nossa análise acrescentando que a imagem fixa remete a um antes e a um depois.

A historiadora Cláudia de Oliveira, por exemplo, em “*A construção da narrativa histórica e a utilização de fontes visuais*”, analisa as aproximações entre a pintura clássica e as esculturas gregas e a propaganda comercial, demonstrando a circularidade entre cultura erudita e popular.⁶¹³

Luiz Fernando Cerri, por sua vez, avalia como publicidades veiculadas durante o período conhecido como “Milagre econômico brasileiro” utilizaram-se de quadros históricos para endossarem uma narrativa sobre a Independência, a qual coloca D. Pedro I como figura central, como forma de representação do Sesquicentenário, e com apoio oficial do Estado brasileiro. Demonstra, assim, que a publicidade também se torna lócus do

utilizados numa abordagem da História Ambiental, para análise da utilização de couro de pássaros e plumas em detrimento das campanhas científicas contra a moda das penas. Também é avaliada a alteração da função dos pássaros a partir dos anúncios de inseticidas. A relevância de tal artigo, para nós, é a abertura da História ambiental a utilização de propagandas comerciais. Elas são analisadas por Duarte em pé de igualdade com outros tipos de documentação. DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Review*; v.41, n°1, Fevereiro 2006.

⁶¹⁰ BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: BARTHES Roland. *Inéditos*. V.3. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p 114-115

⁶¹¹ Ibidem , p.115

⁶¹² SANTOS, Chrislene Carvalho dos. História e propaganda: análise dos corpos femininos em imagens publicitárias na década de 20. *Revista História Hoje*, v.3, p.1-29, 2007. p2.

⁶¹³ OLIVEIRA, Cláudia. Arqueologia: viagens ao passado da cidade. *Cadernos da Comunicação*. Série Memória, v. 22, p. 45-58, 2008. Prefeitura do Rio de Janeiro.

ensinamento da história por meio de representações sobre sociedade, origens, características e comportamentos normatizados.⁶¹⁴

Ginzburg nos dá elementos suficientes para inferir essa circularidade⁶¹⁵ ao analisar a figura de Lord Kitchner e os diversos cartazes que surgiram a partir dele, tendo o mais conhecido o “I want you” com o Tio Sam. Ginzburg analisa como o *gesto emocional* da imposição das mãos e o olhar fixo que acompanha o público aonde quer que esteja, já estavam presentes em outras obras, tanto de autores da Antiguidade Clássica, quanto do Renascimento. Analisa assim, que tais tradições são interconectadas.

Ainda apresenta como lugar de nascimento do pôster de Lorde Kitchener, com a mesma postura e olhar, o ambiente da linguagem publicitária, em 1910, quatro anos antes do pôster, em uma propaganda para os cigarros Godfrey Philips, em Londres.⁶¹⁶

Analizando rapidamente e em conjunto o trabalho desses quatro historiadores, Barthes, Oliveira, Cerri e Ginzburg, podemos perceber a circularidade entre representações contidas na publicidade e outras formas culturais, sejam elas cartazes, quadros, esculturas, livros, ideólogos governamentais, etc.

A representação de índios em anúncios comerciais (1937-1945)

Levado em conta a importância da imagem na significação publicitária e tendo constado, durante nossas pesquisas em revistas de variedades de circulação nacional, o grande volume de peças em que índios eram representados, nos propusemos a analisar tais representações e uma possível circularidade temática.

Ressaltamos, primeiramente, que durante o período analisado, 1937-1945, a figura do índio já consistia em elemento solidificado no imaginário nacional acerca das origens brasileiras. Desde os movimentos indianistas do romantismo brasileiro, no século XIX, o índio é significado como o elemento capaz de forjar um passado comum, uma comunidade imaginada. Segundo Angela de Castro Gomes,

⁶¹⁴CERRI, Luiz Fernando. A política, a propaganda e o ensino de história. *Cad. Cedes*, Campinas, vol.25, nº67, p.319-331, set/dez 2005.

⁶¹⁵ Em outro livro, *O queijo e os vermes*, Ginzburg se apropria do conceito de *circularidade cultural* presente em Baktin, que para ele é, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo pra cima como de cima pra baixo.” GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶¹⁶ GINZBURG, Carlo. “Tu país te necessita”: um estudo de caso sobre iconografia política. *Prohistória*, ano VII, n.7, 2003, p11-36.

o índio talvez seja a mais consolidada figuração do mito de fundação nacional, no Brasil. Para tanto, o movimento romântico muito contribuiu, através de várias formas de expressão artística. (...) Uma tradição em que o índio é uma figura indistinta da natureza (território e povo aí se confundem), traduzindo as virtudes físicas – força e beleza – e morais – coragem e bravura – que deviam ser guardadas, através do tempo, pelo povo brasileiro. Uma tradição com raízes no Império, que a República recolheu, retomando a figura do índio em outra chave: a do índio ‘de verdade’, fotografado e até filmado.⁶¹⁷

Em longuissima duração o índio apareceu como alvo de significações da identidade brasileira. Seus atributos, entretanto, sofreram alterações com o tempo. As representações de índio do romantismo não são as mesmas das modernistas, as quais também não coincidem com as do Estado Novo. Os personagens históricos são representados incubidos de características que resumem as qualidades pretendidas para o coletivo. Destarte, ao se mudar as concepções da identidade ideal muda-se também os atributos dos mesmos.

A questão racial já teria principiado a ser discutida por Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Oliveira Viana. Os ideólogos do Estado Novo aprofundaram o mito da democracia racial, valorizando a mestiçagem. O índio, portanto, era valorizado enquanto passado de todos os brasileiros, não como presente e futuro. Apesar de o Estado Novo se apropriar de várias formulações modernistas e reformulá-las, nem Macunaíma, de Mário de Andrade, nem Martin Cererê, de Cassiano Ricardo, serviram como heróis do Estado Novo. Enquanto o primeiro personagem ressaltava a heterogeneidade nacional, o segundo apontava para a paulistanização do Brasil. Destarte, não era interessante ao Estado Novo ser vinculado com nenhum dos dois.⁶¹⁸ Tibicuera, personagem criado por Érico Veríssimo em 1938, por sua vez, melhor se associaria ao Estado Novo, pois se constituiria em um “índio de verdade”, que aprendeu a se transformar.⁶¹⁹

⁶¹⁷GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009. p146-147.

⁶¹⁸ QUEIROZ, Helaine Nolasco. *Verdeamarelo/ Anta e Antropofagia: narrativas da identidade nacional brasileira*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As raízes da brasiliade: os intelectuais modernistas e o Estado Novo.” In: *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

_____. A brasiliade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p. 89-112.

⁶¹⁹GOMES, Ângela de Castro. Op Cit.

Encontramos relevante repertório de representações de índios em anúncios comerciais desse período. Pretendemos analisar quais significações e características são atribuídas a tal grupo, para matizar se existiria alguma circularidade temática entre publicidade e teóricos/literatura naquela época.

Nos atentamos para uma ocorrência relevante: a grande quantidade de produtos ou serviços com nomes indígenas. Um tônico capilar se chama Iracema. Os biscoitos Aymoré já existiam. Um canal de rádio se chama Tupi. Uma agência de publicidade ganhou o nome de Tupan. Levando em conta o próprio ato de nomear encobre o poder simbólico, não podemos considerar tais ocorrências como coincidências ou desintencionais. Ao elencarem para suas empresas nomes indígenas, tais empresários tentavam vincular com sua marca um passado comum nacional, uma tradição.

Em artigo publicado por C. Nery Camello, em 18 de fevereiro de 1939, na revista *Fon-Fon*, um dos elementos elencados para que ele considerasse Belo Horizonte como “a cidade mais brasileira do Brasil” era a denominação suas ruas com nomes tribos.⁶²⁰ Infere-se portanto que, ao elencar nomes ou mobilizar imagens indígenas, as empresas chamam para si a identificação com a *comunidade imaginada* brasileira.

Juntamente com os nomes de tribos, tais produtos apresentavam em seus anúncios e logomarcas a representação imagética de indígenas. O anúncio de Iracema apresenta uma mulher com seios nus e o produto capilar em mãos, pose que indica movimento de caminhada em direção ao leitor, sedutor. O biscoito Aymoré apresenta em sua logomarca um índio, correspondente aos índios nacionais pelo adereço no nariz, e olhar de orgulho, cabeça erguida. A rede Tupi, por sua vez, apresenta a iconografia de um índio dentro do território nacional, com arco e flecha empunhados em mãos. Dessa representação partiam raios os quais integravam o país inteiro. Tal iconografia corresponde ao discurso apresentado no corpo do texto no mesmo, o qual diz que “É o Brasil inteiro que escuta! Através das melhores e mais interessantes audições artísticas, o anunciante vai alfinetar o poder aquisitivo de milhões de ouvintes espalhados no território nacional.” A emissora, representada por um índio, seria capaz de integrar o território nacional.

⁶²⁰ FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esfusiente. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa. 18/02/1939, nº07, ano 33.



Figura 1 - Fontes: A Cigarra, A Cigarra. São Paulo. Mensal. Disponível no arquivo digital da Hemeroteca Estadual de São Paulo. Fevereiro de 1937.



Figura 2 - FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esfusiente. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 18, 1939.

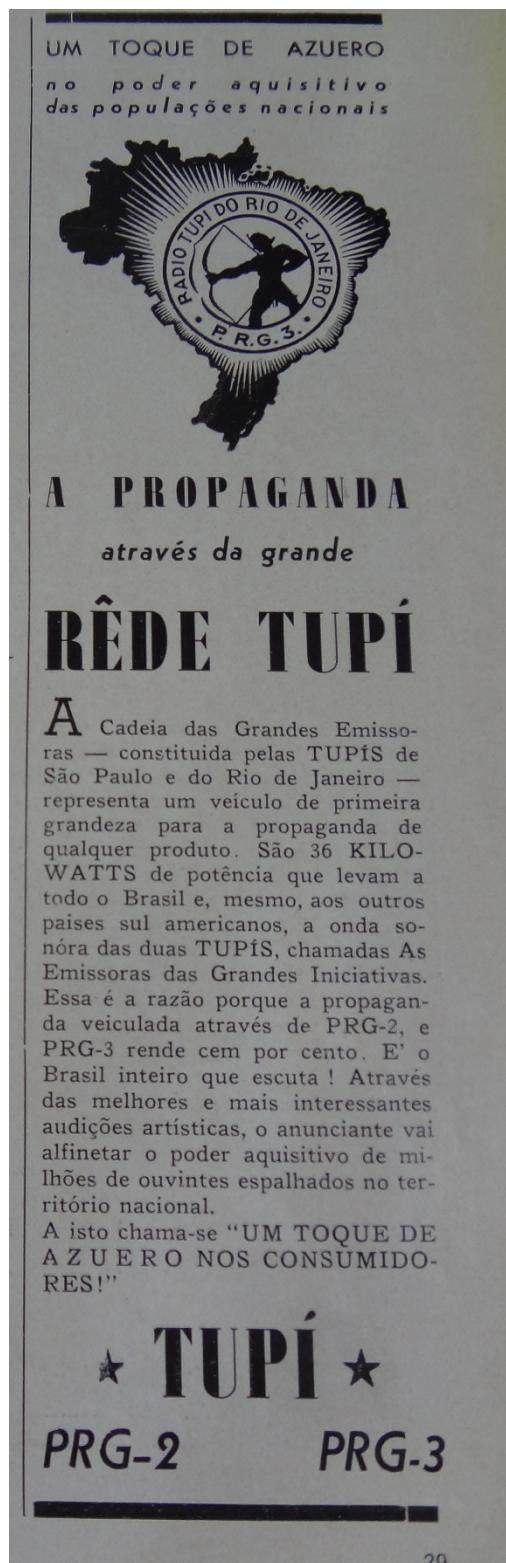


Figura 3 - Revista Publicidade (P&N), mensal, depositada no arquivo da Biblioteca Nacional. Setembro de 1941

Outras vezes, o índio aparece descrito em peças publicitárias, ou melhor falando, positivado verbalmente. Ele é qualificado por suas características e por seus hábitos.



O ATLETA

Sem dúvida, a razão da força vibrátil dos primeiros habitantes do Brasil estava no uso continuado que eles faziam do guaraná. Eis porquê foi o produto desta planta escolhido para base do melhor e mais concentrado de todos os tônicos: Guaranil.

Um vidro vale por três dos tônicos vulgares.

GUARANIL

Produto Brasileiro dos Labs. Raul Leite - Rio

Figura 4 - Fontes: FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esfusiante. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 21, 1937.



Figura 5 - Fontes: FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esfusiente. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 21, 1937.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

NEURASTHENIA SEXUAL

Uma planta que faz milagres

Alguns jornais norte-americanos informaram que o chefe de uma expedição nas selvas do Equador trouxe uma planta milagrosa contra a impotência, neurastenia ou fraqueza sexual. Este senhor recebeu sedutoras ofertas de diversos laboratórios, tendo recusado sistematicamente, sob a allegação que o seu intento é puramente científico. O mais interessante é que esta planta, que se chama «Acanthes Virillise», nada mais é senão Marapuama que existe abundantemente em alguns Estados do norte do Brasil. A Marapuama é conhecida de longa data pelos indígenas brasileiros como poderoso levantador do sistema nervoso, sobretudo quando se trata de neurastenia genital com impotência. Existe à venda nas principais farmácias e drogarias um produto denominado «Pilulas Maratú», fabricado com extracto de Marapuama e Catuaba. As pessoas interessadas devem experimentar um vidro deste famoso tônico nervoso que tanto sucesso está alcançando nos meios norte-americanos. As «Pilulas Maracatú» foram aprovadas e licenciadas pelo D. N. S. Pública e são isentas de qualquer ação nociva. Peçam prospectos aos Laboratórios Fitra-Pisani. Caixa Postal, 2.453. São Paulo.

Figura 6 - O Cruzeiro. Disponível na Hemeroteca Pública Estadual Luiz de Bessa. n50, 1941.

Na primeira peça, do Guaraná Guaranil, tal texto é divulgado: “ Sem dúvida, a razão da força vibrátil dos primeiros habitantes do Brasil estava no uso continuado que eles faziam do guaraná. Eis porquê foi o produto desta planta escolhido para base do melhor e mais concentrado de todos os tópicos: Guaranil.” Somente conseguimos identificar a figura representada no anúncio como um índio após a leitura dos elementos verbais, pois o

personagem poderia, tranquilamente, ser um atleta grego por suas características físicas e vestimentas.

A segunda publicidade, do Guarana Champagne Antarctica, possui como título a chamada “Adquira a vitalidade de um índio”. Logo após contém: “A razão da resistência dos índios está na sua alimentação, sobretudo nos tributos insuperáveis do guaraná, fonte de saúde, de energia e de vigor, ao alcance de todos, na deliciosa bebida Guarana Champagne”. A imagem apresenta quatro planos. No primeiro deles está a bebida. No segundo o índio. Essas duas figuras apresentam-se de forma destacada, pelo efeito de luz e sombra e profundidade criado pelos outros dois planos. O homem apresenta fisionomia séria, fechada, condizentes com a de um guerreiro.

O terceiro anúncio, das Pílulas de Maracatu, possui formato de reportagem, o que interfere no gesto cultural pelo qual seus leitores irão decifrá-lo. O reproduzirei aqui, em partes:

Neurasthenia sexual. Uma planta que faz milagres. Alguns jornais norte-americanos informaram que o chefe de uma expedição nas selvas do Equador trouxe uma planta milagrosa contra a impotência, neurasthenia ou fraqueza sexual. Este senhor recebeu sedutoras ofertas de diversos laboratórios tendo recusado sistematicamente, sob a alegação de que seu intento é puramente científico. O mais interessante é que esta planta que se chama “Acanthes Virillis” nada mais é senão Marapuama que existe abundantemente em alguns Estados do norte do Brasil. A Marapuama é conhecida de longa data pelos indígenas brasileiros como poderoso levantador do sistema nervoso, sobretudo quando se trata de neurasthenia genital com impotência. (...)

Os indígenas são representados como há muito tempo utilizadores de uma planta a qual ficou atestado valor científico. Segundo Mary Anne Junqueira, os médicos realizariam a ponte entre o saber indígena, com a utilização de ervas para cura, e pesquisas nos Estados Unidos. Cita, para isso, trecho da revista Seleções de em março de 1943:

Verdade é que muitos dos medicamentos atuais se originam de raízes, cascas de árvores, cepos e flores, e que organizam expedições à África e à América do Sul, na esperança de descobrir novas plantas de propriedade medicinal. As mulheres da selva mastigam uma determinada raiz para aliviar as dores do parto. Os araucanianos do Chile conhecem uma planta capaz de determinar um aborto. Os índios do Amazonas possuem determinada qualidade de goma que cicatriza úlceras e feridas purulentas; é-lhe

também familiar certo vegetal que mata instantaneamente os peixes e insetos, não sendo, todavia, nocivo aos homens e aos animais em geral. A ciência veio a descobrir que existe, no mesmo, o veneno conhecido pelo nome de ‘retenone’, o qual constitui um inseticida mais seguro que o arsênico, e é hoje usado pela civilização (seleções- mar/1942, p.43-4)⁶²¹

A autora conclui que a noção de civilização desautorizava o saber indígena, por sua falta de científicidade. Entretanto, “a civilização autorizava a apropriação desse ‘saber primitivo’, a fim de que ele fosse testado, comprovado pela ciência dos lugares civilizados, para o ‘bem da humanidade?’”⁶²²

Apontamentos finais

Percebemos que nos anúncios comerciais que apresentamos são atribuídas aos índios características positivas: guerreiros, com vitalidade, força, resistência, honra e orgulho. Vários produtos e serviços foram divulgados interessando vincular sua marca à imagem indígena, seja de forma permanente, por meio da própria escolha dos nomes, seja de forma passageira, em campanhas publicitárias.

Nada nas campanhas, entretanto, nos permite relacioná-las com as concepções estado-novistas de índio, sendo muito mais fácil relacionar, por exemplo, com imagens românticas amplamente difundidas pela literatura. A valorização indígena, entretanto, não surge descolada desse contexto, em que o índio ganha papel fundamental na formação do povo brasileiro, miscigenado.

Os índios nas peças não aparecem como integrantes de um “nós”, mas como parte do passado, dos primeiros integrantes do Brasil. Passado esse, que seria comum ao “nós”, gerando identificação na comunidade imaginada brasileira.

⁶²¹ Apud JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande- imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. P247

⁶²² Ibidem